

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Título **A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO: UMA ANÁLISE DA VISÃO DOS
TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS ATUANDO HOJE EM ANGOLA**

Autor: António Miguel André

Orientador: Professora Doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por António Miguel André e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 16/02/04

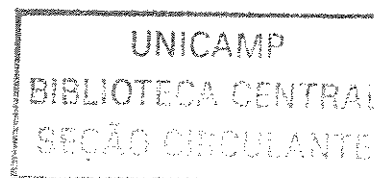
Assinatura:

Olga R. de Moraes von Simson
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Olga R. de Moraes von Simson
Janete Magalhães Cavalheiro
Manoel Brandão de Faria
Neusa Maria Mendes de Faria
[Assinatura]
Paulo José de Moutinho

2004



UNIDADE BC
Nº CHAMADA 11 UNICAMP
An25f
V EX
TOMBO BC/ 58533
PROC 16.117.09
C D X
PREÇO 11,00
DATA 23-06-09
V² CPD

CM00198091-0

BIBID 317299

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

André, Antonio Miguel.

An25f A formação do homem novo: análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola / Antonio Miguel André. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientadora : Olga Rodrigues de Moraes von Simson.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Cultura. 2. Identidade. 4. Educação não - formal. 5. Etnia. I. Simson, Olga Rodrigues de Moraes von. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-068-BFE

AGRADECIMENTOS

As palavras expressas nem sempre espelham os sentimentos com a profundidade que se pretende, mas pelo menos dizem parte do que é possível sair num momento de tanta ansiedade e emoção. Durante os trabalhos da pesquisa, foram imensas as colaborações recebidas de pessoas jurídica e física. Assim sendo, o mérito, que porventura tenha o trabalho é resultado de esforço coletivo de instituições, professores, colegas e amigos, reconhecendo a tão contundente colaboração dirigi-vos os meus sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson que, com todo carinho e dedicação, orientou os melhores caminhos para que este trabalho tivesse sentido de existir e chegar hoje ao público, o *meu muito obrigado* e faço votos que outros angolanos tenham o mesmo privilégio de serem seus orientandos como eu tive.

Aos Professores Faculdade de Educação em geral, e em particular à Profa. Dra. Neusa Gusmão; Profa. Dra. Ana Lúcia Pinto; Prof. Dr. Salvador Sandoval; Profa. Dra. Maria da Gloria Ghon; Profa. Liliana R. Petrilli; Profa. Dra. Maria T Mantoan e Profa. Dra. Selma Muchail, os meus agradecimentos, que estendem a todos os Funcionários da Faculdade, com grande referência a Gislene (Gi).

Debora Cristina Jeffrey, Luciane Raffa, Renata Sieiro, Margareth Park, Roseli Nespoli, Eva Aparecida, Marciele Coelho, Valéria Garcia, José Mário, Tétis Muniz, Roberta Cristina de Paula, Marcos Queiroz, vocês constituem a grande família que pude obter aqui no Brasil, e disso nunca esquecerei.

Aos angolanos: Brito Neto, Teresa da Silva, Zaida Vasconcelos, Conceição Vasconcelos, Josenela Vasconcelos, Suzana Oliveira Dias, Paulo João e Pedro Gomes, vossa amizade e colaboração foram de grande importância.

A Comunidade africana em particular Lourenço Ocuni Cá e Omar Seye votos de sincera amizade.

Especial reconhecimento aos pesquisadores do GEMEC – Grupo de estudo de Memória, Educação e Cultura e os funcionários do Centro de Memória da Unicamp

Aos Professores, Doutora Janete Magalhães Carvalho – Ufes – Brasil, Doutor Albano Ferreira Universidade Agostinho Neto – Angola e Doutor Alberto Filipe Araújo Universidade do Minho, os meus agradecimentos pela contribuição a esta pesquisa.

Agradecimento especial à FAPESP, que patrocinou o desenvolvimento desta pesquisa. Quero de igual modo, agradecer todas as instituições pesquisadas no Brasil e em Angola.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada em Luanda (Angola) que destaca a visão dos técnicos angolanos integrantes das diversas áreas ministeriais e com formação no Brasil, a respeito da política de formação do “homem novo” entendido como o cidadão dotado de conhecimentos científicos e culturais capaz de realizar transformações: econômicas, políticas e sociais na atual realidade de Angola. Partindo de uma perspectiva histórica do sistema educacional organizado no país durante o período colonial e pós-colonial, a pesquisa analisa não só a visão destes profissionais sobre o processo de formação do “homem novo”, como também, suas contribuições ao processo de reconstrução de Angola. O outro escopo da pesquisa consistiu em abordar a influencia dos diversos grupos étnicos-lingüísticos no processo de educação. Ligada a esta questão, foi também preocupação do estudo buscar como conciliar os conteúdos da educação formal e não formal na busca do “homem novo”. Na outra ponta do processo a pesquisa analisa e ressalta a importância de experiências de práticas de educação não-formal no Brasil, observadas com propósito de constituir referencias na elaboração de novas propostas para o processo de formação dos cidadãos angolanos, tendo em consideração as diversas características etno-lingüísticas existentes no país e a busca de uma não extinção das práticas culturais de crianças e jovens provenientes de pelo menos nove grupos já identificados como os mais numerosos.

ABSTRACT

The present study is the result of a research realized in Luanda (Angola) that analyses the vision of the Angolan technicians that integrate the various ministerial areas and that studied in Brazil, with respect to the politics of development of the “new man” understood as the citizen which has the scientific and cultural knowledge, that enables him to realize economical, political and social transformations in the current Angolan reality. Starting from a historical perspective of the educational system which was organized in the country during the colonial and pos-colonial period, the research analyses not only the visions of these professionals about the process of forming the “new man”, but also their contributions in the process of reconstructing Angola. The other objective of the research consisted in analyzing the influence of the various ethnic-linguistic groups in the educational process. Bound to this question another intention of this study was the conciliation of the contents of the formal and non formal education in the search of the “new man”.

At the other end of the process the research analyses and brings up the importance of the experiences and the practices of non formal education in Brazil, observed with the intent of building up references for the elaboration of new proposals for the bringing up of Angolan citizens, considering the various ethno-linguistic characteristics existent in the country, with special care not to extinguish the cultural practices of children and youth which come from at least nine groups which were already identified as the most numerous.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	1
1 - NATUREZA DO ESTUDO.....	1
a) . <i>Pesquisa bibliográfica</i>	4
b) . <i>Localização e definição da área de investigação</i>	4
c) . <i>Entrevistas e observações</i>	6
d) . <i>Visitas Realizadas</i>	7
d) <i>Visitas em Instituições brasileiras para a obtenção de experiências de educação não formal</i>	8
e) <i>Capacitação de técnicos que trabalham com a diversidade cultural</i>	9
2 – A IMPORTÂNCIA DO USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL	10
3-A ESTRUTURA DA TESE:.....	18
CAPITULO I.....	21
REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA ONTEM E HOJE.....	21
1.1- ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL (1482 –1975).....	21
1.1.1 - <i>A opinião dos técnicos angolanos sobre a educação no período colonial</i>	33
1.2 O PROCESSO EDUCACIONAL NO PERÍODO DE ORIENTAÇÃO SOCIALISTA (1975-1990).....	45
1.2.1 – <i>A voz dos técnicos angolanos sobre a educação no período de orientação socialista</i>	58
1.3-PERÍODO DE ECONOMIA DE MERCADO (1991-ATUALIDADE) PLURIPARTIDARISMO E/OU DEMOCRATIZAÇÃO.	66
1.3.1 <i>A educação no período de economia de mercado vista pelos técnicos governamentais de angola</i> 74	
1.4 – OS TRÊS SISTEMAS POLÍTICOS QUE DOMINARAM O PAÍS SEGUNDO AS VISÕES DOS TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS ANGOLANOS.	87
CAPÍTULO II	95
A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO	95
2.1 - A POLÍTICA DA FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO NA REPÚBLICA DE ANGOLA	95
2.1.1- <i>Unidade Nacional</i>	96
2.1.2 - <i>Influência do Marxismo-Leninismo</i>	97
2.1.3- <i>Papel da Educação</i>	99
2.1.4 <i>Papel dos Pais na Educação</i>	102
2.1.5- <i>Papel dos Professores na Educação</i>	103
2.1.6 - <i>Papel do Trabalho na Formação do Homem Novo</i>	105
2.2 - A NOVA ÓTICA GOVERNAMENTAL SOBRE A FORMAÇÃO DO CIDADÃO ANGOLANO	107
2.3 - O QUE SIGNIFICA A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO NA VISÃO DOS TÉCNICOS ANGOLANOS?.....	117
CAPITULO III.....	143
O EXTERIOR: UM DOS CAMINHOS ENCONTRADOS PARA A FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS ANGOLANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA.	143
3.1 EXPERIÊNCIAS OBTIDAS NO BRASIL COM O PROPÓSITO DE SE PENSAREM AÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO EM ANGOLA	145
3.1.1 <i>Grupo de Estudos Memória Educação e Cultura - GEMEC</i>	147
3.1.2-III <i>Fábrica de Idéias: a experiência de pesquisadores sobre Relações Raciais e Cultura Negra</i> 148	

3.1.3-A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP): seu papel no campo da educação não-formal.....	152
3.1.4-Um olhar sobre o Projeto sol: Uma experiência de educação não-formal.....	154
3.1.5 – CECOLA Centro Comunitário Irmão André.....	163
3.1.6-Projeto Gente Nova – PROGEN.....	170
3.1.7-Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente Salvador/Bahia.....	173
3.1.7-Um passado e um presente: a expressão da Capoeira de Angola.....	180
3.2 O A OPINIÃO DE EX-ESTUDANTES ANGOLANOS SOBRE O BRASIL.....	184
CAPITULO IV	193
UM OLHAR SOBRE OS DIVERSOS CAMINHOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO ANGOLANO.....	193
4.1 - A EDUCAÇÃO INFORMAL: O PAPEL DO ADULTO NA FORMAÇÃO DA NOVA GERAÇÃO	193
4.2 - A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL SOB A ÓTICA DA DIVERSIDADE CULTURAL EM ANGOLA	206
4.3 A VOZ DOS ANGOLANOS SOBRE PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	213
CONCLUSÕES	223
BIBLIOGRAFIA.....	235
ANEXO	249

INTRODUÇÃO

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

I - Natureza do estudo

Desde a formação em Filosofia, uma questão sempre esteve presente em mim: o estudo voltado para a *cultura* de Angola. Na graduação, o tema da Monografia defendida em Moscou (1986), tinha o título de *Revolução cultural e suas particularidades em Angola*, e nela abordei vários aspectos da nossa cultura angolana tanto a tribal quanto a urbana. O grande problema levantado neste trabalho consistia nas diversidades étnicas, levantando questões sobre como um povo, que vinha de um regime colonial, com costumes, hábitos, tradições e língua diferentes, poderia encarar um processo de construção de uma nação na qual estes elementos culturais fossem constitutivos em um todo, na qual as culturas locais, regionais ou tribais fizessem parte da cultura nacional e fossem aceitas como tal, num patamar de igualdade.

Um problema sempre caminhou paralelo à abordagem das questões de costumes, hábitos e tradições dos povos de Angola, diz respeito aos processos educativos. Tentava compreender como as tribos se encarregavam de transmitir seus elementos culturais para as gerações mais novas, mesmo com a presença do colonizador português que se utilizou de todos os métodos e formas possíveis para a sua destruição. Uma educação que denotando grande resistência cultural necessita hoje de pesquisas e implementação, para torná-la cada vez mais viva e com uma abrangência a toda população.

É necessário respeitar o fato de que bem ou mal cada tribo tinha e tem, sua forma de conservar as raízes culturais próprias e a educação formal, exerceu restrições imensas em relação a cultura de todas as tribos ou povos de Angola. Entretanto essas pressões formais não abrangiam toda a população angolana e o nível de analfabetos constituía 80%

da população em 1974¹, demonstrando a pouca atuação da escola formal no país, antes da independência.

Estas questões constituíam um conjunto de preocupações em minha vida pessoal e profissional. Após o regresso para Angola, vindo da Rússia, fui colocado em províncias onde as línguas maternas se diferenciavam da minha, como a de Cabinda, cuja língua é o Fioth e a Província de Uíge, onde língua é o Kikongo e, pude verificar o quanto as questões étnicas eram complexas para a realidade angolana. Estes dois povos valorizavam suas línguas e faziam uso constante delas no seu dia-a-dia, o que não era comum nas cidades onde vivi, como Luanda e Ndalatando (estas províncias de etnia kimbundo²). Isso me incentivou a querer aprofundar os estudos sobre a cultura dos povos de Angola.

Tendo sido transferido para trabalhar em Luanda, no Ministério da Educação, meus horizontes aumentaram sobre a realidade de outros povos, uma vez que tinha a possibilidade de viajar para outras províncias com hábitos, tradições e costumes diferentes. Durante as visitas, uma situação começou a chamar-me a atenção; já havia verificado isso em Luanda, mas somente tive minha atenção despertada quando verifiquei tal situação em outras províncias, principalmente na Província do Cunene, destruída, em 1981, pelos sul-africanos: o número de *meninos de rua* crescia sem parar.

Fui questionando-me sobre como seria a vida destas crianças, qual seria o seu cotidiano, seria a escola parte dos seus projetos de vida e eles teriam um projeto de vida, qual seria? São perguntas que fazia para mim mesmo e para as quais nunca havia elaborado uma resposta, porque não vivia tais situações e nem tão pouco havia conversado com aqueles que as viviam.

Estas questões continuaram presentes e foram reforçadas nos anos de 1992/3, quando o país entrou numa guerra generalizada e a cidade de Luanda passou a ser o refúgio de cidadãos vindos de outras províncias e em consequência disso, a situação dos meninos

¹ A taxa de analfabetismo em Angola é de cerca de 70%. não se tem dados exatos devido a situação da guerra civil no país. No capítulo seguinte falaremos do processo de alfabetização.

² Pode ser escrita Kimbundu ou kimbundo.

de rua se complicava, dia após dia. Devido minha atuação no Gabinete de Apoio do Ministério da Educação, como membro da sub-comissão de apoio aos deslocados, tomei a decisão de efetuar um estudo a respeito desses meninos ao ter me candidatado ao curso de mestrado na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo no Brasil. Propus o tema de pesquisa: *Meninos de rua: suas particularidades em Angola*. Os trabalhos de campo para esta pesquisa foram realizados em Angola e, durante a pesquisa, surgiu um novo problema centrado na relação entre os meninos de rua e a proposta educacional que lhes era oferecida. Não pude estudar profundamente esta questão no mestrado porque, ao meu ver, carecia de tempo suficiente e de maior aprofundamento do referencial teórico.

Assim sendo, reservei esta temática para o curso de doutorado, submetendo a proposta de pesquisa original à Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, para a qual fui selecionado. Em uma discussão com a Professora Doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson, minha orientadora, procuramos analisar quais seriam as variantes que permitiriam alcançar a realização deste estudo, tendo em vista as questões, ainda sendo preocupações iniciais, que me acompanhavam desde a graduação: a grande diversidade de hábitos, costumes e tradições do povo angolano e, os meninos que vindo da rua, cursam as escolas formais em Luanda. Como integrar estes meninos ao sistema educacional?. Qual tipo de educação possibilitaria formar estes cidadãos segundo a visão do “*homem novo*”, tomando como base a linha política do Partido no Governo de Angola?

Esta pesquisa aparece, então, com o objetivo de analisar a visão dos técnicos angolanos, a respeito do processo de formação do “*homem novo*” em Angola, pois eles constituem os elementos principais na modificação das políticas para a formação dos angolanos. Esta análise leva em consideração os três sistemas políticos que o país já vivenciou (o colonial, o de orientação socialista e o atual, inserido na economia de mercado). Para tanto, esta investigação baseou-se em três etapas:

a) . Pesquisa bibliográfica

A pesquisa documental, realizada com vista a obter informações sobre a problemática em estudo, se deu com material escrito, textos oficiais, pertinentes ao assunto e objetivando a consecução de um resultado que pudesse demonstrar a atual realidade de Angola.

A recolha bibliográfica foi realizada na Biblioteca Provincial de Luanda, na Biblioteca do Museu de Antropologia (Luanda–Angola), no Arquivo Histórico Nacional (Angola), nos Arquivos do ensino geral do Ministério da Educação (Luanda–Angola) e contou, ainda, com o acervo bibliográfico do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro–Brasil), da casa de Angola (Salvador–Bahia) e do Centro dos Estudos Africanos da USP (São Paulo–Brasil). As principais referências para a eleição e busca da bibliografia de autores brasileiros e estrangeiros, foram as bibliotecas setoriais da UNICAMP.

b) . Localização e definição da área de investigação

O objetivo desta pesquisa consistia dentre outros itens analisar as falas de técnicos angolanos que exercem suas atividades em Angola. Sendo assim a pesquisa de campo ocorreram em Luanda. A escolha de Luanda foi condicionada pelo fato de ser a capital do país e também porque a política de educação em Angola ainda é centralizada. As províncias não possuem políticas próprias de educação e ensino, as orientações, a elaboração de projetos de ação, assim como o controle das atividades dependem de Luanda, razão pela qual a pesquisa foi feita nesta cidade, onde funciona todo o aparato estatal.

Angola é um país situado ao sul do continente africano, com uma superfície de 1.246.700 Km² e população estimada em onze milhões. A população do país é,

majoritariamente, negra e de origem Banto³. O país foi colonizado por Portugal de 1482 até 1975.

Antes da colonização, o território era dividido em reinos: Kongo, Ndongo, Bailundo, Kasanje, Matamba, Chiyaka, Ndulu e Chingolo. A presença dos portugueses alterou a divisão administrativa, espalhando as populações e fragmentando as formações culturais dos povos. Hoje, Angola é dividida em dezoito Províncias⁴ e essa divisão não obedeceu a étnica-lingüística, inicialmente ela foi feita de acordo com o interesse econômico dos portugueses. Embora se sabe que numa mesma província encontram-se vários pequenos grupos étnicos, geralmente as províncias são caracterizadas da seguinte maneira:

- 1 – Cabinda: *povos Fiot*;
- 2 - Zaire e Uige: *povos Kicongo*;
- 3 - Malange, Kuanza-Norte , Bengo e Luanda: *povos Kimbundo*;
- 4 - Móxico, Lunda-Sul e Lunda-Norte: *povos Tchokué*;
- 5 - Bié, Huambo, Kuanza-Sul, Benguela, Lubango e Namibe: *povos Umbundo*;
- 6 - Kuando Kubango: os povos Nganguela.
- 7- Cunene: *povos kuanhama*.

Entre estes povos, existem pequenos subgrupos étnico-lingüísticos, cerca de 90 deles em Angola e é difícil delinear fronteiras que permitam delimitar onde começa e termina o território coberto por uma língua tribal.

A Província de Luanda, onde foi realizada a pesquisa de campo, fica situada ao norte de Angola (povos Kimbundo). Na prática, é uma província multi-étnica, quer dizer, é a província com maior diversidade étnica e lingüística do país. Esta Província, hoje, abriga um número considerado de refugiados de guerra, principalmente nos Municípios de Viana e

³ Os povos Banto são grandes grupos étnico-lingüísticos que povoam a África Central e Austral. Para maiores detalhes, ver o livro de Carlos Rocha Dilolwa, *A contribuição à história econômica de Angola*. Luanda, União dos Escritórios de Angola. 1978.

⁴ Benguela, Bengo, Bié, Cabinda, Cunene, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Kuando-Kubango, Malange, Moxico, Namibe, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Huambo, Huila, Uige e Zaire.

Cacuaco. O município de Viana foi uma das localidades pesquisadas por possuir um dos maiores centros de refugiados do país.

c) . Entrevistas e observações

Foram entrevistados 30 técnicos que trabalham no Ministério da Educação e Cultura, em cargos dos mais diversos escalões, como: o Vice-Ministro da Cultura; Diretor Nacional do Ensino Geral; Diretora do Gabinete da Vice-Ministra do Ensino Geral, Diretor Provincial do Ensino Geral de Luanda, Delegado (Secretário) Municipal da Educação de Viana; Chefe de Departamento de Investigação do Museu de Antropologia; Chefe de Departamento de Museologia do Museu de Antropologia; Diretor em exercício da Direção Nacional do Patrimônio Cultural; Diretor da Escola do II e III níveis de Viana; Diretor Geral do Centro Escolar de Viana; Diretor da Escola do I nível nº 220 no Município da Maianga. Foram entrevistados, técnicos de nível básico, médio e superior⁵ da sede Nacional e Delegações Municipais, assim como professores/as das escolas públicas e privadas.

A pesquisa contou ainda com a contribuição de técnicos de outras áreas, principalmente os ex-estudantes angolanos na República Federativa do Brasil, como:

Albano Ferreira - do Departamento de Fisiologia, da Faculdade de Medicina, doutorado em Ciências Fisiológicas, na Universidade Federal do Espírito Santo-Vitória;

Donato, Chefe de Departamento de Investigação Científica, do Instituto Superior de Relações Internacionais anexo ao Ministério das Relações Exterior, mestre em Direito Internacional, pela Puc do Rio de Janeiro;

Filomena Jardina, Chefe de Departamento de Contratos, da Secretaria de Estado da Habitação de Luanda, bacharel em Direito pela Puc de São Paulo;

Francisco Fortunato, Consultor Econômico da Fundação Eduardo dos Santos (Fesa) e Diretor do Grupo Surinvest, doutor em Economia pela USP, São Paulo;

José Galiano, Chefe de escritório jurídico e Professor Universitário, mestre em Direito pela PUC do Rio de Janeiro;

⁵ Estes técnicos desempenham funções administrativas no Ministério de Educação.

Madalena Neto, Diretora da Direção Nacional de Apoio aos Deficientes, do Ministério da Reinserção Social, mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Pedro da Silva Feijó Sobrinho, Diretor dos Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, mestre em Direito Internacional pela Universidade de Brasília;

Manuel Nazareth Neto, Diretor do Porto de Luanda, mestre em Administração de Empresas pela PUC do Rio de Janeiro.

Nas enquetes realizadas, 10 entrevistados não permitiram o uso do gravador nem a sua identificação. Também é importante destacar que, além das entrevistas, várias informações foram dadas em conversas particulares e coletivas com professores de vários níveis, por ocasião das visitas realizadas nas escolas, e recuperadas através do caderno de campo.

Antes de registrar as entrevistas, foram realizados contatos preliminares, que resultaram na escolha dos entrevistados. Deu-se preferência a professores e técnicos administrativos cujas atividades estavam ligadas à área de formação. Para os ex-estudantes no Brasil não se obedeceu algum critério específico. Todos foram contatados na base de indicação, quer dizer, bastou conhecer um e este indicou o segundo e assim por diante.

d) . Visitas Realizadas

Durante a pesquisa em Angola, foram realizadas visitas de observações nas seguintes Instituições: União Nacional dos Artistas e Compositores; União Nacional dos Artistas Plásticos; União dos Escritores Angolanos; Associação Provincial do Carnaval; Instituto de Línguas Nacionais; Museu Nacional de Antropologia; Museu Nacional de Escravatura; Arquivo Histórico Nacional; Instituto Nacional dos Assuntos Religiosos, Biblioteca Provincial de Luanda; Centro Escolar de Viana; Escola do II e III níveis de Viana; Escola do I nível nº 220 do Município da Mainga e Instituto Provincial da Criança. Estes locais foram escolhidos depois de se efetuar um levantamento através de diálogos com técnicos e dirigentes do Ministério da Educação. A maioria dos locais foi definido

num encontro com o Vice-ministro da Educação pela Cultura Dr. Fragrata e o Diretor do Gabinete da área de cultura Dr. Oscar.

Nas visitas, procurei inteirar-me sobre as principais atividades da Instituição, seu quadro orgânico, as relações entre as pessoas. Durante este período, tentei dialogar com os funcionários das Instituições e, no caso das escolas com alunos e professores. O diálogo informal veio, de certa forma, a contribuir para análise dos fenômenos e situações observados nestas Instituições, relacionados com o processo de educação, e isto foi possível através do registro dos mesmos, no caderno de campo.

d) Visitas em Instituições brasileiras para a obtenção de experiências de educação não formal

Desde a formulação da proposta de pesquisa sobre *a formação do homem novo: análise da visão dos técnicos governamentais atuando hoje em Angola* houve a preocupação de constar nos objetivos a obtenção de experiências brasileiras no campo da educação não formal, para se possa pensar no processo de formação dos cidadãos angolanos. Não se pretendia, com a pesquisa, demonstrar ou descrever somente aquilo que os técnicos formados no Brasil e em Angola pensam a respeito da formação do homem novo, pretendia-se sim compreender que “homem novo” se trata e como eles analisam este “homem novo” nas condições de Angola, e daí procurar abordar de forma reflexiva como os técnicos poderiam contribuir para este processo de formação que simultaneamente influenciará no próprio processo de reconstrução nacional. E como hoje a maioria dos técnicos de nível superior se formaram no exterior, por si só já nos mostra uma contribuição com outros países na formação dos cidadãos angolanos. Mas desde já partimos da hipótese que a formação não necessariamente se resume nos conhecimentos adquiridos nas universidades, essa hipótese nos encaminha a outros estudos como em Centros de educação não formal. Isso principalmente porque nestes Centros se prioriza a abordagem das

diferenças, uma questão contundente hoje em Angola na formulação de propostas sobre a formação dos cidadãos.

É assim que, para obtenção de experiências, foram realizadas visitas nas seguintes Instituições: Projeto Sol de Paulínia – SP, divididos em quatro bairros: Projeto Sol do Morro Alto, Projeto Sol do Morumbi, Projeto Sol do João Aranha e o Projeto Sol do Monte Alegre; CECOIA - Centro Comunitário Irmão André - Souza; PROGEN – Programa Gente Nova – Campinas; Projeto Axé - Salvador nos seguintes núcleos: Biblioteca Capitães da Areia, Centro de Formação, unidade de Pelô, Unidade Casa dos Sons – Pelourinho, unidade de Dança, unidade Ayrton Senna e unidade de Saúde; Centro de Estudos Afro-Orientais – Salvador; Casa de Angola, VIDA Brasil e Capoeira do Mestre Cláudio – Feira de Santana.

O contato com estas entidades contribuiu bastante para os resultados desta pesquisa, a diversidade não só se notava no seu cotidiano, como também entre os centros visitados. Todos trabalhavam o conceito “cidadania”, e procuravam enquadrar os que eles chamavam de excluídos no convívio social. Independentemente de o Brasil ser um país economicamente rico, existe uma unanimidade nos locais visitados que a distribuição desta riqueza não tem sido justa e isso conduz parte da população na miséria, e é para esta população que seus programas estão voltados. Várias questões são levantadas no cotidiano destas Instituições e uma delas é a falta de profissionais qualificados.

e) Capacitação de técnicos que trabalham com a diversidade cultural.

Além de visitas a Instituições que trabalham com a educação não formal, constituiu ainda foco de pesquisa, cursos e outros tipos de atividades, o curso sobre relações raciais e cultura negra, organizado pelo Centro de Estudos Afro-asiático da Universidade Cândido Mendes, para profissionais que trabalham com a cultura negra no Brasil, foi uma experiência importante, pois durante o curso sobre o método de debates foram discutidos temas possíveis de serem refletidos na realidade angolana. O próprio ato de se reunir para discussão a respeito das diferenças culturais já contribuiu para o escopo desta pesquisa, mostrando como uma das vias na solução destas questões é o encontro, o debate coletivo

onde cada um tenha sua opinião e sua convivência para procurar deste singular a coletividade.

Uma outra experiência foi a participação direta na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp. O trabalho aqui é diferente em relação às Instituições acima referidas, um trabalho também de educação não formal só que neste sentido não com crianças e adolescentes mas sim com adultos, principalmente com os desempregados, com níveis acadêmicos baixos ou inexistentes, é um tipo de educação não formal com realidade diferente daquelas entidades visitadas, isso nos remete ao trabalho de Giglio (2001)⁶ que mostra que a educação não formal não tem limite de idade e isso torna-se cada vez mais importante para a reflexão da realidade angolana, embora sua população seja majoritariamente jovem, também existe um número considerado de adultos geralmente analfabetos e com a situação de guerra, desempregados pois suas atividades eram agrárias. O trabalho com esses cooperados decorreu em caráter de troca de conhecimentos entre monitores e cooperados, a oralidade neste caso predominou, como também constitui destaque nesta pesquisa.

2 – A importância do uso da metodologia da história oral

Ao pensar nas questões educacionais e na possibilidade de enfocá-las sócio-historicamente, percebemos que a África pode ser analisada sob dois ângulos distintos: a) a quase não existência de documentação escrita referente sobre a cultura e sua evolução e b) a existência de uma superabundância de dados primários na memória coletiva, transmitidos de geração a geração, através de relatos dos ancestrais. Nesta pesquisa, pretende-se trabalhar com a cultura no sentido amplo, quer dizer, respeitando também os elementos tradicionais antes desprezados e que hoje se conservam através da memória dos sujeitos. Tendo isso como propósito, esta pesquisa sobre a formação do “*homem novo*” realizada em Angola, foi privilegiada pelas informações obtidas diretamente dos agentes que atuam na

⁶ Os Ganhos das descobertas das perdas nos processos de aposentadoria.

educação, ao compreendê-los como indivíduos cuja história, tanto de vida quanto profissional, permanecem ligadas a um passado tradicional e colonial. Portanto, são fortes as heranças de uma Angola tradicional, assim como as heranças do regime colonial português nas ações dos indivíduos, que contribuem para o processo educacional presente neste momento. Segundo Kenski (1994:109)

“As pessoas não têm, em suas memórias, uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorreram no passado, pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de construir-se uma visão do passado e transmiti-la oralmente de acordo com as necessidades do presente”

Valorizando as múltiplas possibilidades de visão do passado e transmissão oral apontadas por Kenski (1994:109), a busca das opiniões através de entrevistas aos técnicos angolanos envolvidos no processo de formação educacional, nortearam o trabalho, já que suas diferentes informações e experiências contribuiriam para uma reflexão, seja do passado ou do presente. Como apontou Demartini (1997:295)

“Os estudos e a documentação escrita geralmente fazem referência apenas a opiniões de autoridades escolares e educadores de maior projeção e muitas vezes apenas ao ensino ministrado na escola normal O que nos interessa, aqui, entretanto, são as opiniões dos próprios professores, obtidas através de histórias de vida coletadas junto aos mesmos”

Uma abordagem em relação à realidade cultural em Angola, onde existem poucos registros escritos, deve ser considerada através dos seguintes aspectos: a) *a expressão cultural* que, por vezes, designa uma visão estática congelada no tempo, denominada de “pura” ou “indígena”, sem sofrer qualquer alteração, por força de invasores ou da colonização europeia e b) *a expressão cultural tradicional* que não é fechada, incluindo vida cultural colonial e pós-colonial. Estes dois itens orientam a priorização da metodologia da história oral no desenvolvimento da pesquisa porque, segundo Ricoeur (apud Araújo, 1997:88):

“Não há simbólica antes do homem que fala, mesmo se a potência do símbolo está enraizada mais abaixo: é na linguagem que o cosmos, o desejo e o imaginário ascendem à expressão: é preciso sempre, numa palavra, retomar o mundo e fazer

com que ele se torne hierofania. O mesmo acontece com o sonho que permanece fechado a todos, enquanto que não emerge ao plano da linguagem pela narração”.

O processo de educação e/ou a transmissão de conhecimentos também acompanha as transformações políticas e econômicas que ocorreram no país. Ao focalizarem o período colonial, pode-se compreender, nas falas dos sujeitos, que os colonizadores ofereceram não uma nova vida, mas uma caricatura dela, o que se refletiu também na educação oferecida a eles, uma educação que pudesse servir ao regime político vigente. Como retratou Araújo (1964:30) referindo-se à educação colonial *“A educação deve favorecer as coisas práticas e limitar a sua atenção à obtenção de mais altos níveis de cultura além daqueles que são importantes para a coesão social”*. Este discurso, portanto, faz parte de uma das lembranças guardadas na memória dos entrevistados, resultado da herança colonial na qual o interesse, neste período, não consistia em ensinar a cultura, a geografia ou a história dos povos da África, mas a cultura dos povos da Europa, com propósito, essencialmente, de “desafricanizar”. Gonçalves (1995:90), ao referir-se ao ensino primário na África, ressaltou que:

“Na História do ensino português em África não pode deixar de ser referida a importância da missionação, enquanto veículo difusor não só da religião cristã mas também da língua e da cultura portuguesas. Influência que se fará sentir desde os primórdios da nossa presença em África constituindo um importante complemento de que o Estado não poderá deixar de se servir”.

Isto demonstra, claramente, a política discriminatória e seletiva da administração portuguesa praticada no meio dos angolanos. Assim, a localização das poucas escolas, a obrigatoriedade de “assimilação” e a escolarização, feita em língua portuguesa, por si só espelham os objetivos do colonialismo que buscou a assimilação da cultura portuguesa em detrimento da cultura e línguas nacionais.

A colonização portuguesa mudou de forma substancial os trilhos do desenvolvimento da arte africana tradicional em Angola. Durante quase cinco séculos, o imperialismo português foi executando a sua “missão civilizadora”, o sistema de ensino

estava inserido no mecanismo de exploração e opressão da população, tornando restrito o número de autóctones que tinha acesso a instrução elementar⁷

Mesmo assim, ressalta-se também que o ensino era de baixa qualidade assim como era fraca a preparação dos “técnicos” e das pessoas que obtiveram a formação nestes estabelecimentos de ensino. Esse quadro de pobreza educacional foi uma consequência do sistema de instrução colonial que se caracterizava pela falta de escolas “especialmente nos meios rurais, onde vivia a maioria da população” (Falas de entrevistados) pela insuficiência de professores, pela discriminação da população africana no acesso a níveis mais elevados de ensino. Na abordagem sobre o processo de ensino no período colonial, Lara (1997:216), destacou o seguinte:

“Os nossos estudantes, obrigados a assimilar a cultura portuguesa, são compelidos a fazer os seus estudos universitários na Metrópole. Aliás, nos raros liceus existentes nas colônias, somente uma pequena minoria de africanos pode prosseguir os seus estudos. O ensino primário especial ministrado aos indígenas está totalmente entregue às missões católicas que colaboram com as autoridades na ignóbil tarefa de destruir os fundamentos da cultura tradicional em proveito da aprendizagem da língua portuguesa e da obediência às autoridades portuguesas. As organizações que procuram defender os interesses dos intelectuais africanos ou o desabrochar das culturas africanas são absolutamente proibidas”

Esta realidade vivida pelos povos angolanos demarcada por inúmeras restrições, desde a forma de vestir-se, os hábitos, a culinária, perpassando até pelas línguas nacionais que eram consideradas por muitos como “dialetos”, pois as crianças e a juventude eram proibidas de se pronunciarem através das línguas maternas, consideradas pela classe dominante como “língua de cão”, o que impedia, assim, o seu desenvolvimento. Gonçalves (1995:93), deste modo, descreve o processo educacional angolano e as restrições sofridas pelos alunos:

“na 1ª classe, lecionar-se-iam os rudimentos de Leitura, Escrita e Aritmética, Doutrina Cristã e trabalhos de agulha e labores para o sexo feminino. E advertia-se que ‘...nas localidades onde fosse completamente impossível ministrar-se o ensino

⁷ Segundo o Ministério da Educação. Reforma do Sistema de Educação e Ensino. 1978. até 1974 só 15% da população angolana sabia ler e escrever.

em português, poderia o professor fazê-lo em língua indígena, porém, provisoriamente e acompanhando-o de noções práticas sobre a língua portuguesa, a fim de gradualmente ir exercitando os alunos até à compreensão do idioma português'. Era importante que nesta 1ª classe se corrigissem os vícios de linguagem que tendiam a corromper a língua portuguesa”

Como resultado deste processo de restrições lingüísticas que atuou durante o período colonial, pode-se, facilmente encontrar, atualmente, cidadãos que pertencem a um determinado grupo étnico-lingüístico que nem sequer conhece uma palavra da sua língua materna. Encontramos também indivíduos que compreendem o que lhes é transmitido através da língua materna, mesmo sem conseguir pronunciar-se nesse idioma. As línguas nacionais foram sufocadas quase de maneira sistemática e, injustamente, os programas de ensino oficial impediram o seu uso e manutenção.

Paralelamente à “culturalização” (aculturação) portuguesa, as famílias angolanas procuraram de todas as formas manter no âmago do lar e das relações familiares a cultura e a língua, como uma forma de resistência ao regime colonial. As manifestações de resistência baseavam-se principalmente em contos, histórias, no artesanato, e em conhecimentos acumulados de geração a geração, ligados à agricultura, à pesca, à caça, a utilização de ervas medicinais. Neste sentido, um papel importante foi desempenhado pela oralidade, pois, felizmente, a tradição oral manteve-se com certa integridade no interior do país, isto nos permite dizer que uma boa parte da cultura e vida dos povos angolanos sobreviveu graças à ela.

É importante ressaltar que a política de restrições vigente neste período não se resumia apenas ao uso das línguas, mas sim estendia-se a todas as manifestações culturais, não sendo permitidas manifestações artísticas angolanas nos palcos considerados portugueses, (geralmente em recintos públicos). Para os portugueses, tudo o que se referia a cultura do cidadão angolano, todo o seu patrimônio de valores culturais, incluindo a língua, hábitos e costumes, artes, tradição oral, constituíam exemplos de selvageria.

Se no plano político a nação angolana encontrava-se numa fase de submissão à força coercitiva das armas e do poder ideológico, uma resistência crescia no meio da

população, procurando educar suas novas gerações a partir da transmissão de conhecimentos e vivências acumuladas. Os angolanos, deste modo, buscavam realizar essa transmissão paralela, geralmente em áreas residenciais, nos bairros negros, nas aldeias (Kimbos) onde, predominantemente, viviam as populações autóctones. Nestas localidades se praticavam as *fogueiras* na qual, ao redor de sua chama que iluminava as reuniões, as trocas de informações importantes para o grupo e as manifestações culturais aconteciam. Estas práticas de resistência cultural fazem parte da vida dos povos, de sua história, pois como nos diz Neves (00:111)

“a história, como produção de conhecimento, não só induz ao afloramento de lembranças pela memória, como procura, por meio de um tratamento acadêmico racional, ordenar os vestígios, relacionando-os à trama de reconstituição do processo histórico em todas as dimensões que lhe são peculiares”.

Tomando como referência a fala de Neves, destacamos aqui, mais uma vez, a grande importância da metodologia da história oral, pois os povos angolanos, limitados na escrita tinham como recurso principal para a transmissão cultural a prática verbal. Por sua vez, nem sempre havia concordância no conteúdo, pois, dependendo do expositor, ou seja da pessoa que narrava os fatos, estes surgiam em versões diversas. Para Neves (00:112) *“uma das maiores potencialidades da metodologia da História Oral refere-se ao seu caráter heterogêneo e essencialmente dinâmico de captação do que passou, segundo a visão de diferentes depoentes”*.

A oralidade se tornou, portanto, parte importante na luta de libertação nacional. Mesmo após a independência, esta prática continuou sendo positivamente reconhecida. É assim que nos documentos do Governo do MPLA se destaca que, “educar o homem numa ardente vontade de atingir objetivos sociais elevados, é dar-lhe uma sólida preparação ideológica e ensiná-lo a ter atitude verdadeiramente criadora, partindo das nossas tradições expressas por via oral” (1990:56). Assim, ao focalizar diretamente a educação a pesquisa necessitou utilizar-se da metodologia da história oral pois, como considera Neves (00:112),

“a metodologia da história oral, que, sendo uma produção intelectual orientada para a produção de testemunhos históricos, contribui para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões sobre o que passou. Além de contribuir para a construção/reconstrução da identidade histórica, a história oral empreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida coletiva”.

Durante os estudos a respeito da formação do “homem novo” em Angola, a questão histórica esteve presente, partindo do princípio de que, a formação dos agrupamentos de tribos e o conseqüente estreitamento dos laços econômicos e culturais entre os povos angolanos, os conflitos armados e as migrações provocadas pelo aumento do número de homens e mulheres, bem como o aparecimento da propriedade privada e das classes sociais, levaram a uma mistura progressiva dos seres humanos baseada não simplesmente nos laços originais do sangue, mas também no laço territorial, o que provocou o surgimento de uma nova forma de comunidade histórica. Em Angola, registram-se atualmente, grandes grupos étnicos como: Bacongós, Quimbundos, Ovimbundos, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ambos, Hereros, Xindongas, entre outros, que num mesmo território, se assemelham em diversas características por serem, quase todos, oriundos do grande povo Bantu. Mas, simultaneamente, é possível encontrar entre estes povos grandes diferenças culturais quanto a hábitos, costumes, tradições que os caracterizam como pertencentes a esta ou àquela região geográfica.

É patente também que as particularidades do passado histórico, da formação e do desenvolvimento deste país, hoje Angola, a originalidade da sua estrutura econômica, da sua cultura, do meio geográfico, e da trajetória histórica, do modo de vida e das tradições deixaram marcas na construção da nação. Os povos de Angola viviam sob a estrutura de reinos, até a presença de Diogo Cão, o português que “descobriu” Angola, mas a partir deste momento iniciaram-se as mudanças no modo de vida das populações e novas opiniões e idéias apareceram, entrando em conflito com as já existentes.

É certo que as velhas opiniões e os hábitos foram desaparecendo aos poucos, dando lugar a novos costumes e visões de mundo, favoráveis ou não ao seu povo (população nativa). Essa ação não ocorreu espontaneamente, cabendo à educação, nos

moldes impostos pela colonização, a função de eliminar as culturas originais, por um lado, e por outro, os povos divididos em grandes ou pequenos grupos étnicos procuraram, cada qual, a conservação dos seus valores culturais, transmitindo-os de geração a geração, destacando aqui a necessidade de um processo educacional baseado em métodos pedagógicos mais democráticos que possibilite a compreensão das diferenças regionais, como fazendo parte do patrimônio cultural nacional. Como diz Touraine (1999:322),

“Uma educação centrada na cultura e nos valores da sociedade que educa cede o lugar a uma educação que concede importância central à diversidade (histórica e cultural) e ao reconhecimento do outro. a começar pela comunicação entre rapazes e moças ou entre jovens de idades diferentes, para estender-se a todas as formas de comunicação intercultural”

Para uma melhor identificação da diversidade cultural existente no país que, em Angola, faz-se necessário realizar o estudo das diversas culturas regionais, porque não é suficiente falar que os Kimbundo são diferentes dos Umbundo. É importante, portanto, destacar entre estes grupos étnicos dados comum entre eles, e com uma abordagem através da metodologia da história oral, seguramente, poder-se-á encontrar vários elos importantes para a proposta da formação do homem novo, semelhanças que não eram de interesse do governo português ressaltar. Nessa busca através da metodologia da história oral pode-se compreender, através de Neves (00:113) que:

“o homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da história. A história, como processo, é compartilhamento de experiência, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos”.

A sociologia mostra estar cada pessoa vinculada à sociedade por um conjunto de leis ou normas, e que suas condições de vida dependem integralmente do nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade mais ampla numa determinada época. Assim, como seus interesses espirituais, a maneira de pensar, seus princípios morais, tudo isso é resultado da influência do meio social, o que mostra a força das tradições nacionais e universais, formadas por uma série de gerações, e isso levou a essa pesquisa ter priorizado

a metodologia de história oral, e cuja principal fonte de informação constituía-se pelas informações fornecidas pelos indivíduos através de entrevistas semi-abertas. Os dados do trabalho se apresentam estruturados em capítulos que abaixo mencionaremos.

3-A estrutura da tese:

A tese sobre o tema o Homem novo: análise da visão dos técnicos governamentais que atuam hoje em Angola, se estrutura: introdução; quatro (4) capítulos; conclusão e bibliografia.

O Primeiro (I) capítulo apresenta um enfoque histórico, são desenvolvidas neste item descrições sobre o processo de educação no período colonial (1842-1975), a respeito da educação, no período de orientação socialista (1975-1992) e a descrição da educação na atual fase de desenvolvimento de Angola, iniciada após as primeiras eleições em 1992. Além das descrições constam também as opiniões dos técnicos angolanos a respeito das fases do desenvolvimento educacionais, no território de Angola.

O Segundo (II) capítulo trata da questão fundamental da pesquisa a formação do homem novo, é ressaltada a política do governo de Angola sobre a formação do homem novo, nas fases de orientação socialista e a atual. É discutido o conceito de homem novo com base em: Araújo (1997), Kerilenko (1989), Freire (1984, 1987) Neto (1985) e Kosik (1995) e analisada a visão dos técnicos a respeito desta temática.

O Terceiro (III) capítulo é desenvolvido com base nas experiências de educação não formal no Brasil. Este capítulo surgiu para mostrar que o processo de formação do “homem novo”, não é uma tarefa limitada nas fronteiras internas de Angola, ela tem uma contribuição externa, devida principalmente a situação histórica do país, na qual a maioria da população era analfabeta, até a independência, em 1975. O envio de angolanos para o estrangeiro constitui um caminho para a formação dos cidadãos e por sua vez estes têm hoje a tarefa de reconstrução nacional, esta atividade não se limita no setor educacional.

O Quarto (IV) capítulo trata dos mas diversos caminhos para a constituição do indivíduo, partindo para a idéia de que a formação não é e nem será simplesmente tarefa da escola formal, vários campos se propõem nesta árdua atividade oferecendo uma educação não como complemento da escola formal (convencional), mas sim diferente. Assim se desenvolve neste capítulo a transmissão de conhecimentos através da educação não formal nos pressupostos de Afonso (1999, 2001), Gohn (1997, 1999), Garcia (2003) e von Simson (2001), uma educação na qual diferencia da tradicional, pelo seu caráter voluntário, pela flexibilidade, não fixação de tempo nem de espaço, que vem estimulando a coletividade. Uma educação que os povos de Angola conhecem a séculos, embora sem esta conceituação. Ainda neste capítulo se desenvolve o debate sobre a educação informal na visão de Makarenko (1979, 1986), Afonso (1999) Tolstoi (1985) e Macedo (1996). Estas duas discussões são reforçadas com as falas dos técnicos angolanos.

A *Conclusão*, neste item procurou-se mencionar aspectos discutidos no texto - exemplo o que se compreende por homem novo, na visão dos técnicos e do governo, como esse homem novo pode ser formado e porque a necessidade de se falar de um novo homem. Ela é uma proposta política ou pedagógica? Essa discussão levou-nos elaborar algumas sugestões para o processo de formação dos cidadãos angolanos.

Bibliografia, embora destacamos que o trabalho consistia em análise da visão dos técnicos sobre a formação do homem novo, ela obedeceu a um referencial teórico constituído de literaturas estrangeiras e nacionais assim como documentos governamentais que fundamentam a teoria de formação do homem novo.

CAPITULO I

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA ONTEM E HOJE.

“Temos diante de nós um passado a lembrar. Temos diante de nós também um presente e um futuro. O passado que é um passado de luta, o presente ainda é presente de luta e o futuro será um futuro de luta. Lutas diferentes, mas sempre luta. Porque lá onde não há luta, onde não há contradições, não há vida. Assim explica a dialética da existência” (Neto, 1985:143).

1.1- Aspectos da educação no período colonial (1482 –1975)

"O colonialismo português é um dos mais terríveis de entre os que se manifestam em África. Por esta razão, as populações que lhe estão sujeitas encontram enormes dificuldades para porem cobro a esta ocupação disputadora que nunca admitiu sequer o princípio da autodeterminação dos nossos povos...A situação social do indígena é realmente terrível” (Lara, 1997:214).

Para a discussão do tema *homem novo em Angola*, é necessário, inicialmente compreender o processo de educação no período colonial, considerando não ter reportado a aspectos educacionais anteriores, a presença de Portugal, pois os povos que habitavam num território extenso, onde localiza-se Angola, organizavam-se em uma estrutura política de reinos, atualmente integrando outros países como: Congo Brazzavile, Congo Kinshasa, em virtude da separação territorial realizada e consolidada na Conferência de Berlim, ao final do século XIX, na qual as fronteiras entre os antigos reinos foram definidas sem se respeitar os diversos grupos étnicos existentes.

Angola foi uma das colônias portuguesa em África, cujo período de ocupação decorreu entre 1482 a 1975, sendo este processo caracterizado por métodos de expansão do poder, consolidado gradativamente etapa por etapa nas distintas áreas e localidades do país.

Durante quase cinco séculos, Angola foi considerada uma Província de Portugal, e segundo sua política de dominação, todos os indivíduos deveriam ser reconhecidos como

cidadãos portugueses, tanto os nativos como os oriundos de Portugal, que recebiam as seguintes denominações:

- a) *colonialistas*, agentes da metrópole colonizadora;
- b) *colonos*; instrumentos da colonização. Estes, no entanto, selecionados diretamente pela metrópole para garantir o domínio do seu poder, como ressaltou Araújo (1964:47)

“Atendendo a que o homem é o elemento determinante do sucesso ou insucesso das empresas a que se dedicar, há que principiar pela referida seleção, baseada na robustez física, nobreza de caráter, preparação intelectual, moral e profissional dos candidatos. Deverá ser dada preferência aos novos e aos que disponham de melhor aptidão técnica, quer agrícola, quer profissional. Simultaneamente convirá preferir os candidatos casados, atendendo a que, além de cumprir a "assaz e importante função de socializar o indivíduo, a família regula as relações sexuais, assegura a satisfação das necessidades afetivas dos seus membros, possibilita os cuidados prolongados de que as crianças precisam, e transmite os valores da Cultura. Perdura como um ajuste poderoso de controle social e político e de diferenciação econômica". A mesma família, além de evitar possíveis perturbações sociais e de os seus membros constituírem elementos de trabalhos e de manutenção preciosos, proporciona uma predisposição moral que muito contribuirá para a radicação e integração desejadas”

Considerando, ainda segundo Araújo (1964:46):

“o emigrante português, além de trabalhador, tenaz sóbrio e disciplinado, sempre demonstrou, como mundialmente é reconhecido, uma aptidão especial para a adaptação ao ambiente tropical, bem como para as conseqüentes relações humanas, tolerando, transacionando, integrando, assimilando, o que originou as comunidades plurirraciais, que constituem motivo forte de orgulho quando à nossa peculiar maneira de estar no mundo e inquebrantável garantia do futuro e continuidade de tais comunidades”

Este processo, contudo, acabou por se constituir em orgulho para uns poucos portugueses, e o maior pesadelo para outros numerosos angolanos, pois a população de Angola, era explorada e submetida a uma divisão populacional de caráter ideológico entre “*assimilados*” e “*indígenas*”. Essa classificação facilitava uma colonização de exploração e povoamento, possibilitando, além disso, a utilização dos autóctones como recursos humanos atuando no processo colonizador, para isso recebiam uma preparação diferenciada que os levava a contribuir, na destruição e sufocamento da cultura nacional, introduzindo

mecanismos de origem européia, tanto culturais como de controle e garantindo, assim, a consolidação desta política, que comprometeu diretamente a autonomia estrutural, organizacional e as formas de gestão em Angola.

A introdução dos mecanismos de controle, a imposição de valores culturais europeus juntamente com a perda da autonomia nacional, acabou trazendo consequências não somente para a população, mas também para as políticas de educação adotadas. Salvo apenas a educação tradicional isto é, os conhecimentos transmitidos via oral no ambiente familiar da velha para nova geração. Para Fituni (1985: 50): *"a Política do colonialismo português era orientada no sentido de destruir os valores culturais existentes no seio da população africana"*.

Isso nos leva a perceber que a educação como política pública governamental, não se fazia sentir no meio das populações de Angola, onde tão pouco se podia falar de uma unidade, ou pelo menos num diálogo entre a educação formal e a tradicional, principalmente pelo desprezo que essa última sofria, pois de acordo com Brandão (1991:10): *"não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante"*. Este fato, nos possibilita refletir e questionar sobre o tipo de educação oferecida aos cidadãos, durante todo o período colonial uma vez que, tanto na realidade quanto na cultura das poucas crianças *negras* enquadradas no sistema de ensino, o professor (a) era considerado o detentor(a) de todo o saber, assumindo discurso do poder governamental estabelecido.

Portanto, a política implantada em Angola, reforça a idéia de que o governo português estava preocupado com o poder e com a preparação de uma elite local para exercê-lo em nome de Portugal, uma camada de técnicos para a área econômica com dupla fonte de conhecimento; européia (na escola) e da realidade local (via família e cultura tradicional de seu grupo de origem), e nunca esteve preocupado com a educação das massas, apesar de inicialmente, ter introduzido uma escola no território angolano, como ressaltam os documentos da Agência-Geral do Ultramar (1968: 49), *"em 1491, poucos anos depois da descoberta do rio Zaire por Diogo Cão, funcionava já, na capital do reino do*

Congo, uma escola onde era ministrado o ensino dos elementares conhecimentos de leitura e de escrita”, o que deixa de fora a generalização do saber, partindo dos conhecimentos encontrados por entre a população nativa. Entende-se deste modo, que a estruturação deste modelo educacional, vinculava-se somente às áreas de desenvolvimento econômico de interesse, pois segundo Araújo (1964: 30) como as atividades agropecuárias tornaram-se a base econômica para Portugal, então, era preciso:

“... organizar e intensificar o sistema de ensino dos autóctones no sentido de ele visar, sobretudo, as técnicas ligadas à exploração do solo, ou seja a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a avicultura, a piscicultura, etc. Tal ensino rudimentar deverá ser essencialmente técnico, baseando-se na demonstração e na extensão”

Na tentativa de oferecer elementos básicos, no século XVI registrando-se a disseminação do ensino através das escolas-capelas, orientadas pelos missionários, vale ressaltar que a Igreja, por meio da educação, desempenhou um extraordinário papel na política de ocupação do território nacional, considerando que: *“a influência cultural européia penetrava no sistema filosófico africano em grande medida através da religião”* (Fituni, 1985:50). Deste modo, foram criadas estruturas de âmbito religioso em locais centrais de abrangência ou de livre acesso a várias localidades povoadas por nativos, que recebiam a denominação de capelas, e por sua vez, eram dirigidas por um representante da igreja, este também responsável pela *“educação”* da população de sua jurisdição.

Segundo Gabriel (s/d: 500), no século XVII, os jesuítas instalaram uma escola de ensino primário destinada, essencialmente, a preparar alunos para o colégio religioso. Esta prática se generalizou em toda *“Província de Angola”*, e a educação, por sua vez passou a ser dividida é atribuída aos nativos pelos missionários, pois: *“o ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares”*.

Todo o processo educacional em Angola, durante o período colonial, deve ser analisado tendo em vista as descrições apresentadas por Fituni (1985: 55), a salientar que os indígenas deveriam ser considerados os habitantes autóctones de *“raça negra”* e os seus descendentes, nascidos ou que habitassem permanentemente no país e fora de um nível de

formação, bem como, experiência pessoal ou social, considerada necessária para atingir o nível de assimilados. Os assimilados, eram promovidos pelo quadro da aplicação do Direito Público e Privado a cidadãos portugueses, não seria o caso dos indígenas. O principal traço de distinção entre indígena e assimilado fazia-se na esfera cultural, pois para conseguir o estatuto de "assimilado" e obter o direito de cidadão português, o africano tinha de atingir os 18 anos de idade; falar corretamente em português; possuir uma profissão ou ocupação que lhe garantisse a si e aos seus o mínimo necessário para viver; "comportar-se condignamente"; possuir um determinado nível de formação e cultura; cumprir escrupulosamente o serviço militar e pagar os impostos. Os portugueses contavam com alguns chefes tribais e comerciantes portugueses espalhados no interior de Angola para controlarem a população assim como o processo de passagem de indígena para assimilado.

Assim, torna-se fundamental analisar os *assimilados* através de dois ângulos:

- a) alienados, que não assumindo a sua cultura, seu povo, sua história, denominaram-se “negros-brancos”, *negro pela cor da pele e branco na alma*, uma forma de separação e renúncia total da sua identidade original, já que essa era a única forma que lhes permitia, segundo sua visão, a viver em sociedade e a conviver com os cidadãos oriundos da Europa;
- b) os que aprendiam o máximo possível dos conhecimentos oferecidos pelo sistema colonial, prevendo utilizá-los com objetivos de luta para a libertação. Podemos encontrar nestes grupos vários líderes africanos, como: António Agostinho Neto (Angola), Amílcar Cabral (Guiné Bissau e Cabo Verde), Marcelino dos Santos (Moçambique) e muitos outros que beneficiaram-se de bolsas de estudos para o exterior oferecidas pelos portugueses.

Estes exemplos foram de africanos, que obtiveram bolsas de estudos para realizarem seus cursos em Portugal, tanto no interior dos países africanos, como no exterior na Europa, o objetivo dos portugueses continuava sendo o mesmo, de formar uma elite de apoio no processo de colonização.

Quanto a situação educacional no interior de Angola no período colonial, obedecia-se um Regulamento onde se estabelecem um novo grau de ensino: o *rudimentar* “*exclusivamente destinado aos indígenas dos dois sexos, dos 7 aos 15 anos completos (...) com fim específico preparar as crianças indígenas, para assimilarem os rudimentos de língua portuguesa, de modo a seguirem depois os programas do ensino primário elementar*” (Gabriel, s/d: 500). Assim, frente a precariedade de condições estruturais ou pedagógicas oferecidas, o ensino rudimentar constituía-se por uma classe de iniciação e outras três, onde na última (terceira) poderia ser concedido o direito à matrícula no ensino elementar, destinado aos europeus e assimilados. Como tal, o ensino rudimentar compreendia uma classe de iniciação e mais três classes, a aprovação na terceira classe dava direito à matrícula na mesma classe do ensino elementar, dada aos europeus e assimilados o que para Gabriel (s/d:502):

“para a matrícula no ensino primário elementar se exigia a apresentação do bilhete de identidade dos pais dos alunos. Os indígenas, como tais reconhecidos pela legislação vigente, eram obrigados a matricular-se no ensino rudimentar, com manifesta perda de tempo, pois tinham o desenvolvimento mental suficiente para compreender a língua portuguesa”

Já para Carneiro (1977:41), tal distinção acabou por provocar um: “...*profundo abismo entre os assimilados e o restante do povo colonizado com o colonialismo português, chegando a provocar, naquele, um dramático complexo indígena*”, pois de acordo com a idéia destacada por Lara (1997:216):

“Os nossos estudantes, obrigados a assimilar a cultura portuguesa, são compelidos a fazer os seus estudos universitários na Metrópole. Aliás, nos raros liceus existentes nas colônias, somente uma pequena minoria de africanos pode prosseguir os seus estudos. O ensino primário especial ministrado aos indígenas está totalmente entregue às missões católicas que colaboram com as autoridades na ignóbil tarefa de destruir os fundamentos da cultura tradicional em proveito da aprendizagem da língua portuguesa e da obediência às autoridades portuguesas. As organizações que procuram defender os interesses dos intelectuais africanos ou o desabrochar das culturas africanas são absolutamente proibidas”

Portanto, no interior de Angola, como consta nos documentos da Agência-Geral Ultramar (1968:50/53), existiam diferentes modalidades de ensino denominadas como:

1º) *ensino infantil* - não obrigatório, deveria ser ministrado em jardins-escola, oficiais e particulares. Em toda a “*Província Angola*” existiam apenas 3 jardins-escola, com 10 professores para 249 alunos, e 19 particulares, com 42 professores para 1225 alunos até 1965, tendo um aumento significativo deste quadro a partir dos anos 60, mais concretamente no ano letivo de 1966/67;

2º) *ensino primário* - obrigatório para crianças dos 6 aos 12 anos, sendo de responsabilidade dos postos escolares e escolas primárias do Estado, das missões ou particulares. Vale ressaltar que os menores de 14 anos poderiam ser admitidos à matrícula, desde que não houvesse prejuízo para o ensino, e a lotação dos estabelecimento permitisse.

3º) *ensino primário elementar* - constituído por quatro classes, precedidas de uma classe pré-primária, formava um ciclo único. Em 1967 existiam 3613 escolas e postos escolares, 7128 professores e 29508 alunos, dados mais próximos ao período da independência,

4º) O *ensino profissional elementar* - artes e ofícios- existiam 7 escolas oficiais e 3 particulares e em 1967 havia 53 professores para 1035 alunos.

5º) O *ensino secundário “liceu”* - para liceus e colégios particulares organizados em cursos com 7 anos, divididos em 3 ciclos. Existiam 9 liceus da “*Província Angola*”, 3 em Luanda (capital), 1 em Sá da Bandeira (hoje Sumbé), 1 em Nova Lisboa (hoje Huambo), 1 em Benguela, Moçâmedes (atualmente, Namibe), 1 em Malanje e 1 no Lobito.

A disparidade do sistema de educação e ensino na Província de Angola abrangia todo o território, principalmente no campo, onde a maioria da população vivia, pois as

únicas escolas que existiram durante décadas, nestas localidades foram: as *escolas-capela*, reforçadas por uma ou duas salas sob responsabilidade de professores de posto⁸. Como os filhos dos brancos europeus não viviam no campo (bairros ou aldeias de negros), estes se encontravam livres dos conhecimentos rudimentares, fornecidos aos indígenas como forma de possibilitar o contato, a transmissão e o cumprimento de ordens. No entanto, com relação a missão educativa, os dominantes utilizavam-se de intermediários como os “*assimilados*” ou “*missionários*” que aprendiam a língua dos nativos, de modo, a estabelecer melhor comunicação, garantindo, assim, o controle do pagamento de impostos pelos indígenas, já que eram os responsáveis nomeados para a execução desta tarefa.

Considerando que os habitantes das cidades eram, geralmente, brancos, conseqüentemente, seus filhos precisavam na ótica colonial de uma educação continuada e não rudimentar, como a oferecida aos nativos. Salvo os habitantes dos arredores das cidades, muitos dos “assimilados” acabaram beneficiando-se das estruturas e do ensino oferecidos para os brancos, pois de acordo com Araújo (1964:28):

“a educação constitui um dos fatores primordiais para o crescimento econômico de qualquer país, aumentando o conhecimento técnico e social dos seus habitantes, desenvolvendo o talento de cada um, permitindo um alto nível de especialização e uma indispensável mobilidade social, aperfeiçoando a noção de responsabilidade coletiva...o homem e a sua formação constituem problemas básicos da sobrevivência e do progresso de qualquer civilização. Os grandes investimentos nacionais não poderão limitar-se à realização de grandes obras, à montagem de fábricas, à abertura ou melhoria das vias de comunicação, etc., antes terão de ser precedidos e completados pela realização de investimentos intelectuais e humanos”

Tanto quanto se sabe logo após a Independência de Angola (1975), cerca de 90% da população era analfabeta e vivia no campo em localidades extremamente desprezadas, pois até 1975, não existiu uma política de educação de qualidade capaz de abranger toda a população, quer do Sul ou do Norte de Angola, por exemplo nas pequenas cidades como

⁸ Professores de postos eram aqueles professores funcionários do Ministério da Educação que lecionavam em pequenas escolas das aldeias e povoados e nas escolas capelas.

Lucala (Kuanza-Norte), Catete (Luanda), Gabela (Benguela), etc., nem estruturas físicas existiam para um sistema de educação e ensino.

Como a colonização teve início ao Norte (reino do Congo) do país, obviamente, os primeiros contatos dos portugueses foram com a população localizada nesta região, o que contribuiu para o surgimento lá, das primeiras escolas. Este fato é entretanto, contraditório, pois também nos distritos pertencentes à região sul, durante o período colonial, consta a estruturação de escolas e liceus, constatando que não se fazia sentir na prática o privilégio do *Norte* em detrimento ao *Sul*.

No entanto, a imagem de uma região ser privilegiada em relação à outra, foi reafirmada pela política dominante estimulando a prática de hierarquia entre as tribos. Assim, os habitantes do Norte, principalmente os kimbundo, passaram a ser considerados os privilegiados, não só em relação ao sistema de educação, mas pelos hábitos e costumes dos seus povos. Esta prática, reforçada durante o período colonial, concernia em manter o povo dividido criando ódio entre a população, terminando por gerar inúmeros efeitos negativos⁹, transformados em uma lamentável herança de ódio entre o povo, sendo objeto de discursos políticos pelos opositores ao regime colonial.

Entretanto, apesar da confusa herança, recebida pelos kimbundo, com relação aos privilégios alcançados, historicamente, sabe-se que Províncias como Malange, Kuanza-Norte e Bengo (constituídas pelos kimbundo) são agrícolas, e, portanto, não poderiam ter sido priorizadas, pois o campo era considerado pelo governo colonial apenas um local para exploração do seu solo, sem que a instrução pudesse ser reconhecida como prioridade, compreendendo, deste modo, que as poucas escolas primárias existentes nas aldeias do norte não tinham capacidade para garantir a formação de todas as crianças, devido a

⁹ Durante pesquisa bibliográfica/campo, procurei sem sucesso dados e documentos que provassem que os habitantes do Norte eram privilegiados em relação aos demais. Os poucos dados encontrados não oferecem uma imagem real, ao retratar poucas cidades. Angola hoje tem 18 Províncias de Norte ao Sul e a maior parte da documentação encontrada frisa simplesmente dados sobre Nova Lisboa (Huambo), Benguela, Lobito, Moçamides (Namibe), Sá da Bandeira (hoje Sumbé), pertencentes ao Sul e Luanda, Malange e Carmona (Uíge) ao Norte do País, dados insignificantes para uma análise real do país no seu todo.

distância onde se encontravam ser um grande obstáculo, sendo elas obrigadas a caminhar vários quilômetros para alcançá-las.

Porém, geralmente as escolas e liceus estavam situadas em grandes cidades, como Malange e Salazar (Ndalatando), capitais dos seus distritos. No caso de Luanda, a realidade era outra, ao ser titulada como capital da "Província de Angola", a administração portuguesa ali funcionava. Por isso se registrou o surgimento em Luanda, de algumas faculdades e da única Universidade do país¹⁰.

Deste modo, se a política vulgarizada pelos dominantes, referente a superioridade intelectual dos kimbundo¹¹, considerava os demais subalternos, com utilidade apenas para realizar serviços forçados, com relação a educação, tal diferenciação perdia qualquer valor, pois a posição social, (ser um "assimilado" ou "indígena"), é que iria definir o acesso ao tipo de ensino, ignorando o desejo do indivíduo.

Diante deste diferencial social, o sistema educacional angolano, durante o período colonial, até que era vasto. Se considerarmos sua estrutura, o sistema de ensino estava dividido em: ensino secundário *técnico-profissional*: compreendendo o ensino comercial, industrial; agrícola; *do magistério primário* de postos escolares e de *Serviço Social*¹².

Estatística das modalidades de ensino na Província de Angola apresentava-se em Dezembro de 1966 com 3775 institutos, 9150 professores e 332587 alunos. Isto se considerarmos que em 1973 habitavam em Angola 5.460.000 negros, 324.000 brancos e 104.000 mestiços¹³. Além disso, existia uma estrutura de direção das atividades de

¹⁰ A maioria dos habitantes da cidade de Luanda era oriunda de outras áreas do interior do país, e de outros países como: Guiné-Bissau, Cabo-Verde, S. Príncipe, Moçambique. Esta fala retrata Luanda cidade porque outros Municípios como Catete, Cacuaco embora pertencentes da Província de Luanda, suas estruturas educacionais não eram significativas.

¹¹ Na posição social de "indígena", o indivíduo estava restrito a fazer os serviços forçados, isto independente da sua origem.

¹² Mesmo sem um estatuto a regulamentar, o ensino profissionalizante era a meta da maioria dos angolanos.

¹³ Estes dados foram retirados dos documentos da Agência-Geral do Ultramar. Constituem os últimos levantamentos que antecedem a independência em Novembro de 1975.

educação e ensino em Angola, coordenadas e dirigidas por uma direção Provincial dos Serviços de Educação, subordinada ao governador-geral, uma vez que o país era reconhecido como uma Província de Portugal.

É preciso chamar a atenção para o aspecto do atendimento diferenciado que o sistema de ensino apresentava: como a educação dos nativos, concretamente dos indígenas, que, como vimos, estava sobre responsabilidade da igreja. Nos colégios religiosos onde ofereciam o ensino secundário também não se registrou a presença de negros durante muito tempo, pois segundo Gabriel (s/d:505)

“ Não desempenhou a igreja Católica em Angola, em relação ao ensino secundário, o mesmo papel de relevo que teve quanto à instrução primária. Várias vezes foi até acusada de elitista e de ter colégios só para europeus ricos e seus filhos. Na realidade, a grande maioria dos alunos e alunas do ensino secundário que freqüentavam os colégios católicos eram de raça branca...Não negamos que num caso, certos responsáveis se tenham deixado influenciar demasiadamente pela mentalidade de algumas camadas da população menos inclinada a ver seus filhos ou filhas companheiros de carteira dum menino ou menina de cor diferente”

Durante a pesquisa, não foram encontrados documentos que proibissem cidadãos angolanos de ingressarem nas escolas, pelo contrário, não importava se as escolas fossem públicas, privadas ou missionárias, a formação era levantada como elemento fundamental para os cidadãos angolanos, estes, reconhecidos na verdade, como cidadãos portugueses. Portanto, colocamos na análise da situação educacional angolana, o compreender como o processo educacional realizado e em quais condições foi fornecido para esta população dividida, na condição de “assimilados” e “indígenas”.

No campo social, a introdução da cultura europeia como a única válida, renunciando-se à cultura dos povos locais, transformou-se em um método de imposição contra a resistência da população, onde para Fituni (1985:51): “ *a liquidação da cultura nacional deveria, segundo os designios dos escravistas, minar as bases do movimento anticolonial em Angola, contribuir para a escravização dos seus povos*”. É assim, portanto, que a polícia portuguesa (PIDE-DGS) pôde interferir e coibir a utilização, não

somente das línguas nacionais, como também de todas as outras manifestações culturais populares, pois de acordo com Silveira (1995:18):

A escolarização, feita em língua portuguesa, tinha como objetivo que os angolanos assimilassem a cultura portuguesa em detrimento de suas próprias línguas e cultura...inculcando-lhes o sentimento de que Portugal era uma grande potência civilizadora contra a qual a menor veleidade de revolta estava fadada ao fracasso”

Assim, o processo educacional se fez presente como uma máquina de destruição das culturas nacionais, já que tudo se fazia para os nativos perderem sua identidade cultural, porque como apontou Abranches (1989:52-3):

“a teoria colonial sobre a identidade cultural dos povos colonizados tinha o seu desenvolvimento próprio: qualquer identidade devia ser feita face à cultura e à personalidade, assim como aos costumes, à língua e mesmo à religião do colonizador. Em Angola isso, evidentemente, que não se chamava Identidade mas sim assimilação. Um “assimilado” era o único negro que podia possuir um bilhete de identidade, podia ser cidadão, não participava nos trabalhos forçados e podia se beneficiar (pelo menos por princípio) das leis e dos tribunais para os colonos, mas não tendo acesso à cultura da metrópole da qual ele permanecia totalmente ignorante e ainda menos à sociedade colonial dominante”

A educação para os angolanos, contudo, estava limitada naquilo que os colonos acreditavam ser suficiente para atingir seus objetivos de exploração e povoamento, e isso, torna-se bem claro quando encontramos nos documentos da Metrópole a preocupação da formação do homem para dar conta das mais diversas necessidades, isto Araújo (1964:32) aponta, utilizando-se das palavras do Prof. F. Leite Pinto, então reitor da Universidade Técnica de Lisboa ao dizer para portugueses, na metrópole:

“ a Universidade só atingirá os seus fins se formar especialistas cultos, quer dizer, homens capazes de procurar, sem a ajuda alheia, os laços que unem o seu pouco aos poucos; homens com capacidade de discernimento; homens orientados para um ideal de obediência aos valores fundamentais **da sua cultura**; homens bem informados”

Esta fala, torna clara a importância da conservação do patrimônio cultural português, pois na prática alguns tinham o direito de cada vez mais superarem-se no sentido

de exercerem de forma consciente, a sua cidadania lusitana, algo vedado a tantos angolanos.

1.1.1 - A opinião dos técnicos angolanos sobre a educação no período colonial

Durante a pesquisa, procurou-se escutar dos sujeitos suas opiniões à respeito da educação no período Colonial, suas experiências e/ou informações obtidas de terceiros. Os diálogos nortearam-se pela seguinte questão: *Até que ponto o sistema de educação colonial influenciou na vida dos cidadãos angolanos?*

“De que educação o senhor fala? Tem certeza que no período colonial existia educação para os angolanos? No meu ponto de vista não se pode falar de educação para angolanos no período colonial, nós não éramos educados no verdadeiro sentido, nós éramos deseducados se esta palavra exista, aprendíamos a renegar o que era nosso e isso não pode ser considerado de educação” (Jorge, 53 anos, Professor do Ensino Médio)

Para Jorge, a educação é um termo muito complexo na sua definição, e como tal, torna-se também complicado entender os pequenos ensinamentos fornecidos pelo regime colonial para um pequeno grupo de angolanos, como se fosse realmente uma política extensiva a todos, sublinhando, que, mesmo este reduzido grupo de beneficiários, era visto como facilitador aos propósitos da exploração do solo e da população em geral. É assim, que os elementos básicos educacionais a eles fornecidos passavam por limitações. Sua fala, portanto, foi reforçada com a entrevista de Rosa ao ressaltar que:

“Só se pode falar de educação de um povo ou de uma população quando no mínimo são abrangidos 51% desta mesma população em referência. Não foi o caso de Angola, no período referente existia um número muito reduzido de verdadeiros angolanos com uma instrução aceitável. Olha, e mesmos muitos destes que tiveram a oportunidade de estudarem, seus pais tiveram que humilharem-se ou mesmo negarem uma boa parte da sua vida social, para não falarmos mais da sua cultura, vista pelos colonos como os maiores defeitos deste universo” (Rosa, 45 anos, Professora do Ensino do II e III níveis).

A fala de Rosa deixa claro que a educação colonial não restringiu-se a aritmética, a língua portuguesa, nem a geografia da Europa ou de Portugal aos angolanos eram

obrigados a assimilar, nem tão pouco os ensinamentos de que os do Norte são X, e os do Sul são Y, mas ampliou-se no aprendizado à negação das origens, tarefa muito bem feita pelo regime político em Angola. Isto levou o autor concluir que falar de educação é fazer referência a algo mais complexo, capaz de mexer com a vida das pessoas, e com dificuldade para encontrar fronteiras, pois como aponta Brandão (1991:6):

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida em ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.”

Assim, tanto as vidas quanto as culturas dos povos permaneceram no “*esquecimento*” durante o período colonial, e hoje, Angola seria outro país, se no mínimo aprendêssemos que as nossas diferenças seriam elementos importantes desde que soubêssemos respeitar e aceitar o diferente, se aprendêssemos que os diferentes se completam. Rosa levantou vários aspectos da cultura angolana, mostrando o quanto seria importante para as novas gerações o conhecimento da sua história, da vida dos seus antepassados. Informações as quais os portugueses não tiveram o cuidado nem o interesse de registrar, pois o que está escrito é lido durante décadas da mesma forma, enquanto através da transmissão oral sempre surgirá alguma modificação, devido a interferência do expositor, dando contornos negativos e/ou positivos aos fatos. Henrique, em sua fala, retrata as conseqüências desse processo de esquecimento, ao destacar:

“Fomos tão bem educados que hoje as crianças da cidade de Luanda por exemplo nem sequer podem pedir água em uma das línguas nacionais, aliás não sei se só as crianças. Não podemos dizer que os angolanos não se beneficiaram da educação no período colonial, realmente algo se aprendeu, junto da renegação da nossa cultura, alguns elementos conseguimos, e a nossa independência é fruto da visão de uns que souberam aproveitar a doutrina, a bala saiu pela culatra para os tugas”¹⁴ (Henrique, 48 anos, funcionário do Ministério da Educação).

Para Henrique, na verdade, houve uma longa jornada de opressão, pois ensinava-se de forma direta ou indireta, tudo o que viesse de Portugal era a única coisa valiosa, e

¹⁴ Tugas nome usado pelos nativos ao se referirem aos colonizadores portugueses.

exemplifica este processo ao recordar a passagem de uma lição vista em sua terceira classe, cujo os dizeres faziam a seguinte referência: *"Portugal é terra de Deus, tão lindo não há igual, os seus filhos sendo seus, também são de Portugal"*. Pode-se compreender, deste modo, a partir de Brandão (1991:10) que *"Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe entre povos, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância"*.

Esta tentativa de dominação através da educação, para Henrique induzia a pensar que Angola, um país localizado ao Sul do Continente Africano, fosse considerado, por conveniência, parte de um território situado na Europa (Portugal), ignorando a realidade e cultura de toda a sociedade angolana. Já na leitura de Castro, nota-se a preocupação compartilhada por muitos dos angolanos, funcionários do governo português, no setor de educação:

"Fui professor de posto numa localidade fora da cidade, tinha muita pena das crianças que eu via com talento e capacidade de continuarem seus estudos e tinham que parar porque os pais não tinham capacidades financeiras para custear seus estudos na capital. Só tinha a lamentar no silêncio, porque até pensar alto constitui um risco" (Castro 60 anos, Professor do Ensino Fundamental).

Para Castro, somente aqueles que tinham sorte, casos raros, conseguiam seguir adiante, principalmente, se um padre o descobrisse encaminhando-o a um colégio e/ou internato, pois a maioria dos alunos tinham de caminhar muito para chegarem na escola do posto, levando à desistência do estudo ou a adesão à lavoura com os pais. Isto, segundo este técnico, pode ser atribuído à falta de uma política de educação acompanhada de medidas a favorecê-la, já que:

"Embora nós os professores de postos éramos considerados pelas populações locais de sábios detentores de poder e conhecimento, na realidade éramos muito limitados e sem poder nenhum, nós éramos obrigados a obedecer os programas concebidos pelas autoridades portuguesa assim como também éramos limitados academicamente. Então o aluno que se espelhasse num professor corria o risco de parar no tempo.(Castro 60 anos, professor do Ensino Fundamental).

Além disso, a maioria dos professores eram acompanhados, permanentemente, por pessoas conhecidas como os famosos “bufos”¹⁵, dificultando a identificação de quem realmente era espião a serviço dos portugueses. E diante deste contexto, concluiu um dos entrevistados ao descrever o destino educacional de sua família que:

“Superficialmente posso falar da educação no período colonial. tinha 13 anos quando se proclamou a Independência e estava estudar na serie correspondente a minha idade. Ainda não tive o dissabor do que dizem sobre a educação neste período. Meus pais não tiveram a ocasião de ultrapassarem o 1º ano, eles dizem que eles e seus colegas em dado momento de suas vidas, tinham que abnegarem os estudos, para trabalharem em serviços como: ajudante de pedreiro ou ajudante de carpinteiro” (José 39 anos Técnico Superior do Ministério da Educação)

Assim, tanto quanto se pode interpretar, famílias inteiras eram oprimidas, a ponto de nem sequer terem condições para ler suas correspondências, recorrendo a terceiros para realizá-lo, nessa ajuda, por sua vez, acabavam tomando conhecimento dos conteúdos existentes, contribuindo para a perda da privacidade, pois este transformava-se em um processo cíclico, seja para emitir ou receber novas correspondências. Essa, portanto, torna-se uma prova evidente de que os portugueses não estavam interessados na formação dos angolanos, embora alguns, ainda se orgulhem dos poucos conhecimentos recebidos naquele período. É comum se ouvir, no meio da população, o seguinte dizer: “...a minha 4ª classe do tempo colonial vale mais que o vosso ensino superior de hoje”.

Como a realidade do período colonial e a atual e os contextos históricos são distintos, a Educação no período colonial deve ser analisada em três vertentes: *política*, *cultural* e *social*. E a partir de tais vertentes encontramos uma posição que ressalta o seguinte:

¹⁵Bufos eram os angolanos que, a serviço do português, encarregavam-se a contar tudo que acontecia no meio da população. Para os portugueses eram seus agentes, e aos angolanos, traidores; eis a razão de bufo significar “os fedorentos”.

“Busco na educação colonial aspetos positivos, só tenho a imagem daquilo que ocorreu no meu período de escola. Eu era boa aluna, estudei em Luanda, várias vezes me desloquei por motivo de transferência do meu pai e sempre que voltasse tinha o apoio das professoras. Aliás, a ideia de regresso à turma anterior partia da professora...do mesmo modo hoje me formei na graduação e pós-graduação na área de educação, a exemplos que tive das professoras, cada nível tive uma professora de admiração” (Maria 39 anos, Diretora Nacional do Ministério da Reinserção Social)

Ainda para Maria, apesar da formação recebida no período colonial ter brindado elevados êxitos profissionais aos seus irmãos e primos, os estudos ocorriam em salas mistas com os negros e brancos, porém, o que os diferenciavam eram as condições econômicas de cada estudante:

“...que procurávamos superar dentro do possível, mesmo porque o conceito de rico e pobre era desconhecido no nosso dia a dia o que se notava com clareza é que uns eram negros e outros brancos. Talvez esta situação de pobre e ricos fosse forte noutras localidades onde o “Assimilado” desprezava o “Índigena”, mesmo sendo os dois angolanos.”(Maria 39 anos, Diretora Nacional do Ministério da Reinserção Social).

Entende-se, portanto, que a educação colonial deixou marcas: positivas e negativas, e infelizmente os negativos constituíram-se como aspectos predominantes entre a maioria dos cidadãos, estes nem sequer tiveram oportunidades de chegar até a escola, pois,

“O que preocupava na educação colonial é a situação do ingresso. Existiam poucas escolas se comparadas às pessoas necessitadas. As matérias exatas, como não podia deixar de ser não se diferenciam das propostas atuais embora sendo supridas algumas nas séries mais baixas. O que realmente mudou são as disciplinas da área social, os colonialistas faziam tudo para introduzirem só as disciplinas que lhes fossem vantajosas, assim como a construção de liceus nos locais de preferência onde habitava a maioria dos brancos”(Tadeu, 49 anos Professor do Ensino Médio)

A fala de Tadeu remete a uma questão contraditória: com referência aos conteúdos, pois embora se afirme que estes, principalmente das áreas sociais, remetessem aos interesses colonialistas, apresentavam-se bem estruturados. O maior problema é que a educação não estava voltada às camadas populares, deixando de contribuir para formação dos angolanos. Outra questão de grande evidência foi a língua portuguesa que, talvez,

tenha trazido algum ganho à população como a possibilidade de um entendimento entre os vários grupos étnicos. Mas como o sistema educativo não abrangia toda a população angolana, o português não se tornou uma língua geral, e também impossibilitou o desenvolvimento das nacionais, pois as diferentes culturas dos povos não puderam ser apresentadas na língua oficial, restringindo a abrangência nacional da noção de pluralidade cultural. Isto remete a uma discussão com a seguinte fala de Linton” (1961: 94).

“a capacidade de transmitir de geração a geração o comportamento deu aos mamíferos uma superioridade esmagadora na luta pela existência. Tornou-se possível, para eles, desenvolver e transmitir uma série de padrões de comportamento tão definidos quanto os que lhes eram fornecidos pelos instintos, mas suscetíveis de modificações muito mais rápidas”

Angola, na qualidade de um país englobando diversos grupos étnicos-linguísticos, para poder realizar uma luta de unidade nacional no país seria necessário primeiro: a aceitação e o respeito às particularidades culturais, estas expressas, principalmente, através das línguas nacionais, que não são compreendidas por todos os membros da sociedade angolana. E para isto, deveria ter sido realizada uma política direcionada às línguas nacionais, durante o período colonial,

“toda educação depende do regime político vigente, e logicamente ela estará virada a satisfazer seus propósitos não sendo diferente da realidade em Angola. O que adiantava para eles colocar um liceu em Canbungo¹⁶, tanto quando me recorde só existia uma família branca, mesmo assim muito distante da Comunidade nativa. Esta realidade, abrangente a todo país tenho quase certeza ser também a mesma, em países colonizados. A política determina seguramente os rumos da educação” (Felizardo, 39 anos Técnico Superior do Ministério da Educação)

Assim, como a presença portuguesa em Angola foi marcada por seus próprios objetivos, não os de velar pelos problemas dos cidadãos angolanos, e sim explorar o solo deste povo, tornava-se necessário somente o aprendizado do ABC, introduzindo algo que pudesse ser compreendido pela população. E, como forma de garantir a eficácia dos seus planos, os portugueses passaram a investir na sua língua de origem, deixando apenas um

¹⁶ Canbungo é uma localidade pertencente ao Município de Lucala da Província do Kuanza-Norte, sua terra natal.

ou outro aprendendo as línguas denominadas de indígenas, como meio de tomarem conhecimento dos segredos dos povos.

Situação visível também neste período concernia à formação patriótica, aquela direcionada a valorização dos símbolos nacionais. Na época colonial essa formação foi direcionada à veneração e a prestação de honras à República Portuguesa, algo rígido e, praticamente obrigatório.

“Bom, eu sou uma vítima desse processo, por conseqüente também fomos assistindo um processo, fomos percebendo que por vários motivos eles (colonizadores) foram aplicando algumas adaptações, atingindo alguns alunos das zonas periféricas, ou melhor das áreas rurais, isso foi acompanhado de algumas campanhas justamente para tentar equilibrar e fazer com que os angolanos se sentissem um pouco mais tranquilos. Quiçá até para frear o que era a luta de libertação, portanto dar-lhe uma função diferente”(Pereira, 44 anos, Técnico Superior do Ministério da Educação).

Na visão de Domingas, as conseqüências do processo educacional em Angola devem ser vistas e analisadas em dois segmentos: por um lado os homens e por outro as mulheres, pois segundo ela *"a educação colonial foi ainda mais cruel para com as mulheres"*, pois elas tinham um destino mais triste em relação aos homens, e isso independia da sua origem ser natural do Norte ou do Sul:

"Não sei se era a política colonial ou outra coisa o que eu sei é que neste período as mulheres tinham cada vez mais reforçada a idéia de não estudarem, elas estudavam pouco. Há tantas mulheres analfabetas mais velhas, principalmente aquelas que tinham idade escolar se é que se possa falar de idade escolar naquele período"(Domingas, 37 anos, Diretora Nacional do Ministério da Educação).

Esta realidade deve ser refletida em dois grandes campos:

- 1 - Os efeitos da política educacional colonial, a limitar, através de vários mecanismos, o ingresso dos nativos nas escolas;
- 2 - A própria cultura tradicional dos nativos tratar a mulher como puro instrumento a serviço do homem, restringindo a educação da mulher às atividades domésticas, como requisito para ser uma boa dona de casa. E com esse pensamento, vários pais limitavam a formação acadêmica de suas filhas e muitos deles, nem sequer permitiam o ingresso destas nas primeiras classes.

A análise do processo educacional, permite-nos compreender melhor a própria realidade angolana, este fato não justifica nem inibe a responsabilidade de Portugal nas inúmeras conseqüências negativas que trouxe à vida e cultura dos povos de Angola, pois como nos coloca um entrevistado

“ao falarmos de Cultura do Povo angolano no período colonial, a complicação já partia da própria palavra **Cultura**. As novas gerações de hoje têm no seu cotidiano esta denominação, antes os portugueses nem isso ensinavam a população, o que eles bem faziam é aproveitar as diversidades existentes no meio da população, colocando-os uns contra os outros, sem nunca deixar claro que essas diversidade faziam parte da vida e da existência da população no seu todo...a palavra cultura era desconhecida na maior parte da população, principalmente a chamada Indígena” (Andrade, 47 anos, Funcionário do Ministério da Educação).

Então, o que significa cultura para os povos que gozaram sua juventude no período colonial?

Gaspar, neste sentido, a respeito da cultura destaca a seguinte fala:

“Meus pais falam muito pouco da realidade cultural no período colonial, o que eles falam é que nem tudo se podia falar, nem fazer...O que eu penso é que falar de cultura é falar de um grupo de itens, desde a forma de alimentação, vestir, os mais diversos costumes, hábitos e tradições, canções etc., E aqui exemplificando o item **alimentação**, cada região tem seus hábitos, para uns o **funge**¹⁷ é a alimentação básica, para outros é o **pirão**¹⁸ encontramos de mesmo modo a **chicuanga**¹⁹, por ai adiante. Como analisar estas particularidades que se refletem do mesmo jeito na forma de falar, vestir, manifestar seus sentimentos etc.” (Gaspar, 43 anos, Professor do Ensino Médio).

Concordando com Gaspar, pode-se afirmar, ao falar de cultura em Angola é propor a discussão de um dos problemas mais complicados e importantes: a *cultura do povo de*

¹⁷ Funge é uma comida típica feita de fubá de mandioca e feita como polenta.

¹⁸ O processo é o mesmo como o funge só que o pirão é feito de fubá de milho. é a polenta no caso de várias localidades brasileiras.

¹⁹ Chicunga é um alimento feito de mandioca, é como a pamonha brasileira.

Angola ou as culturas dos povos de Angola?, pois já sabemos que vários grupos étnicos viveram e constituem o país, cada qual com as suas diversas manifestações,

“Meus pais aprenderam a vida toda de que os do Sul são gentes de baixo nível e que só serviam para trabalhar nos nossos campos. Eles eram a mão de obra para o cultivo de café... nada mais além disso, eles eram povos diferentes, aqueles que deviam executar ordens, suas danças e canções eram péssimas comparada às do Norte... Eram povos que não deviam se relacionar com os do Norte, para não transmitirem os grandes defeitos que geravam no seu meio. Estes ensinamentos eram interiorizados não só pelos meus pais mais por parte de todos aqueles que mantinham contatos com os colonialistas. Tenho conhecimento que eles faziam a mesma coisa para com as populações do Sul, para terem uma imagem errada das populações do Norte”(Domingas, 37 anos, Diretora Nacional do Ministério da Educação).

Podemos compreender, a partir da fala de Domingas que se tornava mais fácil dizer ao povo do Sul que os hábitos e os costumes das populações do Norte não se correspondiam aos seus, e que o supostamente prejudicariam, o desenvolvimento do grupo Nortista, tido como superior, tornando assim impossível a convivência das diferenças, ao se fortalecer a negação dos elementos culturais não pertencentes a determinado grupo étnico. Deste modo, uma das entrevistadas analisa esta situação ao salientar a seguinte fala:

"Você hoje vê os nossos compatriotas de outros países do continente africano, que com muito orgulho exibem seus trajes típicos, aqueles que embora tenham sofrido influência demarcam traços completamente africanos, algo que os identifique como sendo daquele país ou daquela região de África. Isso não acontece com a nossa realidade; hoje em Angola não existe um traje que possamos falar que este é nossa roupa típica, temos a Província de Cabinda onde ainda as mulheres conservaram o uso de panos, coisa que noutra parte do país é simplesmente reservado a poucas mulheres e de maior idade... Temos visto algumas roupas, formas de vestir típicas de África mas são precisamente os angolanos regressados que fazem uso disto” (Teresa, 38 anos, Técnica Administrativa do Ministério da Educação).

Uma coisa ficou clara nas entrevistas, o problema não é a introdução de elementos culturais europeus em Angola, isso teria necessariamente de acontecer uma vez que eles permaneceram ali cerca de cinco séculos, e mesmo ainda se este tempo fosse menor seria completamente impossível conviver sem herdar parte de seus hábitos e costumes. O coletivo pesquisado ressalta sim é a maneira como os portugueses tratavam de destruir aquilo que pertencia aos povos nativos. Ficou também claro nos diálogos, que a própria

diversidade cultural existente implicaria em um desenvolvimento com certas particularidades, baseado no respeito às diferenças, procurando, nestas diferenças, encontrar padrões comuns.

O povo angolano é majoritariamente Banto, o que significa que independentemente de pertencer a este ou aquele grupo étnico lingüístico existem traços em comum, como dizia o Chefe de Departamento de Investigação Científica do Museu de Antropologia de Angola: “...podes ter certeza que 70% dos traços característicos da nossa população são os mesmos e se aprofundarmos com nossos estudos veremos que muitos hábitos e costumes se assemelham”. Daí, a preocupação dos entrevistados com o período colonial, pois nessa longa fase houve a divisão dos povos, impedindo qualquer tentativa de união, já que:

"A nossa cultura não deve ser vista só com base naquela dos nossos antepassados africanos, também devemos ter em conta os nossos antepassados europeus. Afinal, Angola hoje é constituída por: negros, mestiços e brancos. Se falamos de formação de um homem novo e recorremos a nossa cultura ela deve ser vista no sentido mais amplo, e se assim não for, não estaremos falando da cultura nos mais diversos ângulos/ou melhor então falaremos só na cultura da população negra. penso que não é este o seu escopo" (Joaquim, 50 anos, Técnico Superior do Ministério da Educação área da Cultura).

Joaquim, dotado de uma certa experiência em pesquisa, alerta-nos, que quando realmente se quer estudar os mais diversos problemas culturais de Angola, deve-se considerar o contexto genérico do país envolvendo todos os seus cidadãos, independentemente da cor, raça, origem social, de nascença, ou econômica, destacando, assim, as particularidades dos elementos que fazem, de fato, parte da História de Angola.

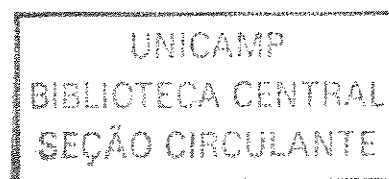
A diversidade cultural em Angola, pode ser compreendida também através de alguns exemplos: Neto (Primeiro presidente após o a Independência do país em 1975) em sua poesia *havemos de voltar*, dizia o seguinte: “À *marimba*, ao *quissange*, ao ritmo na fogueira, ao nosso carnaval *havemos de voltar*”. Estas manifestações culturais, apesar de referirem-se à nação, não fazem parte de forma direta a toda população de Angola, fazendo mais sentido a população kimbundo, o que demonstra cada região possuir aspectos culturais

marcantes. É no artesanato do povo Tchokué que encontramos a figura do pensador, hoje tendo um grande significado não só para este povo como para toda a população angolana. Porém, tanto uma como outra dessas manifestações culturais fazem parte da história da população angolana, e contraditoriamente, acabaram sendo utilizados por este povo como símbolos coletivos na luta para a libertação de Angola.

“ com o advento e início da luta armada de libertação nacional, Portugal com o intuito de mostrar à comunidade internacional uma ‘colonização humanizada’ e, sobretudo, que as colônias eram uma extensão da Metrópole, começou a implementar um programa de escolarização do meio rural (começando a eclodir escolas nas zonas rurais), abertura de escolas secundárias nas cidades e, em 1962 foi fundado, em Luanda, os Estudos Gerais Universitários que mais tarde seria, Universidade de Angola. Infelizmente este quadro é esboçado num país colonizado cuja infra-estrutura não estava preparada para tal, gerando problemas no ensino, não só em relação à própria quantidade de escolas e aos recursos humanos necessários, mas também à própria qualidade do ensino” (Silveira, 1995: 19)

Durante a ocupação do território nacional, os nacionalistas desencadeavam lutas de resistência contra o domínio português. Um dos destaques marcantes na história dos povos de Angola foi o papel de uma líder, a rainha N'Zinga M'Bandi, no século XVII no reino do N'Dongo e Matamba. Estas manifestações não pararam por aí, surgindo outras como a Revolta do Bailundo em 1902, a Revolta de Amboim em 1917, a greve na via férrea Lobito-Katanga em 1948, durante a qual um grupo de angolanos lançou a palavra de ordem mobilizadora “*Vamos descobrir Angola*” com intenção de estudar Angola, desde a geografia física até a humana. Na década de 30 surgiram o Movimento Cultural de Luta Anti-colonial, a Liga Nacional Africana, a Associação dos Naturais de Angola (*ANANGOLA*) que significa na língua nacional kimbundo filhos de Angola sendo que em 1951 foi publicada por essa associação a revista cultural “**Mensagem**”.

Concomitantemente com essas manifestações surgiu em Portugal, em Outubro de 1945, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), com objetivo de reivindicar os direitos democráticos dos portugueses. Pouco depois, no meio deste mesmo Movimento foi criado o MUD-Juvenil, responsável pelo desenvolvimento de atividades políticas entre os estudantes portugueses, organização que inspirou alguns estudantes angolanos. De igual modo, os estudantes africanos, com consciência política, fruto da compreensão da real



vivência dos seus povos e da vida que levavam na casa dos estudantes do Império, na qual eram impossibilitados de discutir abertamente a situação nas colônias portuguesa. Isso contribuiu para o surgimento do Centro de Estudos Africano (CEA) que funcionou na clandestinidade de 1950-1952, destacando como figuras Amílcar Cabral (da Guiné e Cabo Verde); Marcelino dos Santos (de Moçambique) e Agostinho Neto (de Angola) entre outras figuras importantes nas lutas de libertação nacional na África.

Este foi um processo importante para os povos de África que eram educados no sentido de renúncia da sua cultura como destaca Cabral: " (*in: MPLA, 1996 :106-7*).

"Na altura, um grupo de estudantes das colônias portuguesas que estudava em Lisboa, começou a pensar na maneira de se tornarem de novo africanos. E quem teve a sorte de frequentar a escola, os colonialistas contavam com ele como agente, como indivíduo que ia renegar a África para servir aos seus interesses. O nosso trabalho foi nessa altura, o de voltar a encontrar as nossas raízes africanas, e foi tão útil e conseqüente, que hoje (nos anos 50/60), os fundadores desse grupo em Lisboa, estão todos a dirigir os Movimentos de Libertação nas colônias portuguesas"

Os estudantes, portanto, não só deram seqüência às suas idéias e intensificaram a formação de Movimentos de Libertação Nacional na África, mas também contribuíram, em Angola para o surgimento das diversas organizações políticas como: A União das Populações do Norte de Angola fundada em 1954; O MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola foi fundado em 1956, resultado da união dos seguintes Movimentos, MINA – Movimento para Independência Nacional de Angola; MIA – Movimento para a Independência de Angola; PLUA – Partido Libertação e Unidade de Angola; A União dos Povos Angolanos (UPA) fundada em 1958, A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) fundada em 1962, e A União Nacional para a Independência Total de Angola fundada em 1966.

As manifestações nacionalistas iniciadas na Baixa de Kassange (Malange) e as ações contra as cadeias de Luanda e contra o Quartel da Polícia, na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 deram início a luta armada, que em Outubro de 1974, na Província do Móxico na Chana de Lunhameje (Angola) foi assinado o acordo de cessar fogo entre as forças libertadoras e a nova administração portuguesa, resultado da própria revolução que

em Portugal, derrubara o sistema colonial – fascista em 25 de Abril de 1974. Já em Janeiro de 1975, na cidade de Alvor, em Portugal, foi assinado um acordo entre o Governo português e as três organizações políticas angolanas que haviam assinado o cessar fogo: MPLA, UNITA e FNLA, definindo nesta reunião a Independência para 11 de Novembro, do mesmo ano. Foi criado um Governo de transição, *quadripartidário* assumindo a administração neste o período até as eleições gerais, instituindo um regime previsto de carácter multipartidário.

O previsto nos acordos de Alvor não aconteceu. Tanto quanto se sabe, Portugal deixou a deriva esse processo, e os Movimentos de Libertação que possuíam as linhas políticas: dois com ideologia capitalista e um de orientação socialista, entram em confronto, iniciando uma guerra civil. O MPLA, na voz do seu líder António Agostinho Neto proclama a Independência, em 11 de Novembro de 1975. Declara uma linha política marxista e um sistema monopartidário deixando de lado os demais Movimentos, assim Angola entra numa nova fase da sua História.

1.2 O processo educacional no período de orientação socialista (1975-1990)

Proclamada a Independência em 11 de Novembro de 1975, o país viveu o início da guerra civil, confrontos foram registrados em quase todas as cidades do país envolvendo beligerantes, o (MPLA e a FNLA), dois Movimentos que lutaram para a libertação de Angola. Tudo no país parou, nada funcionava, num período antes e pós- independência. O processo de Independência não obedeceu o previsto no acordo de Alvor, e a população viveu uma realidade nunca vista. A guerra que tinha uma forma de guerrilha sem grandes repercussões nas cidades, passou a fazer parte do cotidiano das cidades e aldeias, dessa forma a população começou a sentir o efeito direto da guerra no seu dia a dia.

Generalizaram-se os conflitos armados, surgiram armas de todo tipo, desde as artesanais²⁰ - **catanas**, até as mais sofisticadas adquiridas tanto do Oriente quanto do

²⁰ Armas feitas em casa com madeira e um cano de metal.

Ocidente²¹. A guerra deixou de ter as características de ataques dos guerrilheiros chamados *terroristas* pelos Portugueses ou conhecidos pelo povo de *irmãos* “**cambutas**”, contra os bens do exército do governo português, passando a registrar confrontos diretos entre os próprios angolanos, comandados de um lado pelo MPLA de Ideologia Marxista, voltado à política da ex-União Soviética, e por outro encabeçado pela FNLA, inspirado pela política capitalista, defendendo os ideais da linha norte americana²².

Dos confrontos ocorridos nas cidades de Angola, resultaram destruições das estruturas físicas, administrativas, sendo as casas e estabelecimentos comerciais saqueados. O país atravessou um período de “*salve-se quem puder*”, os cidadãos angolanos de origem europeia, os estrangeiros, moradores das grandes cidades se tornaram alvos da revolta dos moradores dos arredores destas jurisdições, originando o abandono do País por parte dos cidadãos acima referidos.

Com a euforia gerada pelo grito de liberdade, resultado de um extenso período de dominação colonial, dominação esta encarada e contraposta por uma longa resistência através das lutas de Libertação Nacional, iniciada pelos Movimentos ainda nos reinos Ndango, Matamba, entre outras regiões. Parte dos povos colonizados durante cinco séculos, entretanto, continuavam sem compreender as verdadeiras intenções dos Movimentos de Libertação que consistiam na liberdade, no fim da colonização por parte do governo português. A falta desta compreensão levou a que as populações vissem o branco como inimigo, o causador de toda miséria vivida até então, devendo ser *declarado à morte*. E diante das ameaças, não restava outra alternativa aos cidadãos nacionais e estrangeiros da raça branca, senão, abandonar o país dirigindo-se, em muitos casos para locais desconhecidos, deixando para trás tudo construído no dia a dia: amigos, bens, e até a estrutura familiar.

Este abandono teve grande repercussão na vida dos povos e do país:

²¹ Principalmente na ex-União Soviética e nos Estados Unidos da América.

²² A UNITA não se envolveu nesses confrontos, embora tenha participado na luta de libertação nacional. Eles evoluíram neste campo posteriormente, aproveitando-se dos conflitos dos dois movimentos, a Unita fortalecia seu exército e se concentrava nas matas, formando um grupo forte que é conhecido até hoje.

a) Dentre os que partiram muitos passaram a odiar o país e àqueles que lá permaneceram, encarados como os destruidores²³, originando um ódio idêntico ao manifestado pelos povos de origem banto²⁴, logo após a Independência, em relação aos colonizadores brancos.

b) Como muitos dos que partiram constituíam os privilegiados no processo educacional, estes, levaram consigo a bagagem intelectual, fato a refletir negativamente no sistema de educação e ensino. Como os nativos não haviam sido priorizados no sistema de ensino, tendo utilidade apenas como mão de obra barata, além de se sujeitarem às distintas divisões sociais, decorrentes do pertencimento destes aos grupos dos "*assimilados*" ou "*indigenas*", faltavam-lhes as condições necessárias para o restabelecimento do processo educacional. Tal fato resultou em uma elevada taxa de analfabetismo, logo após a Independência: 90% da população;

c) Os setores administrativo e econômico ficaram defasados, e tal como se registrou no sistema educacional, o setor econômico ficou também sem técnicos, pois, os dirigentes passaram a utilizar os assessores estrangeiros²⁵, especialmente contratados.

Após a proclamação da Independência de Angola (1975), surgiram de fato perspectivas para a realização de transformações radicais no domínio da cultura, pois o poder político deixara de pertencer ao colonialismo português, passando a responsabilidade aos "próprios" angolanos. Esta mudança por si só, possibilitou que a população angolana pudesse falar sobre seus problemas sem que a PID-DGS²⁶, (polícia portuguesa) controlasse o seu dia a dia. Agora, falar em cultura nacional não se constituía mais em um "crime",

²³ Os povos que ficaram em Angola eram vistos como os causadores da destruição dos bens obtidos ao longo tempo, por parte daqueles que abandonaram o país.

²⁴ Os povos Banto em Angola foram os que tiveram contatos diretos com os portugueses e por isso foram os que puderam sentir a colonização, já os povos Koisan que quase não tiveram contatos, eram considerados os povos nômades.

²⁵ Cada dirigente tinha um ou mais coperante que fazia assessoria, isso acontecia em todos os ramos Administrativos.

²⁶ É o nome atribuído à polícia de intervenção que atuava no meio da população angolana.

reconhecendo que este processo de independência garantiu espaço aos seguintes questionamentos feitos pelo povo: Quem somos?, O que nos identifica? De onde partimos? Onde pretendemos chegar?

É neste novo contexto que, foram aprovadas a Resolução sobre a Formação e a Educação na República de Angola, assim como resoluções sobre os meios de informações nacionais, constituindo a base para elaboração de uma política, que pretendia responder aos interesses nacionais, no domínio da educação e da cultura. Deste modo, ao se definir as perspectivas do desenvolvimento da cultura do país, o Programa do Partido Socialista, apresentado por Neto (1978), assinalava, este processo se daria tendo como fundamento as riquíssimas tradições culturais do povo angolano, mas enfocadas sob um caráter científico, pois seria fundamental:

“(...) guiar-nos, também, pela história. Temos que guiar-nos por aquilo que é realmente nosso, angolano porque o povo é angolano. E se nós não respeitamos as tradições, os costumes, a história do nosso povo, nós não podemos organizar nada” (Neto na abertura da 1 conferência Nacional da JMPLA-JP em 1978)

Com base nesta linha de pensamento o Programa de Ação (1980/1999) de responsabilidade do Governo-MPLA, estabeleceu algumas metas

- a) acelerar a liquidação do analfabetismo, elevando o nível cultural, técnico e científico dos trabalhadores sob múltiplas formas, de modo a assegurar um presente mais estável e um futuro melhor para todos;
- b) garantir a plena escolaridade das crianças angolanas em idade escolar, conferindo especial atenção ao ensino primário, em particular, como fundamento e base de sustentação da grande pirâmide do sistema educacional da República de Angola;
- c) promover e estimular a formação sistemática de professores e quadros para todo o sistema educacional, nas qualidades necessárias ao país, sendo dotados de qualificação técnico-científica e pedagógica adequadas às exigências do país,

- d) estimular e fortalecer o vínculo efetivo da comunidade em geral e da família, em particular, com a escola.

Como o país vivia sobre domínio do *MPLA, de orientação socialista*, o seu órgão diretor, o Bureau Político aprovou a Resolução 9/BP/88, sobre o Sistema de Educação com vigência a partir do ano letivo 1978/79, destacando como princípio, tanto uma educação quanto uma formação de competência exclusiva do Estado. E para tal, o novo Sistema de Educação e Ensino estruturou-se nos seguintes subsistemas:

1- *Subsistema de ensino geral regular*: constituiu o fundamento do conjunto do sistema de educação e ensino, conferindo uma formação integral e necessária para a continuidade dos estudos nos outros níveis. Era estruturado em: a) Primário - compreendia as seis primeiras classes, sendo freqüentado por crianças dos seis aos doze anos de idade; b) Secundário 1º ciclo equivalente II e III níveis, compreendendo a 7ª, 8ª e 9ª classes, destinado aos jovens dos doze aos quinze; c) Ensino secundário 2º ciclo equivalente ao ensino médio O ensino secundário, 2º ciclo, compreende a 10ª, 11ª e 12ª classes, voltado aos jovens dos quinze aos dezoito anos.

2- *Subsistema de ensino técnico-profissional*, compreende dois tipos de ações: a) Formação profissional, constituindo na habilitação profissional aos candidatos a emprego e trabalhadores com vista à sua inserção imediata na vida laboral, ou complementar a sua formação inicial, de forma a atender as necessidades específicas de um determinado posto de trabalho; b) Ensino técnico: baseado na formação técnico-profissional dos jovens e trabalhadores.

3- *Subsistema de formação de professores*: estrutura-se nos níveis: a) Secundário: realizado pelas escolas secundárias normais; b) Médio, oferecido nos institutos médios do sistema normal; c) Superior, realizado pelos institutos superiores de educação.

4- *Subsistema de ensino de adulto*: freqüentado por alunos oriundos do processo de alfabetização e que não concluíram o ensino regular nas idades estabelecidas,

compreendendo dois níveis: a) Ensino primário, a partir dos quinze anos; b) Ensino secundário, a partir dos dezoito anos.

5- *Subsistema de ensino superior*: Com a finalidade de preparar os quadros do nível superior com a formação científico-técnica, cultural, de gestão e político-ideológica, num ramo ou especialidade correspondente a uma determinada esfera da atividade econômica, social ou cultural.

6- *Ensino especial* é uma modalidade especial de ensino do subsistema de ensino geral que compreende os níveis primários e secundários. O ensino especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devido a deficiências físicas e mentais ou com transtornos de conduta.

Este sistema de Educação e ensino, no entanto, surge como resultado de modificações ocorridas no processo educacional em Angola a partir do ano letivo 1976/1977, pois em 1975 não encontrava-se em funcionamento, obrigando os alunos a cursarem o chamado ano *Zero* ("0"), todos os alunos recuaram um ano letivo, visando a confirmação de conhecimentos da série freqüentada, já que várias estruturas foram destruídas e os processos escolares desapareceram, e a única prova restante seria a afirmação pelos próprios indivíduos do nível que haviam estudado. E, paralelamente a essa atividade, organiza-se também uma abrangente campanha de alfabetização destinada aos jovens.

Como o sistema político em Angola, após a Independência, era monopartidário, o MPLA - Partido do Trabalho, contava com as suas *organizações de massas*²⁷ para exercer influência na população em geral e dar seqüência às várias atividades educacionais como a

²⁷ Estas Organizações constituíam: **União Nacional dos Trabalhadores Angolanos "UNTA"**, que tinha como tarefa agrupar os trabalhadores em sindicatos por ramos de atividades; **JMPLA - Juventude do Partido**, era considerada o viveiro do Partido, enquadrava os jovens, introduzindo-os à doutrina do Marxismo-Leninismo. **Organização da Mulher Angolana "OMA"**, tinha como tarefa fundamental o enquadramento de todas as mulheres no processo de reconstrução do país, no engajamento na luta pela emancipação.

de alfabetização entre outras. Isso permitiu que a juventude do partido se ocupasse com muitas atividades (culturais, recreativas, desportivas, etc.), envolvendo-se no processo revolucionário, e de reconstrução nacional, pois eram os jovens que se deslocavam para garantir o processo educacional, e principalmente de alfabetização em aldeias e nos campos onde o sistema de ensino não funcionava, formando uma brigada juvenil de alfabetização, caso da brigada do comandante Danjerex²⁸ que havia se destacado em áreas afetadas pela guerra. Coube ainda à Juventude do Partido, mobilizar os jovens para o exército nacional.

A **Organização de Pioneiros Agostinho Neto “OPA”**, também teve um papel fundamental na questão educacional ao delimitar como tarefa, o enquadramento de todas as crianças, sem distinção da posição dos seus pais, no sistema econômico, político e social. Ainda desenvolveu atividades recreativas com as crianças, além de intercâmbios com outros países, através dos Acampamentos Internacionais, nos quais um grupo de crianças era selecionado para conhecer outro país, oferecendo-se a possibilidade destas terem contato com outras realidades. Estas atividades, no entanto, geralmente ocorriam em países de Orientação Socialista, enquanto no interior de Angola, por meio do Acampamento Nacional denominado *Futungo II*. Anualmente as crianças de várias partes do território nacional se encontravam, já que o local se constituía como centro de brincadeiras e troca de experiências culturais, constituindo atividades de educação não formal, onde se iniciava tanto o aprendizado quanto a vivência dos elementos culturais dos diferentes grupos étnicos-lingüísticos.

De forma direta ou indireta estas organizações de massa, anexas ao Partido MPLA, estavam engajadas no processo de alfabetização entre a população, tornando-se esta, uma das principais tarefas no âmbito do ensino, desencadeada por uma campanha nacional com núcleos em todos os setores: fábricas, quartéis, cooperativas agrícolas, entre outros locais, já que de acordo com Neto (1985:53) era preciso:

“(...) também de quadros para execução de certas profissões, precisamos dos operários especializados, precisamos dos quadros superiores e imediatamente nós temos de realizar uma vasta campanha dentro do nosso país para alfabetização das

²⁸ Comandante Danjerex foi um dos comandantes do MPLA.

nossas crianças e de todos aqueles que não tiveram oportunidade de aprender a ler e a escrever. Todos aqueles que sabem ler e escrever devem contribuir para que de fato se possa entrar nesta fase de alfabetização massiva, do nosso povo”.

O problema da erradicação do analfabetismo, relaciona-se intimamente com as questões da utilização e estudo das línguas nacionais, pois a maioria delas não possuem um alfabeto específico, e por essa razão, em Angola criou-se o Instituto Nacional de Línguas, com a finalidade de constituir alfabetos destinados às línguas sem escrita. Assim, a partir da preocupação com as línguas nacionais, no período de 1975 a 1991 atribui-se grande importância ao levantamento e tratamento da herança literária oral, visando a popularização dos aspectos das culturais locais e regionais através da organização de grupos culturais locais, musicais e folclóricos, criaram-se casas de cultura para o povo, com a finalidade de promover tanto a reconstrução cultural, quanto a facilitação do processo de alfabetização²⁹.

Com a proclamação da Independência (1975) vários problemas surgiram, tais como abertura das fronteiras, pois uns saíam desordenadamente e outros da mesma forma entravam no país, ou seja, enquanto os angolanos (a maioria de cor branca) e estrangeiros abandonavam o país, por outro lado, as famílias dos exilados começaram a retornar a Angola, trazendo consigo hábitos, costumes, tradições, além de línguas distintas daquelas utilizadas no dia a dia daqueles que permaneceram em Angola.

Esta situação provocou uma transformação na realidade do país, pois estes cidadãos até hoje sofrem determinadas discriminações, aos olhos dos que ali já vivem. Ao serem considerados estrangeiros, recebendo, por isso, inúmeras denominações, tais como: *Regressados, Retornados, Langalanga, Sasa, Saikó, Retró* etc., nomes utilizados para os distinguirem dos demais, dando início a um conflito cultural e de valores.

Considerando o retorno de muitos exilados e de seus familiares após a proclamação da independência, houve a necessidade de se enquadrar as crianças e jovens pertencentes a este grupo, o que conseqüentemente acarretou num aumento significativo no

²⁹ Em anexo o quadro das campanhas de alfabetização de 1976 a 1998, que formam num total de 24 etapas decorridas em Angola, logo após a independência. Hoje o processo da alfabetização é acompanhado pelo Ministério da Educação na sua direção nacional para o ensino de adulto, as campanhas de voluntários onde foram substituídos por técnicos.

número de alunos matriculados no sistema primário e nos primeiros anos de ensino secundário. Assim, em 1977³⁰, mais de um milhão de alunos freqüentavam o ensino primário, já no sistema secundário, concentravam-se mais de cem mil (dos quais 80% encontravam-se nos primeiros anos de formação média).

No entanto, diante de uma numerosa população educacional matriculada no ensino primário, ainda no ano de 1977, haviam apenas 25 mil professores, dos quais somente 7% tinham habilitação correspondente para o exercício profissional, todos distribuídos pelo país de modo extremamente desigual, refletindo-se tal precariedade nas salas de aulas. Assim, para cada professor da Província do Cunene haviam 94 alunos; em Huambo 63; Lunda, 49, e em Luanda, 30 alunos³¹.

Além da precariedade do quadro docente, as escolas tiveram de ser improvisadas ou construídas através de mutirões em bairros ou aldeias onde fossem inexistentes, contando apenas com recursos locais, que permitiram a constituição de estruturas físicas, muitas vezes feitas de pau a pique ou blocos de barro, chamados de "adobe", com cobertura de capim ou zinco. Esta situação podia ser observada também nos arredores das cidades, onde na ausência de carteiras, até latas de leite foram utilizadas como assentos, caracterizando um cenário educacional com péssimas condições de trabalho e superlotação das salas de aula, que ultrapassavam a capacidade de 45 alunos por turma.

Essa situação tornou-se insuportável, porque a carência, que inicialmente se fazia sentir nos primeiros níveis de ensino, alcançou também aos níveis superiores, pois havia a necessidade de se ampliar o ensino secundário (II e III níveis)³² e médio em várias localidades. E diante destas restrições, em inúmeras Províncias e Municípios a 4ª classe tornava-se o nível máximo que alguns angolanos conseguiam alcançar, sem poder dar seqüência aos seus estudos, devido a falta de condições econômicas ou sociais para se deslocarem até as cidades onde funcionassem os estabelecimentos de ensino superior, a 4ª classe. Tal fato contradiz o discurso do MPLA-P.T (1981:17) que considerava:

³⁰ A independência foi em Novembro de 1975, e no ano de 1976 as escolas não funcionaram.

³¹ Os dados constam no relatório final do Conselho Alargado do Ministério da Educação de 1978 que tratava sobre a reformulação do ensino em Angola.

³² II e III níveis enquadram estudantes da 5ª a 8ª classe, que no período colonial chamava-se 1º ao 4º ano.

“De um passado elitista a escola é, de imediato numa sociedade em transição para o socialismo obrigada a estender sua ação as mais amplas camadas do nosso povo, não só para satisfazer suas elementares e justas aspirações, mas também como forma mais eficaz de combater a concepção errada e as características da sociedade de exploração que é o nosso passado recente. Se o acesso a escola das classes no seio do nosso povo, outrora mais explorado, é o primeiro indicador da real democratização, esta terá necessariamente que se implantar no seu cotidiano, no seu modo de funcionamento”(MPLA-P.T., 1981: 17).

Diante da necessidade de se ampliar o ensino secundário a outros segmentos da população, foram criadas escolas dos níveis acima referidos nos Municípios e Províncias. Já nas grandes cidades, constituíram-se os Institutos Normais de Educação (INE), e o ensino pré-universitário (PUNIV).

Os Institutos de Educação, na sua maioria passaram a funcionar nas estruturas pertencentes as Igrejas Católicas, sendo os Internatos, nacionalizados e transformados em unidades escolares do Governo. Porém, devido a insuficiência de recursos humanos e corpo docente, priorizou-se a criação dos Institutos Médios para formação de professores, com o objetivo de:

“(...) promover e estimular a formação sistemática de professores e quadros para todo o sistema de educação e ensino, com a qualificação técnico-científica adequada às exigências do país e dignificar a nível social a sua função, tendo em conta a sua direta intervenção na formação do homem novo” (Programa MPLA, 1991: 26).

E, como forma de estimular os cidadãos a ingressar nessa carreira de atividades, os indivíduos, com um determinado nível acadêmico e principalmente, sendo homens seriam isentos do serviço militar, assim como toda a juventude em idade de alistamento. Um outro procedimento, foi recorrer a Cooperação Internacional, com maior destaque à brigada de professores cubanos (Comandante Che Guevara), que lecionavam no ensino secundário, médio e superior. Esta brigada deslocou-se para Angola tendo em conta a linha política do MPLA: a marxista.

Como a demanda passou a ser maior que a oferta, criou-se uma Comissão Nacional de Encaminhamento para alunos do ensino médio e superior, encarregada de analisar os currículos estudantis de cada candidato para encaminhamento a um Instituto ou

Faculdade. O candidato, no entanto, tinha apenas três opções iniciais que não garantiam a conquista de uma vaga de acordo com sua escolha, pois o curso indicado poderia ser oferecido em Angola, numa província diferente ou mesmo fora do país. O encaminhamento ocorria de acordo com: a) as *possibilidades do país*; b) as *necessidades do país numa determinada especialidade*; c) a *opção do candidato*.

Os candidatos indicados a frequentarem os cursos fora do país, eram encaminhados principalmente para: Cuba (Ilha da Juventude Centro de Formação), Ex-União Soviética, Ex-Alemanha Democrática, Bulgária, Checoslováquia, Hungria etc. Para a Ilha da Juventude em Cuba, além de alunos, o Ministério da Educação de Angola também enviava professores de disciplinas referentes à realidade angolana (História e Geografia), uma vez que a Ilha recebia angolanos para frequentarem cursos desde o ensino fundamental.

Apesar do processo de encaminhamento dos alunos do ensino secundário e superior ser compreendido como algo necessário para eliminar a existência de distinções raciais, tribais, de posição econômica ou social dos candidatos, uma vez que as estruturas existentes no país passaram a ser insuficientes, devido a elevada procura, na prática, muitos cidadãos angolanos de origem camponesa que viviam em aldeias e campos agrícolas tiveram a oportunidade de continuar o seu percurso académico em Institutos Médios ou em Faculdades. Em alguns casos, muitos indivíduos saíam de uma determinada aldeia diretamente para a capital de uma província, ou então, para outros países, legitimando, assim, a proposta governamental inicial de assegurar o acesso à educação e ao ensino.

Ressalte-se também que neste processo o encaminhamento para alguns cursos e locais de frequência dependia da militância do candidato. Cursos como: *Direito, Economia, Filosofia*, entre outros, eram priorizados aos membros da Juventude do Partido, núcleo do Partido no poder, fato que não parecia ser um grande obstáculo, visto ser quase todo jovem, filiado à Juventude do Partido, devido ao oferecimento e realização de várias atividades recreativas, desportivas e sociais pelo órgão, o que despertava o interesse dos mesmos, e segundo, porque esta era a única organização voltada para a juventude, pois órgãos como as Associações Estudantis estavam praticamente sob controle total desta organização. Assim,

o fato de condicionar a militância a indicação para um determinado curso, acredito ter construído uma questão de alienação de direitos, o direito a escolha.

Em 1978, deu-se início ao processo de criação das Escolas Provisórias, localizados no meio rural, tendo vocação agrária, industrial, a partir do lema: Estudo/Trabalho. Até 1982, funcionavam 22 escolas em nível nacional com cerca de 6.000 alunos, 180 professores e 709 trabalhadores auxiliares. Estas escolas, no entanto, decresceram, e em 1991 sobraram somente 8 escolas, em virtude da situação de guerra, já que se localizavam na zona rural. Porém, embora tenha sido declarada a sua extinção, estas contribuíram para a origem das Escolas Polivalentes, instituições de ensino do subsistema de educação de adultos, com caráter politécnico e estratégico, tanto para a erradicação do analfabetismo juvenil, quanto para a contenção do êxodo rural. Segundo o Ministério da Educação (Março de 1993), estes Centros Polivalentes, possibilitavam o desenvolvimento da cultura geral da massa juvenil analfabeta e sub-escolarizada, promovendo uma formação integral, contribuindo na atuação deste grupo, de acordo com a realidade e exigências do meio onde se inseriam, permitindo, além disso, a complementação da escolaridade obrigatória e básica dos alunos que por diversas razões não puderam freqüentar ou concluir os seus estudos no ensino regular.

Contudo, cabe destacar também aqui uma síntese do Balanço das Atividades Desenvolvidas até 1990, elaborado durante o 1º Encontro Nacional do Ensino Geral.

"É 'aterrador' reconhecer que, ao longo da nossa atividade tais diretivas³³, não foram satisfatoriamente cumpridas. Com efeito, não obstante se terem aumentado as matrículas e se concentrarem no 1º Nível, uma elevada quantidade de alunos que nunca tinha tido a oportunidade de freqüentar a Escola, muitos deles com consideráveis atrasos escolares, o número de salas de aula disponíveis, nunca foi compatível com o aumento anual das matrículas"(MED, 1991: 2).

Segundo ainda este órgão, a capacidade e qualidade de atendimento à escolarização das crianças, a partir dos 6 anos de idade no 1º Nível (definido como Nível de instrução obrigatória) e as possibilidades criadas para o acesso ao Ensino e Formação nos

³³ Referentes à Organização e Gestão: Corpo Docente; Corpo Discente; Base Material e Sistema de Ensino no Geral.

níveis subseqüentes não evoluíram, mantiveram a situação de carência do Setor em todo o país, e principalmente nas Províncias de: Luanda, Huila, Huambo, Benguela e Kuanza Sul. Nestas, os problemas assumiram proporções mais graves como a existência de um número crescente de crianças sem estudar, por falta de infra-estrutura, com turmas excessivamente grandes, carência de material didático, de equipamento escolar, além da sub-utilização dos professores nomeados no 1º Nível. Essas escolas continuam a atrair aquelas crianças vindas de outras províncias, quer em consequência da situação político-militar, quer nas condições econômico-sociais.

O processo de educação e ensino, embora com várias lacunas, caracterizou-se, como acabamos de ver exposto pelo órgão competente: o Ministério da Educação, pela falta de profissionais qualificados, e de infra-estrutura adequada. Assim, com a reforma do sistema de educação e ensino de 1978, o mesmo conseguiu ampliar-se para quase todo país, embora segundo o MED (1991:7) o Ensino de Base Regular atualmente atravessa um período bastante difícil, pois tal situação deve-se fundamentalmente aos seguintes fatores:

- 1- Acentuado fenômeno de regressão escolar;
- 2- Ausência de um sistema funcional de produção, tratamento e circulação da informação;
- 3- Insuficiente trabalho de organização, coordenação e direção do ensino;
- 4- Insuficiente ou mesmo nulo investimento na formação e capacitação dos quadros ligados ao ensino de base regular,

Nestas circunstâncias, as escolas em sua maioria deixam de reunir condições aceitáveis para um funcionamento normal e cumprimento dos seus reais objetivos; sem que se tornem atraentes para os alunos, professores, pessoal administrativo e auxiliar. Estes últimos praticamente inexistentes, seja porque as condições referidas os atingem diretamente, ou os seus salários estão completamente desajustados em relação ao custo de vida, não desfrutando de quaisquer estímulos.

Segundo ainda o relatório de balanço do Ministério da Educação³⁴, no ano letivo 1989/90 estavam matriculados 1.014.585 alunos no Iº Nível, que engloba as classes de Iniciação até a 4ª classe; 105.436 estudantes no IIº Nível (5ª e 6ª classe) e 25.774 no IIIº Nível (7ª e 8ª classe), totalizando 1.145.795 alunos no ensino obrigatório.

Estes dados são importantes, pois 1990 foi o ano que antecedeu as mudanças no país, que começam com grande vigor, a partir das manifestações anti-monopartidarismo, numa luta tenaz em prol do multipartidarismo que veio acontecer com as eleições em setembro de 1992.

1.2.1 – A voz dos técnicos angolanos sobre a educação no período de orientação socialista

Um professor de didática, assim se refere à evolução da formação de pessoal habilitado no período mais recente de orientação socialista:

"nunca procurei comparar os dois sistemas quer dizer o colonial e o de orientação socialista...sei que neste período em referência se verificam indivíduos formados em números consideráveis o que não se registrava no antigamente. Refiro-me a indivíduos com a formação superior, indivíduos com mestrado e doutorado que são angolanos... angolanos principalmente negros e mestiços que constituem o grosso" (Mário, 45 anos, Professor Universitário).

Realidades e momentos diferentes, de acordo com Mário, também refletem os objetivos a que cada sistema se propõe a buscar. Assim, segundo a política do Governo de orientação socialista a educação deveria ser orientada em prol da população, pois,

"O sistema de educação e ensino é integral pela correspondência entre os objetivos de formação e os do desenvolvimento do país, nomeadamente por meio da planificação, pela unidade dos objetivos, conteúdos, métodos de formação, com o fim de garantir uma suficiente diversificação em cada ensino, assim como uma articulação horizontal e vertical de todos os níveis e tornar o sistema eficazmente adaptável às transformações da sociedade, com a possibilidade dos cidadãos passarem de um nível ou subsistema para outro e obter uma educação permanente, seja na escola, seja na vida ativa". (André, 1997:45)

³⁴ Direção Nacional do Ensino Geral, 1º Encontro Nacional- Síntese do Balanço das Atividades Desenvolvidas. Luanda, 25 a 30 de Março de 1991.

Entende-se, portanto, ser a educação compreendida sob um enfoque político pelo MPLA, pois para este partido, ela deveria ser analisada num sentido amplo, numa conjunção de fatores constituintes no processo de formação integral do indivíduo. No entanto, isto remete a um conflito, na qual a educação é considerada como uma necessidade da sociedade, e não simplesmente como um interesse individual, pois como destacou um dos sujeitos,

"Alguns fatos leva-nos a crer que neste período a educação foi prioridade do governo. Mais isto é relativo, várias situações levam a acreditar que não era bem assim: as condições das escolas e mesmo da educação deixavam a desejar em certa medida. Não falo das cidades, falo de bairros mesmo ao redor das cidades. Bom, mas mesmo assim, ainda que se verificavam angolanos nestas escolas sem sombra de dúvida, era preciso resolverem alguns detalhes para melhorar as condições de ensino" (João, 43 anos, Professor do Ensino Médio).

No contato com João, fica claro que a questão não era a participação dos angolanos no processo educacional ou de formação, pois de acordo com o entrevistado esta política deveria ser acompanhada de outras modificações, principalmente de mudanças no campo econômico, porque o fato de enquadrar todas as crianças não significaria a resolução da questão escolar, pois as fugas dos alunos eram constantes e estas pareciam já não se importavam mais com aquele espaço. Porém,

"Se formos a contextualizar pode-se dizer que o sistema de educação neste período foi excelente! Digo isso repetindo num sentido do contexto, porque se deve analisar quem eram os dirigentes deste país, qual era seu nível acadêmico. Sabemos que uma boa parte destes dirigentes tinham menos que 8ª classe e mesmo assim alguns passos se deram naquilo que eles mesmos precisavam também. Hoje no país o número de formados aumentou e graças as iniciativas do período em referência. Podia-se fazer mais, mas também era pedir demais se atentarmos o nível médio aos que nos dirigiam" (Isabel, 43 anos, Professora do Ensino Médio).

No entanto, segundo Isabel, o importante neste momento não é simplesmente saber até que ponto a educação neste período satisfaz ao cidadão, mas também analisar outros elementos como as condições econômicas nas quais o país se encontrava, assim como, as estruturas herdadas. Ainda para Isabel, toda uma reconstrução leva tempo, e principalmente no que se refere a recursos, queira financeiros ou humanos, requisitos estes

imprescindíveis. Compartilhando do mesmo ponto de vista, outro entrevistado ressalta o seguinte:

“Sou um dos que me beneficiei desta política e posso reafirmar como em várias ocasiões tenho dito que se não existisse essa mudança hoje eu não seria um técnico superior e tenho a certeza que nos encontramos muitos nesta situação. É só vermos o número de angolanos que estão formados hoje em relação com o número do passado, além do número o mais importante é a origem dos que estão formados hoje: um bom número são de origem camponesa, a verdadeira origem do angolano. Então muita coisa neste âmbito foi feita, gostaríamos que fosse mais, procuramos também analisar outros fatores importantes quer de carácter material como humano que determinaram alguns insucessos infelizmente” (Henrique, 48 anos, Professor do Ensino Médio)

Atualmente, a polémica tem recaído no conhecimento sobre os frutos do sistema de educação, levando-nos a realizar uma autocrítica sobre a trajetória educacional do período, como meio de melhor direcionarmos um futuro promissor. É neste sentido, que julgo tão importante ir em busca das causas de certos fracassos que podemos ver no sistema educacional em Angola, pois o fato de termos nos beneficiado, não significa, deixaram de existir falhas neste sistema, pois pelo simples fato de termos saído de um processo, não significa superar automaticamente todas as falhas de colonização. Podem-se destacar também algumas, pela orientação ideológica em que o país se baseava, a exemplo do que ressaltou Henrique. E tal como Henrique, Carlos levanta a questão ideológica no processo de educação, através do seguinte relato:

“Hoje nós podemos ter uma análise crítica do sistema de educação em Angola no período de orientação socialista. Não me refiro que ela não foi boa ou não abrangia um número maior de cidadãos em relação ao período colonial. Refiro-me a limitação de conhecimentos a que éramos submetidos. Nós tínhamos que seguir uma e única via a do marxismo-leninismo. Isso limitava muito, não nos permitia fazer uma análise crítica de um fenómeno ou realidade; só o marxismo e mesmo este introduzido de forma convencional, quer dizer da maneira que convinha ao governo” (Carlos, 47 anos, Professor do Ensino Médio).

A fala de Carlos é baseada em várias orientações e discursos partidários e governamentais. Abaixo, seguem alguns exemplos de passagens retiradas de: *A Introdução do Marxismo-Leninismo na Educação Ideológica do Povo MPLA-Partido do Trabalho- O*

Estudo Marxista-Leninista no Sistema Geral do Ensino (s/d) e Reformulação do Sistema de Educação e Ensino (1990), como forma de exemplificar as limitações referidas por Carlos:

- a) A aplicação do Marxismo-Leninismo no sistema geral do ensino explica-se pela razão de que em cada sistema social a classe dirigente pratica uma política educativa correspondente aos interesses gerais, assim a educação, a instrução e o ensino servirão aos seus objetivos.
- b) A educação e instrução marxistas são fatores importantes na formação da personalidade. Quase nenhuma outra atividade educativa-instrutiva influi tão fortemente na personalidade, na sua formação como o fazem a educação e a instrução marxista.
- c) A educação e instrução marxistas capacitam os indivíduos a compreender a natureza e o decurso do desenvolvimento social e com sucesso empreender, executar as tarefas e obrigações sociais assumidas, com quem a personalidade enriquece também o seu mundo interno.
- d) A educação e Ensino baseiam-se na ideologia Marxista-Leninista, nas experiências nacionais também em outras experiências progressistas da Humanidade, com vista a formação das novas gerações, na defesa de interesses das classes operária e camponesa, consolidando o Poder Popular.

Um outro grupo de Técnicos ressalta um aspecto relacionado a posição do MPLA, no processo de Educação, no período de orientação socialista, conforme aponta um de seus integrantes, Luis:

“Pode ser que o MPLA tenha alcançado seus propósitos quanto a generalização do ensino no meio da população. Mas uma coisa tem que ser dita, existiram muitos erros e, principalmente quando não se dava o direito dos cidadãos a escolha de que rumo tomar. De forma indireta éramos obrigados a cursar aquilo que o governo quis: no país ou localidade de escolha do governo: seguir a ideologia traçada por eles, sem possibilidade de uma comparação com os demais sistemas: mesmo dentro

do país, leituras de outras organizações que não faziam parte ao MPLA eram proibidas, a não obediência facilmente era rotulada como anti-revolucionária ou então anti – patriota”(Luiz, 47 anos, Professor Universitário).

Ao analisar as falas dos entrevistados percebe-se que elas chamam atenção para a leitura da situação angolana neste período em dois sentidos: - 1º) houve uma difusão do ensino no território nacional, mas esta extensão não resolveu o problema educacional da população em geral. Existiram muitos outros fatores que impossibilitaram que uma boa parte da população se beneficiasse do novo sistema de educação, por exemplos, o número limitado de escolas, número limitado de professores, - 2º) não se estimulava , o governo ditava os cursos, existia pouca flexibilidade, não se podia negociar a opção do interessado. Mesmo estes que tiveram oportunidades de frequentar os cursos superiores, na sua maioria já tinham o nível básico no momento da proclamação da Independência. Estes dois elementos levantados levaram alguns entrevistados, como Luis, a fazerem algumas colocações como:

“Independentemente da introdução dos seus ideais marxistas que foi realmente lamentável porque não se deu a possibilidade de outras opções, fato esse que contribuía para combatermo-nos uns contra outros, o que gostaria também de ressaltar é que se notava a extensão do ensino em várias áreas onde este não funcionava no período colonial, mas é verdade também que a qualidade deste ensino era fraca. Começamos por numerar o fato de que os professores nem sequer tinham nível para exercerem tais atividades. Nem todas as escolas tinham capacidade para atender os referidos alunos e isso empobrecia o ensino”(Imaculada, 39 anos, Professora do Ensino Médio).

Na exposição de Pedro, vê-se com clareza a educação através da ideologia marxista pecou, por não permitir que os indivíduos pudessem ter iniciativas próprias para compararem e escolherem seus rumos:

“Sinto-me completo no sentido de poder analisar um fenômeno ou uma situação agora que tive a oportunidade de cursar o mestrado no Brasil. Minha formação foi na base de um marxismo puro. Aprendi muito sem dúvida, mas precisava um horizonte mais amplo. Hoje estou em condições de efetuar uma análise partindo da visão de duas ideologias, pode até não ser a real, mais não me foi impedido de o fazer, tendo em conta os conhecimentos de duas correntes, se assim posso falar. A

falta desta parte no monopartidarismo, eis aí minha crítica...”(Pedro, 54 anos, Diretor Nacional das Relações Exteriores).

Uma outra discussão concernia à qualidade de ensino, ao se refletir sobre a carência de profissionais qualificados. Este tema foi ressaltado e defendido constantemente por alguns entrevistados, ao compreenderem esta política educacional adotada a generalizar o ensino, isto contribuiu para o registro de grandes lacunas ao longo do processo de formação. De acordo com suas falas, até a presença da brigada Cubana, que além do seu ponto positivo: preparar e qualificar o corpo docente, também acabou deixando traços negativos no ensino, pois os alunos submetidos ao contato com professores cubanos, que muitas vezes nem sequer falavam bem o português, eram obrigados a receber suas aulas em espanhol, acarretando inúmeras dificuldades de interpretação e aprendizagem.

Assim, estas falhas podem ser compreendidas como decorrentes da falta de opções, de acordo com os atuais técnicos remanescentes deste processo, não ocasionou nenhum comprometimento profissional. Joana, no entanto, destaca sobre esta situação, seguinte opinião:

“Tenho plena certeza que o Governo necessitava dos professores cubanos para suprimir a carência nas escolas do nosso país, que dado o sistema implantado o marxista, impossibilitava recorrer a um outro país de expressão portuguesa, para não falar diretamente de Portugal. Só que essa resolução, o preço foi de um ensino fraco de qualidade, principalmente nos primeiros momentos devido a transmissão dos conhecimentos em língua não familiarizada na altura pelos angolanos” (Joana, 43 anos, Professora do Ensino Médio).

Enquanto José afirma o seguinte aspecto:

“Em dado momento nós não sabíamos se o que escrevíamos era espanhol ou português, cada um escrevia de acordo com seu entendimento. No país nem sequer havia intérpretes para o efeito. Foi uma experiência, com grandes efeitos positivos, mas também alguns negativos, situação que abrangia o sistema de educação em geral”(José, 40 anos, Técnico do Ministério da Educação área da Cultura).

Para Joaquim (50 anos): *“Os erros foram resultados da fraca preparação do próprio Governo para lidar com os problemas. A verdade é que registraram êxitos, frutos*

palpáveis sem dívida, e isso torna-se importante salientar-se". Existiram aqueles defendendo que o Governo MPLA podia apresentar melhores resultados.

"O MPLA, falava constantemente que de Cabinda ao Cunene um só povo e uma só nação. O que é justo se tivermos em conta a divisão geográfica do país, pelo menos a reconhecida internacionalmente. O que acontecia na sua política educacional era a defesa dos seus ideais, a história de Angola que se ensinava tinha uma carga ideológica muito forte. Os demais partidos que juntos fizeram a guerra de libertação nacional nem sequer eram apontados ao se falar da história do País"(Pedro, 54 anos, Diretor Nacional Relações Exterior).

Abel, que também levanta aspectos da unidade nacional, começa por questionar:

"Se se falava já da unidade nacional, porque que o MPLA nos seus programas educacionais no período "chamado de orientação socialista", não priorizava os estudos das diferenças? Você não pode dizer simplesmente que somos um só, porque sabemos que isso não é verdade. É necessário que esta política fosse acompanhada de outra que fizesse realmente o estudo das diferenças que nós sabemos como ponto central de nossas vidas. A minha cultura seguramente não é igual a das populações daqui de Luanda, então, não se pode generalizar como forma de esconder. Não estou negando a política de unidade nacional, quero que se reflita como o processo educacional se posicionou com respeito a esse assunto"(Abel, 35 anos, técnico administrativo)

A leitura de Ana consistia no seguinte:

"Sempre a educação foi prioridade, tanto nos discursos dos políticos como nos documentos oficiais. Acontece, porém, que na realidade não passava de simples propaganda, os que estudaram, muitos deles o fizeram em piores condições. Para aqueles que saíam fora do país também existia fortes discriminações, quem eram os que iam para os países capitalistas?... E porque? O grosso de filhos de origem camponesa eram enviados aos países socialistas. Quais as razões? E quais os cursos dados a esse grupo de cidadãos, eu acho que o MPLA tem muito ainda a se explicar. Nas escolas espalhadas pelo país a fora muitos professores só tinham a 4ª classe, logicamente feita no período colonial"(Ana, 39 anos, Professora Universitária).

As reflexões de N'Sango reforçam o pensamento da Ana, pois para ele:

"não basta colocar as crianças numa escola ou num lugar que se quer chamar de escola ou então de salas de aulas. O importante é o que se ensina nestes locais e as condições oferecidas a estes estudantes para darem andamento aos seus estudos.

Neste período muitas das escolas não estavam a altura para considerá-las como tal. Um outro problema grave, sob meu ponto de vista foi o fato de Angola não ter um sistema próprio de Educação. O sistema existente não passava de um copiado dos países socialistas no qual a linha política do MPLA seguia e isso acarretou enormes lacunas. Não se ensinava com a realidade angolana, nenhum dos países seguidos tinha o problema de pequenos grupos étnicos, tão fortemente marcados como em Angola. Não basta falar que o carnaval da vitória é importante, seria necessário explicar como se manifesta em cada região e porque?”(Nsango, 50 anos, Professor Universitário).

Contrariamente a N’Sango, Emanuel diz que, Angola sempre teve um sistema de Educação e Ensino próprio, principalmente, desde 1978, data da primeira reforma.

“O que acontece é que a educação tem padrões internacionais, pode-se variar a forma mas os conteúdos de muitas matérias não têm como diferenciar-se. A carga horária, a prioridade de um conteúdo isso pode ser possível, mas a base não tem como mudar totalmente, salvo as disciplinas que retratam os assuntos nacionais, como História, Direito Estatal ou Constitucional etc., padronização de certas matérias faz com que possamos estudar num país e aplicar nossos conhecimentos noutros países”(Emanuel, 44 anos, Diretor Provincial da Educação).

A esse respeito Alfe, quando falava das suas experiências no Brasil destacava:

“Uma das boas experiências tida no Brasil foi a forma como são ministradas as aulas. O professor deixou de ser o senhor dos conhecimentos e as aulas deixaram de ter simplesmente o caráter expositivo, o que tem demais aqui em Angola e que de certo leva a limitar muito os estudantes”(Alfe, 43 anos, Professor Universitário).

No contexto geral os técnicos angolanos reconhecem as oportunidades criadas neste período para muitos angolanos poderem atingir altos níveis de escolaridade. Como exemplo se colocam os referidos técnicos, pois muitos ressaltaram que não teriam hoje, um curso superior se Angola não estivesse independente.

Mas também reconhecem que existiram muitas falhas, e uma delas foi no processo de encaminhamento, no qual o Governo pensava mais como estes indivíduos poderiam servir futuramente a sociedade e não se estes indivíduos gostariam de fazer tais cursos. Outro problema de realce consistia na qualidade de ensino de base e na sua infra-estrutura. Com o objetivo de se estender o ensino a todas as localidades, muitos destes

estabelecimentos não tinham sequer condições para se considerarem escolas, tanto em recursos materiais, como humanos.

1.3-Período de economia de mercado (1991-atualidade) pluripartidarismo e/ou democratização.

Três momentos de guerra caracterizam Angola, a primeira iniciada em 1961 encabeçada pelos movimentos de libertação nacional, a segunda, a guerra civil, que sangrou o país entre 1975/1990, dizimou milhares de angolanos, dificultou o aproveitamento dos valiosos recursos naturais existentes, impossibilitando, desta forma, o desenvolvimento econômico, político cultural e social do país, e a terceira a de 1992/2002. No entanto, além da primeira, justificada na busca de libertação do colonialismo português, as outras, apesar de suas consequências negativas, a continuidade tem sido encarada como forma de resolução, dos problemas étnico- lingüístico. A política que aposta na continuidade da guerra civil, alimenta a situação do grupo étnico-lingüístico Umbundo, sempre considerado inferior, tentando agora utilizar o momento para provar o contrário.

Na tentativa de reverter o cenário de conflitos, mediadores internacionais da ONU acabaram intervindo neste processo, articulando as primeiras negociações de paz por meio de palavras e intenções de substituir o cântico das armas, que até então, protagonizara um diálogo de surdos, estéril e castrador ao desenvolvimento de Angola. Assim, construído por avanços e recuos, certezas e incertezas, esperanças e receios, o processo de paz resultou na celebração dos *Acordos de Estoril*³⁵, que deveriam ser considerados como uma etapa histórica de reconciliação dos angolanos.

³⁵ Ocorrido em Portugal, na data de 31 de Maio de 1991, aconteceu o aperto de mão entre os dois maiores rivais, José Eduardo dos Santos (Presidente do MPLA-Partido do Trabalho) e Jonas Malheiro Savimbi (presidente da UNITA). Tal acontecimento, resultante das negociações iniciadas em 1989 em Gbadolite, no Zaire, decorreu em Bicesse, Estoril nos arredores de Lisboa.

A celebração destes *Acordos*, fez com que Angola contasse, a partir de 1991, com uma organização internacional³⁶ enviada pela ONU (Organização das Nações Unidas) tendo como propósito, o acompanhamento das tarefas de reconciliação. Deste modo, resultante dos acordos acima referidos, entre 01 de Setembro e 01 de Outubro de 1992, criou-se uma Comissão Conjunta Política Militar (CCPM), encarregada de dinamizar o processo de reconciliação, já que a partir de 28 de Setembro de 1991, foram formalmente extintos os exércitos armados do Governo e da UNITA (*FAPLA* e *FALA*), abrindo caminho à imediata constituição de um exército único, denominado de Forças Armadas Angolanas (FAA).

Com a criação da Comissão Conjunta Política Militar (CCPM) sob intervenção dos mediadores internacionais³⁷, e da UNAVEM (organismo estruturado pela ONU), tornou-se possível a formação de novos partidos políticos a partir de outubro de 1991³⁸, dos quais 12 acabaram por constituir o Conselho Nacional de Oposição.

Restabelecida a ordem partidária, em 10 de Dezembro de 1991, José Eduardo dos Santos, na qualidade de presidente do país, anunciou a realização de eleições multipartidárias para o ano seguinte. Assim, nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, o processo eleitoral ocorreu de modo livre e justo, segundo declaração de Margaret Anstee, representante especial do Secretário Geral das Nações Unidas, em 17 de Outubro.

Contudo, diante do resultado prévio das eleições, em 05 de Outubro de 1992, a direção da UNITA anuncia o abandono das fileiras das Forças Armadas de Angola³⁹, criadas durante o espírito da reconciliação, fazendo a capital angolana (Luanda) reviver

³⁶ Este órgão recebeu a denominação UNAVEM, que conseqüentemente, de acordo com a prorrogação dos prazos de estadia em Angola, foi classificado em I, II, III, e assim por diante.

³⁷ Dentre os mediadores internacionais, no ano de 1991, destacam-se: :Papa João Paulo II, que visitou Angola com o intuito de estimular o processo de reconciliação e paz e a Missão Tripartidária (Estados Unidos, Rússia e Portugal) que acompanhou a evolução do processo de democratização.

³⁸ Atualmente, os principais partidos são: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA - Partido do Trabalho); União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA); Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); Partido Liberal Democrático (PLD); Partido de Aliança da Juventude Operária e Camponesa (PAJOCA); Foro Democrático de Angola (FDA); Partido de Renovação Social (PRS).

³⁹ O abandono nas forças armadas pela UNITA significou o reinício da guerra civil.

dramaticamente, no início de 1992, o seu passado de conflitos, pois a guerra civil voltou a pairar sobre a cidade, generalizando-se por todo o país, resultando, posteriormente, na destruição de algumas capitais das províncias de: Kuanza-Norte (Ndalatando), do Huambo (Huambo), do Bié (Kuito), do Bengo (Kaxito) e do Uíge (Uíge).

Diante do ressurgimento do cenário de conflitos armados, todo o funcionamento das estruturas governamentais ficou comprometido nas Províncias, incluindo as acima mencionadas, com exceção de *Benguela, Huila, Namibe, Malange e Luanda*. Isto pressionou as populações a iniciarem um processo de migração para localidades consideradas calmas, mesmo sendo o percurso de vários quilômetros feito a pé. Assim, cidadãos da Província do Huambo percorriam longas caminhadas para chegar até a Província de Benguela; os de Kuanza-Norte recorreram diretamente à Luanda, que se transformou em principal refúgio da população oriunda das regiões de conflito.

E como a concentração dos refugiados deu-se crescentemente na capital, o Governo criou em Luanda uma Comissão Nacional de Apoio aos Deslocados, integrado por representantes de todos os Ministérios. Particularmente, o Ministério da Educação criou uma Subcomissão responsabilizada pelo reenquadramento dos alunos, professores e funcionários administrativos das Províncias que chegavam a Luanda. Esta Subcomissão era composta pelas seguintes Direções: *DRH - Departamento de Recursos Humanos; DNAF - Direção Nacional de Finanças e GAAP - Gabinete de Apoio e Acompanhamento às Províncias*.

O maior problema consistia em responder à demanda de estudantes, principalmente os estudantes da Faculdade de Agronomia, única no país que se situava no Huambo. Conseqüentemente, com a concentração dos cidadãos em Luanda em decorrência da instauração da guerra⁴⁰, inúmeros problemas passam a surgir no já precário sistema de

⁴⁰ As poucas estruturas que respondiam pelas atividades educacionais das escolas do 1º, 2º e 3º níveis, médio e superior localizadas nas províncias em conflito armado foram destruídas, tornando ainda mais precário o sistema de educação e ensino. Torna-se importante ressaltar que logo após as eleições em quase todas as províncias que a UNITA controlava, os alunos deixaram de frequentar as aulas. Aliás, todo o tipo de serviço deixou de funcionar nestas localidades. Isso se refletiu, diretamente, na realidade de Luanda, pois sua infra-estrutura não suportou o crescimento da demanda.

educação angolano, principalmente, em virtude da mudança de um sistema político Monopartidário para o Multipartidário em 1991. A educação deixou então de ser uma tarefa única e exclusiva do Estado para ser “compartilhada” com a iniciativa privada. Assim, começam a surgir escolas privadas, caracterizando uma nova situação para a população, que durante o período de Orientação Socialista, habituou-se a ter acesso a um sistema único e público de educação.

Isto contribuiu para que as condições de trabalho dos profissionais estatais se tornassem cada vez mais precárias, refletindo diretamente na qualidade do ensino oferecido no país⁴¹, pois para obter uma “boa formação” se dependeria agora do acesso às escolas e liceus particulares, já que o governo acabara com a comissão de encaminhamento ao ensino médio e superior, reduzindo assim, drasticamente, o envio de estudantes em massa para o exterior, principalmente, após o final da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), e da mudança do regime político soviético. Este fato influenciou diretamente a realidade, tanto política quanto educacional de Angola.

No entanto, embora as mudanças sofridas na orientação política, econômica, e conseqüentemente educacional, no Ministério da Educação em relatório datado de (2001), o sistema de ensino em Angola, (desde os primórdios da sua implementação, em 1978), tem sido afetado negativamente, em todos os seus níveis, por três problemas fundamentais: o limitado acesso, e a baixa qualidade, resultantes dos fracos investimentos destinados ao setor, comprometendo, assim, tanto a sua expansão quanto as infra-estruturas necessárias para atender a crescente demanda.

Ainda, segundo este diagnóstico realizado pelo Ministério da Educação, publicado em documentos oficiais, o sistema educativo da República de Angola, só aprovado em 1979 e implementado a partir de 1978, até nos anos 90, não tinha sido executado integralmente, em decorrência de conflitos de ordem política, militar e econômica, cujo

⁴¹ Ver ANEXO II: quadro dos alunos matriculados e suas respectivas taxas de rendimentos em âmbito nacional nos três níveis: inicial, médio e superior entre 1990 e 1998: fase considerada como a mais turbulenta em Angola, devido à situação de conflito político e militar. Este quadro é fornecido pelo Ministério da Educação (2001) sendo que os dados estão incompletos devido a situação da guerra civil.

reflexo se percebe até o momento, tanto no seu desempenho, quanto nos domínios da organização e gestão seja das estruturas físicas, dos recursos humanos, dos aspectos pedagógicos, e investigativos, ou mesmo com relação ao envolvimento do corpo docente e discente no processo de ensino-aprendizagem.

Compreende-se, deste modo, que os traços característicos do atual sistema de ensino em Angola são preocupantes, pois em meio aos conflitos políticos, econômicos, educacionais e dos problemas de organização/gestão, destacam-se: uma cobertura deficiente, elevadas taxas de evasão e repetência, fracos investimentos, principalmente, no que se refere à educação básica. Este contexto, no entanto, para o Ministério da Educação (2001) é justificado pelos seguintes fatores:

- a) A limitada e fraca cobertura do sistema, pois 2/3 da população em idade escolar no ensino regular, se encontra fora deste, enquanto menos de 1/3 da população adulta analfabeta tem sido enquadrada;
- b) Fraca qualidade e pertinência do ensino sendo ministrado, em horários triplos⁴² no nível primário Além disso, há uma grande escassez e ausência de materiais didáticos básicos para a aprendizagem, comprometendo o processo de ensino/aprendizagem, considerando que os conteúdos educativos encontram-se inadequados às exigências sociais, tanto do mercado de trabalho, como para a formação humana.
- c) Desmotivação docente, em virtude da falta de valorização à categoria, que tem resultado no aumento dos índices de ausência ao trabalho, atingindo 40% (estimativa) nas cidades, onde os movimentos reivindicativos são constantes;
- d) Infraestruturas escolares profundamente degradadas, colocando em risco a integridade física e psicológica dos alunos e profissional dos professores.

⁴² Os horários triplos consiste em alunos freqüentarem a escola em três períodos, uns entram as 07:00h até as 10:00h, horário que entram os outros indo até as 14:00h e daí o terceiro se prolonga até as 17:30h.

Porém, apesar do diagnóstico problemático sobre o sistema educacional angolano, o Ministério da Educação continua reconhecendo e ressaltando em seus discursos o seguinte: o acesso à educação, o sucesso, além da qualidade das aprendizagens nos primeiros anos de escola são condições fundamentais para o desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades contemporâneas. Entende-se portanto que a “sociedade do conhecimento” requer o domínio de competências elementares, adquiridas por meio da escolaridade básica. Para Angola, nesta perspectiva política, representaria a solução de todos os problemas do país, na medida que a educação seja transformada em prioridade nacional.

Assim, transferir a responsabilidade à educação como alternativa, tanto para a inserção do país na “sociedade do conhecimento”, quanto para a solução dos problemas internos, parece um processo ainda distante, pois o sistema tem deixado de absorver uma larga porcentagem de crianças e jovens provenientes de culturas não letradas, e o nível médio de aprendizagem encontra-se em patamares avaliados como insatisfatórios (MED, 2001).

O 1º Nível de Ensino de Base, portanto, mais tem sofrido com os efeitos da precária situação em que encontra-se o sistema de ensino, devido tanto a sua abrangência nacional, como e por registrar o maior desequilíbrio entre a oferta e procura, isto vem ocasionando a generalização da tripla jornada, além da superlotação das classes, resultando em consequências negativas de ordem psicopedagógica, segundo o próprio Ministério da Educação (2001).

No que se refere à qualidade, generalizou-se a idéia de o ensino em Angola ser de baixa qualidade, deixando de proporcionar a consolidação dos conhecimentos e aptidões adquiridos pelos alunos, principalmente pelo reduzido ano letivo (em virtude do triplo horário, diminui-se o tempo dos alunos na escola). O ensino no nível primário, é o que

denota pior qualidade devido a uma infraestrutura precária, a contribuírem para o fracasso escolar seja ratificado e traduzido em altas taxas de evasão e reprovação.⁴³

Em 1998/99, por exemplo, freqüentaram o ensino de Base Regular (público e privado) em todo país, cerca de 1.609.515 alunos, representando 59,3% do grupo etário dos 6-13 anos enquanto cerca de 1.106.685 crianças encontravam-se fora das salas de aula, reforçando à princípio, o quadro de cidadãos analfabetos⁴⁴. Porém, as desigualdades geográficas acabaram por repercutir, diretamente, na proporção de crianças excluídas do sistema de ensino em cada Província. Este fator resultou das diferentes prioridades governamentais destinadas ao setor, refletindo tanto nas proporções de investimentos educacionais quanto no desenvolvimento de cada localidade⁴⁵.

Assim, as disparidades educacionais existentes entre as Províncias, também se devem ao fato de algumas delas estarem em situação de combate, tendo se verificado que nas localidades com poucas ações de conflito armado, o número de crianças fora das escolas era menor, quando comparado àquelas envolvidas diretamente com a guerra. Considerando que a desestruturação familiar e as necessidades de sobrevivência, se tornaram problemas nas zonas em conflito, explica-se a evasão sendo ambos aspectos determinantes dessa evasão escolar⁴⁶.

Segundo um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1996 nas Províncias de Cabinda, Moxico, Luanda, Benguela e Huila, 45% das crianças a partir dos 6 anos deixaram de freqüentar a escola, devido ao fator: " trabalho ". Deste modo, ao contrário das crianças localizadas nas áreas rurais que sempre têm contribuído como parte da força de trabalho, ajudando na agricultura, na recolha d' água e de lenha, cada vez mais, as crianças urbanas são obrigadas a trabalhar como pequenos vendedores ou

⁴³ As somatórias dos níveis de evasão e repetência realizadas pelo Ministério da Educação (2001) constam taxas: de 50% no 1º Nível, 50 e 42%, respectivamente nos 2º e 3º Níveis. (MED. 2001).

⁴⁴ Deste número, quase 60% são do sexo feminino (MED. 2001)

⁴⁵ Ver ANEXO III com dados referente ao número de crianças fora do sistema escolar. Nota-se as disparidades existentes entre as localidades de pouco desenvolvimento econômico que apresentaram maiores índices de evasão, enquanto as do sul possuem porcentagem inferior.

⁴⁶ Nas Províncias mais afectadas pela guerra, tais como: Zaire, Uíge, Kwanza-Norte, Malange, Lunda-Norte, Huambo, Bié, Moxico e Kuanda-Kubango, a proporção de alunos fora do sistema escolar ultrapassa 60% (MED. 2001)

empregados domésticos, ajudando assim na sobrevivência de suas famílias. Assim, a pobreza diminuiu a capacidade de muitos pais de cuidarem convenientemente dos seus filhos, que acabam abandonando a escola para assumirem as responsabilidades do mundo adulto.

O Instituto Nacional de Estatística (INE, 1997), mostra que as razões mais apontadas pelos inquiridos pelo fato as crianças estarem fora do sistema, estão ligadas, por um lado: a indisponibilidade de recursos para a educação (cerca de 34%), e por outro lado, cerca de 20% das respostas na área rural indicaram o não funcionamento das escolas, razão esta que foi apresentada somente por apenas 5% na zona urbana. O mesmo acontece com a indicação da não existência dos professores (cerca de 14% contra 3%). Portanto, o sistema de ensino fraco é responsável por parte significativa da evasão escolar.

Ainda de acordo com o INE (1997), as razões vinculadas aos fatores sócio-culturais foram altamente apontadas pelos inquiridos (cerca de 35%), de ordem, sócio-econômica atingiam cerca de 15% a nível nacional, 18% na área urbana e 13% na zona rural. Dentre elas, destacam-se a indicação de falta de dinheiro (cerca de 9%) com mais acentuação na área urbana (cerca de 12%) e a necessidade de trabalhar, (cerca de 5%).

Um outro dado de grande relevância, segundo o Ministério da Educação (2001) a maioria dos alunos que terminavam o Ensino de Base Regular não conseguiam ingressar no Ensino Médio. Os concluintes do ensino médio, por outro lado não conseguem ingressar no Superior por incapacidade de acolhimento deste, quer dizer, o ensino superior não consegue responder à demanda. Esta agravante realidade acaba por legitimar a má qualidade do ensino oferecido em Angola, desde a aprovação da nova organização do sistema de ensino em 1979.

Apesar da mudança política de uma orientação socialista (1975-1990) para uma supostamente “democrática”, os problemas educacionais oriundos do processo colonial, posteriormente com a independência do país, não puderam ser solucionados, seja pela questão dos conflitos armados, ausência de implementação de uma proposta política à educação capaz de atender a formação do “homem novo”, escassez de financiamento e

investimento no setor, apesar da educação ser reconhecida como pilar para o desenvolvimento e constituição de uma Angola democrática e capitalista.

Os diagnósticos realizados pelo Ministério da Educação (2001) apontam o fracasso do atual sistema de ensino, que precariamente garante a formação de indivíduos, muitos, já antecipadamente excluídos pela inconsistência social provocada pela guerra e insucesso do programa educacional, que não os permitiu serem enquadrados em uma “sociedade do conhecimento”, pois lhes resta apenas a luta pela sobrevivência.

1.3.1 A educação no período de economia de mercado vista pelos técnicos governamentais de angola

São quase unânimes as idéias de que existe descaso atualmente com a política de formação e que como podemos constatar no depoimento abaixo seria melhor a contribuição se se levasse a sério o que os documentos orientam,

“O Sistema de educação? Bem a opinião que tenho sobre nosso sistema de educação atual é que... o que temos para dar o que temos para ensinar ainda falta muito...temos muitas dificuldades. Agora no nosso sistema de educação tem falta de tudo... começa da formação do próprio professor que ainda é uma formação mal acabada e esse fenômeno se reflete nas salas de aulas. Portanto, para melhorar o sistema de educação temos que melhorar primeiro a formação do professor, as condições sociais do professor”(Domingas, 38 anos, Diretora Nacional do Ministério da Educação)

No contato com Domingas pôde-se compreender, em sua perspectiva que o sistema de educação não deveria ser visto de modo isolado, pois uma análise neste caminho, geralmente se encaminha a interpretações levianas. Portanto, a educação deve ser vista como um todo, levando em consideração, principalmente, o modo de vida, não só do professor, como dos alunos e de todos os indivíduos envolvidos neste processo. Domingas, ainda reafirma esta colocação, ao exemplificar a situação de muitos mestres, agravada com o reacender da guerra, que chegam à escola sem saber se irão comer logo após o seu regresso à casa ou não. Pensam na dificuldade ao sair de casa sem deixar nada para os

próprios filhos se alimentarem, tendo apenas como garantia a espera de uma decisão dos políticos, decisão esta, que nunca chega a se efetuar, fazendo a população viver sem a esperança de concretização dos seus planos. Assim, a falta de decisão tem prejudicado diretamente a educação, sendo tal fato questionado por Carlos ao destacar:

“Não sei se é o sistema de educação que está em crise ou então todo o país. Quero dizer crise no sentido de ruptura, no sentido de perda. Porque uma coisa estará ligada a outra se formos analisar a lógica dos acontecimentos. Existia já uma educação débil e isso é incontestável e acredito que mesmo os dirigentes não puderam negar. Com a guerra civil nestes últimos anos a situação piorou. Houve, ao meu ver, uma reviravolta, voltamos à comunidade primitiva. Olha que naquele tempo as pessoas lutavam para um progresso, em descobrir algo de novo. Hoje nós usamos o já descoberto, o que noutros países já provaram que só prejudica para acabar com que é nosso. Refiro-me ao uso de armas de fogo. Isso tudo influencia na educação de modo negativo sim”(Carlos, 75 anos, Professor do Ensino Médio).

Ainda para Carlos, algumas particularidades deveriam ser consideradas, pois fala-se de educação num país em situação de guerra.

“Não pretendo defender os que dirigiram no período de orientação socialista mesmo porque são os mesmos que ainda governam esse país. A realidade é que naquele período ainda fingiam dar educação ao povo e muitos beneficiaram-se desta atitude. Agora, a realidade mudou completamente que até nos admira em saber que são os mesmos dirigentes. Também, que naquele período existia um controle até para comer, visto que tinha a política de cartões de abastecimento. Mas a população tinha o mínimo para enviar seus filhos às escolas (as quais pelo sinal também eram péssimas), o que não se verifica na atualidade”(Castro, 46 anos, Professor do Ensino Médio).

Com este depoimento, Castro continua fortalecendo a idéia de que a educação deve ser analisada, considerando toda a realidade do país, e ao salientar a situação dos cartões de abastecimento, prática vigente no período de orientação socialista, quando cada cidadão para fazer compras, tinha necessidade de apresentar um passe em uma loja previamente designada, de acordo com o seu nível académico ou de emprego, variando a qualidade das lojas e dos produtos de acordo com a classe social a que o indivíduo pertencia. Aponta-se a situação constrangedora, a qual a população era submetida, sob o argumento desta ser a única forma de controle e garantia para a alimentação de todos no

país. Atualmente, tal fato já não ocorre, pois as pessoas têm o direito a liberdade de escolher comprar onde e como querem, e os pedidos realizados ao sistema político vigente visam estimular o desenvolvimento de tais possibilidades, fato que deve ser pensado também para a educação.

Se a proposta educacional deveria valorizar a educação como um todo, conferindo a liberdade de escolha aos cidadãos, então, não se poderia falar de êxitos educacionais, se o estudante não pode manter-se na escola, quer por motivos de falta de alimentação, de guerra civil ou de outras condições que o obrigam a abandonar a sala de aula, pois segundo Imaculada:

“Este é um período péssimo, até parece pior que o período colonial. Agora somos nós, com uma política multipartidária, mas continuamos a criar obstáculos para não se avançar no desenvolvimento de todos nós. Uns alegam que não podem implantar novas escolas porque os recursos estão virados para a conquista de paz. Palavras que nos soam há mais de 20 anos. Por outro lado, o processo de paz depende do governo dar o primeiro sinal. E nós continuamos assim sem saber por onde e a quem acreditar, porque o que verificamos é que cada vez há mais crianças nas ruas sem estudar”(Imaculada, 39 anos, Professora do Ensino Médio).

Diante de uma situação de guerra, vários professores deixaram de dar aulas por diversos motivos: entre eles a participação de muitos nos conflitos armados, pois de acordo com Domingas:

“Vivemos numa era em que a educação não é valorizada. Neste momento a educação caiu totalmente de qualidade, além dos conteúdos “oficialmente convencionados” os elementos culturais, os nossos hábitos, nossas tradições, não têm muita influência na nossa educação, temos que fazer mais, temos que fazer mais para se sentir a nossa cultura na educação, porque é um elemento fundamental para se falar de uma educação no sentido geral e cabe aos governantes esta tarefa”(Domingas, 38 anos, Diretora Nacional do Ministério da Educação).

A diversidade cultural, uma das principais riquezas das populações de Angola, constitui a base da fala de Domingas, pontuando que não se pode falar de educação no país sem ter-se presente a realidade cultural, acentuando ainda, ter sido a situação da guerra alimentada em vários pontos do país, com o argumento das diversidades étnico-

lingüísticas. Tem-se claro a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de grande porte envolvendo o sistema de educação e sua realidade, pois sem isto, a péssima qualidade educacional continuará.

Ainda para Domingas, a realidade atual das escolas encontra-se pior que no passado, e sem dúvida, isto pode ser atribuído ao fato de o dia-a-dia de Angola ter sido marcado pela guerra. Esta, alimentada também pelo alto nível de analfabetismo, pois são justamente os cidadãos analfabetos os mais facilmente mobilizados, e transformados, muitas vezes em “carne de canhão”, ao desconhecerem a razão dos conflitos. Assim, poucos chegam a ter oportunidade de aproveitar sua sabedoria para justificar perante estes inocentes a justeza da guerra, segundo seus pontos de vista e seus objetivos particulares. Por outro lado, enquanto inocentes transformam-se em “carne de canhão”, sustentando os conflitos armados, os governantes utilizam-se da guerra como uma justificativa essencial para o povo das razões de sua inoperância governamental. Enquanto isso, a educação sofre com os prejuízos desta mentalidade, pois seus “projetos” e planos de ação não são discutidos nem analisados pelo povo, porque este se encontra alienado diante de um notável bem e direito que é a educação, capaz de garantir a instrução necessária para lhe permitir compreender e questionar as eventuais propostas.

Os apontamentos destacados por Domingas, puderam ser observados durante uma visita realizada em 28 de Abril de 2001, na escola do Ensino Geral do Iº Nível nº 220 do Município da Maianga-Luanda, situada na grande Luanda, Capital do país. Esta unidade fica rodeada por casas populares visto estar situada no bairro do Casenda, cujo acesso é reservado simplesmente para pedestres, onde o espaço usado para passagem não garante a circulação de uma viatura, não só por ser estreita, mas também por estar alagada⁴⁷, situação também registrada no pátio da escola, o que conseqüentemente acabou deixando as crianças sem local para suas brincadeiras de recreio.

⁴⁷ No momento da visita em Luanda chovia bastante.

Outra constatação é que embora sendo uma escola situada em Luanda, ela não possui condições para classificá-la como uma instituição de ensino, já que sua estrutura física consiste um galpão repartido em seis divisões intituladas de salas de aulas; não há condições sanitárias, a direção funciona numa sala utilizada pelo diretor, seus adjuntos, e professores, contando apenas com uma mesa, duas cadeiras, uma máquina de escrever e um armário onde são conservados os processos dos alunos. As “salas” de aula, sem condições de uso, encontram-se sem cadeiras e mesas. Os alunos são obrigados a levar seus meios para assistirem as aulas e esses meios são resumidos a latas para sentarem durante as aulas. A escola funciona com três períodos de aulas das 07:00h as 10:00h; das 10:00h as 14:30h e das 14:30h as 17:30h.

Este, portanto, é um retrato de uma escola pública, situada na capital onde os últimos conflitos armados ocorreram em 1992, logo após as eleições. Cabe ressaltar que outras escolas visitadas em Luanda encontram-se nas mesmas condições, ou ainda com problemas piores, como o da superlotação. Tal situação, no entanto também é reconhecida pelos técnicos, como Domingas que compartilha juntamente com José, o mesmo olhar sobre a situação do ensino angolano:

“A situação do ensino nesta atualidade é péssima, se já era péssima quando só existiam escolas publicas agora que se generalizaram as escolas privadas, a situação veio a agravar-se ainda mais... são eles os donos das privadas que não querem melhorar as publicas para poderem ganhar mais nos seus estabelecimentos. Assim dá-se a entender que com a privatização de parte do ensino a educação desabou...e desabou mesmo, porque nem todos têm possibilidades de irem para as privadas, que também não são tão boas quando se pretende mostrar. As escolas públicas deixam muito a desejar, isso ao meu ver, leva a uma baixa de qualidade no sistema de educação em geral”(José, 40 anos, Técnico Administrativo).

Vários entrevistados, entretanto, destacaram a questão da privatização do ensino, para uns deveria ser mais um elemento a contribuir para a formação do cidadão angolano, e não um elemento de diferenciação do povo como tem sido registrado neste momento. As escolas privadas transformaram-se, infelizmente, no “divisor de águas”, capaz de apontar quem pode e quem tem direito a educação no país, frustrando o anseio de todos os pais que

gostariam de colocar seus filhos numa escola, onde ele não precisasse levar uma lata para servir como assento durante as aulas. Que pudesse encontrar professores satisfeitos com seus salários e estimulados a contribuir no aprendizado dos alunos. Os pais gostariam que seus filhos tivessem a garantia de acesso livre às escolas, assim como ocorria no período anterior as eleições, não importando a idade das crianças.

Considerando o declínio atual da qualidade educacional nas escolas públicas, aos professores resta-lhes o uso da resistência física, social, profissional e até psicológica para garantirem ao menos, seus miseráveis salários. E isto, reflete-se no próprio desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, e nos valores educacionais incorporado pelos alunos, pois de acordo com Abel:

“o que se verifica hoje neste país não é o interesse em se aprender, os alunos só querem passar de ano, não importam como, e o que o professor quer é despachar este aluno, não se tem responsabilidade com o ensino. Na visão do aluno eu passo de nível usando recursos não convencionais e terei um Diploma que é o objetivo final... e nisso a qualidade de ensino não se questiona mais. O que me pergunto é até que ponto vamos falar da formação das novas gerações?” (Abel, 35 anos, Técnico Administrativo)

Diante deste cenário educacional desestimulante e precário, entende-se que a questão educacional transformou-se, de acordo com a expressão local, em *Gasosa “refrigerante”*, pois tudo virou um simples negócio, do ingresso à manutenção do curso, já que, segundo alguns interlocutores preservados no anonimato, o ensino público em Angola agora se reduz em propinas “*suborno*” solicitadas pelo corpo docente, sendo uma situação em vigor. O governo vê, sabe, mas finge não saber, talvez por conveniência!

De acordo com os interlocutores, a prática de pagamento extra ao corpo docente tem ocorrido em todos os níveis, porém, exemplificam este processo no ensino de base Iº Nível, descrevendo assim: os professores reclamando baixos salários, que deixam de corresponder ao seu modo de vida, acabam-se utilizando dos alunos como um meio ou uma fonte de renda extra-escolar. Através de uma solicitação indireta, o professor, num determinado momento chama os pais dos alunos para um diálogo sobre o rendimento de

seu (s) filho (s), e neste contato o pai ou pais são informados que seu (s) filho (s) têm rendimento baixo numa determinada matéria, e se continuar assim, não terão resultados suficientes para passarem de ano, sendo a probabilidade de reprovação, muito grande. Sugere-lhe recorrerem às “aulas de recuperação” (termo mais usado *explicação*) e, para não fazer confusão com os conteúdos, o professor prontifica-se a dar a explicação em sua casa, mas como esta tarefa não é paga pela escola, então, caberá aos pais essa missão. Este fato, generalizou-se de tal forma, que é difícil encontrar uma escola pública do 1º Nível onde esta prática não exista. A direção da escola alega não conhecer o esquema e o aluno que não optar por esta via, estará sujeito a repetir o ano letivo, quantas vezes for necessário até conseguir o rendimento esperado.

No decorrer desta pesquisa, em conversa informal para averiguar esta situação com os professores, muitos alegavam, ter o próprio sistema proporcionado este processo, pois as salas de aulas não obedecem a um determinado número de alunos, capaz de possibilitar tanto o controle quanto o acompanhamento destes no decorrer das aulas. Os alunos, ao saírem de classes inferiores apresentando grandes dificuldades, permanecem sem condições de acompanhar as aulas, e para não prejudicarem os demais, indica-se a realização de aulas complementares. Por último, a difícil situação financeira, agravada pelos baixos salários não suficientes para o atendimento de suas necessidades básicas, contribui para o exercício de atividades extras, não somente para atender seus alunos, mas a todos os interessados em aprender.

A questão do ingresso nas escolas primárias pelo “*processo refrigerante*”, não se faz sentir tanto, salvo de pais que queiram colocar seus filhos em escolas perto de casa ou em escolas relativamente melhores. Neste caso funciona a “*gasozinha*”, não se pede diretamente um valor definido ao aluno. O encarregado de educação então surge com o processo *gasosa* isto é uma contribuição para “refrescar” o professor ou a pessoa que estiver à frente da direção.

A situação do IIº e IIIº níveis, é semelhante à do Iº, nestes níveis os alunos sempre têm dificuldade numa ou noutra disciplina e aparecem vários professores com turmas em

suas casas. Muitas delas só funcionam no período de provas semestrais ou anuais, e os alunos, na ansiedade de obterem bons resultados recorrem às tais aulas particulares. No processo inicial também existem casos da “gasozinha”, principalmente quando o aluno tem uma idade que supera a regular e segundo o regulamento interno, deve freqüentar aulas em período noturno, ou então, quando é designado para escolas distantes de sua residência⁴⁸.

No ensino médio, o processo inicia-se logo no ingresso, pois como a procura é maior que a demanda, e o governo deixou de encaminhar ao exterior estudantes deste nível, os candidatos, com idade superior aos 15 anos, usam todos seus potenciais para conseguir uma das poucas vagas oferecidas.

Com as dificuldades registradas nos níveis inferiores, quer nas condições que as escolas oferecem com relação a recursos materiais ou humanos, agregadas em vários casos à situação econômica vivida em casa, muitas crianças não conseguem concluir o ensino de base, de acordo com as idades previstas no sistema de ensino. Assim sendo, como o governo apenas prioriza as crianças ou adolescentes de idade até os 14 anos, (estes têm o ingresso garantido sem qualquer prova de seleção), os demais estão sujeitos a provas para ocuparem as vagas remanescentes. E são para esses alunos, que segundo alguns interlocutores, começam o processo “gasosa”.

O processo de “gasosa”, descrito por alguns interlocutores, inicia-se quando os professores das escolas aguardam a procura das vagas remanescentes pelos candidatos, e ali estabelecem o preço do ingresso, com seguintes dizeres; *“a situação neste ano está difícil vou ver o que posso fazer... mas não garanto nada porque dependendo também de alguém, salvo se existir algo para que eu possa lhe dar, assim ele me facilitaria a vaga para você. Isto, no último caso, mas por enquanto vou tentar conseguir a vaga sem dar-lhe nada”* (...). Estas, portanto, são palavras dos primeiros contatos que evoluem passando

⁴⁸ . Como a pesquisa decorreu no início das atividades do ano letivo pôde-se observar tal prática na realidade escolar, pois em conversa com os professores, estes procuravam mostrar como o esquema funcionava. Porém, não permitiam a gravação ou a escrita de suas palavras, somente a observação participante, como meio de provar a veracidade dos seus dizeres.

para outra fase quando enfatizam: *“...está muito difícil, o homem não se rende, talvez se tiver qualquer coisa possamos convencê-lo”* (...). Neste caso, o interessado sem alternativa acaba por indagar: *“...mais quanto devo dar?”*. Num silêncio para poder convencer que ele (o professor) não é o protagonista, a resposta é: *“...ainda não sei, passa amanhã vou perguntar a ele.”* Feito este interregno, em outro breve contato o valor, surge ao acrescentar: *“... este valor é porque ele terá que dar também ao X e Y. Procurei convencê-lo a reduzir, mas foi sem sucesso, mesmo porque existem muitos que querem o mesmo lugar.”* Ao final, o golpe está realizado, restando a combinação dos arranjos com as seguintes falas: *“... esta situação deve ficar só entre nós, porque muitos poderão querer também, e já não existem lugares. Assim, como ninguém pode saber que você deu algo para o W, porque isso poder dar problema, não só para ele como para mim e você. Você pode perder a vaga e nós o trabalho e como vê eu só lhe estou ajudando, faço isto para o seu bem.”*.

Tudo combinado, enfim, e o fato volta, ano a ano a se repetir, de acordo com os entrevistados.

Os professores ou funcionários que inicialmente apareceram como intermediários, continuam a desempenhar a tarefa, agora em uma situação diferente, pois o aluno agora precisa de notas para passar de ano letivo, ou então, uma nota que lhe possibilite ir para outro nível. Neste caso, o *“tutor”* aparece juntamente com o professor titular da disciplina para negociar a avaliação deste aluno, e isto tem um preço, mesmo para aqueles que anteriormente não tiveram que recorrer ao processo *“gasosa”* na fase *de* ingresso porque as provas são elaboradas para que um grande número recorra ao *“socorro”*. Porém, em todos os casos, *“a direção nada sabe”*, e, portanto, não há necessidade de se coibir esta prática.

Esta grave denúncia, no entanto, possibilitou que os entrevistados⁴⁹ questionassem sobre a qualidade de ensino e sua gratuidade, ao perguntarem durante todo o tempo:

⁴⁹ Muitos professores entrevistados revelam sua revolta frente a atual situação porque, sendo alunos de níveis superiores, vivem na própria pele a necessidade de lutar contra o esquema *“gasosa”*.

“Como ter uma educação de qualidade se ela não tem sido acompanhada como devia ser?... Será que um dia esta realidade poderá mudar?..., Como falar-se da formação do cidadão angolano se muitos pais não têm dinheiro para entrar neste esquema?, Até que ponto se pode considerar ensino gratuito, se tudo tem que ser pago?”, pois não se paga diretamente à escola ou ao governo, mas com esta prática obriga-se aos pais a suprirem as lacunas deixadas pelo governo. Se os salários e as condições de vida dos funcionários da educação fossem bons, e a vagas oferecidas respondessem à demanda em todos os níveis talvez tal situação deixaria de ser disseminada.

Assim, enquanto para o governo existe uma escola pública e gratuita, na realidade o que de fato se configura é um centro de encontro onde são negociados títulos. Isto é, a escola transforma-se no local onde o aluno compra desde o seu ingresso até os resultados necessários para promovê-lo aos outros níveis educacionais. No nível superior, segundo alguns entrevistados, este fato também se faz presente, sendo lamentável que até na Faculdade de Educação: (Instituto Superior de Ciências de Educação), os professores com o ensino médio concluído e que pretendem ingressar no ensino superior, não conseguem fazê-lo sem que tenham desembolsado US\$2.000,00 . Esse valor é alterado conforme o curso superior desejado, sendo Direito e Economia os mais disputados e portanto, mais dispendiosos.

De acordo com alguns entrevistados, esta situação tem piorado muito nestes últimos anos, principalmente a partir de 1992 com o restabelecimento das eleições e a mudança do sistema político. Isabel ilustra bem as profundas alterações ocorridas no sistema educacional angolano no atual período, salientando:

“Não posso acreditar que, de um momento para outro a vida muda de um extremo para outro. A educação deixou de ter aquele valor, passou a ser uma mercadoria qualquer. Neste período ninguém fala de educação para as massas: os que tiveram a sorte de ter dinheiro só falam de escolas privadas, os famosos colégios privados. Não existe educação para o cidadão angolano, existe talvez para os donos do país” (Isabel. 43 anos, Professora do Ensino Médio).

Enquanto isso, um outro entrevistado é da seguinte opinião:

“Em dado momento deixei de acreditar na nossa educação, na educação que dizem oferecer às nossas crianças hoje. Antes ainda se podia compreender que saímos de uma fase onde todos os detentores de conhecimentos preferiram abandonar o país e ir para outros. Mesmo neste momento muita coisa se fez, (mas) agora que temos tantos técnicos superiores angolanos, os que se formaram com o propósito de darem continuidade, verificamos uma educação sem rumo, que pena!”(Pedro, 54 anos, funcionário Administrativo do Ministério da Educação).

Falar de educação hoje, portanto, é também retratar a guerra, mesmo em algumas localidades onde exista relativa calma, pois nestas, a situação, tanto social quanto educacional, deixam a desejar, de acordo com os entrevistados:

“Tomemos como exemplo o Município de Viana, fica situado na Província de Luanda, localidade onde se encontra uma concentração maior de refugiados. O governo não se preocupa com as inúmeras crianças que vivem em tendas nos arredores de Viana. Estas crianças, mesmo vivendo aqui, continuaram sendo analfabetas e comprometendo suas vidas, refiro-me as vidas presente e futura” (Pedro, 54 anos, funcionário Administrativo do Ministério da Educação)

O caso de Viana, acompanhado atentamente durante a pesquisa, devido a grande concentração de refugiados, caracteriza-se não somente pela precariedade que envolve a questão social, mas também escolar, pois as salas de aulas das escolas deste município se encontram completamente lotadas. E, em conversa com o delegado (secretário) municipal da educação da localidade, este justificou tal situação como a única alternativa para conseguir enquadrar um maior número de crianças nas escolas, pois se não optassem por este mecanismo correriam o risco de ter um grande número destas crianças fora do sistema escolar. Essa idéia, foi compartilhada por um dos diretores de uma escola no mesmo município ao esclarecer que:

“toda criança tem direito a escola e nós procuramos enquadrar todas as crianças que nos solicitam independentemente de termos lugares ou não. Os professores terão de dar um jeito para ensinar um pouco mais a todos. Mesmo reconhecendo que assim estaremos baixando de qualidade e rendimento”(António, 38 anos, Diretor da escola fundamental)

A situação é tão complicada que pôde-se observar durante a realização da pesquisa, a ausência de uma estrutura física própria para a Delegação Municipal de Educação de Viana, que provisoriamente funcionava em duas salas de aula da escola do IIº e IIIº níveis, comprometendo, deste modo, ainda mais a capacidade de atendimento às crianças.

Se até mesmo o atendimento à população, pela Delegação de Ensino encontra-se prejudicado pela existência de uma estrutura física provisória do órgão, a situação é agravada para os refugiados de guerra que vivem hoje em tendas nos arredores do município de Viana, pois para esses moradores não existe uma política que lhes possibilitasse manter seus filhos nas escolas.

Assim, a imagem colhida neste local, leva a reflexão do quanto tem sido difícil o processo de educação nas províncias afetadas pela guerra. Se na cidade de Luanda a realidade vivida se resume numa educação que deixa de satisfazer os cidadãos habitantes desta jurisdição, como avaliar então o resto do país? Realizar tal avaliação requer compreender que o sistema de educação ainda se encontra centralizado, pois todas as orientações, até agora, partem somente do Ministério da Educação em Luanda. Apesar da mudança do sistema político, que asseguraria a descentralização no domínio do ensino, até mesmo as escolas particulares são controladas pelo órgão central através de uma Direção Nacional do Ensino Privado, que regulamenta e acompanha as atividades destas instituições.

Se a imagem da educação em Luanda não espelha grandes exemplos, qual será, então, o futuro educacional das províncias em guerra? Sendo de conhecimento geral que as províncias têm se deparado com enormes problemas, não só de infraestrutura, mas principalmente de técnicos para exercício das atividades, uma das questões colocadas durante a pesquisa foi saber dos técnicos, se estes deixariam Luanda para trabalhar no setor da educação nas províncias? Nenhuma resposta positiva foi obtida:

“Sou da província, mais não pretendo ir trabalhar em nenhuma província, nem a minha. Acho um suicídio tomar a decisão de ir para qualquer que seja a província. Se tiver que dar minha contribuição para a educação, darei aqui. Minha presença

em qualquer parte deste país não muda em nada, são os políticos que têm que mudar”(Jorge, 35 anos, Professor do Ensino Médio)

A fala de Jorge reportava a realidade de guerra civil que o país viveu até 2001, os técnicos reconheciam a necessidade de formação entre os angolanos, mas destacavam que as condições encontradas nas Províncias não permitiam com que esta política tivesse êxitos.

“Já trabalhei nas províncias, meu trabalho e de colegas foi tudo a perder, ninguém se sente responsável pela destruição das províncias e do mal que fazem ao conjunto de crianças que ainda vivem nestas localidades. Cada um joga a bola para o outro e quem paga somos nós. Como pensar em voltar a trabalhar na província e ainda no setor de educação? Só pode ser uma piada e de mau gosto”(Calisto, 45 anos, Técnico Administrativo).

A situação das Províncias é extremamente preocupante e isso foi visível nas falas dos entrevistados, mesmo no retorno da pesquisa de campo após os acordos de paz, os entrevistados reforçavam a idéia da dificuldade para se exercer qualquer atividade nas Províncias. As conseqüências da guerra civil ainda se fazem sentir, embora se reconheça a importância do papel da educação e do educador nas localidades destruídas pela guerra.

“Respeito os que se prontificarem para dar um empurrão à educação na província, mesmo porque alguém tem que estar lá, só que esta política deixa a desejar. Você não sabe se está no multipartidarismo ou no monopartidarismo, ninguém assume nada, o que deixa os moradores das localidades afetada fora da renovação dos conhecimentos e eu não pretendo ser um deles”(João, 35 anos, Técnico Administrativo).

O que coloca João constitui também preocupações de outros técnicos, para eles a questão está na continuidade de formação ao se pretender falar-se na formação do “homem novo”, e que as Províncias não dão essa continuidade, por essa razão a política de formação do “homem novo” pode estar comprometida. A responsabilidade dos políticos é cobrada. Para os técnicos não basta traçar ou estabelecer uma política é necessário levar a diante as ações práticas.

“Já houve o tempo em que nós nos prontificávamos para levar alguns conhecimentos aos povos das aldeias ou campos. Fui da brigada comandante Danjaré, e naquele tempo se falava e se fazia algo para a educação. Hoje não, a educação ficou simplesmente nos discursos, olha que sou um trabalhador do setor de educação”(David, 49 anos, funcionário do Ministério da Educação)

Estes são indivíduos que externaram seu ponto de vista, partindo do pressuposto de que a educação deve ser vista com mais seriedade, e não como uma bandeira de luta na obtenção de fins políticos, reconhecendo que no período de orientação socialista, embora com suas lacunas, ainda assim, conseguiu-se uma maior abrangência do atendimento das necessidades educacionais da população.

1.4 – Os três sistemas políticos que dominaram o país segundo as visões dos técnicos governamentais angolanos.

A questão levantada perante os sujeitos entrevistados foi: *quais dos sistemas políticos contribuíram mais para a formação dos angolanos?*

Para Carlos esta questão deve ser analisada levando em conta seu âmbito histórico, pois:

“Não se pode falar que o governo português não formou angolanos, uma afirmação (desde modo) poderia levar-nos a interpretação errada. Os portugueses formaram do seu jeito, e isso também obedeceu a sua época. Para eles o nível que os satisfazia era a 4ª classe oferecido a um pequeno grupo. Assim o fizeram. Da mesma forma pode-se dizer ao Governo de orientação socialista, revestido numa necessidade de dar cumprimento dos seus programas uma simples 4ª classe herdada não o satisfazia, porque passava a não contar com o aparato intelectual que funcionava no antigo regime, propondo então a generalização do ensino a outros níveis no meio da população. Quando me refiro ao atual período a situação não muda, como este governo tem germes no passado, a classe de elite já foi formada, só precisa consolidar neste sentido a educação, cujo objetivo já não é massificada”(Alfe, 43 anos, Professor Universitário)

É possível aqui acompanhar a discussão de que a falar-se de “homem novo” subentende-se falar de educação dos cidadãos. Para os entrevistados a fala de “homem

novo” pressupõe falar-se de formar os angolanos de forma a que eles hoje pensem diferente em relação ao período colonial, ao falar-se de “homem novo” não se está negando os conhecimentos que alguns angolanos tiveram no período colonial. Simplesmente, em várias ocasiões esses conhecimentos eram fornecidos no sentido de usarem contra a sua população e isso independe do grupo étnico. Normalmente eram utilizados cidadãos do mesmo grupo étnico para estarem ao serviço do domínio colonial. Essa instrução oferecida e esses angolanos foi importante também foi com esses conhecimentos que ajudaram ao processo de libertação nacional. Na visão de vários entrevistados os conhecimentos que eram fornecidos, eram considerados pelos portugueses como formadores de um “novo homem” um cidadão português em África.

“A política do governo português em dividir os povos entre assimilados e indígenas eles a fundamentaram como sendo a formação do homem novo, um homem que tivesse a capacidade de corresponder com as exigências da sua gestão. Para nós os angolanos como nos diz Abrange, a assimilação significava a ruptura ou a renúncia da nossa identidade cultural: você passa assumir a identidade do outro e renuncia a sua. Mas para os portugueses estavam na fase de formar um “homem novo” angolano, obviamente na sua forma de conceber. Para o governo de orientação socialista, a generalização do ensino, aliada a ideologia marxista era uma forma de educar e criar um homem diferente da cultura portuguesa ou do mundo capitalista. Então, o cidadão deve assimilar doutrinalmente o marxismo, e isso no sistema de ensino. Você tem uma (nova) viravolta neste preciso momento na qual a educação toma outros contornos, o cidadão depara-se com a multiplicidade de ideologias e ações, já não se prioriza uma educação única estatal e generalizam-se as escolas de âmbito privado”(José, 40 anos, Técnico Administrativo)

Reforçando a idéia de que as políticas educacionais representam a ideologia do partido que está no poder e por isso ao falar de “homem novo” precisa-se saber primeiro em que regime político se estabelece essa orientação a assim saber-se se ela consta uma vasta campanha de alfabetização ou simplesmente alfabetizando um grupo, considerado suficiente de acordo os planos deste regime político. Segundo uma entrevistada,

“(em) todos os sistemas políticos vigentes a linha de educação tinha como único propósito satisfazer e manter seus governos. Analisando o governo português, o que nos marca são as escolas rudimentares para os angolanos e os altos colégios para a classe branca e seus aliados. Na orientação socialista, de forma diferente mais se priorizava aqueles que eram fiéis às suas políticas, não só quando se fazia o

encaminhamento para os cursos de interesse ao país, pois não se estava pensando no indivíduo, o social não era trabalhado, embora colocado. Na fase atual nos interrogamos de quem são as escolas privadas? De que educação é oferecida às massas, hoje os dirigentes já não são analfabetos, como atrás o eram, sendo assim porque dar seqüência a massificação do ensino?”(Teresa, 38 anos, Técnica Administrativa)

Estas falas remetem-nos a reflexão de Machado (1984:20), quando ele destaca que:

“Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber e qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar”. Ainda segundo o autor “todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber”.

Tudo isso quer dizer, que na análise, saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. Isto, leva-me a concordar com os entrevistados que partem do ponto de vista que se deve analisar os momentos políticos e que cada sistema agiu em prol da sua manutenção, o que não significa, a falta de ação formativa entre os angolanos, pois a formação existiu, embora de forma diferenciada. Para essa reflexão, a fala de Foucault mostra-nos um caminho ao analisar o funcionamento de uma instituição, mas julgamos que sua análise se aplica ao sistema educacional angolano como um todo:

“O que interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (1984: 15).

De igual modo, torna-se necessário citar aqui a análise de António quando destacava o seguinte:

“ao falarmos da formação dos angolanos, estamos falando de quais angolanos? É preciso situarmos no momento histórico, porque se a primeira presença portuguesa foi em 1482, e tomarmos como referência (o ano de) 1973, podemos afirmar sem receio que o número de brancos angolanos era de se considerar, e para estes o processo educacional talvez lhes foi mais facilitado que para os angolanos negros. Da mesma forma não devemos perder de vista que junto a esses angolanos brancos tínhamos os outros negros que também se beneficiaram do processo de educação no período colonial. Os angolanos foram usados pelo regime colonial, é nisso que julgo basear minha interpretação”(António, 38 anos, Diretor de escola fundamental)

Os regimes políticos angolanos procuravam tirar o máximo dos indivíduos ou dos cidadãos, e para tal se tornava necessário a introdução de conhecimentos básicos como podemos ver no desenvolver desta exposição.

Uma outra pergunta que norteou nosso diálogo foi: *a qual dos regimes político os entrevistados dariam o voto de confiança, por ter desenvolvido adequadamente a atividade de formação dos cidadãos angolanos?* Da resposta a esta pergunta destaca-se a de Ângela,

“nenhum deles teria passado por mim!, porque todos eles cometeram erros graves no concernente a formação dos angolanos. Se eu pudesse e tivesse meios e direitos para tal, formaria um entre os três, aproveitando aquilo de positivo em cada um deles. Do período colonial aproveitaria a organização, a seriedade no tratamento dos propósitos e a responsabilidades dos dirigentes quanto aos seus objetivos. Do período colonial tiraria os aspectos de suma importância: o de não generalizar o ensino, não levar o ensino em todas as localidades onde vivem os angolanos e procurar limitar os que pretendem continuar. Já nesta fase aproveitaria a liberdade de expressão, a liberdade política e faria dos palcos políticos centros de educação partindo pelo respeito dos que pensam diferente. Tudo isso coordenado daria sim uma boa gestão em prol da educação dos angolanos”(Ângela,⁵⁰ 38 anos, Técnica Administrativa)

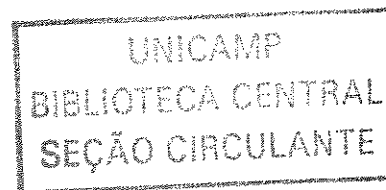
O pensamento da minha interlocutora retrata outros pontos de vista de indivíduos que chamaram a responsabilidade aos governantes, pois para eles a questão da educação não pode ser analisada como um elemento isolado, já que é um conjunto que só

⁵⁰ Ângela não se refere sobre o período de orientação socialista, que nos leva a interpretar que para ela foi o regime político que menos contribui, já que ela diz pegar aspectos positivos de cada regime para formar um só e na sua fala exclui o regime socialista.

demonstrará êxitos se for levado de maneira coordenada, dando abertura para outras correntes e manifestações que, de uma ou de outra forma estavam ligadas ao processo de educação. Aqui, davam como exemplo o sufoco da cultura angolana por parte dos portugueses, que poderia se desenvolver simultaneamente com outros elementos introduzidos pelos dominantes. A proibição, por exemplo das linguas nacionais não surtiu os efeitos esperados pelos governantes portugueses pois elas não desapareceram e também não foi possível propagar, a nível nacional, a língua portuguesa. Os conflitos se tornaram cada vez mais crescentes, o povo começou a tomar consciência da sua realidade e intensificaram-se as lutas de libertação. Também a proibição de manifestações políticas contrária ao MPLA não surtiu efeitos, só provocou mais angústias e divisão dos povos, embora não pareça, a guerrilha pós independência foi sustentada, em grande medida, pela política tribal, quer dizer os movimentos procuravam enquadrar nas suas organizações cidadãos da mesma etnia pois este aspecto ainda era mal trabalhado na história recente de Angola.

Com relação aos diálogos, uma outra questão foi levantada: *quais os efeitos da guerra no processo educacional?* Um dos sujeitos entrevistados fez colocações interessantes:

“A Guerra provocou alguns resultados positivos para os cidadãos angolanos no período colonial. Podes ter certeza disso... siga meu pensamento, quando os movimentos de libertação nacional intensificavam as ações, o governo português procurava satisfazer algumas necessidades dos nativos, como forma de desviar a atenção da verdadeira reivindicação do povo. Nestas realizações, o campo educacional foi igualmente beneficiado, porque se construíram vários liceus, faculdades e ofereciam algumas bolsa de estudos. Não quero dizer que foi 100% mas se conseguiu algo. Contrariamente, no período de orientação socialista, a guerra civil só veio a prejudicar a população. Sabemos que em varias localidades, os professores eram perseguidos e mortos porque eram os transmissores da política do MPLA, já que os livros se encontravam com uma carga ideológica muito forte. Escolas eram destruídas, principalmente nas aldeias, isso por um lado, por outro os jovens eram interrompidos em seus percursos académicos para ingressarem no serviço militar. Muitos deles eram retirados de suas casas, salas de aulas, em viaturas etc. Hoje, a realidade da guerra é ainda maior porque as cidades e aldeias estão destruídas e nem sequer infraestruturas existem para o setor de educação”(Nsango, 50 anos, Professor Universitário)



Tenho que concordar com esta fala, pois se partirmos do fato de que logo que se intensificaram as atividades da guerrilha, os jovens interrompiam seus estudos, porque eram chamados para o exército, e não sabiam se um dia poderiam voltar às aulas. A maioria deles não teve essa sorte, e dentre os que não morreram, apenas podiam sobreviver com um dos membros ou os dois amputados, enquanto outros permaneceram no exército sem previsão de data de saída. Esta situação também era reportada na guerrilha comandada pela UNITA, onde os jovens tinham apenas como certo, o dia do recrutamento e nada mais. No lado do governo, os limites se aplicavam àqueles que não se apresentassem espontaneamente, mas que eram **rusgados**⁵¹ e então removidos para outras locais deixando de estudar, por exemplo.

Por ultimo, é com frequência que tem se escutado no país que os recursos financeiros destinados à educação são desviados para o processo de paz, política que já tem durado alguns anos, deixando a educação de ser considerada como uma prioridade, porque para o governo: “*sem paz não se consegue fazer nada*”, e como o país está em guerra, a quem cabe revidar?

A opinião dos técnicos angolanos a respeito do processo de educação constitui um dos principais objetivos desta pesquisa, suas opiniões constituem a base para a abordagem do tema **homem novo**. Tornou-se de suma importância conhecer o que os técnicos pensam a respeito da educação no passado, pois não seria possível falar do hoje sem considerar o ontem pois de acordo com Lênin (1981:19) “*Cada nova geração, ao desenvolver a cultura material e espiritual apóia-se nos resultados alcançados pelas gerações anteriores*”. Isso nos leva a concluir que, precisamos de um homem novo que será educado na base da sua cultura, da cultura do seu passado, carregado de diversas experiências desde a fase colonial, passando pela marxista até a contemporânea, tendo por base original as culturas tribais.

⁵¹ Rusgas significa uma ação do exercito em procurar enquadrar os jovens nas suas fileiras de forma violenta. eles são levados a partir das escolas. ônibus, mercados. etc. em qualquer lugar onde forem encontrados.

Nas expressões dos angolanos à respeito da educação nos períodos do colonialismo; orientação socialista e economia de mercado, uma preocupação ficou clara: os governantes deixaram de priorizar a questão social, e a cultural passou a ser explorada quando interessasse à política governamental. Pude compreender também, que neste momento deve-se conhecer e analisar as atividades, passadas no campo da educação, para delas, tirar exemplos positivos, que podem ser encontrados nos três sistemas políticos, que governaram o país, pois se o objetivo é formar o cidadão, então, à este devem ser fornecidas informações suficientes sobre o seu passado e seus ancestrais. De igual modo, não se deve perder de vista que até os erros cometidos podem ser considerados como importantes fontes de aprendizagem para se pensar estratégias futuras.

É visível, porém, nas falas dos técnicos que não é e nem pode ser uniforme o desenvolvimento da sociedade angolana, pois dependendo dos dirigentes no poder, esta terá um caráter, e objetivos diferentes, priorizando as esferas que esse governo achar fundamental. Isso aconteceu em todos os períodos em estudo, deixando de ser uma prática restrita ao governo colonial. O importante é que todos esses acontecimentos levam a grandes lições de vida, permitindo que se possa superar alguns erros cometidos no passado.

Um dos problemas colocados com maior ênfase foi em relação ao acesso à escola pelos negros e o número de formandos em todos os períodos, pois as situações de precariedade se repetem, e observamos que elas se constituem em virtude das condições oferecidas aos cidadãos no presente num passaporte para tomarem um caminho que os afasta da escola. E isso, leva-me a crer que o problema se encontra nos homens, considerando que as mudanças devem partir do interior dos mesmos, daí, a necessidade de se falar do “homem novo” em Angola.

No período colonial existia a necessidade de um “homem novo” angolano, aquele que lutaria para a libertação de Angola. Os movimentos de libertação nacional procuravam formar seus guerrilheiros, criar neles o espírito de patriotismo. Fundamentavam a necessidade de uma luta com caráter nacional onde se juntavam cidadãos de várias etnias e raças.

Depois da independência em Novembro de 1975, outros desafios surgiram pois as atenções não se reduziam a um grupo de cidadãos (guerrilheiros) mas a um conjunto mais amplo, toda a população subjugada pelo colonialismo português.

A unidade nacional foi e é um desafio, cabia a esse “homem novo”, agir em conformidade com a diversidade cultural angolana e procurar desenvolver o país tendo em conta a sua divisão administrativa (18 Províncias), pois Angola deixou de ser uma “Província” de Portugal e passou a um país, nisso o desenvolvimento económico passou a ser de responsabilidade directa dos angolanos. E os sujeitos desta pesquisa ressaltam aqui a importância da política de formação do “homem novo”, estabelecida pelo Governo de Orientação Socialista.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO

2.1 - A Política da Formação do Homem Novo na República de Angola

A Independência política foi um fato, mas isso não resolvia os graves problemas herdados do colonialismo português, (analfabetismo, os conflitos étnico-linguísticos estimulados durante séculos, a falta de infraestruturas, principalmente nas aldeias). O país precisava se defender no campo econômico, quase todo o setor econômico (petróleo, diamante, cobre, ferro) estava sob responsabilidade de técnicos estrangeiros, eram poucos os angolanos especializados e é nisso que se baseou (impulsionou) a política de formação do “homem novo”.

“Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem República Popular de Angola, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional. Porém, a nossa luta não termina aqui. O objetivo é a independência completa do nosso país, a construção de uma sociedade justa e de um homem novo” (Neto, 198 :37).

Para o MPLA⁵², com reformulação do sistema da educação, o *homem novo* é o indivíduo que, no processo do desenvolvimento da sociedade angolana, consegue passar por mudanças na sua maneira de perceber, expressar e avaliar os fenômenos do mundo tendo acesso a um conjunto de disposições, capazes de o orientar a agir de uma maneira determinada. Reconhece-se, deste modo, que a *formação do homem novo* transformava-se no requisito imprescindível à construção da nova sociedade.

A transformação da mentalidade, (no sentido de fazer com que cada cidadão estivesse, de fato, engajado na realização dos programas de reconstrução nacional), deveria acompanhar a transformação no objetivo do ensino, no caráter das escolas e das universidades, isso porque, para a construção da nova sociedade, seria preciso que o

⁵² Resolução do Comitê Central, sobre a reformulação do Sistema de educação e ensino da República de Angola(XXIII Sessão, 23-29, maio de 1989).

construtor soubesse o que fazer, como fazer e por que fazê-lo, tendo consciência dos rumos da sua realização.

Para o partido MPLA o *homem novo* em Angola, deveria ser visto, a partir do conjunto das seguintes categorias:

- a) unidade nacional;
- b) influência do Marxismo-Leninismo;
- c) papel da educação;
- d) papel dos pais na educação;
- e) papel dos professores na educação
- f) papel do trabalho na formação do homem novo.
- g) O exterior: caminho encontrado para a formação dos angolanos.

2.1.1- Unidade Nacional

“*De Cabinda ao Cunene um só Povo, uma só Nação*⁵³”. A unidade nacional aparece como aspecto da luta de classes, que é fundamental na salvaguarda da independência nacional e na preservação das conquistas revolucionárias. Protegida por lei, esta condição está assegurada no 4º artigo(1981: 8), que destaca o seguinte:

“A República Popular de Angola é um Estado unitário e indivisível, cujo território, inviolável e inalienável, é o definido pelos atuais limites geográficos de Angola, sendo combatida energicamente qualquer tentativa separatista ou de desmembramento do seu território”

Para isso faz-se necessário a manutenção da unidade nacional, consolidada num acirrado combate contra todas as manifestações que visem quebrar a unidade de todo o povo em torno dos objetivos da nação. E neste sentido, a *formação de homem novo*, seria indispensável, principalmente, pelo fato do país ter saído de uma dominação colonial, que

⁵³ Palavras de ordem do MPLA – Partido do Trabalho e do Governo da República de Angola

além de ter causado desníveis enormes em todos os domínios, de ordem econômica, social e cultural, também proporcionou o conflito racial, pois como foi apontado por Neto (1985:45):

“Nós somos um povo que desde há séculos tem uma maioria de pretos, mas também milhares de mestiços e brancos. A certa altura da nossa vida, durante o colonialismo, a cor da pele confundia-se com a classe social: os claros eram da burguesia; os menos claros eram da pequena burguesia; o resto eram rapazes⁵⁴”.

Ao destacar tal problemática, Neto se preocupava com a unidade nacional, pois segundo seu ponto de vista esta seria o fator dinamizador no processo de reconstrução do país. Portanto, as questões envolvendo: regionalismo, racismo e aspectos tribais deveriam merecer um estudo profundo, evitando análises equivocadas que facilitassem o encaminhamento de inúmeras situações a soluções negativas para a construção da Nação, pois ainda para Neto (1985:48): *“a nossa tarefa fundamental é a de transformar o homem tribalizado, cheio de preconceitos raciais e de classe, num homem verdadeiramente livre.”* (1985: 48).

A política de unidade nacional começa a ser introduzida na mentalidade da população angolana pelo MPLA-PT. Hoje essa política após 27 anos de vigência atravessa enormes obstáculos, em virtude do crescimento da população angolana⁵⁵, e de sua diversificação em grupos étnicos que variam de região à região, não havendo língua comum o que prejudica um intercâmbio entre estes, pois os povos ainda não se consideram como em único povo formador da nação angolana.

2.1.2 - Influência do Marxismo-Leninismo

⁵⁴ Rapazes era o nome atribuído a todos os angolanos negros em substituição dos seus nomes, era-lhes mais fácil chamar ou rapaz ou então todos eram António ou Maria.

⁵⁵ A população de Angola é de aproximadamente onze milhões.

Na formação do indivíduo, estão representadas diversas influências de representantes ideológicos em suas inúmeras correntes filosóficas, religiosas, entre outras que foram constituídas ao longo de toda a história da civilização humana, fato que leva-me a constatar que este não pode ser destacado como um problema novo, pois nova é a aproximação no tratamento de cada um destes fatores, resultado do processo de investigação alcançado pela ciência.

A partir desta análise, pode-se compreender que o MPLA-P.T. pretendia, com a introdução do Marxismo-Leninismo, formar o homem no sentido de construir uma sociedade socialista, e para atingir este objetivo, destacava que a tarefa de educar e o papel da escola no processo de socialização fazem este homem novo adquirir uma mentalidade nova, pois ela consistia em uma necessidade essencial para a consolidação e desenvolvimento do processo revolucionário em Angola. Sendo assim, para propagar a revolução era preciso estar-se absolutamente consciente da ideologia orientadora. Então, o lema enfatizado pelo MPLA-PT para garantir a consolidação e o desenvolvimento do processo revolucionário traduziu-se nos seguintes dizeres: “*é preciso conhecer o Marxismo-Leninismo... é necessário estudar, aprofundar, conhecer cada vez melhor a teoria marxista-leninista que é o guia do partido e aquele que orienta o Estado.*” (1981:3)

Para este partido, a educação e instrução marxista tinham como tarefa: capacitar os indivíduos para compreenderem a natureza e o discurso do desenvolvimento social e, com sucesso, executar além das tarefas, as obrigações sociais assumidas (MPLA-P.T., 1981). Por esta razão, o cidadão angolano deveria ser formado segundo a ideologia marxista, pois através dessa ciência, poderia ser encontrada a inspiração para a luta de reconstrução da sociedade angolana, que se baseava nos pressupostos de Lênin ao enfatizar que:

“Só o materialismo filosófico de Marx, indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria econômica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista” (1977: 1).

2.1.3- Papel da Educação

A nova ética, no setor da educação, significou, portanto, uma radical revisão das prioridades e dos padrões tanto das relações sociais quanto educacionais, significou também uma revisão na distribuição dos orçamentos públicos, incluindo uma redefinição das atribuições, competências e responsabilidades das diferentes instâncias do poder público, da sociedade angolana e dos profissionais da educação. Isto implicou na execução de mudanças profundas na concepção do sistema educacional, envolvendo uma nova definição do ensino, da função social da escola e do professor com sua prática, a fim de garantir as alterações necessárias para a introdução de uma concepção de ensino, onde segundo o MPLA –PT (1981:17)

“De um passado elitista a escola é, de imediato numa sociedade em transição para o socialismo, obrigada a estender sua ação às mais amplas camadas do nosso povo, não só para satisfazer suas elementares e justas aspirações, mas também como forma mais eficaz de combater a concepção errada e características da sociedade de exploração que é o nosso passado recente. Se o acesso a escola pelas classes no seio do nosso povo, outrora mais explorado, é o primeiro indicador da real democratização, esta terá necessariamente que se implantar no seu cotidiano escolar e no seu modo de funcionamento(da escola).

No entanto apesar das propostas inovadoras e revolucionários, de acordo com o Ministério da Educação, em 1990 a taxa de alfabetização atingia uma taxa de apenas 47% da população. Assim sendo, os indicadores de desenvolvimento de educação em Angola continuam a revelar níveis baixos, dependendo de enormes esforços no setor educacional, já que para o Ministério da Educação (1993:1):

“É inquestionável o papel da Educação enquanto criadora de fatores determinantes e condicionadores de qualquer estratégia de desenvolvimento, nomeadamente em contextos económicos e sociais como o atual da República de Angola em que a premência da resolução de graves desequilíbrios monetários e financeiros, impõe como prioritárias no imediato, políticas e medidas de estabilização, de recuperação e reabilitação económica”

É linguagem comum dizer que o nível de desenvolvimento de um país depende consideravelmente do nível da educação e formação da sua população. No entanto, em Angola, de acordo com o levantamento realizado pelo Ministério da Educação, em 1990⁵⁶, somente 46% da população infantil em idade escolar (6 a 14) tiveram oportunidade de ter acesso à escola, o que significa que uma grande parte das crianças se encontra fora do sistema educativo, intensificando o quadro de analfabetos, além de comprometerem seu próprio desenvolvimento, concomitantemente com o futuro do País, e o idealismo descrito no discurso de Neto (1979:38):

“Nós queremos a liberdade, pois exercemos a liberdade dentro do nosso país. Nós queremos conquistar riquezas, pois trabalhamos para ter mais riquezas. Nós queremos escolas; pois vamos construir escolas! Exercer o direito, sejam quais forem as conseqüências, para podermos no futuro dizer: sim, nós fizemos aquilo que a nossa geração queria que se fizesse para proteger as crianças que virão depois, que devem ser ainda muito mais felizes do que as que existem hoje no nosso país, que ainda não têm tudo aquilo que é necessário para sua vida”.

Os efeitos da guerra generalizada, se fizeram sentir no setor da educação, aumentando significativamente, assim, o potencial de procura social pela educação, ao reforçar os desequilíbrios entre a procura e a oferta educativa, particularmente, nos centros urbanos, o que contraria a declaração mundial sobre educação para todos, na qual, há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que *“toda pessoa tem direito à educação”*.

Porém, nos documentos oficiais, torna-se explícita a necessidade de se construir uma nova sociedade, a partir da educação do cidadão, pois de acordo com Neto (1985:54):

“Nós não temos muitos quadros⁵⁷ infelizmente, ainda estamos no processo de alfabetização e não estamos ainda muito adiantados. Os nossos operários, para avançarem, para poderem ter novas formas de organização, para poderem realizar

⁵⁶ É importante dizer que depois de 1990, a situação da educação se tornou ainda mais complexa, pois várias crianças tiveram que abandonar seus lares e escolas na busca de refúgio em lugares seguros. Neste sentido, podemos concluir que se em 1990 a situação já era essa, hoje que as aulas estão simplesmente ao redor das grandes cidades, este número, seguramente, tende a reduzir.

⁵⁷ A palavra quadro significa para os angolanos, técnicos qualificados.

melhor as suas tarefas, necessitam de maquinaria moderna, necessitam de utilizar melhor as máquinas que já estão aqui no país. Mas, para poderem utilizar essas máquinas é preciso estudar. Nós temos, portanto, um dever, não um prazer simplesmente de aprender a ler e a escrever. Não é somente para utilização individual”

Para o MPLA – PT (1988) à medida que a vida se torna melhor, que se multiplicam os bens materiais e a cultura espiritual posta ao alcance da jovem geração, passa a ser mais difícil educar e aumenta a responsabilidade de todos aqueles que participam do processo educativo, considerando a educação como um processo multilateral de constante enriquecimento e renovação espiritual de educandos e educadores.

Com base neste fundamento, é que se expressa o objetivo fundamental da política educacional do MPLA-P.T. (1988:1) de: *“...criar e reproduzir o homem angolano, imbuído de uma consciência moral revolucionária, capaz de compreender e conceber cientificamente o mundo e a sociedade angolana”*

Ao analisar o processo instrutivo-educacional, chegamos à conclusão de que a verdadeira escola, consiste numa multifacética vida espiritual da coletividade infantil, e não só um espaço no qual o educador e os educandos estão unidos por múltiplos interesses e afeição, pois a vida exige cada vez mais uma renovação constante dos conhecimentos. Sem incentivo para a busca do saber, é impossível uma vida espiritual e, portanto, laboral, criativa em plenitude.

Considerando a existência de um número elevado de crianças em idade escolar avançada, sobretudo no campo, as quais nunca freqüentaram a escola, mantendo-se na ignorância e no obscurantismo, ao implantar-se o sistema de educação e ensino, aprovado pelo I Congresso do MPLA, criaram-se escolas provisórias⁵⁸, hoje muito comprometidas pela situação de guerra vivida em locais afastados da capital.

⁵⁸ As escolas deram origem às polivalentes, que surgem como instituições de ensino de tipo novo, em consequência das reformas polivalentes, econômicas e sociais em curso, tendo em vista a efetiva democratização da educação e ensino na sociedade angolana. Ressalta-se que as escolas provisórias tiveram, como objetivo fundamental, a escolarização de jovens dos doze aos dezesseis anos, vítimas de guerra no país, após a Independência Nacional, em particular no meio rural. As escolas polivalentes são instituições de ensino do subsistema de educação de adultos.

2.1.4 Papel dos Pais na Educação

Os pais desempenham um papel fundamental na educação dos filhos, pois são os primeiros professores das crianças, incumbidos da primeira socialização, já que da força de sua influência dependerá, de certo modo, o futuro do filho pois ao observar os atos positivos e negativos dos adultos, as crianças interiorizam inúmeros aspectos, e em determinados momentos muito mais expressivos do que as lições escolares.

Para o Ministério da Educação e Cultura (MED) (1989:13): *“...a escola, como instituição social, toma parte ativa no desenvolvimento político e social do país. Realiza uma ação pedagógica com apoio dinâmico do outros fatores educativos nomeadamente: organizações políticas e sociais e os pais dos alunos”*, pois ainda segundo este órgão (1989: 13),

“Em atenção ao importante papel das organizações políticas e da família que exercem sobre o trabalho de educação e ensino, torna-se necessário concretizar as formas organizativas e desenvolver os mecanismos que permitam a efetiva vinculação da escola com a Comunidade e conseqüentemente a ação conjugada de todos os fatores educativos, no sentido de se realizar a educação integral das novas gerações”.

Assim sendo, não se pode instruir e educar sem pensar antes na nossa própria fisionomia moral. A condição primária e indispensável para a educação perfeita é a existência de um bom ambiente familiar. As crianças desenvolvidas em meios que fornecem apenas oportunidades mínimas para a aprendizagem das habilidades que normalmente são incluídas sob o termo “inteligência”, recebem uma educação com lacunas. Makarenko (1985:24), neste sentido, assinalou que tudo (instruir e educar) se baseia na personalidade do educador, e como os pais exercem a atividade de educar, este ressalta:

“Não acreditem vocês que educam a criança só quando falam com ela, ralham com ela ou lhe mandam, vocês educam a criança em todos os momentos da sua vida até quando não estão em casa. Como vestem vocês, como falam com outras pessoas, como se alegram ou ficam tristes., Sua forma de tratar amigos e inimigos, com

riem, como lêem o jornal: tudo isto são detalhes a que dará a criança a maior importância”.

Como pode-se observar o governo se baseia em alguns teóricos, como Makarenko, para poder argumentar a necessidade do papel dos pais no processo educacional, que ao meu ver não deixa de ter uma determinada lógica, mas que estes argumentos não sirvam de refúgio para que o Estado se iniba de suas responsabilidades perante a sociedade e aos angolanos.

2.1.5- Papel dos Professores na Educação

Ao professor lhe é confiada a função mais valiosa compartilhada com os pais: educar. Dos seus conhecimentos, comportamento profissional e da sua habilidade pedagógica dependem, essencialmente, todos os êxitos na formação e educação da nova geração. Como o sentimento é o determinante mais enérgico da conduta, o professor, para melhor conseguir esse objetivo, o de formar o homem, deve procurar orientar a educação da sensibilidade dos seus alunos, de maneira, a torná-los, desde cedo, capazes de irem além do conteúdo ensinado, pois de acordo com o MED (1989:11):

“O processo docente-educativo pode-se definir como um processo social na escola, que inclui todas as atividades dos professores e alunos nas aulas e fora delas, sob a utilização das forças da sociedade, bem como todas as condições necessárias para ensinar e desenvolver a nova geração”.

Cabe ao professor, portanto, saber como há de proceder, unido ao seu espírito de ação, reconhecendo que o meio influi, poderosamente, nas ações praticadas pelos indivíduos, pois normalmente, estes tendem a ser conduzidos conforme as influências do ambiente que os rodeia. Há necessidade, por conseguinte, de o professor exercer uma ação profunda e pura, cabendo-lhe, de igual modo, o controle cuidadoso das ações dos seus alunos, para que daí, tenha condições de estudar os seus aspetos criativos, pois como é destacado pelo MED (1989:12): *“O êxito do processo docente-educativo em primeiro*

lugar está dependente do professor, das suas habilidades, da sua atitude política, da sua formação pedagógica e das suas experiências, bem como da sua relação com os alunos”.

Deste modo, é reservado ao professor o combate com seriedade e precaução dos vícios e defeitos mais comuns e graves, como a preguiça, a mentira, em suma, todos os fatores da ignorância, que causam tanta paralisação e ruína, prejudicando assim os projetos do governo de formar um homem novo em Angola.

Segundo o MED (1989:15), a qualidade do trabalho docente relaciona-se, diretamente, com suas habilitações literárias e a formação pedagógica, bem como com o aperfeiçoamento dos conhecimentos através da própria capacitação. Porém, para o MPLA-PT (1991:26) esta qualidade só poderá ocorrer se o governo:

“ promover e estimular a formação sistemática de professores e quadros para todo o sistema de educação e ensino, com a qualificação técnico-científica adequada às exigências do país e dignificar a nível social a sua função, tendo em conta a sua direta intervenção na formação do homem novo”.

Segundo as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura, a conduta do professor, portanto, deverá servir de modelo, pois bem sabemos como as crianças, os adolescentes e até alguns adultos dos meios urbano e rural procuram sempre imitar aqueles em quem reconhecem superioridade, regulando-se por aquilo que os vêem fazer. Por isso, além de mostrar ser fiel à pátria, cabe ao professor trabalhar sempre com o mesmo empenho que exige dos alunos, fazendo com que estes, consigam desde a entrada na escola, pensar tanto no presente quanto no futuro, assegurando o desenvolvimento de uma consciência capaz de orientar suas ações e condutas. E para atingir este objetivo, é necessário que o professor demonstre perante seus alunos: autoridade e competência científica, pressupostos essenciais na formação almejada.

Além disso, ainda segundo o MED, o professor deverá estar ciente que a autoridade não se inspira no temor; mas em competência e no equilíbrio moral, para que possa estabelecer uma relação de confiança e respeito com os alunos, evitando recorrer à

preferências ou antipatias, pois a prática de ambas poderá despertar nos alunos um sentimento de injustiça, falta de equidade, algo extremamente nocivo para o desenvolvimento harmonioso da moral do indivíduo.

Assim sendo, deve o professor encarar sua função, quotidiana, não como algo mecânico e rotineiro, mas que é constituída por uma série de atos, dos quais, cada um possui enorme valor e transcende à vida dos seus alunos.

2.1.6 - Papel do Trabalho na Formação do Homem Novo.

Para o governo MPLA (1993:24) houve a necessidade de estabelecer um programa de ação que pudesse: *“promover a dinamização de programas de formação e reciclagem para os trabalhadores, a nível técnico e profissional”*, no qual o trabalho deveria possuir critérios pedagógicos capazes de estimular, desde a imaginação criadora até ao incentivo do amor e respeito pelo trabalho “educativo e produtivo” (MED, 1993:7).

E como a base ideológica do partido inspirou-se na orientação do pensamento marxista, o trabalho, na concepção do governo angolano deveria ser entendido, de acordo, com as palavras do próprio Marx (1975:47) como:

“... em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade”

Sendo assim, a formação do “homem novo” se verifica no processo da sua participação ativa na edificação da nova sociedade, do desenvolvimento dos princípios e ideais democráticos na vida social e econômica, sob a influência de um sistema de trabalho educativo realizado pelo Estado e suas diversas associações (MED, 1989:23), porque

segundo Marx (1985:53): “o trabalho é, o relacionamento ativo do homem com a natureza, a criação de um mundo novo, incluindo a criação do próprio homem” (Marx, 1975:53), pois ainda para Marx e Engels (1985:202)

“O trabalho é a fonte de toda a riqueza, dizem os economistas políticos, ele é isso - juntamente com a natureza, que lhe fornece a matéria (STOFF), que ele transforma em riqueza. Mas ainda é infinitamente mais do que isso. Ele é a primeira condição fundamental de toda a vida humana e, com efeito, um grau tal que, em certo sentido, temos de dizer, ele criou o próprio homem” (Marx e Engels, 1985:125).

Assim, é no processo do trabalho que são constituídas as relações econômicas de produção dos homens, no qual outras originam-se, as políticas, jurídicas, etc., salientando as diferenças no desenvolvimento individual, bem como as condições de vida que dependem da sua própria atividade. Em suma, “as circunstâncias criaram as pessoas de igual modo que as pessoas criaram circunstâncias” (Marx e Engels, 1985:123), por isso, a pessoa humana, o é, principalmente, por ser capaz de trabalhar, pensar, falar, e reproduzir os instrumentos de trabalho, utilizados para transformar o mundo circundante à natureza, permitindo, deste modo, o estabelecimento de relações sociais com outras pessoas, pois de acordo com psicólogo soviético Usuhinski (1983:314):

“Sem o trabalho individual, o homem não pode progredir, não pode permanecer no mesmo lugar, retrocede, o corpo, o coração, e a mente do homem necessitam do trabalho, e esta exigência é tão importante que, se por alguma razão, a pessoa fica sem trabalho, então perde o verdadeiro caminho da vida e em frente ele bifurca em duas saídas desastrosas: o caminho do descontentamento insaciável com a vida, a apatia sombria, voluntária na qual a pessoa decai rapidamente até aos caprichos infantis ou prazeres brutais. Em ambos os caminhos a morte se apodera da pessoa na vida, porque o trabalho pessoal e livre é a vida”.

Para o MPLA, é preciso educar o aluno desde o início na disposição de cumprir conscientemente qualquer trabalho necessário para a sociedade angolana. O aluno só poderá ser um trabalhador consciente, disposto a executar qualquer trabalho, quando tiver aprendido a tomar consciência da necessidade de realizar as operações produtivas. Para isso, é importante que o trabalho facilite a aquisição de novas aptidões e hábitos na primeira juventude, pois como destacou Freire (1988): “há necessidade de prestar um

carinho, um amor e estimular a criança nas suas iniciativas e energia, tornando-a útil para sua educação em particular e da sociedade em geral”, o que para o filósofo tcheco Kosík consiste compreender (1995:203) que:

“O trabalho é ora transformação da natureza, ora realização dos desígnios humanos na natureza. O trabalho é procedimento ou ação em que de certo modo se constitui a unidade do homem e da natureza, na base da sua recíproca transformação: o homem se objetiva no trabalho, e o objeto, arrancado do contexto natural original, é modificado e elaborado. O homem alcança no trabalho a objetivação, e o objetivo é a humanização”.

Com base nestes ensinamentos, e na lógica governamental, a idéia é de que o trabalho tem profundo papel no processo pedagógico. Deve estar ligado ao desenvolvimento associado do pensamento, à criação, e voltado em direção ao êxito tanto individual como da sociedade em geral. Deve ser um trabalho atrativo, pois o homem precisa, desde a infância, sentir que é capaz de transformar o mundo atuando sobre a natureza.

2.2 - A nova ótica governamental sobre a formação do cidadão angolano

Com relação à formação dos cidadãos, o governo passa a apontar os seguintes aspectos: investir prioritariamente na educação, implementar um sistema educativo capaz de responder aos desafios do futuro em um novo contexto político, cultural, econômico e social (MPLA, 1999).

Isto indicou uma nova constatação com relação à política adotada: além do divórcio parcial com o marxismo, o governo lançou uma outra política, que alguns técnicos entrevistados chamaram de continuidade de formação de “homem novo” estabelecida no **Plano de Ação Nacional de Educação para Todos– (2001-2015)**. A idéia de “homem novo” ainda é explícita nos discursos de vários líderes partidários e governamentais.

Para o Ministério da Educação (2001) somente: *“escola básica para todos e para cada um constitui, pois, um compromisso da sociedade, sem o qual não pode haver democracia, desenvolvimento social e econômico com a dimensão humana e cívica que*

assegura que «as pessoas estão primeiro»”. Esse pensamento é reiterado pelos entrevistados como a nova forma de se pensar na formação do “homem novo”. Embora que também na visão de alguns sujeitos da pesquisa, o Estado começa a se eximir das suas responsabilidades no campo educacional, passando a possuir o papel de mero “mediador”, deixando de ser o responsável direto pela educação. Crescem mais escolas particulares que públicas. Sem procurar opor-me a estas escolas (particulares), ressaltadas pelo governo como fundamentais para a formação dos cidadãos angolanos, pois segundo o governo *“enquanto modalidade transversal ao Sistema de Educação, o ensino Particular vem contribuindo sobremaneira para: o aumento da capacidade de atendimento da rede escolar; a melhoria das condições de ensino e aprendizagem”* (MED, 2001). A preocupação dos entrevistados para a pesquisa consiste, na perda de qualidade apresentada hoje pelas escolas públicas, por um lado e por outros nem todas as localidades do país existem escolas particulares, estas escolas geralmente existem em grandes cidades. Como será a qualidade de ensino oferecida para aqueles cidadãos das aldeias e áreas agrícolas?

No período colonial as escolas de níveis superiores estavam localizadas na capital, portanto em áreas de difícil acesso por parte das massas populares, também é verdade que a política colonial não impedia os angolanos a ingressarem nas escolas, independente do nível, salvo os considerados indígenas. O que impedia, de fato, os cidadãos angolanos a permanecerem no sistema educacional era precisamente a situação econômica que seus pais apresentavam naquele momento, impedindo-os de enviar e manter os filhos na capital. Isso pode se repetir se não forem tomadas as medidas necessárias.

O Ministério da Educação (2001) tem se preocupado com o oferecimento de uma educação de qualidade, principalmente no setor público, ao reconhecer que este fato constitui um dos maiores desafios no setor da educação, também confrontado pelos demais países em desenvolvimento. Superar este desafio, implica permitir a viabilização e garantia para a construção de uma sociedade democrática e de direito, capaz de contribuir à promoção, valorização e desenvolvimento dos recursos humanos necessários à redução das desigualdades sociais, tendo em vista a prosperidade e o progresso em bases sustentáveis.

É nesta base que segundo este órgão surge o *Plano Nacional de Ação da Educação para Todos 2001-2015*, oriundo de uma análise da realidade nacional, do compromisso internacional do Governo da República de Angola em situar-se no contexto dos padrões educacionais de qualidade universalmente aceites, sendo um instrumento intersectorial, pluridisciplinar, indicativo e interativo com outras políticas sociais para que as mudanças acima preteridas sejam integradas gradualmente, apoiadas, avaliadas e adequadas à adversidade de situações de ordem conjuntural e estrutural (2001).

Esta decisão, no entanto, suscita algumas reflexões, principalmente, quando o próprio governo afirma que o plano surge como uma aspiração do *Fórum Mundial de Educação para Todos, realizado em Dakar em Abril de 2000*, o qual, baseando-se no princípio de que o conhecimento é um meio indispensável para a elevação dos índices de desenvolvimento humano, e particularmente das condições de vida das populações, o Governo da República de Angola, passa a realizar uma exposição, a partir da adoção do *Plano de Ação Nacional de Educação para Todos*, que privilegia a seguridade e o reforço dos serviços básicos sociais para as populações mais desfavorecidas, tendo como objetivo a redução dos atuais níveis de pobreza absoluta.

Entretanto, apesar do discurso governamental enfatizar a preocupação com o social, a pobreza e a desigualdade, o fato é que, certamente, as novas leis educacionais poderão encontrar vários obstáculos ao seu cumprimento. Tendo em conta que anteriormente (durante a orientação socialista), com uma linha de política educacional definida e abrangente, os problemas educacionais persistiram. Uma nova política implica sim um grande esforço ressaltam alguns entrevistados, pois;

Embora potencialmente rica em recursos naturais, Angola não possui recursos humanos qualificados para transformar os recursos naturais em bens e serviços, estando, por isso, dependente de mão-de-obra qualificada externa, o que faz com que os rendimentos “per capita” continuem a ser baixos, pois a estrutura produtiva está majoritariamente inviabilizada, sendo praticamente incipiente a produção interna sobrevivendo, o país, com as importações: os índices de escolarização são tidos como um dos mais baixos da África sub-shaariana, o que é agravado com o ressurgimento em grande escala de doenças, outrora já controladas e estancadas.

A partir desta fala, pode-se evidenciar as preocupações econômicas atreladas a qualificação da mão de obra interna através do processo educacional, fato que nas políticas anteriores não chegou a ocorrer explicitamente, pois ao se falar da formação do “homem novo”, tinha-se clareza que fazia-se referência à formação integral do indivíduo, como ser social e pertencente de uma determinada cultura, porque ao garantir este processo, seria possível garantir os recursos necessários ao desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade, o que nas palavras de Kosik (1995:247/248) implica compreender que:

“O homem existe na totalidade do mundo, mas a esta totalidade pertence também o homem com a sua faculdade de reproduzir espiritualmente a totalidade do mundo. Quando o homem estiver compreendido na estrutura da realidade e a realidade for entendida como totalidade de natureza e história, serão criados os pressupostos para a solução da problemática filosófica do homem. Se a realidade é incompleta sem o homem, também o homem é igualmente fragmentário sem a realidade”.

Ao realçar o desenvolvimento do setor econômico, essa política deixa claro o tipo de “homem novo” a que se quer, um homem capaz de desenvolver o setor econômico, o atual Governo em seus discursos tem identificado, a educação básica e a alfabetização de adultos como prioridades, por constituírem-se em domínios de grande impacto para a redistribuição, promoção da equidade social, correção das assimetrias regionais e dos desequilíbrios estruturais.

No entanto, apesar de ser considerada uma prioridade a questão da alfabetização, ainda, representa um entrave nacional, pois os problemas com as línguas nacionais, já apontados durante o período de orientação marxista, continuam pertinentes envolvendo questões étnico lingüísticas do território angolano. Atualmente, surge para a comunidade angolana uma tarefa importante: restabelecer suas características culturais e reconhecer as diversidades étnico-linguísticas, pois os povos precisam levar em consideração as suas diferenças, fazendo-as circular no sentido de união, cujo reflexo poderá ser sentido também na educação.

Para o MED (2001), essa questão tem sido combatida através do esforço em melhorar as condições teórica-práticas do processo ensino/aprendizagem, ao reconhecer: *a igualdade de oportunidades; o direito à diferença; a aceitação à diferença; a relatividade da diferença.*

Quando se destaca a necessidade de garantir uma formação para que o cidadão possa conviver com a diversidade étnico-lingüística, característica marcante nos povos de Angola, parece-me que a resolução deste problema, não se limitaria em proporcionar uma educação básica, pois também é dependente de outros elementos que transcendem a escola.

O governo de Angola, neste sentido, através do Ministério da Educação fez o seguinte histórico, para fundamentar sua política sobre *Plano de Ação Nacional de Educação para Todos*, mostrando que este não advém somente das necessidades e objetivos do país, mas que consiste em uma preocupação internacional, ao salientar que:

1- A comunidade internacional encontra-se profundamente preocupada com os baixos índices de escolaridade básica, particularmente, nos países em vias de desenvolvimento, por isso, através do sistema das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, UNESCO) e o Banco Mundial (BM), realizou em Jomtien (Tailândia) de 5 a 9 de Março de 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, tendo sido delineada a erradicação do analfabetismo no mundo e a universalização da educação básica para todos até o ano 2000, sendo constituída entre os países participantes uma Declaração e um quadro de ação para responder as necessidades educativas fundamentais.

2- No seguimento da estratégia da promoção *da Educação para Todos*, adotada em Jomtien, a UNESCO em parceria com o Governo Espanhol, realizou de 7 a 10 de Junho de 1994 em Salamanca, a Conferencia Mundial que adotou a Declaração de princípios e enquadramento de ação que, estabelecem os princípios, a política e as práticas universais para a Educação Especial.

3- Outra componente da Educação para Todos que mereceu, particularmente, atenção da comunidade internacional após Jomtien, foi a de Educação de Adultos, cuja Conferência Internacional, sob coordenação da UNESCO, ocorreu em Hamburgo (Alemanha), de 14 a 18 de Julho de 1997, reiterando as linhas de orientação fixadas em Jomtien ao instituir o Decênio Internacional da Alfabetização “PAULO FREIRE” no período 1998-2007.

4- Em função dos relevantes desafios colocados aos países para o século XXI, ao se estabelecer a realização do balanço do Quadro de Ação adotado em Jomtien, no ano de 2000, e na perspectiva de um novo milênio, a comunidade internacional sob orientação do PNUD, UNICEF, UNESCO e Banco Mundial, define um Quadro de Ação para atingir o plano de Educação para Todos até 2015.

No caso específico africano, os Ministros da Educação dos Países Membros da Organização dos Países Africanos (OUA) como antecâmara ao Fórum de Dakar, realizaram, de 6 a 10 de Dezembro de 1999, em Joanesburgo (África do Sul), a Conferência Regional que adaptou o Quadro de Ação para África Subshariana sob o lema: *Educação pelo Renascimento da África ao século XXI*, na perspectiva do relançamento do processo de renovação dos sistemas educativos que repousam sobre infra-estruturas materiais e institucionais frágeis, vulneráveis aos riscos de conflitos armados, alastramento da pobreza, distorções do sistema económico mundial, severos programas de ajustamento estrutural, a despeito de múltiplos obstáculos e de condições excepcionalmente difíceis.

No domínio interno ressaltou-se o seguinte:

Com a Estratégia Integrada e o presente Plano, o Governo da República de Angola preconiza a sustentabilidade para o desenvolvimento, através da expansão do acesso da população à educação, sobretudo a básica e técnico-profissional, ampliando prioritariamente, as oportunidades de acesso e retenção ao sexo feminino ao processo educativo, através da retomada da dinâmica da alfabetização e educação de adultos, melhoria da eficácia do processo ensino-aprendizagem, traduzidos pela seguinte execução:

reformular o sistema de educação; concluir a reforma curricular, intensificar a formação e superação de professores primários, gestores e inspetores escolares, desenvolvendo sistemas de controle da qualidade do sistema educativo.

Credibilizar e fortalecer o sistema educativo na perspectiva da promoção e valorização dos recursos humanos nacionais, tendo em vista o cumprimento das exigências necessárias para uma economia integrada/competitiva, ao ritmo da aceleração científica e técnica no contexto irreversível da globalização, a consolidação da paz e da harmonia nacional dentro de critérios democráticos e de justiça, constituem os desafios nacionais para Angola, para os quais uma *Educação de Qualidade para Todos* se impõe como condição endógena indispensável.

“Sendo o saber, dentre outros, o motor do processo de desenvolvimento, o Governo da República de Angola reitera a imperiosidade de uma Educação Pública de Qualidade para Todos como a linha estratégica fundamental na realização de esforços visando a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo”. Para uma formação do “homem novo” a educação deve ser visto num ângulo aberto e não fechado.

O governo apresenta os seguintes objetivos para configurar uma ***Educação de Qualidade para Todos***:

- a)-Providenciar e assegurar que todas as crianças, particularmente, as menores, ter acesso à educação primária obrigatória, gratuita e de qualidade, incluindo as com necessidades educativas especiais;
- b)-Eliminar o analfabetismo literal no seio da população economicamente ativa e propiciar medidas que permitam aos adultos ter acesso a educação básica numa perspectiva de educação permanente;
- c)-Eliminar as disparidades e constrangimentos entre sexo e gênero nos ensinos primário e secundário, assegurando maior pertinência e acesso equitativo para as meninas;

d)-Responder as necessidades educativas dos adolescentes e jovens na aquisição de conhecimentos que proporcionem competências indispensáveis para a vida corrente através de ofertas sócio- profissionais;

e)-Promover e realizar políticas educativas a todos no quadro da execução de programas intersetoriais, pluridisciplinares, duráveis, integrados e claramente articulados com as estratégias de combate a pobreza e de desenvolvimento;

f)-Desenvolver programas educativos de carácter preventivo e profilático no domínio da saúde, com destaque para os cuidados primários e na luta contra as endemias e pandemia, HIV/SIDA, através de sua inclusão nos conteúdos educativos;

g)-Promover e desenvolver programas educativos tendo em vista a tolerância, compreensão mútua, prevenção da violência e dos conflitos na perspectiva da consolidação, reconciliação e unidade nacional.

h)-Melhorar as condições, a motivação e o profissionalismo dos docentes, bem como o processo de gestão, administrativa e de inspeção educativa.

Com relação as estratégias, foram mencionadas as seguintes:

1-Aumentar e melhorar as oportunidades educativas básicas para todos os cidadãos em idade escolar consubstanciadas no aumento e melhoria do acesso, quer do subsistema do ensino geral, quer do subsistema na educação de adultos (educação básica) numa perspectiva de erradicação do analfabetismo literal infanto-juvenil e de adultos, respectivamente, com a co-participação dos pais e encarregados de educação, comunidades locais, confissões religiosas, entidades empregadoras, ONG's e agentes privados.

2- Estabilizar a cobertura escolar básica em todo o território nacional; enquadrar e atender as pessoas com necessidades educativas especiais; melhorar a qualidade dos serviços educativos, através da pertinência sócio-política, económica e

cultural dos conteúdos educativos, relevando a eficácia e eficiência do processo ensino/aprendizagem;

- 3- Redinamizar, expandir e generalizar o processo de formação contínua e inicial de docentes primários, com particular destaque para o meio rural, devendo-se repensar os atuais perfis de ingresso e egresso à luz da realidade objetiva nacional.
- 4- Implementar e desenvolver em todo o ensino básico as línguas nacionais como fator de identidade e desenvolvimento sócio-cultural, sendo um meio favorável ao processo ensino/aprendizagem às populações mais desfavoráveis e vulneráveis, reduzindo, assim, as desistências, reprovações e aumentando a retenção desses nas escolas, particularmente para as mulheres e raparigas.
- 5- Expandir as oportunidades de acesso à educação e formação, levando em consideração, a redução das disparidades de gênero, com especial atenção às zonas rurais, através da distribuição equilibrada da rede de infra-estruturas.
- 6- Estender o acesso e permanência em todos os tipos e níveis de ensino aos alunos oriundos de famílias desfavorecidas;
- 7- Desenvolver iniciativas privadas, comunitárias, religiosas e de Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo da educação, como base numa colaboração voltada para os objetivos do progresso;
- 8- Reativar urgentemente o ensino técnico-profissional e a reorganização da sua estrutura e funcionamento, capacitando-o a oferecer um currículo diversificado, com destaque à formação de artífices e pequenos empresários;
- 9- Melhorar a qualidade de ensino, aparelhando as unidades de ensino em todos os níveis, investindo na formação e qualificação do professor, na seleção e disponibilidade de material didático, na extensão do tempo letivo, na sistemática atualização curricular, e ainda na melhoria da gestão da atividade letiva;

- 10- Reorientar os metodologias o ensino-aprendizagem, privilegiando uma participação crescente dos alunos;
- 11- Dignificar o papel do professor, e outros quadros integrantes do sistema de educação, melhorando suas condições de vida e de trabalho;
- 12- Reforçar continuamente a capacidade institucional nos diferentes níveis de administração educacional, através da adoção de medidas organizacionais, de gestão e supervisão que suportem a expansão do sistema e o aumento de qualidade do ensino.
- 13- Ligar efetiva e dinamicamente a escola às respectivas comunidades.

A ação social escolar desempenha um papel fundamental na concretização da igualdade de oportunidades, no acesso à escola e na realização das aprendizagens. Através de modalidades diferenciadas para apoio ao percurso escolar das crianças e dos jovens, a política de apoio sócio-educativo privilegia o estabelecimento na relação entre a escola, a comunidade e a família, constituindo um dos domínios, onde a flexibilidade das respostas procura ir ao encontro das necessidades concretas das comunidades. Esta ligação entre escola e comunidade, levantada pelo governo, necessita de articulações coordenadas, e em determinado momento, de um horizonte de conhecimentos que ultrapassem a simples 4ª, 6ª ou 8ª classe. Exige um domínio que facilite enquadrar a comunidade e seus representantes na escola, para que possam desempenhar um papel educativo, fato a ser compreendido não só pelos alunos mas também pelo corpo docente e demais funcionários destas instituições. Para que isso venha ocorrer, o nível de formação dos seus atuantes não poderá ser considerado um fator limitante.

O MED (2001) ainda sublinha para sua ação: definir e implementar política e estratégia de ação social escolar que promovam e desenvolvam a igualdade de oportunidades no acesso à escola e previna potenciais fatores de exclusão social. Desta maneira, a questão social é destacada conduzindo-nos a uma nova reflexão.

Em Angola, o maior problema foi a guerra, que levou milhares de cidadãos de localidades em localidades em busca de sobrevivência, e esta exige, inicialmente, uma luta para salvar a própria vida. Assim, o modo de vida destes populares reporta a uma grande miséria⁵⁹ o que nos leva a refletir e estudar bem esta que nos parece ser a primazia do governo. Na resolução dos problemas e interesses da população, de antemão, destacaria que suas prioridades consistem no capital econômico, e não no cultural e social, sendo uma questão técnica e não uma política realmente abrangente. Por isso, é em função destas reflexões sobre a política de formação do cidadão angolano que se procurou a compreensão, por meio de alguns técnicos. Estes, no seu cotidiano, se deparam com as tarefas de educação, cidadãos que observam, como decorre o processo educacional em Angola, e que se encontram em permanente conflito, por ter que cumprir, por um lado com as orientações governamentais, e por outro vivenciar o problema social que rodeia seu cotidiano e o de seus familiares, amigos e vizinhos.

2.3 - O que significa a formação do homem novo na visão dos técnicos angolanos?

Minha hipótese se confirmou, quando já previa ser esta uma discussão acalorada, devido a diversidade de opiniões. Dentro das diversas opiniões, a necessidade da formação do “homem novo” foi ressaltada por todos, o que se diferencia é a forma como cada um julga ser este “homem novo” e a credibilidade da materialização da política por parte dos governantes. Vejamos então, o que nos dizem os angolanos, pois para alguns, a formação deste “homem novo” deve ser interpretada como um processo, e não um produto acabado. Defendendo este ponto de vista, podemos encontrar cidadãos como: Pedro, Alfe, Madalena e Carlos.

Para Pedro,

“O homem novo, é um processo, cíclico onde você não vê o fim. Ele deve ser encarado como ações em constantes mudanças, ele é dialético. Você não pode definir exatamente o que é um homem novo, porque hoje o é e amanhã já pode não ser. As circunstâncias o criam. É neste fio do pensamento que vejo a expressão

⁵⁹ A esse respeito ler a dissertação de mestrado defendida na Ufes em 1997 com o título Meninos de rua: suas particularidades em Angola. acessível no Centro de Memória da Unicamp.

homem novo, e pode ser neste sentido que as políticas o tenham definido” (54 anos).

Esse pensamento é compartilhado por vários professores do ensino médio e superior, entrevistados durante a pesquisa de campo. O “homem novo” deve ser criado todos os dias e está o grande desafio dos educadores, tornar seus educandos parceiros na construção de novos conhecimentos, de que precisa o homem para contribuir com o bem estar das populações do país. Assim Alfe, outro entrevistado destaca:

“Significa que para o homem que se assume como homem novo é um indivíduo que tem que voltar a transformar-se num homem novo, quer dizer que o processo de formação do homem, eu assumo como processo progressivo, como processo cíclico que se renova à medida que as circunstâncias do próprio país vão permitindo essa renovação ... sobretudo na elaboração de estratégias que possibilite na sua real integração...o homem novo angolano ele será homem novo independentemente de sua formação acadêmica, sua origem, sua religião, será o homem novo angolano, portanto, aquele que terá uma identidade cultural própria, um caráter social, este é o meu entender” (39 anos, Professor Universitário).

Na visão deste entrevistado, ao se falar de “homem novo” pressupõe-se citar os requisitos que este deve ter e muitos destes requisitos devem ser adquiridos através de uma política séria governamental. O “homem novo” não surge do nada, ele é um cidadão, pertence a um determinado território geográfico, que por sua vez tem uma cultura, tem uma identidade e esta deve ser respeitada, a mesma só será possível se existirem cidadãos a defenderem perante aqueles que pretendem destruí-la. Para esse entrevistado, não se deve pensar na formação do “homem novo”, simplesmente quando se elaboram projetos e políticas para a formação superior, ou melhor para técnicos de nível superior, ele deve ser preparado de acordo com a realidade de Angola. A esse respeito outra entrevistada ressalta o seguinte:

“O homem novo deve ser visto não como um processo, mais num processo, porque o indivíduo pode ser Doutor, engenheiro, seja qual for a sua categoria social ele tem que estar constantemente a atualizar-se, a cultivar-se porque tudo aqui esta num processo de movimentos constantes e o homem tem que acompanhar senão fica ultrapassado, e essa capacidade de acompanhar é que atribui o caráter de novo. Ele

é homem novo porque pode acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, principalmente neste mundo da globalização onde as informações são constantes e rápidas, onde o uso da internet se vulgarizou. O homem novo tem que ter uma bagagem intelectual forte”(Madalena, 40 anos, Técnica Superior do Ministério da Educação”.

Os aspetos culturais são ressaltados em quase todos os entrevistados, pois segundo eles não se pode falar de “homem novo” se se esquecer que Angola é um país com uma diversidade cultural rica e por se explorar ainda, também destacam que tal homem deve compreender não ser a unificação das culturas que se pretende, é o respeito e a valorização delas. Não é uma língua que se pretende criar em Angola, é criar estímulos para desenvolver as já existentes. A esse respeito Carlos, um dos entrevistados, diz o seguinte:

“Vejo a formação do homem novo, como um processo constante de renovação dos conhecimentos e valorização das culturas, um mecanismo de preparação para o exercício pleno e consciente da cidadania. Preparação do indivíduo para que ele exerça seus direitos de forma consciente, um processo importante, sem dúvida o que não entendo é que os mesmos que lançaram esta que chamo de palavra de ordem, não tenham podido materializar dentro do seu aparato. Encontramos indivíduos que nem sequer procuram respeitar o outrem, discursos e ações que nem parecem ser de um cidadão que representa um grupo social. Quer dizer que o processo de formação do homem novo não deve ser visto só para a população, os dirigentes devem, se submeterem a constante renovação de informações que os possibilitem exercerem suas atividades viradas a prol dos demais angolanos”(Carlos, 47 anos, Professor do Ensino Médio)

É visível nas exposições e nos diálogos tidos com estes técnicos que falar deste tema (homem novo) é algo importante, principalmente pelo atual momento político. Para este grupo, a formulação deste “homem novo”, em um determinado período histórico, surgiu como palavra de ordem do partido para mobilizar as massas ao que se chamava *processo revolucionário*. O MPLA precisava envolver os cidadãos em sua causa, e para isto, tinha que procurar todos os meios necessários para tentar unir a população, que desde então, encontrava-se dividida pelas contradições existentes e estimuladas por uns serem da região norte, outros do sul.

Neste caso, o desenvolvimento de uma política envolvendo a formação do “homem novo” aparece como uma estratégia essencial, embora a falta de integração ainda não tivesse sido superada.

Para os técnicos, portanto, tanto os investimentos quanto os esforços realizados durante o período de orientação socialista no domínio da educação e ensino deveriam ser fortalecidos, sem qualquer tipo de retrocesso, fato preponderante no atual momento, pois na perspectiva dos técnicos: não se pode iniciar a formação e parar no meio do caminho, tornando-se essa interrupção algo perigoso.

Ao deixar claro em suas falas que a formação deve ser crescente e abrangente a todos os segmentos da sociedade e não somente àqueles em idade escolar, encontramos um outro grupo de técnicos que ressalta a importância de se ver a formação do “homem novo” através do campo da cultura. Com este propósito destacam-se: Alfe, Pedro, Carlota, Carlos e João

Alfe diz que:

“Acredito que existam homens novos, homens com perspectivas e formações diversas que são originárias ou que mereceram contribuições de várias partes do Mundo. Existem homens novos integralmente formados em Angola, pois que também receberam influências de outros povos inerentes ao seu processo histórico. Falando sobre homem novo, eu acredito que existe um homem novo que é objeto de formação integral em Angola com várias vivências influenciadas por exemplo pelo fator histórico da colonização, influenciado pelos conjuntos de povos pelo qual interagiam no termo de cooperação, no sentido de conseguir algum desenvolvimento para o país”(39, anos, Professor Universitário).

Este entrevistado afirma, na atualidade não se pode falar de “homem novo” em Angola sem ter se em conta que um número considerado de angolanos viveram no exterior, uns como estudantes e outros como refugiados, e herdaram dos países onde viveram ou estudaram, elementos culturais que hoje fazem parte as suas vidas e por outro sempre compreender ter o país sido colonizado por cerca de 500 anos, recebendo culturas europeias influenciando o modo de vida dos angolanos. É nesse sentido que Pedro outro entrevistado, na sua exposição, começa por dizer:

“Eu não sei, às vezes fica difícil dar um conceito que enquadre o que se possa chamar de homem novo, é que o problema do homem novo é um problema de educação, não é um problema só do ensino. Ao falar que é um problema de educação refiro-me que ele vem do berço. A pessoa tem que ser educado, com base em determinados padrões morais... mas às vezes estes padrões confrontam com os padrões morais da sociedade, tornando um pouco difícil conciliar, é como a questão de interesses, os interesses particulares nem sempre correspondem com os do Estado, do coletivo, é mais ou menos por aí”(Pedro 54 anos, Diretor Nacional).

Aqui se levanta a questão da responsabilidade da formação deste “homem novo” e se destaca que não constitui tarefa simplesmente do ensino, deve ser visto no âmbito maior, numa educação abrangente indo de acordo com o pensamento da educação não-formal. Essa idéia ainda é reforçada pela Carlota, uma das entrevistada:

“Tenho presente que a questão de formação do homem novo, passa por um conjunto de valores, um conjunto de princípios e assim sendo tem a ver com a realidade de cada país, cada nação terá suas necessidades em recursos humanos. Nesta lógica esta sociedade precisará que seus cidadãos obedeçam alguns padrões e cumpram com alguns deveres de forma consciente e para tal surge a necessidade de os formar para esse objetivo. Quanto a realidade de Angola, depois de um longo período colonial, as pessoas tinham um convívio e comportamento de acordo com a situação, dada a independência necessário se torna a introdução de novos elementos, para corresponder com a vida a que se pretendia seguir, assim julgo ter norteado esta linha política de formação do homem”(40 anos, Técnica Administrativa do Ministério de Educação).

Ao falar de tal homem, na visão dos técnicos, está se falando de uma política de formação dos angolanos e isso passa necessariamente por refletir a realidade do país, desde o período colonial até hoje, o que se destruiu e o que se conservou e como resgatar aqueles elementos perdidos durante séculos. E para que isso possa se materializar são precisos esforços e condições, como ressalta Carlos:

“Procuro sempre entender este processo, dado a sua importância num campo mais amplo, e isso ultrapassa os limites escolares, ultrapassa as fronteiras nacionais, os povos precisam de contatos, inter-relações com outras culturas e nisso necessariamente urge o fornecimento de um leque de informações, o que Angola não oferece neste momento. Mesmo no domínio escolar, várias lacunas se registram, refiro-me ao concernente a literatura, a bibliografia, mesmo em faculdades. Muitos cursos ainda funcionam na base de cópias fornecidas pelo

"detentor de conhecimentos, o professor", o que acho um grande obstáculo para uma política de grande porte"(Carlos 47 anos, Professor do Ensino Médio).

Cada vez que se pensa na formação do "homem novo", na visão dos técnicos se volta à Angola colonial, pois ela faz com que se trabalhem elementos não valorizados e desprezados naquele momento, é o que nos diz João:

"se você tem um país onde a característica marcante é (a pluralidade) dos diversos grupos étnicos lingüísticos e no qual suas diferenças, eram usadas para possibilitar sua própria colonização, é obvio que logo após a independência se procure uma política de unidade nacional, uma política onde todos possam exercer seus direitos e seus deveres sem serem discriminados por grupos diferentes de sua (s) tribo (s). Se essa política é chamada a formação do homem novo, ela pode estar bem enquadrada, mas o importante é que ela seja uniformizada, para não se cometer os mesmos erros do passado, e isso começa principalmente na formação dos técnicos. Que eles não sejam simplesmente os da capital ou dos kimbundo, porque assim sendo, não se estaria a materializar as idéias desta proposta" (João, 35 anos, Técnico Superior do Ministério da Educação)

Uma das preocupações encontrada na fala dos entrevistados não constitui o conceito deste homem, mas sim a formação dos angolanos, a preocupação de não criar mecanismos que possam excluir angolanos deste processo, o acesso ao ensino, a cultura e a vida social e econômica do país, fornecer a eles um horizonte de informações que os possibilite distinguir o positivo do negativo.

"A prioridade deve ser o estudo da nossa cultura, dos nossos hábitos, nossos costumes, para depois trocarmos a experiência com as dos outros povos deste universo. E isso tem deixado muito a desejar, só um exemplo nas emissoras de radio e televisão você escuta mais notícias de fora, mais musicas do exterior e as nossas informações nossa música são passadas em fragmentos. Não valorizando o nosso como, podemos formar um homem novo angolano? Olha que ainda hoje os meios de comunicações, quase todos, pertencem ao Estado, que acredito, é o protagonista desta política. A situação deve ser analisada com maior seriedade, para mim não importa o nome a que se dê para esse processo, o importante é que se faça algo de positivo para resgatarmos o que é nosso: a nossa identidade, alienada durante longo tempo pelos colonizadores"(Madalena, 38 anos Técnica Superior do Ministério da Educação).

A realidade angolana caracterizada por seus diversos grupos étnicos, consistiu na matéria do diálogo com estes técnicos. Pude compreender, que ao falarmos da formação do homem novo hoje, devemos retomar os primeiros discursos dos políticos os quais ressaltavam com maior ênfase a questão cultural, a questão dos grupos étnicos, pois apesar de Angola ser constituída por cidadãos de diversos grupos étnicos, suas culturas, no entanto, não têm sido sequer estudadas ou consideradas, salvo alguns como: os Fiot, Umbundo, Kimbundo, Kicongo, Kuanhama, um número ainda bastante reduzido se levarmos em conta a diversidade cultural existente. Como exemplo mais claro, atualmente, nos programas de línguas nacionais não se faz referência a Lingala, língua que a partir de 1975 tornou-se uma das mais faladas, devido o grande número de angolanos, que com suas famílias saíram dos Congos Kinshasa e Brazaville e retornaram à Angola.

O problema cultural, no olhar dos sujeitos desta pesquisa, deve ser trabalhado constantemente, considerando que se quer prosseguir com a formação do cidadão, principalmente para o exercício de sua cidadania, será fundamental o fornecimento de elementos, cada vez mais amplos, para se poder ter uma visão do mundo.

Estes técnicos deixaram claro, não pretendem com suas falas, destacar uma cultura sem mudanças, mesmo porque esta não existiria, principalmente em Angola, onde com a colonização, vários elementos culturais foram se misturando, e às vezes acabam aparecendo diante do indivíduo sem que se possa saber de onde se originariam. Os técnicos, deste modo, consideram importante se o processo de educação não se limite ao olhar dos cidadãos, somente à cultura de seus ancestrais ou à européia, mas possa ser ampliada a partir dos pressupostos da realidade vigente, possibilitando ao indivíduo conhecer e ter oportunidade de definir o que acha correto para seu dia a dia.

E como todo este processo depende de uma política bem elaborada, neste sentido, também encontramos outros angolanos ressaltando o papel de orientação política nesta formação. Em destaque: Filomena, Alfe, Castro e Carlota, José.

Filomena, parte da seguinte colocação:

“Uma pessoa para ser alguém na sociedade tem que deixar de lado os preconceitos, se o objetivo é este de levar o homem novo avante, etc, naturalmente que é uma política boa, mas uma questão é a política outra questão é a prática. O importante é haver uma política de fato que teoricamente esteja muito bem definida e que se procure materializá-la na prática, o que contraria a proposta de ação do MPLA, sobre a formação do homem novo. Acredito ser devido à situação que nós vivemos o que nos leva a não conseguir alcançar estes propósitos de momento. Este país é muito jovem, e aos poucos as pessoas tomarão consciência das coisas e irão mentalizar e isso obviamente poder-se-á chamar de um processo de formação do homem novo” (Filomena, 39 anos, Jurista da Secretaria de Habitação)

O problema não consiste em falar sobre a política de formação do “homem novo” a questão consiste como levar essa política adiante, para que isso não fique simplesmente no papel, isso é preciso discutir, quais as pessoas devem estar envolvidos e como devem ser realizadas as tarefas e nisso que Alfe destaca,

“Eu começaria assumir, (só) como uma proposta, como tal é uma formulação é um conceito que pode ser assimilado a vários níveis, em função dessa assimilação ela pode se traduzir em ações que podem por exemplo converter numa proposta política, numa proposta ou plano de ação concreta, que envolve várias Instituições. Portanto, os limites dessa, de ser uma proposta política ou deixar de ser uma proposta política, depende de como os intervenientes da cadeia social assumirem o conceito, todavia todos os agentes têm possibilidades e a perspectiva de formarem um homem novo. Se esse contribuinte for um contribuinte multisetorial e multidisciplinar, obviamente que o homem novo se forma, mas não é uma formação que tem resultados imediatos, porque a mudança de consciência leva tempo e é preciso que essa coisa se estruture na base de programas concretos junto de organismos”(39 anos Professor Universitário).

Mas uma vez encontra-se nas falas a necessidade de recursos para a materialização desta política, para os entrevistados a idéia é pertinente, porém ela deve ser acompanhada de recursos humanos e materiais, Castro é da seguinte opinião,

“Processo que acho necessário e julgo ter contribuído para tal, o que mais incomoda neste domínio são os recursos oferecidos para a materialização desta política. Tenho tido a impressão que a formação do homem novo, foi programado, simplesmente para o sistema de ensino. Vários aspectos como cultura geral, culturais locais não têm sido discutidos neste, e agora ainda se agrava pelo fato da situação de guerra se generalizar e muitos dos argumentos se prendem na questão étnica. O que prova-nos a necessidade imprescindível de se educar o angolano na

base da diversidade cultural e que isso não fique simplesmente em discursos, como ocorre atualmente”(Castro, 46 anos, Professor do Ensino Médio)

Todo projeto sempre carrega uma carga ideológica dos partidos que o elaboram e a formação do “homem novo” não é exceção disso, mas como se trata de uma política educacional é óbvio que deve estar ligado a uma proposta pedagógica porque senão isso não teria sentido de ser. Assim pensa a entrevistada:

“Se esta proposta é política ou é pedagógica, isso depende de quem analisa. No meu ponto de vista uma coisa está intimamente ligada a outra. Toda proposta pedagógica necessariamente passa por uma ideologia da classe que domina aquela sociedade. Pelo menos desconheço situações contrárias, mesmos os programas de educação paralelos, das organizações chamadas minorias, quando existem, eles contem de igual modo uma carga ideológica, da linha que os orienta. Por essa razão acho impossível separar esta bilateralidade. O homem novo da proposta do MPLA teve sim a carga ideológica e no caso a marxista e o punho pedagógico as formas e métodos de educar os cidadãos para tal fim”(40 anos, Técnica Administrativa do Ministério da Educação).

Para José: *“O MPLA teve muitos projetos, uns que alcançaram seus resultados propostos, outros não, e o que refiro ao homem novo, acho ser um projeto, uma programação, como tantos outros”* (40 anos, Técnico do Ministério da Educação)

Ficou claro para todos a questão do *homem novo* é um processo, um projeto político e pedagógico que para uns teve seus frutos e para outros ficou simplesmente em projeto, e nada mais. Para quem defende sua limitação a um projeto, a proposta anterior era muito mais abrangente em relação às poucas ações realizadas no setor de educação, no atual momento, pois os currículos escolares não dão possibilidades para se ter uma discussão como inicialmente previa-se. Além disso, para este grupo, como a política sempre indicou a falta de técnicos, decorrente da saída dos portugueses que compunham o quadro, e o país necessitava de mão de obra em diversos níveis, então, esta não pode ser encarada como uma política de formação dos cidadãos para o exercício de sua cidadania, e sim como um projeto voltado a formação de quadros para o campo econômico.

Para outros, o partido deveria ter procurado unir a teoria à prática, já que de acordo com suas interpretações o lançamento desta política possibilitou que os angolanos refletissem as suas reais condições, as condições, da sociedade e a complexidade do país, que embora pequeno geograficamente, é constituído de grande número de grupos étnicos. Portanto, a política de formação do homem novo deve ser encarada pelos pedagogos como um grande desafio para o seu cotidiano atual e para o futuro.

Nota-se também em suas falas que esta atividade programada não deve ter protagonistas, por ser uma atividade de âmbito e responsabilidades coletivas, pois para estes técnicos, nem sempre a ação educativa está ligada a tarefas do governo, mas de igual modo, ao cotidiano vivenciado em espaços diversificados. Assim, um papel importante, segundo os intervenientes desta pesquisa, deve ser dado aos distintos setores, às organizações não governamentais criando, a oportunidade de uma ação interdisciplinar, para que o processo de formação seja coeso.

Deste modo, acreditando que ao se colocar esta questão não se inibe o papel do Estado, pois cabe ao governo abrir caminhos para que o indivíduo tenha acesso a um vasto horizonte de conhecimentos, pois Angola também se encontra inserida no processo de globalização, fato exposto por outros técnicos.

Pedro, questionado seu entendimento a respeito do homem novo afirma:

“O que entendo por formação do homem novo?. Entendo por homem novo, aquele indivíduo que se enquadra na realidade atual. Não se deve ver a formação do homem novo num só sentido (o marxista), ou no sentido socialista. O problema é que, o conceito de formação do homem novo, no sentido socialista era qualquer coisa a ultrapassar a expectativa do próprio homem, hoje já podemos entender a formação do homem novo, como inserida na realidade nacional e realidade internacional” (Pedro, 54 anos, Diretor Nacional).

Uma outra preocupação dos entrevistados constitui o caráter ideológico que tinha essa política ao ser elaborada, o marxismo era considerada a única ideologia válida e na atual realidade as coisas deram outros rumos e isso tem que ser bem pensado para se evitar erros cometidos na proposta inicial. Hoje se fala da globalização e os angolanos devem

estar preparados para esse desafio, mesmo para defender os recursos naturais existentes. Na visão dos técnicos não é possível ficar a margem das transformações mundiais.

“Em Angola, por exemplo, como é possível falar-se de uma formação do homem novo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Angola não é nada, ao lado do nível das forças produtivas internacionais. Angola não tem condições para se inserir na globalização. A globalização é tecnologia é fundamentalmente tecnologia, então o que é o homem novo? É o homem novo, do ponto de vista moral, do ponto de vista do acompanhamento da tecnologia atual, do ponto de vista da divulgação das democracias, etc. Homem novo, em que sentido, às vezes o conceito de homem novo, não contempla ou não conseguimos encontrá-lo na sua plenitude, engloba várias vertentes, é assim que entendo o homem novo” (Pedro, 54 anos, Diretor Nacional).

Enquanto isso Fortunato compartilha com outros entrevistados, um questionamento do conceito, “homem novo”, não deve ser visto em um “círculo parado”, considerando que o mundo está em constante desenvolvimento, e os angolanos, precisam procurar acompanhá-lo, embora reconheça ser esta uma tarefa de difícil concretização, mas fundamental para que o cidadão saiba aproveitar as boas oportunidades oferecidas pelo mundo, pois para o técnico:

“Homem novo, bom esse é um jargão mais falado, mas pouco aplicado, mas é verdade que a prática tem demonstrado de certo modo e que eu posso afirmar como tal, que realmente o homem novo é uma...uma realidade, não podemos deixar de considerar como tal. Portanto, o jargão, embora não se aplique em sua plenitude, mas é verdade que o homem novo é um fato as transformações são constantes porque se nos atermos da independência até aos nossos dias é bem possível afirmarmos que o homem novo surge, no dia a dia. Portanto, ontem é diferente de hoje e que o futuro vai ser muito diferente, hoje é uma prática, é uma prática apesar ainda de alguns vestígios, tudo isso, o que custa é a transformação do próprio homem, não o sistema em si, o homem é que é o grande motor das transformações do dia a dia e, acreditamos que só o homem novo é uma realidade e eu com toda veracidade posso assegurar-lhe que sim, é uma transformação constante” (Fortunato, 45 anos, Diretor Nacional de uma empresa privada).

Outras opiniões, como a de Pedro, ressaltam a necessidade de se falar de homem novo partindo das reais condições de Angola, pois para este grupo, o país encara fortes obstáculos no desenvolvimento econômico, o que não têm permitido aos seus moradores a

possibilidade de ver o mundo tal como ele é. Ressaltam, ainda que no presente momento, quando a internet vai invadindo quase todas as casas dos países do primeiro mundo e uma boa parte de outras nações em desenvolvimento, em Angola, esta ainda é privilégio de um número muito reduzido. Considerando que até mesmo em grandes ministérios são poucos os gabinetes onde a internet esteja instalada. O acesso é visto como um direito para dirigentes, os quais, por sua vez, nem sempre fazem uso dessa tecnologia.

Assim, enquanto o mundo fala de globalização, de tecnologia avançada, em Angola ainda se pretende educar o cidadão em função dos velhos métodos: “eu tenho o conhecimento e você aprende”, ou assimila aquilo que eu quero lhe oferecer, o permitido por mim. Esta questão vincula-se diretamente ao ensino de qualidade para todos, o caso para Gaspar, Carlos e Teresa, não tem passado de mais uma das boas intenções, sem campo de ação.

“Você fala de ensino de qualidade para todos em que país? Em Angola, há..há..há..há... isto é uma pura brincadeira, todos sabem que isso não será possível, pelo menos dentro dos próximos 50 anos. Você não tem um corpo docente de qualidade e fala de ensino de qualidade para todos, recrutaram professores de qual país? Tenho quase certeza que mesmos os que elaboraram sabem que isso não será possível e ficará num sonho” (Gaspar, 25 anos, Técnico Médio do Ministério da Educação).

Enquanto isso Carlos, de uma maneira mais irônica, diz lentamente, com um sorriso.

Nem lhe posso dizer o velho ditado “ver para crer”, porque não estou com dúvida, tenho a plena certeza que isso está longe de ser realidade...poderia acreditar se a formulação fosse: vamos criar escolas privadas para se possibilitar criar uma classe de elite, para garantir a continuidade desta classe dirigente. Agora falar-se de ensino de qualidade se na própria capital existem escolas onde o aluno não consegue sentar por falta de cadeira, onde o aluno e o professor não têm o mínimo para poderem permanecer nelas mais um minuto depois do sino de saída. Você vem me falar de ensino de qualidade...quantas províncias estão destruídas e quanto tempo levarão para se reconstruírem (risos..). Já houve tempos em que eu acreditei, foi logo após a independência, alguma coisa se fazia naquele momento mais agora, esqueça...” (47 anos, Professor do Ensino Médio).

Com o mesmo tom, Teresa começa por repassar a pergunta se eu acreditava na escola de qualidade para todos, e indo mais adiante em tom de intimidade, como se estivesse brincando, acabou por questionar-me: “ Será que você é um dos protagonistas desta política?” Para em seguida, realizar a seguinte colocação:

“Alguma coisa se tem que apresentar, principalmente, porque as pessoas vivem viajando para o exterior, e logicamente têm que mostrar que trazem algumas experiências, válidas para este país.....mesmo sabendo que não lhes acontecerá nada...talvez suas consciências ficarão mais tranquilas...pelo menos poder-se-á dizer que no momento que eu dirigi, apresentei este programa e se não aconteceu é porque a situação de guerra não permitiu. Mas nunca serão referenciadas que estas propostas foram feitas quando o país já estava mergulhado num mar de sangue, quando o país já tinha quase 80% das suas cidades destruídas, quando o país já era um canteiro de minas e por ai adiante. Você faz uma política de educação de qualidade para todos sem saber onde vivem este “todos”, em que condições e o mais agravante quantos são (...)Porque não há uma escola básica de qualidade? Estamos precisando mesmo, todos nós sermos alunos desta escola, iniciando pelos dirigentes deste país...” (38 anos, Técnica Administrativa do Ministério da Educação)

Outros técnicos, no entanto, defendiam a política de ensino de qualidade e identificavam-se com a proposta de formação do homem novo. Para este grupo, uma política de formação do cidadão angolano tem de passar necessariamente pelo oferecimento aos indivíduos de uma educação de qualidade, pois esta é compreendida como uma base fundamental a outros desafios. Encontram-se neste grupo Walter, Esperança e Paula.

“Não se faz nada sem uma educação de qualidade...agora que existe esta proposta o que devemos fazer é lutar para que ela dê certo. A população precisa de ações de gênero, ações que tenham como fim a resolução dos seus problemas. Existem muitos alunos mal formados e isso é porque não se via a qualidade de ensino, agora que se porta por um ensino de qualidade e para todos, podermos reunir esforços e começarmos a pensar no coletivo nos nossos irmãos, que precisam desta formação, assim surgirá um homem novo em Angola” (Walter, 39 anos, Professor do Ensino Fundamental).

Vamos deixar de criticar e procurar o lado bom da questão, a nossa educação é péssima e todos concordamos com isso. Então é necessário uma educação de qualidade, mas que esta educação não pare só aos filhos de papais, uma educação onde todos possam se beneficiar dela, e essa política é correta...não estou

procurando avaliar somente, estou a ver o lado positivo da questão. Pretende-se formar um homem novo, verdadeiramente angolano, conhecedor das culturas e tradições da casa...não se pode formá-lo na base do nada, nem tão pouco com uma educação como se verifica atualmente. Precisamos uma educação de qualidade e é nesta lógica que temos procurado trabalhar”(Esperança, 39 anos, Professora do Ensino Fundamental).

Para Paula, no entanto, somente onde existir trabalho, a crítica estará presente, ao contrário esta não ocorrerá, pois:

“Uma política não pode agradar a todos, porque todos não pensamos da mesma forma. Para uns pode parecer que esta política do plano de educação de qualidade para todos é uma cópia ou reprodução das falas do exterior. São livres de pensarem assim, mas para mim esta política já devia ser aplicada há muito tempo. Nosso ensino está cada vez a decair e se torna necessário um remédio e esse remédio não importa de onde sai, o importante é que dê resultados esperados. Eu analiso assim o plano de escola para todos, embora inspirado pelos fórum internacionais”(Paula, 32 anos, Professora do Ensino Fundamental).

Para estes sujeitos a questão não deve ser vista como problema, mas encarada como uma possibilidade, com a qual todos os angolanos precisam contribuir para que esta possa acontecer. Sendo uma questão de patriotismo, de busca às raízes para que a tarefa seja enfrentada com todas as suas forças possíveis. Assim, ao destacarem o patriotismo, um grupo de técnicos, também o consideram de extrema importância na formação do homem novo.

“Vejo o homem novo num ângulo de patriotismo, eu por exemplo fiz toda minha formação fora de Angola: a graduação foi na Alemanha e o Mestrado no Brasil, mas sempre me propus a voltar para meu país. Eu acho que para além de tudo o homem deve pensar não só em si, mas num coletivo e isso parte do coletivo, das suas origens. Quando partimos para estudar e se pretendemos voltar para contribuir para o desenvolvimento deste país, trazemos uma bagagem cultural muito forte, com grandes influências dos locais onde estudamos. Essas experiências trazidas e compartilhadas, me parecem ser o caráter de um homem novo. Eu vejo o novo naquilo que ele pode contribuir e neste campo levo para o patriotismo, respeitando outras vertentes”(Neto, 43 anos, Diretor da Escola Fundamental).

O outro entrevistado, começa por retratar aspectos da política e práticas realizadas logo após a Independência, onde se estimulava a participação de todos no processo de alfabetização:

“Já Agostinho Neto dizia! Quem sabe ensina e quem não sabe aprende, este é um processo de extrema importância em que cada angolano devia se empenhar para dar certo, é uma questão de patriotismo. Alguns angolanos preferem viver e recorrer a outros países, enquanto deviam procurar desenvolver o seu país. Hoje se fala na formação do homem novo, porque se quer ter um indivíduo que possa viver no coletivo, na diversidade e isso não pode ser só tarefa governamental. Acima de tudo tem que ser nossa tarefa, nós os angolanos temos que levar adiante este processo, primeiro passando por gostar da coisa que nos une, o país e depois dos elementos que constituem esse país. Dentre os elementos nós fazemos parte, assim com toda nossa cultura que é necessário ser estudada e respeitada, eis aqui a minha compreensão sobre o homem novo” (João, 35 anos, Técnico do Ministério da Educação).

Embora se critique a política de “formação do Homem novo” lançada pelo MPLA através do seu presidente Dr. António Agostinho Neto, no sentido de que deveria ser mais rígida e abrange mais cidadãos e que ela não acompanhou as transformações ocorridas no país, na visão dos técnicos entrevistados essa política foi uma orientação necessária e alguns êxitos teve, como destaca Carlota:

“Mal ou bem esta política tem seus efeitos positivos, hoje já é possível ter-se um convívio entre angolanos sem que a questão regional se sobreponha, é uma situação que no período colonial dividia muito as populações. Com qualidade ou sem ela você hoje encontra muitos alunos em diversos níveis escolares, fruto de uma vasta campanha no sistema educacional. Já falamos hoje que somos angolanos e não só do Uíge, ou do Huambo e isso são passos de um homem com um horizonte diferente daquele do passado” (40 anos, Técnica Administrativa do Ministério da Educação).

Carlota direciona sua visão, para o campo cultural. Em seu diálogo, procurava deixar claro, que um dos mais importantes aspectos na política de formação do homem novo, consistia na necessidade dos angolanos resgatarem seus elementos culturais, apesar de reconhecer ter sido tal fato, aproveitado pelos partidos na clandestinidade, para fortalecerem suas ações contra o próprio angolano:

“Mesmo no sistema de ensino julgo que ainda falta muita coisa a se acertar. Antes se registrava o interesse de ensinar um grosso maior de cidadãos angolanos, hoje vejo o decrescer desta função. Nós os técnicos e funcionários da educação cada vez mais jogamos a responsabilidade para outras pessoas. Vivemos sempre a procurar nos justificar dos nossos fracassos. Neste campo penso que também falta em nós aquela solidariedade e isso pode ser um elemento a ser construído pelo processo de formação do homem novo, já que ele é contínuo”(45 anos, Técnica do Ministério da Educação)

Castro, de igual modo fala do processo de formação do homem novo, como uma política com seus momentos de glória:

“Já houve momentos em que se falavam muito de formação de homem novo, em quase todos os documentos do partido e do governo, principalmente nas documentações do Ministério da Educação. Hoje se fala pouco deste conceito, parece-me que as autoridades se deram conta do quanto é complexa tal ação e preferem falar hoje da educação dos cidadãos angolanos, ou então, em valorizar o homem. Fala-se do ensino de qualidade para todos, creio que surge para se livrar de alguns pressupostos, é uma forma de limitar sua ação, para que no momento de prestação de contas, se é que isto um dia aconteça, poder se ter uma resposta. Nossa meta era essa e nós atingimos...é política e ela tem muito disso” (46 anos, Professor do Ensino Médio).

Enquanto isso, Imaculada trava uma discussão em função da política traçada, e da forma como, ainda hoje, os angolanos comportam-se de maneira individualista, exemplificando que até o local de formação torna-se motivo de valorização ou desvalorização, porque cada um procura hierarquizar seu curso, instituição, ou local onde tenha realizado os seus estudos. E tal individualismo, segundo Freire (1987:16) só acaba levando ao: *“isolamento[que] não personaliza porque não socializa”*, enquanto ainda para Imaculada, além de não socializar, compromete, diretamente, a política de formação de um homem novo. Ela ressalta:

“Vamos formar o cidadão na base, de espírito criativo e crítico, solidário com a causa da revolução angolana e nacionalista. Desde já, também vamos formar um indivíduo que possa reconhecer e respeitar as diferenças. Pode ser interpretada assim a fala e a leitura de documentos que tive contato. Decorridos alguns anos, este processo não deu luzes preciosas. Por exemplo, à questão étnica, a questão referente aos profissionais da educação procurarem cada vez mais travar o aluno para que ele não atinja o nível da graduação. Para não os equipararem ao nível do

seu professor. Entre os técnicos que se formaram no país e os técnicos que se formaram no exterior existe aquela rivalidade: os formados no país dizem serem conhecedores da realidade angolana, os que vêm de fora, procuram, por todos os meios, provar suas capacidades e mostrar que adquiriram uma bagagem forte, principalmente pelo nível de literatura em contato, que presume-se que os demais não tiveram. Uma outra situação os dirigentes que vivem em dois países, a família no exterior e ele em Angola, cadê o patriotismo? (Eles dizem) já que Angola não oferece condições, meus familiares passam a viver fora. Tudo isso me leva a crer que ainda está longe o homem novo alvejado”(Imaculada, 42 anos, Professora do Ensino Médio)

Outra opinião é colocada por Celeste, que parte de sua experiência na área educacional, para realizar uma fala baseada no dia-a-dia escolar:

“Nós, os funcionários da educação temos a plena clareza das nossas obrigações para com os cidadãos angolanos, e nisso procuramos dar o possível, dar aquilo que está ao nosso alcance. Não tem sido uma tarefa fácil, acredito como qualquer uma tarefa nesta nossa sociedade. A questão não tem dependido só de nós, ela tem ligação com outros setores, e essa coordenação de atividades é que nem sempre tem suscitado efeitos, porque cada setor tem suas prioridades embora todos se proponham a defesa dos interesses das massas populares”(Celeste, 30 anos, Técnica do Ministério da Educação).

Idéia reforçada por outros técnicos da educação, que partem dos seguintes pressupostos:

“A nossa atividade não tem parado só nas escolas, temos procurado estender estas tarefas para a formação dos angolanos. Hoje a cultura pertence à educação, deixou de ser um Secretariado isolado, com ações independentes, sua atividade é coordenada com outras áreas do setor de educação. Os museus pertencem diretamente ao Ministério da Educação e Cultura; isso por si só mostra a preocupação que se tem para a coordenação de esforços no sentido de fornecer maiores conhecimentos para os cidadãos angolanos. Também outras direções fazem parte da educação, como o Instituto Nacional de Línguas Nacionais e a Direção de Massificação Cultural, entre outras, que surgem na tentativa de melhorar estes processos educativos”(Domingos, 48 anos, Diretor Nacional).

Enquanto isso, Emanuel ressalta:

“Sempre acreditei no processo de formação do homem novo angolano, desde que passei a ler sobre a necessidade deste processo, procurei dar tudo de melhor nele, para ser mais um angolano a contribuir, a minha permanência no setor de educação isso prova. Vários obstáculos têm surgido neste percurso, mas faz parte de um processo que está em constantes mudanças. Seria mais fácil se após a independência tivéssemos um numero elevado de angolanos negros formados. Como isso não aconteceu a tarefa se complicou mais. Podemos falar hoje que este processo não significa somente a educação escolar, mas para compreender outras situações, a educação escolar ajuda sem dúvida nenhuma e é nisso que tenho podido contribuir”(44 anos, Diretor Provincial da Educação).

Para Maria,

“A educação joga um fundamental papel na formação integral dos cidadãos e isso para mim está claro. A nossa turma tem procurado corresponder com as expectativas da sociedade, mas sabendo que cada dia surgem críticas a respeito das nossas atividades, mas onde não há crítica não existe trabalho, porque só criticamos quando vemos algo a ser feito e que não corresponde com o nosso ver ou ideal. E isso é bom porque a partir deste outro olhar nós podemos fazer adaptações”(Maria, 33 anos, Técnica do Ministério da Educação)

Estes técnicos, no entanto, apostam na educação, não só para o desenvolvimento do país, mas principalmente para o desenvolvimento cultural e social dos cidadãos angolanos. Quando questionados sobre a educação de qualidade para todos como/enquanto projeto governamental, seus pontos de vista divergem, pois para uns este projeto representa a continuidade da política de formação dos angolanos, vista num horizonte mais amplo; para outros o projeto inibe muitas outras frentes de formação, porque tem como meta uma educação limitada, sendo necessário resgatar as características presentes na primeira fase. Celeste, neste sentido, evidencia tais questões ao destacar que:

“É necessário um projeto, uma linha de ação para dar continuidade daquilo que queremos e nisso surge a idéia do projeto de educação de qualidade para todos. Embora ele tenha sido discutido primeiro em organizações internacionais, não deixa de ter sua validade e importância para nós os angolanos, mesmo porque desde a nossa independência sempre se falou na formação dos angolanos, na erradicação do analfabetismo e na generalização da educação. Por esta razão não vejo outra definição, senão que este plano surge como continuidade da política de formação do homem novo ou melhor, do cidadão angolano” (Celeste, 30 anos, Técnica do Ministério da Educação).

Uma outra idéia, reforçando a apresentada por Celeste, pode ser encontrada na fala de João, ao sublinhar que:

“Procuro analisar este projeto como a continuidade da política de formação do homem novo, é um projeto que trata de formação dos angolanos, angolanos de todo o território e isso a torna uma atividade que devemos acolher com todo rigor, pois só trabalhamos neste setor porque nos identificamos com os ideais de formação dos angolanos. Procuro aquilo de positivo neste plano e o que vejo de positivo o que está projetado em fornecer a educação para todos os angolanos”(João, 35 anos, Técnico do Ministério da Educação).

Já Domingos, de igual modo, compartilha com os entrevistados anteriores, a idéia de que a formação do homem novo pode e deve encontrar seu espaço e caminho na política ou, no plano de educação de qualidade para todos, deixa claro:

“É preciso ter se uma base sólida se pretendemos dar continuidade a um projeto, a uma proposta. E essa base passa necessariamente por uma formação de qualidade para todos. Assim, recebo e compreendo este plano do governo ao qual tenho me engajado para contribuir nele. Desde já sei que não será uma tarefa fácil, visto que nem sequer técnicos suficientes temos para todo este país. Mais algo tem que ser feito e nós, os angolanos, devemos ser os responsáveis para que haja resultados”(Domingos, 44 anos, Diretor Nacional).

O processo de educação, portanto, deve ser visto como um todo, tornando-se difícil separar da nova proposta do plano de ação anterior pois ambos estão interligados, segundo Maria, ao expressar:

“Falar de formação do homem novo é falar de educação de qualidade para todos. É a mesma coisa, tanto uma política como a outra referem-se a oferecer oportunidades aos angolanos, conhecimentos que os possibilitem compreender o mundo e a si mesmo. O que se torna importante é a escolha de métodos para se conseguir estas propostas. Antes se falava de formação do homem novo e hoje se fala de educação de qualidade para todos, os elementos de destaque na política de formação do homem novo e da educação de qualidade são os mesmos. Como fazer? Eis a questão”(Maria, 33 anos, Técnica do Ministério da Educação).

Contrariamente, aos que defendem ser uma política contínua, com altos e baixos, outros entrevistados ressaltam pontos de vista diferentes.

“Não acredito, que esta política venha substituir a política de formação do homem novo, mesmo porque se falava de formação no sentido mais amplo, não só se referia ao ensino obrigatório como em todos os níveis e em todos os campos, político econômico e social. O homem novo seria aquele capaz de decifrar os enigmas do dia a dia. Isso não será possível com essa educação que se pretende neste projeto”(Emanuel, 44 anos, Diretor Provincial de Educação).

Enquanto outro sujeito levanta aspectos gerais para dizer que nem todas as mudanças ocorridas provocaram efeitos positivos no sistema político em Angola. No campo educacional Pedro considera:

“...a mudança do sistema político parece-me que também alterou as propostas de ação e muitas delas no sentido errado. É o caso desta política de educação de qualidade para todos em todo o país. Nós sabemos que isso não passa de uma propaganda política irrealizável. Nós temos muitos problemas no setor de educação e muito das suas soluções não dependem diretamente do setor, como falarmos agora numa educação para todos até 2015? A formação do homem novo não tinha meta era um processo e isso sim era justo. No meu ver devemos pensar em formar o angolano num campo mais vasto, sem nos preocuparmos com o que o FMI vai dizer ou vai determinar”(Pedro, 54 anos Diretor Nacional).

Um outro ponto de vista parte de Gaspar ao expressar que:

É difícil acreditar neste plano, se para a política de formação do homem novo, que teve uma grande transparência, vários obstáculos surgiram, principalmente no concernente ao corpo docente, aos educadores no seu geral, mesmo contando com uma massificação e grandes apoios das comunidades internacionais. Aqui com destaque os países de orientação socialista. Hoje que este apoio não existe e os poucos técnicos angolanos preferem funcionarem na capital, que estímulo surgirá para que esse projeto ou plano dê certo? Com toda sinceridade gostaria que isso fosse real, mas não(é)” (25 anos Técnico do Ministério da Educação).

Ainda segundo Gaspar:

“Não podemos falar de educação de qualidade para todos, no tempo X, ou Y, pois uma coisa é a intenção e outra é a ação. Eu também não quero dizer que não devemos sonhar, ... sonhar é bom, mas precisamos de mais, necessitamos de um instrumento forte que coloque as coisas nos seus lugares...um instrumento que possibilite sair do papel todo o projeto. Qualquer país se prontifica a oferecer a educação de qualidade para todos, mas para muitos deles(isso) não passa de meras

intenções ou meras propagandas. Quando se falava de formação do homem novo se fazia algo, todos nós sabemos disso. Hoje o que temos é uma educação privada que se generaliza e uma educação pública degradando, dando espaço a privada. Esta degradação é acompanhada com a política de educação de qualidade para todos os angolanos...”(Gaspar 25 anos Técnico do Ministério da Educação).

Por último, Engracia nos faz a seguinte colocação:

“...espera-se tanto da educação, mas se recebe pouco. O Ministério da Educação não tem feito aquilo a que se propõe na sua documentação oficial. Várias crianças fora da escola, isso aqui em Luanda, só um exemplo no município de Maianga cerca de 7.000 crianças com idade escolar estão fora da escola. Assim, como você pode falar de formação de homem novo nestas condições, deixando de lado um bom número de crianças fora do sistema, no momento em que mais precisam? Não se pode falar nisso, já era o momento em que algumas práticas se registraram, agora esqueça este projeto ou plano como queira chamar de educação de qualidade (ele) não terá todos efeitos desejados, infelizmente. Não constitui pessimismo por meu lado, mais é a maneira que vislumbro este panorama”(37 anos, Técnica do Ministério da Educação).

Em quase todas as entrevistas, os sujeitos, em seus depoimentos puderam destacar a necessidade e o papel da educação para a formação do “homem novo”, em Angola. Alguns reconheceram êxitos no campo educacional, principalmente no período chamado de *orientação socialista*, e decadência no atual momento com a *economia de mercado*. Torna se necessário retomar a proposta original, onde se levantam vários fatores para se formar o *homem novo*.

Para os entrevistados, Angola ainda possui grandes problemas raciais, através de disputas quando cada lado pretende se firmar; conta com enormes problemas, envolvendo as questões étnicas, apesar de uma certa convivência entre os povos, não alcança a convivência desejada; apresenta problemas geográficos, comprometendo as culturas regionais que ainda não ganharam os espaços devidos. Um claro exemplo da situação conflituosa vivenciada é o carnaval apresentado em Luanda, caracterizado por uma representação que tem a cara dos povos Kimbundo, embora seja realizada na capital do país. Além disso, as línguas das diversas etnias encontram resistências em grandes

segmentos da população. Portanto, todos estes aspectos apresentados constituem-se em preocupações fundamentais capazes de influenciar a formação do “homem novo”.

Para os entrevistados, falar do “homem novo” torna-se um fato importante, principalmente, no atual momento em que o país vive as consequências da guerra civil, pois *“Nós os angolanos precisamos saber que ser diferente não significa ser inferior, ser do Norte não significa ser superior, nem tão pouco ser do Sul é significado de inferior. Precisamos resolver os nossos problemas e compreender que não devemos cumprir o nosso “dever de casa” só porque o vizinho nos cobra esta tarefa”*.

Para muitos dos sujeitos desta pesquisa, não importa o nome dado ao processo de formação, pois o importante é a constituição e o desenvolvimento de um convívio fraternal entre os angolanos. As falas que remetem a autores como: “Karl Kosik (1995), J. Araújo (1997), Agostinho Neto (1985), Paulo Freire (1984, 1987), Kirilenko (1989)”. Kosik deixa claro que,

“... o homem é um ser que sabe o que pode saber, o que deve fazer e em que pode esperar... o homem é definido como sujeito cognoscente ou como sujeito de conhecimento. No horizonte intelectual assim traçado as gerações sucessivas operam complementações ou ajustamentos e chegam à conclusão de que o homem não é apenas um ser cognoscente, mas também um ser que vive e sente: o homem é sujeito de conhecimento, é sujeito de vida e de ação” (1995:245).

É nessa linha de pensamento que técnicos angolanos estão preocupados, para eles é necessário uma formação para os cidadãos estarem conscientes com o processo de construção do país, de indivíduos capazes de refletir, partindo de suas convivências e transformarem os resultados das análises das situações encontradas no seu cotidiano a favor do desenvolvimento econômico e social da grande maioria da população angolana, e isso eles entendem como atribuição ao papel do “homem novo” *Todas as épocas tiveram os seus heróis, revolucionários e pensadores que podem ser chamados também de “homens novos” para sua era, ainda que imperfeitos, mas contudo protótipos do homem futuro*”, (Kerilenko, 1989:179). O “homem novo” na visão dos técnicos é aquele que pensa, tendo em conta Angola de hoje, um homem procurando atualizar-se constantemente

para conseguir criar uma unidade nacional, *“o homem novo apenas começa a delinear-se e os seus diversos aspectos nem sempre estão reunidos e acumulados num indivíduo. Às vezes, encontram-se dispersos, pertencem a pessoas diferentes que em conjunto realizam as grandes tarefas sociais”*. (Kerilenko, 1989: 180). Para os técnicos essa unidade nacional vai determinar o grande desenvolvimento que o país precisa, quer no domínio das relações sociais ou no domínio econômico.

Os técnicos realçam a necessidade de se formar um homem diferente daquele que existia na sociedade angolana colonial, aquele homem conformado com a situação de exploração e de miséria imposta pelo colonizador, aquele homem que ia contra o seu povo ao serviço do poder político vigente ou então aquele homem que, embora nacional, sua aspiração e função era a de dominar os outros angolanos. Precisa-se de um “homem novo” independentemente o nome a ele atribuído. Essa fala dos técnicos remete a Kerilenko que dizia,

“O indivíduo rico” compreende a sua limitação e insuficiência atual e as possibilidades verdadeiramente ilimitadas: constantemente procura superar a sua insuficiência. Daqui demanda que o indivíduo “rico” é um indivíduo em via de desenvolvimento que aspira ao auto-aperfeiçoamento e transforma a insatisfação consigo mesmo em lei regente da sua vida (...)o indivíduo “rico” procura superar não só a própria imperfeição, como a imperfeição das relações sociais que constituem a base objetiva da sua própria formação” (1989:178/179).

Os técnicos chamam à responsabilidade de todos, para realizarem um processo educacional abrangente, não só nos limites geográficos do país, como referente a inclusão de todo tipo de informação e conhecimentos adquiridos de forma formal ou informal que venha a contribuir o pensar num horizonte universal, uma vez não se pode olhar Angola separada do resto do mundo. Ser “homem novo” é poder encarar os desafios da sociedade e isso inclui a sua formação, pois, *a educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana*, (Freire, 1987: 13).

A conquista da forma humana, expressada por Freire (1987), traduziu-se como a principal preocupação de Agostinho Neto (1985), este através da educação, compreendeu que tal processo só poderia ser transformado em realidade, quando a situação do analfabetismo em Angola fosse solucionada por meio da promoção e difusão de uma educação livre, enraizada na cultura do povo angolano. O país, ainda segundo Neto (1985), tem necessitado de quadros para a execução de certas profissões, como operários especializados, e de quadros técnicos de nível superior, capazes de produzir para conquistarem “sua forma humana”.

Além da questão do analfabetismo, para Neto (1985), a abolição de todas as formas de discriminação por sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, constitui-se em mais um desafio a ser rompido, favorecendo a formação do “homem novo”, pois:

“... a nossa tarefa fundamental é a de transformar o homem, tribalizado, cheio de complexos raciais e de classe, num homem verdadeiramente livre (...) A liberdade política oferece a possibilidade de cada Estado determinar a sua forma própria de organização social. Porém, a possibilidade apenas não é suficiente. É necessário utilizar essa possibilidade em favor do povo, de cada uma das suas camadas sociais, de cada nação e toda a população. Hoje, o comum dos homens, outrora dominados e ainda afetados pela dominação, sofre uma enorme pressão para adotar o seu próprio ponto de vista. É preciso libertar o homem, não só do escravagismo colonial, mas ainda de qualquer forma de dominação social no interior de cada país. (...) Temos que guiar-nos, também pela história. Temos que guiar-nos por aquilo que é realmente nosso, angolano porque o povo é angolano. E se nós não respeitarmos as tradições, os costumes, a história do nosso povo, nós não poderemos organizar nada”

Superar o analfabetismo como uma estratégia à formação do “homem novo”, por meio da educação, tornou-se a prioridade governamental para Neto (1985)

Durante as entrevistas na pesquisa de campo compreendeu-se que, para os técnicos todo esforço torna-se necessário para o processo de formação do “homem novo”, visto que se procura formar um indivíduo com capacidade de compreender em um primeiro momento a si mesmo, e posteriormente, a sua comunidade, constituindo-se como um “homem rico” de conhecimento, pois este, segundo Marx (1985:125) é: *“aquele que*

necessita de toda plenitude das manifestações humanas da vida, homem em que a sua própria realização se afigura como uma necessidade interna, como o indispensável”

Para os técnicos angolanos hoje atuando em Angola, falar de formação do “homem novo” implica falar de um processo de formação amplo e para isso, vários caminhos poderão surgir. O exterior ainda continua sendo um dos caminhos, na visão dos técnicos. O sistema de educação e ensino em Angola deu passos consideráveis, embora com algumas lacunas. Algumas escolas privadas surgiram em nível básico, médio e superior, e vêm reforçando as instituições públicas existentes, mas mesmo assim ainda existem problemas no campo educacional. O país, no período de orientação socialista recorreu à ajuda do exterior e o resultado disso é a presença de muitos de nós, que além de aprendermos os conteúdos fornecidos nas faculdades também tivemos a oportunidade de conviver com realidades distintas das de nossa origem. O envio de técnicos hoje, para o exterior é uma forma também de atualizar os conhecimentos nessa fase da globalização.

CAPITULO III

O EXTERIOR: UM DOS CAMINHOS ENCONTRADOS PARA A FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS ANGOLANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA.

“Estamos neste momento com problemas sérios quanto à educação das crianças, dos jovens e dos adultos e a questão é simples. É que não temos professores em número suficiente... Estamos a procurar resolver este problema, não somente dentro do nosso país mas socorremo-nos também da solidariedade, e do auxílio de outros países e esse auxílio, essa solidariedade, também tem vindo”(Neto, 1985:214)

Proclamada a independência em novembro de 1975, Angola deparou-se com um grande problema: a falta de uma intelectualidade nacional ou seja a ausência de capital humano que pudesse garantir uma educação diversificada e ampla à população⁶⁰ que vivia, até então excluída, quase que totalmente, do contato ou do conhecimento da escrita, em decorrência do processo de colonização portuguesa, em território nacional. Esse fato limitou o acesso educacional aos grupos que atendessem apenas aos interesses colonialistas e acabou por contribuir no aumento significativo do analfabetismo no país.

Além do setor educacional, as consequências da colonização portuguesa, comprometeram os setores: político, econômico e social, pois todos estes eram comandados por intelectuais de origem europeia, os quais abandonaram o país, meses antes da Independência de Angola.

Este domínio intelectual europeu sobre a administração portuguesa em Angola, durante o período colonial, contribuiu para a configuração de um sério problema pós-Independência: o número de angolanos a dominar o conhecimento científico e intelectual passa a ser insuficiente para atender as necessidades administrativas, econômicas, educacionais e sociais do país. A fim de reverter esta situação, suprimindo a lacuna deixada

⁶⁰ É necessário ressaltar aqui o papel de vários líderes regionais, os “Sobas”, que mesmo sem a formação intelectual (nos moldes “entendidos cientificamente” como tal), exerciam influência na formação de opinião das pessoas - grupos.

pela Administração Colonial e qualificar os seus quadros técnicos, o governo de orientação socialista encontra como alternativa o envio de angolanos para se formarem no exterior.

Em Angola existia uma única Universidade - *Universidade de Angola* - constituída por sete faculdades⁶¹, freqüentadas, durante o período colonial português, em sua maioria, por cidadãos de origem européia. Após a Independência, a Universidade de Angola entra em crise, pois faltavam docentes até mesmo para atender número reduzido de alunos. O seu funcionamento, nos primeiros anos, pós-Independência, foi garantido por docentes estrangeiros, mas em virtude da ampliação de vagas, do acesso ao ensino de base e médio, muitos angolanos tiveram a oportunidade de estudar também nos níveis superiores. Então, a Universidade criada anteriormente, para formar principalmente os filhos dos europeus, contando com uma estrutura física limitada, ao abrir e manter suas portas abertas aos angolanos tornava se insuficiente para atender a grande demanda.

Isso fez com que Angola, um país proclamado independente sob a orientação marxista, priorizasse o envio em massa de estudantes a países comunistas como: União Soviética, República Democrática Alemã, Cuba, Hungria, Checoslováquia, Bulgária, os quais contribuíram durante anos para a formação de angolanos nos níveis médios e superiores. Cuba, como exceção aos outros países, oferecia acesso ao ensino desde o nível fundamental até o superior. Esta política de formação no exterior, no entanto, não se limitava apenas a países de orientação comunista, mas também a alguns outros capitalistas, tais como: França, Inglaterra, EUA, Brasil, entre outros (cerca de 21.000 jovens foram enviados para 24 países⁶²).

Apesar de hoje surgirem várias críticas em relação ao processo de seleção⁶³ dos candidatos aos cursos no exterior, vista ser a escolha realizada pelos governantes, que definiam onde e o que os estudantes deveriam cursar, há de se reconhecer a contribuição

⁶¹ Faculdades: de Agronomia, Ciências da Educação, Economia, Ciências, Engenharia (Geologia e Minas), Direito e Medicina.

⁶² Dados fornecidos pelo atual ministro da educação de Angola na entrevista a Sérgio Guimarães, em 2001.

⁶³ Chamado de processo de encaminhamento, no qual o candidato era enviado para um Instituto ou Faculdade, sem possibilidade de escolha.

desta política no processo de formação dos cidadãos angolanos. Hoje, sabemos ter a maioria dos técnicos superiores de Angola formados no exterior.

Neste trabalho não pretendo abordar todos os países que contribuíram e/ou têm contribuído para a formação dos angolanos; falarei do Brasil, onde fiz o curso de mestrado e onde atualmente faço o de doutorado, mostrando a contribuição externa no processo de formação dos angolanos. Na abordagem desta contribuição levarei em conta as experiências por mim observadas no desenvolvimento da pesquisa e opiniões de outros conterrâneos que aqui se formaram nas mais diversas áreas e hoje retornaram para atuar em Angola.

3.1 Experiências obtidas no Brasil com o propósito de se pensarem ações para o processo de formação em Angola

Com uma taxa de analfabetismo beirando os 80% da população angolana, saída de uma colonização que durou cerca de cinco séculos, em 1975, os dirigentes do MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola- procuraram estabelecer uma política ampla de educação da população, vista como uma das saídas para se iniciar o processo de reconstrução nacional. Diante dessa necessidade, entretanto, os angolanos não puderam contar simplesmente com seus recursos próprios, recorrendo, deste modo, ao auxílio de outros países. Além do envio de docentes para Angola, essa ajuda ainda consistia, por parte deste grupo de países, onde também encontramos o Brasil no recebimento de estudantes angolanos em seus respectivos países, disponibilizando vagas e/ou bolsas de estudo.

O Brasil enviou professores universitários juntamente, com outros profissionais⁶⁴ de outros países que ofereciam assessoria ao setor de educação, mesmo este se encontrando em fase de reestruturação e crescimento. Em um segundo momento, o Brasil passou a formar diretamente os angolanos em suas Instituições Educacionais; primeiro em cursos de graduação e, posteriormente, em pós-graduação.

A formação oferecida no Brasil é vista pelos angolanos que se beneficiaram deste processo, como algo vantajoso principalmente pela facilidade de comunicação, pois sendo

⁶⁴ Exemplo de professores de Cuba, Alemanha e União Soviética.

um país também de expressão portuguesa, a compreensão dos conteúdos das disciplinas decorria sem qualquer comprometimento lingüístico, ao contrário do que acontecia em outros países, onde eram precisos alguns períodos letivos para conhecimentos das respectivas línguas oficiais levando o estudante, em alguns casos, a despende e necessitar de mais tempo para se formar. Por experiência própria constatei esta dificuldade durante meu período de vivência e estadia na Rússia, enquanto cursava a graduação em Filosofia.

Com o domínio da língua portuguesa garantido, nós os angolanos, tínhamos a facilidade não somente de compreender os conteúdos desenvolvidos nos cursos, (embora existisse a necessidade de adaptação a algumas expressões ou vocabulários específicos da língua portuguesa – brasileira), como também nos possibilitava o convívio com os cidadãos brasileiros, e a própria inserção nos estados onde realizávamos os cursos, considerando que muita coisa existente no Brasil se assemelha as encontradas em Angola, por exemplo as comidas, as praias, alguns ritmos musicais, entre outros.

Podemos chegar a conclusão que algumas outras realidades brasileiras também remetem a Angola: a existência de meninos de rua, a miséria em algumas localidades, o analfabetismo rondando a população pobre, e esses são apenas alguns indicadores, ainda que superficiais, a nos levar ao estudo das experiências e trabalhos, principalmente educacionais e sociais ainda realizados no Brasil.

Os conhecimentos resultantes dessas experiências, passam a reforçar aqueles adquiridos durante nossa formação nas faculdades, porque o processo de formação não ocorre somente nas instituições de formação, considerando o processo de educação como espaços vastos onde aprende-se com pessoas físicas ou jurídicas, organizações sociais e organizações não-governamentais, organizações familiares e grupos de amigos, de forma incidental, intencional ou outras. Em suma, é um processo que não depende apenas da escola⁶⁵ formal, mas de um outro conjunto de conhecimentos fornecidos pela educação informal e não-formal, isto possibilita a formação mais ampla do indivíduo e da sua identidade cultural.

⁶⁵ Ao falar de escola supõe-se, para a maioria dos envolvidos neste espaço, falar de estrutura, hierarquia, especialização e seriação.

Durante meus estudos na Unicamp, no processo de formação ao qual venho tendo acesso, participei de experiências que ocorreram em grupos de estudos, de projetos de apoio a cidadãos considerados excluídos, de experiências e trabalhos de/com colegas e amigos brasileiros, como exemplo, o Projeto Sol de Paulínia.

3.1.1 Grupo de Estudos Memória Educação e Cultura - GEMEC

Esse grupo foi criado como um espaço de discussão e reflexão de questões ligadas às diferenças sócio-culturais, principalmente aspectos da memória, educação e cultura, os encontros acontecem nas dependências do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas. O grupo composto por pesquisadores formados em diversas áreas (Sociologia, Filosofia, Direito, Pedagogia, Música, Arquitetura, Jornalismo e Letras) busca, constantemente, enriquecer as experiências dos seus integrantes através de debates e discussões, com pesquisadores (brasileiros e estrangeiros) de outras instituições. Além dos debates, o grupo tem procurado observar como as teorias acontecem na prática e no cotidiano das pessoas e instituições, tem uma produção científica, destacando o livro “A Educação Não-formal: cenário da criação”, onde reuni artigos de vários pesquisadores que discutem aspectos da educação não-formal.

A partir dos debates e atividades desenvolvidos no GEMEC, pude consolidar a proposta de discutir o processo de formação do cidadão angolano, com base nos traços culturais regionais, tendo em vista a realidade histórica do meu povo, para o qual as informações e conhecimentos transmitidos pelos ancestrais foram recebidos por via oral, permitindo a valorização dos hábitos e costumes herdados. Isto me levou a refletir e compreender que não basta falar em reconhecer a diversidade cultural em Angola, pois esse reconhecimento da existência de uma diversidade de grupos étnicos e culturais na sociedade angolana deve vir acompanhado do estudo sobre como estes (diversos grupos) poderão contribuir no oferecimento de um processo educacional às novas gerações do país. Tenho como pressuposto que a cultura deve também conciliar a imagem de uma

realidade em processo, com referências na tradição oral e em práticas não verbais, permitindo assim que se assumia uma atitude crítica perante a sociedade desigual.

A participação neste grupo como um vínculo constante na busca de informações, conhecimentos e novas experiências, reforçado pelo estímulo proporcionado pela minha orientadora me levou a fazer um curso sobre questões étnicas e relações raciais, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, patrocinado pela Fundação Ford.

3.1.2-III Fábrica de Idéias: a experiência de pesquisadores sobre Relações Raciais e Cultura Negra

Organizado pelo Centro de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro, com apoio da Fundação FORD e FAPERJ, a Fábrica de Idéias constitui um espaço para pesquisadores, reservado a debates e trocas de experiências sobre os mais diversos temas. O tema central naquele momento foi “*As relações étnicas e raciais - construção teórica das noções de entidade e identidade étnica racial*”, o curso aconteceu durante 21 dias, baseando-se em discussões de pesquisadores vindos de vários Estados e com experiências diversificadas. Minha preocupação consistia em compreender como é vista, entendida e trabalhada a diversidade cultural aqui no Brasil.

Os diversos temas a fazer parte do tema central focavam realidades e experiências distintas e pôde-se perceber o que, embora o Brasil seja um território único, a bagagem cultural e os problemas encarados pelos pesquisadores dependiam da localidade geográfica estudada. É importante compreender este fato, principalmente, quando nos propomos a observar e a estudar as experiências com o objetivo de servir como referências de propostas para o processo de educação em outro país, no presente estudo Angola.

Tais debates mostraram que nem todas as políticas e tampouco as ações podem servir de referência por si, mesmo que elas tenham sido materializadas com êxito; o importante é sempre ter em conta a época e o local de aplicação. Um dos temas interessantes consistia na política de *ação afirmativa*, entendida como um mecanismo de ação, que se define com um processo de transformação ampla e planejada a fim de

assegurar uma representação igualitária, em termos de gênero e etnia, identificando e suprimindo no seio da administração pública e privada - todas as práticas susceptíveis de serem discriminatórias. Constitui uma política importante e uma arma na luta contra a discriminação dos povos, uma política que pode ter uma grande importância atualmente no Brasil, mais do que em Angola, em função do impacto que pode provocar no social.

Em Angola, a questão a colocar não é ainda a luta pelo espaço na administração pública ou privada mas, a batalha pela reconciliação nacional, a luta pela identidade dos povos sufocada durante séculos pelo domínio do regime colonial português e prejudicada ainda mais pelo reacender da guerra civil em 1974, às vésperas da Independência Nacional. As representações étnicas e de gênero garantidas por lei e algumas práticas nesse sentido podem ser vislumbradas, mas os êxitos desta política dependerão de um vasto processo de educação da população em geral, uma educação levando em consideração a história dos povos kimbundo, kicongo, umbundo, fiot, nganguela, kwanhama, entre outros. A guerra deixou em nós marcas e elas são profundas; as diferenças eram utilizadas para se justificar a guerra durante os 28 anos de sua ocorrência. Muitos cidadãos que participaram nesta guerra são hoje analfabetos e não entendiam o porquê de sua participação neste conflito; foram manipulados pelos pequenos núcleos políticos.

Embora as ações afirmativas não constituem ainda a grande prioridade no momento em Angola, não se nega a importância da discussão desta política, mesmo porque essa discussão nos leva a pensar em uma série de situações pelas quais o país angolano ainda passa. Um exemplo é a questão de gênero (masculino e feminino) e seu papel na sociedade angolana; este é um tema de suma importância se entendermos que as mulheres sempre desempenharam um papel extraordinário na educação familiar. Por essa razão, a questão de gênero, discutida na “Fábrica de Idéias” despertou-me interesse e constituiu-se como item de reflexão. Em Angola, as mulheres foram educadas, até uma determinada época, aceitando que suas tarefas se resumiam às atividades domésticas e de educação dos filhos, e esse ideário era passado as gerações seguintes. Ao ler trabalhos como de Abramo e Abreu (1998), Posthuma (1998) Abramo (1998), Reygadas (1998) Arango (1998), Valenzula (1999) e destaco principalmente o trabalho de Valenzula entre aqueles citados

como referências nos debates da Fábrica de Idéias, os quais tratam da igualdade de oportunidades e da discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. Especialmente nesse artigo, que foi por nós discutido, aparece o objetivo de analisar a desigualdade expressa no mercado de trabalho considerando como elementos centrais na estrutura de oportunidades os fatores como raça, etnia e gênero. A autora realiza sua abordagem ancorada em uma diversidade de autores que ajudam a referendar seu ponto de vista. Valenzuela, em concordância com Fraser (1997), entende a discriminação estar ligada à construção social da identidade de gênero e raça dos indivíduos. Nesse sentido, acredita que políticas de redistribuição e reconhecimento devem ser trabalhadas de forma conjunta com o objetivo de construir políticas de igualdade de oportunidades. É neste ponto que surge o interesse de refletir a política de formação do cidadão angolano e sua concretização, sem que partes da população sejam excluídas, para evitar, como diz a autora, “que a injustiça social no Brasil gere desigualdade de distribuição de renda, concentrando a riqueza”- e acrescentaria ainda a discriminação de oportunidades. Continuando ainda o pensamento da autora sobre o sistema ocupacional ela observa uma segmentação vinculada à discriminação no Brasil expressa sob diferentes formas: a) no acesso diferenciado de mulheres e homens, entre negros e brancos, tanto no momento da contratação quanto no de promoção no trabalho; b) na valorização das ocupações; c) na ausência de isonomia salarial em uma mesma ocupação, qualificação e estabelecimento.

As discriminações em Angola não aparecem da forma como a autora coloca. Elas aparecem não oficialmente, mas no cotidiano dos indivíduos de acordo com os grandes grupos étnicos, por exemplo: na atribuição de cargos de função pública, não são poucos os casos de indicação de cidadãos da mesma origem do responsável do mais alto escalão da área em questão. Das discussões feitas a partir do artigo, pude apreender que não importa como se manifesta a discriminação, ela existe e neste sentido é fundamental o papel da educação, a fim de analisar as consequências vindas destas atitudes e buscar junto às comunidades caminhos para um convívio entre/com os diferentes.

Constituiu, ainda, um campo de reflexão a discussão a respeito da reconstrução cultural. O Brasil, discutindo os problemas culturais dos seus cidadãos “afro-brasileiros”,

apresenta uma abordagem em que o eixo central constitui-se pela cultura africana.

O grupo de pesquisadores brasileiros presentes na *III Fábrica de Idéias*, considerou ser quase impossível falar-se da questão racial no Brasil sem passar pela discussão da cultura africana. A cultura utilizada pelos africanos (escravos) como forma de resistência foi objeto da tese de doutorado⁶⁶ de Chagas, apresentada ainda como projeto no momento dos debates, mostrando claramente como a luta dos negros acontece na forma de inserção na sociedade brasileira.

Durante séculos, os colonizadores portugueses utilizaram-se de uma filosofia de destruição da cultura africana; uma política que permitiu aos africanos interiorizarem a cultura européia e a assumirem-na como sendo sua. Sabe-se, no entanto que essa missão não teve êxito total, pois parte da população conservou elementos culturais transmitidos de gerações a gerações, por via oral. Isso também leva-nos a acreditar que uma boa parte da cultura africana não foi conservada se pensarmos que essa transmissão tinha também seus limites, isto justifica também a necessidade de se estudar a cultura africana através de outros povos com outras origens, principalmente os que receberam escravos da África. Os escravos saídos de África levaram consigo hábitos e costumes e mesmo com todos os sofrimentos passados, parte destes hábitos e costumes se conservou, muitas vezes aceitando a introdução de outros elementos. Estas práticas, conservadas, discutidas hoje pelos pesquisadores brasileiros, constituem-se em ferramentas importantes para nós, pesquisadores africanos. A África vista de fora, por indivíduos com interesse, não apenas de pesquisadores acadêmicos mas como também cidadãos que pretendem também conhecer sua história, constituindo em um exercício necessário.

A contribuição da *III Fábrica de Idéias* foi importante, ajudando a compreender também os trabalhos de alguns órgãos e instituições relacionadas à educação na perspectiva da cidadania, entendida como princípio e meio para a construção e conquista de direitos, sobretudo o direito à igualdade.

⁶⁶ CHAGAS, Patrícia. A invenção do afro: identidade negra e cidadania em Salvador- tese de doutorado defendida no IFCH da Unicamp em 2002.

3.1.3-A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP): seu papel no campo da educação não-formal

Uma experiência diferente das demais até agora mencionadas constitui a ITCP, um órgão universitário com uma proposta voltada às Cooperativas Populares, em uma ação das Prefeituras Municipais. Sua ação pedagógica consiste numa construção coletiva com base na proposta metodológica de investigação que garante à equipe de participantes conhecer profundamente os grupos cooperados, principalmente suas características: acadêmicas, experiências de trabalhos e ou de organização por se tratarem de grupos heterogêneos, onde se podem encontrar desde pessoas analfabetas até letradas. Isso porque,

“o papel de educação é central tanto na implementação quanto no desenvolvimento das atividades autogestionárias. Geralmente, somos educados para sermos individualistas e competitivos, com a idéia de que, com a concorrência, vence o melhor. Com a educação autogestionária temos o cuidado de desfazer um processo de educação que já foi colocado na cabeça das pessoas e reconhecer a necessidade de estabelecer um novo projeto. Temos que educar para desfazer e educar para construir” (Anteag, 2001:7).

Foi importante acompanhar este trabalho e o que se constitui como ainda mais interessante é que, diferentemente das outras atividades relacionadas a educação não-formal observadas, neste caso, não apenas observei como este processo se desenvolvia, como tive uma participação direta. Primeiramente, freqüentei o curso oferecido pela Unicamp para monitores da ITCP e, depois, nos debates com os cooperados. Participei da formação dos cooperados, das cooperativas dos municípios de Campinas e de Amparo. Em Campinas, com as Cooperativas de Resíduos Sólidos (Grupos – Aparecida; Barão; Cooperpet; Satélite Íris e Tatuapé) Produção de Alimentos (Criativa; Força Esperança; Reunidas; e Vitória), Construção Civil e Conservação (Mão na Massa). No município de Amparo, das Cooperativas de Reciclagem e Costura.

Todas as Cooperativas apresentavam um quadro de pessoal buscando recursos para subsistência e que via na Cooperativa um caminho para alcançar este objetivo. A Cooperativa exigia um trabalho organizado e coletivo, como destaca a ANTEAG “ a economia solidária tem representado uma nova forma de organização dos trabalhadores e

um empenho coletivo de se manterem ou de se inserirem (quando excluídos) no mercado e na sociedade” (2002:2).

Este é o desafio colocado a estes participantes; não basta querer se organizar, é necessário saber como se organizar, sendo que grande parte dos cooperados mal conhecia a escrita. Por isso precisava-se de um trabalho de formação, uma formação diferente daquela convencional ou uma alfabetização, mas uma preparação elementar que permitisse a eles conhecerem as regras de uma economia solidária. Segundo a ANTEAG “na constituição de projetos alternativos de economia solidária, devemos, antes de tudo, considerar aspectos culturais e históricos” (2002:3) e nem todos tiveram a oportunidade de estudar, mas precisam trabalhar de forma consciente pois se trata de um trabalho no qual eles passam a ser os seus legítimos patrões.

A participação neste processo possibilitou-me fazer algumas comparações com outras realidades por mim vividas quando morei na Rússia. Durante algum tempo tive, a oportunidade de conviver com os *souvco*⁶⁷ e os *colco*⁶⁸ (as cooperativas russas; a primeira, uma cooperativa de associados, sem a participação do Estado e a Segunda, uma Cooperativa Estatal). O sistema de educação no período em que frequentei estas cooperativas era a prioridade do governo soviético. O ensino generalizado, dificilmente se encontravam analfabetos entre os soviéticos e o nível de organização dessas pessoas era bastante avançado. Estas cooperativas eram essencialmente agrícolas, pois os camponeses se organizavam para a produção e para a comercialização dos produtos. Em Moscou existia um grande mercado com o nome de Loja dos Camponeses. Neste mercado se encontrava todo tipo de mercadoria produzida por eles (alimentos, louça persianas, tapetes, colchas etc.); um tipo negócio que era possível de acontecer devido também ao desenvolvimento então alcançado pela sociedade soviética.

São duas realidades distintas, mas que permitem uma contextualização e localização no tempo e espaço para buscar uma aproximação entre elas, de modo a pensar qual das realidades se assemelha mais à atual realidade de Angola. O trabalho das

⁶⁷ não é possível utilizar os termos em russo pois os símbolos da escrita são diferentes do nosso.

⁶⁸ *idem*

cooperativas observado aqui no Brasil se diferencia, principalmente por envolver um público cujo nível de escolaridade é baixo, existindo cooperados que nem sequer conhecem a escrita. Com o objetivo de superar suas necessidades econômicas, recorrem a um tipo de organização diferente da habitual. Trata-se de um contingente dividido entre aqueles que durante muito tempo exerceram atividades como empregados, habituados a serem comandados e aqueles com uma atividade informal de forma individualizada.

A heterogeneidade do grupo no Brasil exige um trabalho mais cuidadoso, que na União Soviética existia uma ação que reconheça e respeite suas diferenças. E este trabalho, com camadas diferentes, podemos encontrar nas experiências de alguns projetos educativos não-formais, como é o caso do Projeto Sol de Paulínia/SP. No caso da Rússia, as cooperativas estavam direcionadas a um trabalho coletivo e ao respeito às diferenças, serviam também de área de pesquisa para estudantes de outras regiões a diversas faculdades do país. Os estudantes se deslocavam principalmente no período de férias escolares e aprendiam a lidar com o campo, independentemente do curso em que freqüenta. Neste período eles eram tratados como membros da cooperativa, trabalhavam e recebiam pelo trabalho.

3.1.4-Um olhar sobre o Projeto sol: Uma experiência de educação não-formal

O Projeto Sol funcionou de 1987/88 sendo extinto em 2000 pela atual gestão de prefeitura, acontecia no município de Paulínia, no Estado de São Paulo. Era um Projeto da Prefeitura Municipal, se estendendo aos quatro pontos da cidade, referentes a 4 bairros: Projeto Sol de João Aranha; Projeto Sol do Monte Alegre; Projeto Sol do Morro Alto e Projeto Sol do Morumbi. Segundo os educadores que lá atuavam, o projeto tinha como objetivo educar as crianças das mais diversas classes sociais – (ressaltando porém, ser o público maior de baixo poder aquisitivo), criando nelas o espírito de auto-estima, ou em outras palavras, formando um verdadeiro cidadão. Segundo as falas dos educadores, o Projeto foi resultado de um trabalho conjunto de vários técnicos, arquitetos, pedagogos,

psicólogos e funcionários da Prefeitura de Paulínia, cuja intenção inicial consistia em apoiar as crianças carentes, no espírito cristão e de assistencialismo, entretanto, foi revista com o desenvolvimento da experiência educativa, passando a ser um centro educativo onde se valorizava as culturas individuais dos frequentadores.

O Projeto funcionava em dois períodos: de manhã, para as crianças que estudavam na escola formal no período da tarde, e da tarde, para os que estudavam no período da manhã. A faixa etária atendida era de 7 à 14 anos.

Os Projetos Sol, de Monte Alegre e de Morro Alto tinham atividades com as crianças e adolescentes dos respectivos bairros, também à noite funcionava um Programa para todas as faixas etárias, denominado Projeto Noite Viva que ocupava as dependências do Projeto Sol.. Era objetivo deste programa, proporcionar atividades recreativas e culturais visando a ocupação do tempo livre destes adolescentes afastando-os da possibilidade de recorrerem as ruas.

Embora hoje o Projeto Sol tenha sido encerrado, ele continua sendo objeto de pesquisa, um referencial para a abordagem dos estudos sobre a educação não-formal⁶⁹.

Várias situações e fatos observados nessa instituição serão discutidos neste capítulo, situações que escrevi no curso do texto.

O Projeto Sol foi uma instituição governamental, uma iniciativa da prefeitura de Paulínia. Os educadores, funcionários e educandos constituíam um só bloco, ao que chamo de “*bloco único*”.

Este bloco único, rico de experiências, transmitia elementos educacionais de uma forma diferente do sistema educacional convencional. Caraterizado por trabalhar com projetos; circularidade de turmas; não definição de tempo e de espaço; trabalho de pesquisa e construções de forma coletiva dos conteúdos.

Encontrei no projeto, crianças sorridentes, demonstrando facialmente uma alegria, a alegria conquistada e adquirida naquele espaço e que envolvia, ao mesmo tempo uma

⁶⁹Temos como exemplo Renata Sieiro Fernandes que atualmente realiza seu doutorado estudando ex-frequentadores do Projeto sol.

situação cheia de conflitos, porque se deparavam com outra realidade vivida em suas casas, conforme elas apontavam. *“Nós brincamos e aprendemos com todos aqui, e além disso sabemos que não precisamos fazer nada errado para poder comer e tem comida para todos”* Essa é uma de tantas falas das crianças contatadas no período da pesquisa.

Nos diálogos com as crianças facilmente se percebia o quanto era importante o projeto para suas vidas, os diferentes se juntavam e sem procurar igualar-se viviam com as diferenças – eles diferenciavam-se pelas idades (7-14 anos), gênero: meninas e meninos; negros e brancos, dentro do projeto existia ainda crianças com deficiência mental, estas crianças e educadores *encontravam nas diferenças caminhos para a descoberta de si mesmo*. Este era um desafio para o Projeto e uma lição de vida, conforme destacavam os educadores. As diferenças não atrapalhavam o convívio, pelo contrário, eram compartilhadas. Juntos procuravam esquecer o mundo lá fora, quer dizer, o mundo selvagem onde o mesmo espaço tem significado diferente (as ruas), de acordo com os grupos sociais passados por lá.

Uma grande parte das crianças que o frequentou, vinha dos bairros pobres e encontrava nele o meio de sua realização (recreativa, educativa e alimentar). No Projeto, essas crianças passaram a ter um referencial de vida diferente, encontraram um outro olhar, um sentido de vida diferente daquele projetado nos bairros pobres, passaram a sonhar com um futuro. Ser um futuro médico, piloto, engenheiro já fazia parte dos sonhos daquelas crianças.

No momento, fazendo jus a sua infância, ao amanhecer do dia, uma tarefa e um desejo nasciam com elas. Iam ao encontro dos colegas e amigos do grupo (as outras crianças, diretores, educadores, monitores, merendeiras, vigias), para colocar em dia suas novidades e conhecer os demais, no círculo ou na arena, marcando o início das atividades diárias.

Minha presença neste Projeto, durante três meses, não tinha como único objetivo o de entrevistar os educandos nem os educadores; o intuito era observar, acompanhar, dialogar e analisar como eram realizadas as oficinas, como funcionava o Projeto e como essas atividades desempenhavam um papel educativo. A interpretação destas atividades

realizadas em uma instituição governamental levou-me a refletir como estas experiências podem ser úteis para o processo educativo em Angola, por ser um trabalho organizado pelo Estado, voltado para a educação dos excluídos ou das crianças e *adolescentes carentes*, situação que se presencia atualmente em Angola, com o número elevado de crianças e adolescentes desamparados, resultante da guerra civil e das péssimas condições de vida que as grandes cidades enfrentam por motivos de êxodo rural.

Por toda parte da cidade de Luanda encontramos meninos e meninas vivendo ou passando o dia em busca de sobrevivência, por isso abandonando as escolas. A experiência do Projeto Sol pode ser estudada com a intenção de oferecer uma educação melhor a essas crianças. Esta não é uma situação fácil, pois como uma educadora ressaltava:

Inquietude entre o fazer e o pensar!

Um dia vendo uma entrevista de Ferreira Gullar falando de sua história e de sua difícil relação com a escola, ele comentou sobre as relações puramente emocionais que nos acompanham e que, se nos restringirmos a elas ficamos no âmbito animal, das relações espontâneas. Porém, quando pensamos sobre elas, elaboramos, transmitimos o que pensamos e sentimos, entramos no âmbito do conhecimento e aí nos diferenciamos do animal, pois a capacidade do conhecimento, da cultura pertence ao SER, humano.

Diante desta observação fiquei pensando nas crianças do Sol: por que me incomoda tanto, quando as coisas vão acontecendo, acontecendo, e nós educadores vamos ficando nas constatações das reações emocionais das crianças, ou até justificando suas reações diante das “limitações”, enquanto grupo social ao qual pertencem? Por que é tão difícil para essas crianças participarem de uma conversa, seja contar de si, seja ouvir o que o outro tem a dizer? Em que contribuímos para mudar isso? (Nilza, 2000).

Nilza, educadora do Projeto Sol, preocupada com as crianças deste Projeto, saídas de um passado marcante, uma vivência diferente da de outras crianças com situações econômicas mais estáveis, crianças com referências principalmente de bairros pobres, embora muitas delas tenham tido uma jornada dupla (quer dizer rua e escola). As marcas das vivências nas ruas dos bairros pobres estão presentes, a visão de vida delas é aquela herdada pelo poder econômico de seus familiares e o processo de reversão se torna difícil exigindo uma participação ativa e dedicada de todos componentes do Projeto. A preocupação desta educadora, compartilhada por outras, pode ser analisada e questionada de forma reflexiva para a realidade das crianças de rua em Angola, isso permitirá e

possibilitará encontrar caminhos para a formação dos cidadãos sem procurar excluir parte deles.

É importante ressaltar ser o Projeto Sol uma atividade do Governo (Prefeitura Paulínia), e isso permitiu compreender a responsabilidade do Estado para com essas crianças. Foi uma experiência de âmbito educacional mostrar claramente o dever do Estado no processo de formação dos cidadãos. Por isso, julgo se importante evidenciar esta experiência para a abordagem das políticas educacionais, buscando mecanismos para a formação dos angolanos.

Essa experiência do Projeto Sol além de ter mostrado a importância do Estado aponta também para os vários caminhos de conciliação entre a educação não-formal e a educação formal. Mostrou claramente a possibilidade de ambas caminharem juntas para um objetivo mais amplo, a da formação do cidadão respeitando a individualidade e as culturais dos grupos sociais. Mesmo considerando voluntária a participação e sem restrições, um dos requisitos para se freqüentar o movimento é de manter a freqüência na escola formal, resalto aqui que os monitores auxiliavam na realização das tarefas de casa em um período reservado para este fim. Embora os educadores deste Projeto deixassem claro que suas funções não consistiam em trabalhar com reforço escolar.

Nas conversas com as crianças, facilmente se podia perceber as razões que as levaram a freqüentar o Projeto. Umas diziam que foram as oficinas que as atraíram, para outras a freqüência se dava porque podiam comer, outras, ainda, compartilhavam a idéia de que, ao freqüentarem o Projeto, encontravam amigos e deixavam a “má vida” (furto e tráfico de drogas). Tudo isso pode ser resumido na busca de melhores oportunidades procurando formas de levarem a vida como as demais crianças, de classes sociais economicamente estáveis. Elas encontravam um possível caminho neste setor governamental que valorizava a auto-estima e que considerava o indivíduo e seus valores culturais diferentes.

As brincadeiras de rua, comuns em bairros pobres, tomavam outros rumos. Agora, eram compartilhadas e nelas se buscava um sentido educativo. As educadoras, através das oficinas, buscavam discutir matérias conhecidas pelas crianças como resultado

de suas experiências, e através delas se introduziam novos conteúdos. O Projeto, com um programa diferente das escolas formais, tinha por base um currículo aberto, educava seus frequentadores e educadores através das atividades oferecidas (música, arte, literatura, marcenaria, dança, educação física). Nessas atividades as educadoras introduziam e desenvolviam conteúdos de acordo suas formações acadêmicas (pedagogia, artes, educação física, psicologia) ou habilidades (madeira, costura, artesanato).

As participações nas oficinas eram feitas de forma voluntária, sendo que a criança decidisse em qual oficina participar. Esta oportunidade dada a ela representava um ato de democracia e um princípio da educação não-formal, apresentando um caráter voluntário (Gohn, 1999:103), um direito à liberdade de escolha, o direito à liberdade de decisão e obviamente a identificação da criança com as atividades oferecidas nas oficinas era o que determinava sua escolha. Antes, porém, deste ato de escolha e decisão, eram fornecidos elementos básicos e representativos sobre cada oficina e era dado um período mínimo para a criança permanecer na oficina para sua interação e conhecimento, objetivando posteriormente possibilitar-lhe a decisão de permanência ou a troca por outra.

Uma das respostas mais frequentes sobre a razão de frequentarem o Projeto Sol, foi a de *“busca de um local onde pudessem comer”*⁷⁰. Era patente, as crianças buscavam uma sobrevivência, buscavam algo que não encontravam em suas casas e, o mais importante ainda a ser observado é, com um local onde pudessem comer, elas não recorreriam às ruas e então teriam tempo para brincar e estudar, para encarar a vida com outros referenciais. Falar de educação para uma camada ou grupo social rodeado de pura miséria, é tido por vários pesquisadores, a exemplo de Martins (1971), como temas não conciliáveis (miséria e educação). Aliás, já os marxistas destacavam que o homem, para sobreviver, necessitava de habitação, alimentação e vestuário (Marx). Esta é uma teoria antiga e permanece com uma chama acesa na atualidade. As crianças de rua em Angola também respondem a essa pergunta da mesma maneira, frequentam as ruas em busca de comida, só que a realidade, no Sol, é que as crianças frequentam uma instituição

⁷⁰ Um grupo de crianças respondiam assim.

educacional, contrariamente à realidade angolana. Neste sentido, acredito ser importante a análise da experiência do Sol tendo em vista as políticas educacionais de Angola.

Falando de comida, observei também, no Sol que as merendeiras não tinham somente a tarefa de prepararem os alimentos para as crianças, suas atividades iam além disso, desempenhando um verdadeiro papel de educadoras. Por isso chamo de bloco único, pois a educação era vista e realizada em todas as esferas do Projeto, e isso levava a valorização de todas as atividades. A criança aprendia a diferenciar as coisas respeitando cada uma delas e respeitando as pessoas que exerciam as mais diversas tarefas. No Sol, não eram mais importante o pedagogo, o sociólogo e/ou o músico mas, todos os componentes tinham responsabilidade com a educação, era um processo em que todos aprendiam isso, fazia com que todos se tornassem amigos, uma família. Este convívio entre os diferentes sujeitos mostrou a importância da interação entre as pessoas no processo educativo, o que na educação não-formal se concretiza pela socialização.

Esta socialização, destacada no Projeto Sol, compartilhada com alegria e tristeza, mostrou também a presença da solidariedade, princípio da educação não-formal. Foi o trabalho desenvolvido nesta instituição a despertar minha atenção, principalmente ao escutar as crianças dizendo que: “no Projeto encontramos amigos, deixamos a vida de rua e das drogas”. Pude compreender que estas crianças, ao trocarem as ruas pelo Projeto, encontravam nele segurança e confiança e isso era fruto de um trabalho coletivo. É necessário também destacar que, embora o enfoque de minhas observações tenha recaído principalmente sobre crianças que antes freqüentaram as ruas, existiam neste Projeto, também crianças cujos pais eram de classe média e de bairros não pobres.

Ao analisar a situação das crianças do Sol que saíram das ruas, ou de bairros pobres de Paulínia, surge uma questão que remete à realidade de Angola: qual a possibilidade de construção de uma cultura da cidadania junto a essas crianças tão marginalizadas da vida social e política? Os efeitos da guerra civil são patentes. Várias crianças encontram-se desamparadas, vivendo nas ruas das grandes cidades (como Luanda), sem rumo e sem planos para o futuro. A partir da indagação colocada, vemos a possibilidade desta camada social vir a construir sua dignidade condicionada pelas políticas

sociais que o país possa adotar, e é nesse sentido que julgo importante aprender com as experiências de outros povos e de outras nações.

Durante esta abordagem, o termo criança aparece constantemente, isto se justifica pelo fato de que o Projeto Sol estava voltado para o atendimento da faixa etária de 7 aos 14 anos. Nas estruturas físicas onde funcionava, acontecia também o Projeto Noite Viva. Os organizadores do Projeto Sol (a supervisão), pensando nos ex-freqüentadores do mesmo e em jovens moradores dos arredores dos Núcleos do Projeto, criaram o Noite Viva, um Programa que oferecia atividades recreativas (música e capoeira) para todas as idades. Segundo jovens freqüentadores contatados, este espaço aberto pela direção do Projeto dava-lhes a possibilidade de se ocuparem com algo positivo, "aqui nos ocupamos e brincamos, não pensamos em fazer outra coisa, senão aprender". Estas atividades tinham caráter voluntário e a pesquisa com estes freqüentadores visava observar como eles ocupavam o tempo e como se relacionavam com os demais e com os educadores. Esse espaço representava um centro educacional, um espaço de representação e socialização dos diversos saberes, como destaca Afonso (2002), um centro de educação de natureza diferente da habitual ou convencional.

Ainda Afonso, em uma palestra na Faculdade de Educação da Unicamp (2002), destacava que não devemos compreender os erros simplesmente como algo negativo, pois eles podem ser também educativos. É imprescindível ressaltar ser o objetivo da pesquisa no Projeto Sol o de observar suas experiências de educação não-formal, para estas poderem servir de base para a reflexão e formulação de possíveis propostas para o processo de educação a ser construída em Angola. O convívio com o corpo docente e discente possibilitou não apenas observar aspectos positivos, mas foi possível, também, observar no cotidiano do Projeto a presença de alguns conflitos. Este "bloco único", como assim o chamo, se deparava com obstáculos como:

- a) *preparação do pessoal*, nem todos que lá trabalhavam estavam preparados para esse tipo de atividade. Poucos educadores(as) dominavam a teoria da educação não-formal. A colocação neste centro não exigia uma preparação anterior, específica por parte dos professores; eles eram enquadrados através

de concursos da rede municipal, e para muitos deles, o Projeto era como uma outra escola regular.

- b) *falta de referencial teórico*: são poucos os trabalhos e pesquisas sobre o tema da educação não-formal. A referência têm sido Afonso (1989), Gohn (1999), von Simson (2001) ou ainda novos pesquisadores na área como: Fernandes (2000), Park (2003), Garcia (2003).
- c) *nível de organização*: embora tenha notado um esforço da equipe, algumas diretoras ainda se comportavam como se o Projeto Sol fosse uma escola formal, utilizavam regras que contrariavam o espírito de uma atividade de educação não-formal. Por exemplo, alguns locais não eram de livre acesso, mesmo pelos educadores, as crianças ainda sofriam sanções por agirem de uma forma tida como imprópria pelos educadores, chegando mesmo, em alguns momentos, a tirar dessa criança o direito a um passeio coletivo a um centro histórico ou recreativo, por motivos comportamentais.
- d) *uma fraca colaboração entre o Projeto e a Comunidade*: os contatos com a comunidade, embora existissem, mostraram lacunas, pois a importância do Projeto não era discutida profundamente com a população. Mesmo tendo sido procurado, de muitas formas, mostrar que não era uma creche, algumas famílias viam o Projeto como um local onde as crianças passavam um tempo, podiam brincar e comer. Eram poucas as famílias que o viam como espaço educacional, de acordo com o objetivo dos educadores e da instituição.

Um outro aspecto a se observar no Projeto, surgiu com o seu encerramento/fechamento. Levantando questões como, até que ponto uma atividade de educação não-formal poderá ser sustentada pelo governo. Que respaldo legal se deve ter para garantir que não se dependa da boa vontade dos políticos governantes ou então não apareça como atividade secundária em relação a outras ações educativas? Estas e outras questões aparecem como dignas de reflexão e/ou focos de pesquisas. Não me proponho a

fazê-las neste momento, mas, estes aspectos serão considerados e analisados com profundidade ao se pensarem propostas educacionais para o contexto angolano.

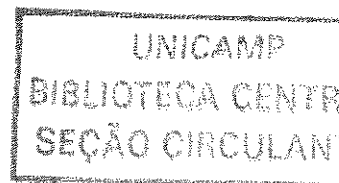
Durante pesquisa que realizei no Projeto Sol de Paulínia, conversei com educadores, crianças, adolescentes e funcionários. As falas destes sujeitos ajudaram-me a interpretar o Projeto Sol como uma atividade não-formal e com esse propósito fui pesquisar outra proposta de educação não-formal, o CECOIA.

3.1.5 – CECOIA Centro Comunitário Irmão André

Diferentemente do Projeto Sol o CECOIA é uma entidade assistencial, não-governamental, criada por iniciativa de pais de alunos do colégio particular *Notre Dame*, com o objetivo de atender crianças de 6 a 10 anos, em um trabalho sócio-educativo complementar a educação formal. Duas grandes questões nos propõe a iniciativa destes pais; a primeira: Será que foi o medo que os levou a tomar esta decisão? Estas crianças carentes, nas ruas, nos semáforos, ou numa esquina da cidade lhes pareciam uma ameaça, não só para si, como para seus familiares? Outra questão: Não será que estes pais, inconformados com tanta disparidade e discriminação social, com os grandes desníveis sociais, criaram essa instituição na intenção de darem sua contribuição na melhoria de vida de crianças oriundas de famílias pobres?

Qualquer que seja a interpretação, ela nos coloca uma questão principal: o reconhecimento da existência de uma camada social marginalizada dentro da sociedade em que vivemos; e diante desta situação cabe mas uma vez refletir sobre o outro, diferente de nós. Cabe-nos fazer uma reflexão sobre a realidade socio-econômica imposta pelos regimes políticos vigentes no país. E a partir daí, pensar as ações concretas, individuais ou coletivas, em prol dos mais necessitados. Pretende-se, com isso, que vá mais além do que reforçar a idéia de que "menino de rua é o vilão ou o coitadinho que dá medo ou pena". A questão não deve ser resumida desta forma, ela deve partir das relações sociais, dos diferentes níveis sócio-econômicos e culturais.

A primeira questão levantada por nós foi aparecendo nos primeiros anos da existência do Centro. Segundo as falas de educadores, os primeiros participantes que eles



chamam de *usuários* eram chamados de *Cecoianos*, com caráter pejorativo. Eram aquelas crianças e adolescentes vistos como perigosos e o Centro, no caso, seria o local que poderia regenerá-los. Esse comportamento reforça a idéia do medo e do perigo que as crianças e adolescentes carentes apresentam para as pessoas de níveis econômicos diferenciados. O medo de ser assaltado no sinal luminoso cria o desejo de retirarem essas crianças e adolescentes das ruas, colocando-os em um local fechado, circunscrito, que exerce um controle sobre eles, na intenção de manter a segurança dos demais.

Ainda, segundo os educadores deste Centro, as crianças e adolescentes participantes se sentiam menosprezados e achavam-se condenados pelo fato de freqüentarem este Centro. Para esses educadores foi um processo lento e longo que os fez chegar à compreensão de qual era o verdadeiro papel do Centro, como uma instituição de apoio às pessoas carentes e não como um Centro de recolhimento e isolamento de meninos/as infratores (embora existam algumas pessoas que pensam assim e encaminham as crianças e adolescentes à instituição com esse propósito). Um exemplo disso foi que, no decorrer desta pesquisa, a Guarda Municipal foi acionada, pela direção do Centro, porque uma criança, usuária de drogas procura refúgio por lá.

Uma outra questão reforçava a idéia de ser o Centro um local de reabilitação e isso se baseava em uma falha da própria instituição incapaz de lidar com a diferença. Os pesquisados argumentaram que no início faltavam profissionais qualificados para esta finalidade (o trabalho com a diferença), disso resultando alguns erros básicos (na relação entre educadores e educandos). Levantou-se o exemplo do lema que esse Centro tinha *"Crianças na Rua. Eu estou mudando esta realidade"*. Estas palavras que, de início, pareciam mobilizadoras, traziam entretanto, um constrangimento para as crianças e adolescentes freqüentadores do CECOIA. Como destaca uma das educadoras, as crianças não gostavam de ser chamadas de "crianças de rua" e elas só se aperceberam disso quando iam para um evento de mobilização e um dos meninos leu o slogan na viatura " e, em seguida, se recusou a entrar na viatura dizendo *"eu não entro neste carro"* , provocando espanto na educadora que perguntou por quê? Ela argumentou: *"Porque eu não sou menina*

de rua e vocês não estão me mudando coisa nenhuma. Se eu for nesta perua significa que sou menina de rua e vocês são as pessoas que vão me mudar, ou melhor deixarei de ser de rua, porque vocês querem que assim aconteça". Esta colocação, considerada pela educadora como uma fala muito inteligente, nos leva a refletir profundamente sobre nossas ações, sobre o que dizemos e fazemos em prol das classes excluídas.

Situação parecida encontrei em Angola, na pesquisa com meninos de rua. Neste trabalho, os sujeitos negavam esta nomenclatura e questionavam a propriedade dos termos: seriam meninos de rua ou meninos de Estado⁷¹? A reflexão que pode ser efetuada a partir da fala daquela freqüentadora do CECOIA e da realidade vivida em Angola, mostra-nos que alguns trabalhos ou propostas de solução dos problemas encontrados aqui para as pessoas excluídas, podem sim ser pensados para o território angolano.

A segunda questão foca a interpretação feita pelos pais dos alunos do colégio Notre Dame, que ao tomarem esta iniciativa, estavam preocupados com a injustiça da distribuição da renda ou das riquezas do país. Esta parece ser a interpretação mais contundente e é visível em quase todas as propostas de organizações não-governamentais que buscam recursos para atender às classes ou camadas em situações de risco.

Neste sentido os educadores do CECOIA dizem trabalhar, destacando que hoje este Centro atende 150 crianças e adolescentes em situação de risco, com idades entre 7 e 17 anos, com o propósito de alcançar os seguintes objetivos:

- 1- Capacitar a criança e adolescente a terem sucesso na vida escolar e instrumentalizá-lo dentro do campo de conhecimento;
- 2- Propiciar situações de manifestação/expressão, fazendo uso de diferentes linguagens.
- 3- Sensibilizar o usuário para a importância da manutenção do ambiente e conscientizá-lo de sua responsabilidade como cidadão;

⁷¹ Mais detalhes ver o livro Educação Não formal: Cenário da criação (Orgs). Von Simson, Park e Fernandes. Ed. Unicamp, Campinas 2001.

- 4- Oportunizar condições para auto-conhecimento e busca de melhora das condições de vida a partir de sua realidade.
- 5- Oferecer práticas e atividades que contribuam para o enriquecimento pessoal, e meios para desenvolvimento e descoberta de habilidades motoras, cognitivas e sociais.
- 6- Criar condições para que o adolescente se descubra com relação a sua opção profissional.
- 7- Levar o usuário a exercitar sua cidadania atuando na família, escola e comunidade.

Embora alguns itens pareçam atividades de reforço escolar, os educadores garantem que não se propõem a isso e suas atividades estão voltadas a educação não-formal. O Centro reserva uma hora por dia para que as crianças e adolescente façam suas atividades de casa, isso para evitar um confronto com a escola formal, pois eles passam ali o período inverso ao da escola formal. Esta ação também possibilita o controle das crianças, permitindo garantir o cumprimento do requisito estabelecido por essa instituição, ali só permanecem aqueles que freqüentam a escola formal. Essa exigência, na opinião de um dos educadores, permitirá que esta criança ou adolescente tenha conhecimentos de conteúdos não tratados no CECOIA e isso facilitará atingir os objetivos desta Unidade, uma vez que se propõe não só a fornecer conhecimentos de caráter sócio-cultural, como também a estimular os participantes a alcançarem uma profissão que os levará a resolver problemas econômicos, e a evitar que as situações atuais (vividas nos seus lares) se transformem num ciclo repetitivo contínuo de geração a geração.

É importante que se destaque ser a maioria das crianças e adolescentes freqüentadores do CECOIA moradores das favelas do Beco, Jardim Conceição e Imperial Parque.

Durante o período da pesquisa pude observar a favela do Beco; sobressai-se dela o estado de miséria, o sofrimento pelo qual aquela população passa, e o mais impressionante é ela estar situada no Centro do Distrito de Sousas.

Para os educadores do CECOIA, o trabalho de educação das crianças e adolescentes tem sido acompanhado de algumas ações voltadas à comunidade ao redor. Uma delas é o apoio às famílias das crianças e adolescentes que freqüentam o Centro recebendo, o produto das doações acumulados pela instituição. Deixaram claro não ser apoio financeiro e sim material, e que resumem-se em produtos recebidos como doação da CEASA.

Ainda no que concerne ao apoio material, existe a loja onde são vendidos produtos (vestuários) com preços simbólicos, (anteriormente eram distribuídos gratuitamente). Os produtos passaram a ser vendidos com o objetivo de permitir à comunidade a aquisição dos bens necessário, evitando os desperdícios que se registravam quando os artigos eram oferecidos gratuitamente.

Compreende-se, na fala dos educadores, o fato da população destruir aqueles produtos que não seriam usados. Permitiu-lhes chegar a conclusão de que *"nem sempre nós sabemos aquilo que o outro precisa"*. É preciso dar-se oportunidade para o outro expressar aquilo que lhe interessa. Isso faz pensar na questão do desejo, quando a criança ou adolescente realiza algo buscando atingir o desejado, ele tentará realizá-lo conscientemente e o fará com prazer. Isso constitui requisito para bons êxitos em todos os domínios e principalmente no processo educacional.

Além do apoio material, os educadores afirmam que procuram o contato mais próximo com a Comunidade⁷², realizando um trabalho educativo, destacando nas suas falas o mutirão de atividades como: corte de cabelo, esclarecimentos de noções de saúde e higiene, além de diversas atividades recreativas dentro do centro(música, dança, jogos).

⁷² O Centro fica de frente para a favela do Beco.

Como destacamos, o CECOIA fica situado no centro do Sub-distrito de Sousas, no Município de Campinas, funciona com um quadro técnico composto por especialistas (pedagogo, assistente social, administrador, além de voluntários em várias áreas de atuação) juntamente com o pessoal de apoio, formado por alguns monitores. O período das atividades funciona de segunda a sexta das 7h30 às 17 horas.

As atividades estão estruturadas em projetos denominados: “Crescendo contigo”; “Informática e cidadania”; “Nutrir”; “Viva vôlei”; “Fanfarra”; e “Escola americana”. Na busca de cumprimento destes projetos, o Centro conta com apoio de outros órgãos, destacando-se o Colégio Notre Dame, Fundação FEAC e a Prefeitura de Campinas (dando apoio material, financeiro e capacitação de profissionais).

Durante o período da pesquisa, várias vezes os educadores destacavam a necessidade de parcerias; a parceria com outros organismos se faz importante para suprir as lacunas do CECOIA e para o encaminhamento aos cursos profissionalizantes dos adolescentes que tenham atingido a idade máxima permitida no Centro. Uma das preocupações levantadas durante a pesquisa consistia na forma como têm sido articuladas essas parcerias. Esta questão foi esclarecida com a explicação da existência da “Rede” considerada como órgão orientador composto pela Sub-Prefeitura de Sousas, FEAC, e outras instituições cujas atividades estão voltadas para o atendimento social. Segundo uma das educadoras a “Rede” estuda formas de cruzar os dados de todas as instituições no sentido de se evitar que crianças e adolescentes mudem constantemente de Centros de apoio (pode ser para a criança uma estratégia de resistência buscando serviços que mais se adequem as suas necessidades e desejos).

Outra preocupação, consiste na formação dos profissionais para lidarem com um tipo de atividade diferente daquela da educação formal. Na fala dos educadores, cursos de capacitação têm sido oferecidos através da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), mas não têm sido suficientes, pois os educadores ainda carregam a bagagem das escolas formais e existe, em algumas situações, a intenção de se reproduzirem os mesmos métodos dentro do Centro.

A escassa literatura a respeito da educação não-formal tem constituído também um problema a esses educadores, pois se sabe pouco sobre referências teóricas neste campo, e isso os leva, muitas vezes, trabalhar no campo de educação não-formal mas tropeçando nos princípios que esta educação propõe.

Na opinião destes educadores, a atividade realizada neste Centro é, e necessita ser, diferente daquela das escolas formais. Ele não é uma extensão da escola formal e isso deve ficar claro. O fato de crianças e adolescentes freqüentarem o Centro no período inverso ao da escola e dentro deste período se dar a possibilidade de realizarem as tarefas de casa, não significa fazer parte da escola. “Somos uma instituição com proposta diferente, nos propomos trabalhar com a diferença sociocultural e não temos um currículo fechado”, como destaca uma das educadoras.

O CECOIA apresenta como meta “Educar para a cidadania e qualificar para o trabalho”. Sendo uma proposta diferente das propostas observadas em outros projetos, é uma experiência importante a ser considerada na elaboração de políticas educacionais. Ela faz-nos refletir no papel que a sociedade deve ter para com seus membros, na responsabilidade que cabe à sociedade e também à própria comunidade.

Com a mudança do regime político em Angola, nos anos 90, várias organizações não-governamentais surgiram e muitas delas dizem trabalhar em prol das pessoas em situação de risco. Como essas organizações têm agido? Como realizam suas atividades educativas? Existirá uma instância coordenadora entre elas? Que cooperação existe com os órgãos governamentais, tais como Ministério da Juventude e Instituto Nacional da Criança? É possível um trabalho conjunto? São reflexões, entre outras, que se pode fazer a partir do que se pesquisou no CECOIA. Este Centro mostra em sua ação que o trabalho compartilhado possibilita alcançar objetivos maiores, e que a tarefa direcionada às pessoas em situação de risco ou pessoas carentes terá maior impacto se for realizada em um esforço comum, procurando meios para que, no futuro, as pessoas que hoje se encontram nesta situação possam contribuir na solução destes problemas, ainda que parcialmente. Esta idéia, compartilhada por alguns educadores, é seguida do exemplo de um dos seus ex-

freqüentadores que hoje desempenha, neste Centro a tarefa de monitor; as crianças e adolescentes vêem, neste monitor, um exemplo positivo a ser seguido.

Como se vê, o CECOIA constitui mais uma experiência a ser estudada e analisada, uma experiência diferente do Projeto Sol, mas que se propõe, de igual modo, a trabalhar com crianças carentes, principalmente vindas das ruas. Mas, tanto no Sol, cujo contingente não provinha diretamente das ruas, como no CECOIA, cujo público era majoritariamente oriundo das ruas, observou-se que todos eles têm fortes ligações familiares, não são moradores de rua e, suas passagens pelas ruas constituía-se em uma via para a busca de sobrevivência. Este é um detalhe importante ao se pensar em propostas para a realidade de Angola, onde encontramos público semelhante, que recorre às ruas em busca de sobrevivência e, por isso, abandona as escolas e todo um processo de educação.

A idéia não é tomar um modelo e transferi-lo integralmente para Angola. Pretende-se estudar e analisar os caminhos encontrados e percorridos por algumas instituições e então pensar nos desafios que a realidade em Angola nos coloca. Do mesmo modo, que não analisamos a contribuição do Brasil na formação dos angolanos apenas pelos conhecimentos científicos adquiridos nas faculdades, a nossa presença aqui oferece outras oportunidades de aquisição dos conhecimentos e uma delas consiste nas atividades não formais. Assim que, além das já descritas, contamos também com a observação da experiência do **Projeto Gente Nova – PROGEN**.

3.1.6-Projeto Gente Nova – PROGEN

O PROGEN, é um projeto criado por uma freira chamada de “Irmã Mirian”, em um bairro periférico do Município de Campinas (Castelo Branco). O surgimento deste projeto foi espontâneo, não houve planificação nem propósito em criá-lo. A sua primeira ação consistiu em proporcionar alimentos para uma criança, que apareceu à porta da religiosa acima mencionada. Este ato de caridade se estendeu paulatinamente para outras crianças do bairro, originando assim o que hoje se chama PROGEN - Projeto Gente nova,

com funções e objetivos distintos. O PROGEN se ocupa, além de fornecer refeições aos freqüentadores de realizar um trabalho educativo no âmbito da educação não-formal.

Este projeto atende (100) crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos. Tal como outros projetos o PROGEN, prioriza crianças e adolescentes de bairros periféricos, freqüentadores da escola formal.

O programa de atendimento a crianças e adolescentes do PROGEN conta com a colaboração de outras entidades (FEAC, PUC-Campinas, Prefeitura Municipal). As atividades são de caráter não formal e oferecidas como oficinas.

Algumas Oficinas são:

Oficina da horta, nesta oficina o propósito não constitui, simplesmente, o ato de plantar as verduras ou de colheita dos resultados desta plantação. Destaca-se de igual modo a discussão da importância da terra no sentido amplo; a importância da distribuição de tarefas; a importância do trabalho coletivo e o respeito pelo trabalho dos outros. Durante a pesquisa de campo pude compreender que para a discussão de tema é utilizado um *slogan* no mês de abril foi *"Transformar a terra para melhorar a vida, mas sem degradar o meio ambiente"* As crianças e adolescentes aprendiam a distinguir, através de atividades práticas o que é certo e o que é errado, o porquê da necessidade de se conservar o meio ambiente e tudo que ele possa oferecer para as comunidades, quais as consequências resultantes da má conservação da natureza.

Oficina Terapia de ocupacional, esta oficina conta com a colaboração dos estagiários da PUC, trabalham com as crianças e adolescentes a sua auto-estima. O lema desta oficina é que *A educação tem que ser prazerosa*, e isso, só será possível quando a criança ou adolescente entender a importância do processo educacional para a sua vida. É assim que esta atividade tem presente o cotidiano da própria criança ou adolescente, o respeito a história de vida dessas crianças e adolescentes. Para os educadores do PROGEN, ler e escrever não constituem os únicos elementos importantes para a formação dos

freqüentadores do Projeto, a história de vida, as particularidades culturais da comunidade constituem de igual modo, instrumentos necessários para o processo educativo.

Biblioteca, com uma proposta de estimular a leitura nos participantes, o Projeto conta com a biblioteca que possui diversos livros infantis além de outros, com temas gerais.

Brincadeiroteca, as brincadeiras são feitas de forma organizada no sentido de se compartilhar os brinquedos existentes nesta instituição. Este ato da criança ou adolescente, de utilizar o mesmo brinquedo, estimula o espírito coletivo e a responsabilidade que deve com os bens comuns.

Toda a atividade do PROGEN inicia-se em um círculo onde as crianças, adolescentes e educadores levantam e discutem várias questões, realizando também dinâmicas. Para o cumprimento de forma harmoniosa existem regras próprias (4)

1ª O respeito pelo outro (troca).

2ª Diálogo (conversa permanente).

3ª Solidariedade (sempre pensando também no outro).

4ª Participação (todos têm direito de expressarem seus sentimentos e preocupações).

Uma proposta importante observada nesse Projeto é o trabalho que tem com a Comunidade, as crianças sempre se reportam ao bairro onde vivem, buscam nele coisas positivas, é comum escutar nas falas das crianças que, *“No bairro existem pessoas ruins mas também pessoas boas, ou no bairro não existem só bandidos”*. O trabalho com a Comunidade traz essa aproximação entre as crianças e adolescentes com a realidade dos bairros periféricos.

Os educadores deste projeto também se preocupam com a continuidade do trabalho dos freqüentadores, pois existe uma idade limite para o participante, é nesse sentido que fazem parceria com outras instituições, e lhes têm sido fácil, pois elas também são apoiadas pela FEAC.

A questão de cidadania é ressaltada em quase todos os projetos, assim como a profissionalização. Cientificamente estas questões são importantes ao observar a maneira como é trabalhada nessa realidade onde existem muitas crianças carentes, pois a realidade de Angola não foge desta situação de miséria no meio da população. E é com esse objetivo que as observações se estenderam a outros Projetos como o Axé de Salvador – Bahia.

3.1.7-Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente Salvador/Bahia

O Projeto Axé, foi fundado em Salvador, em junho de 1990, com o apoio inicial de Terra Nuova, uma organização italiana não-governamental, de cooperação internacional e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

O Axé de Salvador constitui um exemplo de política educacional não-governamental, um projeto de educação para os *"filhos e filhas da exclusão"*, com eixo central no processo de Educação de Rua, estimulando a saída das crianças e dos jovens do ambiente de risco a ingressar em unidades educativas. O Axé é um espaço pedagógico onde há diversificação das atividades (alfabetização, atividades educativas: lúdicas, artísticas e culturais). A documentação do Axé, deixa claro este Projeto trabalha tendo em vista a perspectiva da cidadania, entendida como princípio e meio para a construção e conquista de direitos, sobretudo o direito à igualdade, sublinhando que a cidadania se constitui no direito de ter direito, na possibilidade de participação social e, por conseguinte, de realização plena da condição humana. Neste sentido, pode-se compreender, para esta organização, a idéia de cidadania passa por uma concepção do indivíduo como membro da comunidade humana, com direitos e deveres pessoais e universais.

O Axé é uma instituição não-Governamental, reconhecida e apoiada internacionalmente. As oficinas oferecidas funcionam em núcleos menores que são as Unidades (Centro de Formação; Arte e Música-Pelourinho; Dança; Reciclagem- Ayrton Senna e Saúde) e visam preparar as crianças e adolescentes para os desafios da sociedade. Algumas atividades, como a dança, além de trabalharem aspectos culturais e de obterem

repercussão internacional desempenham ainda outra função pois, os componentes são tratados como assalariados, tendo carteira assinada. Para estas crianças e adolescentes, a dança é encarada em dois sentidos: profissional e de lazer. Os participantes dizem gostar do que fazem, pois a união dos aspectos profissional e do lazer, põe em prática o grande sonho de poder brincar e trabalhar: “É bom brincar, é uma oportunidade que todas as crianças desejam ter, mas essa brincadeira se torna prazerosa ao sabermos que no final do mês teremos um dinheiro a receber”.

A criança e o adolescente ao permanecerem na unidade de dança, começam a traçar planos para seu futuro e o esforço que ele fizer, fará pensando na oportunidade que está recebendo⁷³. Esta oportunidade que a criança e/ou adolescente recebe, segundo este educador, é resultado de um processo de seleção. Embora se coloque a voluntariedade das crianças para ingressarem no Projeto, nesta Unidade de dança, indicada pelo direção do Projeto para que pudesse ser visitada e observada, o ingresso depende não apenas da vontade da criança e do adolescente mas, sobretudo, do resultado de uma seleção onde se avalia a melhor *performance*.

Esta ação não anula os procedimentos gerais adotados pelo Projeto para recrutamento e enquadramento das crianças e adolescentes. Existe um processo de retirada das crianças e adolescentes das ruas, iniciado pelos educadores de rua que fazem os contatos diretos, mostrando àqueles as vantagens de visitarem(a possibilidade de ser enquadrada em um grupo de atividades: música, dança, artesanato, reciclagem) as Estruturas onde funciona o Projeto e observarem as atividades lá oferecidas. Depois, surge o convite para freqüentar o Projeto, a partir da atividade com que mais se identificou. Segue-se um processo de sensibilização para as crianças e adolescentes deixarem as ruas e passarem a freqüentar o Projeto Axé. Este processo propõe-se a trabalhar também com aspectos pessoais dos candidatos, buscando neles reconstruir ou desenvolver a auto-estima e levá-los a perceber que podem ocupar um espaço diferente na Sociedade.

⁷³ Fala de um educador que preferiu manter-se no anonimato.

O trabalho do Axé, na retirada das crianças e adolescentes das ruas, tem sido no sentido de fazer estes indivíduos serem vistos também como cidadãos. Este é um processo longo, exige um trabalho educacional amplo e em diversos espaços, reforçando a idéia de que o processo de aprendizagem se dá em todos os lugares e não simplesmente nas escolas, nas quais, por diversas razões, estas crianças e adolescentes não puderam permanecer. A idéia dos espaços educacionais remete-nos a Park (2003:37) quando destaca que: “Andar pelas ruas, conhecer o comércio, a mata próxima, os animais que ali transitam, os monumentos, o patrimônio – seja ele os tradicionais obeliscos ou as benzedadeiras...é uma construção de conhecimento”. Pois para as crianças e adolescentes que hoje freqüentam o Axé, a rua representou o local de sobrevivência, atualmente educadores e educandos lutam para que o único significado de “local de sobrevivência” passe a fornecer também outros referenciais de informações e “conhecimento” como destaca Park.

As crianças e adolescentes ao se beneficiarem de uma educação em um espaço diferente, passam a compreender que podem exercer uma função no futuro, porque conseguem aprender e compreender a assimilação/apreensão/construção ou não dos conteúdos e das relações entre eles não depende da condição sócio-econômico (pobre ou rico), mas das oportunidades e condições básicas que devem ser estendidas e acessíveis a todos.

A visita à oficina de dança, constituiu uma experiência importante. Analisar como as crianças e adolescentes oriundos das ruas encontram no Projeto um caminho para o progresso social, utilizando-se de sua cultura, despertando seus talentos antes escondidos na “pobre criatura jogada na miséria e nas ruas”, gozando de uma cultura que, apresentada na situação de menino ou menina de rua, seguramente seria ignorada e reprimida, mas foi transformada hoje, numa cultura válida, uma cultura possível de ser apresentada, mostra toda vontade e ação dos agentes e das políticas voltadas às pessoas consideradas excluídas. Isso leva-me a perceber que se trata de um trabalho coletivo e organizado, no qual os diversos pensamentos afunilam-se numa idéia em prol de um conjunto de crenças e sentimentos comuns aos membros de uma sociedade.

O Axé é o exemplo de coordenação de esforços coletivos, o projeto faz-nos pensar sobre a responsabilidade de todos os cidadãos e mostra-nos que, independentemente do Estado ser o responsável pela ação das políticas sociais, a comunidade não deve inibir-se, não deve ausentar-se das questões sociais e deve procurar fazer necessário e possível para o bem estar de todos. Reproduzindo essa idéia nas políticas sociais de Angola, para as quais as estruturas do Estado não dão conta, dos enormes problemas sociais, vividos em virtude das marcas deixadas em todas as esferas, pela guerra civil iniciada em 1974 e terminada em 2002, (os hábitos e costumes ainda se diferenciam e provocam pequenos litígios e divisões - ser do norte ou do sul dependendo do caso é desvantajoso, as culturas regionais não são respeitadas ou são desrespeitadas pelos não membros delas), trabalhos como o do Axé, seguramente serviriam como base para se pensar em tarefas referentes ao trabalho com as diferenças.

Outras oficinas observadas mostraram, de igual modo, o trabalho cultural deste Projeto. As oficinas de costura e de artesanato, representam esforços de educadores, crianças e adolescente, mostram constantemente a imagem das realidades locais dos participantes. O material é usado para exposições, apresentações e comercializado nas lojas criadas pelo Projeto, como forma de difusão e obtenção de fundos e recursos financeiros.

Nosso olhar no projeto Axé leva sempre em consideração se tratar de realidades distintas, pois o projeto funciona num país com um nível de desenvolvimento econômico não comparável com o de Angola. O que norteou o interesse de se pesquisar nessa instituição foi o fato de trabalharem com crianças vindas das ruas. A presença das crianças e adolescentes nas ruas de Angola e do Brasil constitui um fato comum. Em Angola, a guerra civil é apresentada como fator principal da desigualdade social, agravada pelo aumento da miséria no meio da população fato que constitui o eixo central da presença de crianças e adolescentes nas ruas do Brasil,

“a crise do Estado brasileiro tem revelado sua face mais profunda na incapacidade de produzir a pactuação de um projeto nacional que viabilize e garanta, através da participação ampla da sociedade, a sustentabilidade econômica, social e ambiental que incorpore a maioria da sociedade brasileira e possibilite qualidade de vida para todos (Ferreira, 2000:39)”.

Dada esta situação, existem pessoas preocupadas na busca de soluções e isso passa não só por desejos, mas também por ações. Uma destas práticas é a que observei no Axé onde funcionam unidades de apoio, que,

“quando o educando faz escolha por uma unidade educativa, ele aceita pertencer, (a ela) ainda que não totalmente...a unidade se apresenta como um lugar onde o jovem acolhido tem a possibilidade de se desenvolver, de criar, de aprender, de desejar, junto com outras pessoas” (Leonelli, 1997:3).

A visita na unidade de artesanato e costura mostrou a real situação dos participantes, não só pelo fato de suas participações nas atividades como também pelas disposições observadas: alegria e um desejo de estar naquele lugar, o sentimento de poder ter um sonho, um sonho para sua vida futura. É com orgulho que eles apresentam os resultados de suas tarefas. Falas como: “nós fizemos os trajes que aqui estão”, “nós compreendemos que fazer uma roupa não é difícil”, “temos aqui todos os recursos para aprendermos a fazer coisas bonitas”, “sentimos-nos em casa”, esses discursos, entre outros, foram observados naquele espaço. Este comportamento reflete e demonstra a influência positiva da política adotada pelo Projeto.

No sentido geral, tanto em Angola como no Brasil, a criança e o adolescente vivem uma realidade diferente, uns passam de simples meninos ou meninas desprezados e ignorados pela sociedade, devido sua condição econômica – social, para meninos ou meninas com reconhecimento social, devido ao trabalho efetuado por esta instituição, sendo outros que já adquirem este status quo devido a posição social de seus familiares. No caso dos meninos do Axé uma situação ainda incomoda, o rótulo “Meninos do Projeto Axé”; indicando a recordação permanente de suas origem. Não pretendo discutir aqui este fato, mas é uma realidade diferenciadora a se considerar. Tem-se a grande vantagem de tirá-los das ruas e dar-lhes a possibilidade de viverem uma vida melhor, mas também as marcas do passado são recordadas ao se mencionar “Meninos ou Meninas do Axé”, são rotulados novamente ou de rua, ou do Axé.

Os caminhos encontrado pelos Projetos, não só o Axé como outros Projetos da mesma natureza, constituem o centro das minhas preocupações para se pensar em educação

para todos os segmentos ou todas as camadas sociais de Angola. E o Brasil, através destas inúmeras experiências, oferece sua contribuição e o resultado de nossas análises sobre as experiências observadas nos levará a procurar não repetir os erros cometidos por essas instituições na busca de soluções. Portanto, cabe-nos adotar ou aperfeiçoar as práticas observadas tendo em conta realidades e contextos diferentes.

Mas as experiências na Bahia não se limitaram às unidades já mencionadas. Observei também, durante longo tempo, a Unidade de Reciclagem, com um verdadeiro papel educativo pois, o adolescente passa a lidar com a natureza de forma diferente. Aquele material, para uns é considerado lixo, para eles representa a sua matéria prima, o material de seu dia-a-dia, realizando-se a chamada dialética, através da transformação do velho para o novo. Em determinado momento, aquilo que já não tem importância para uns, se tornou valioso para outros, aquele lixo, com o esforço e a dedicação dos adolescentes e educadores, utilizando recursos tecnológicos, deixa de ser lixo e passa a ser mais um meio ou objeto de nosso consumo.

A criança e adolescente ao realizarem esta atividade, que não somente traz lucros econômicos como também vantagens na conservação da natureza, sentem crescer neles a auto-estima e a própria valorização de si mesmos. O adolescente reconhece em si a capacidade de poder transformar, de poder ser útil para a sociedade à qual pertence. Os educadores, por sua vez, têm a oportunidade de mostrar aos seus educandos que nada está perdido, desde que exista desejo e vontade de recuperar o considerado perdido.

O lixo é lixo se assim o considerarmos, mas deixa de sê-lo se assim o pretendermos. Além de contribuir para a conservação do meio ambiente ao reutilizar certas matérias (o que constitui uma demonstração do princípio de cidadania), o educando aprende, neste processo, que ele será no futuro responsável pela destruição ou pela conservação do nosso planeta.

É importante analisar este fato dos adolescentes trabalharem com o lixo de forma diferente. Em determinados momentos e situações, as lixeiras têm sido percorridas pelas camadas mais miseráveis em busca de restos para sua sobrevivência ou de seus familiares,

não é o caso da realidade aqui observada, que constitui um projeto de ação(a reciclagem era de papelão e plástico).

É visível, também em Angola, a triste situação de crianças que trocam a sala de aula pelos lixões em busca de algo para sua alimentação. Por essa e outras razões julgo importante, para a realidade de meu país, observar e aprender com as políticas brasileiras vigentes, como minimizar e dar outros rumos às pessoas que se encontram nestas condições.

O Axé é um projeto estruturado, atuando em várias áreas e envolvendo profissionais especializados. No período da pesquisa, uma outra unidade chamou minha atenção: a unidade de saúde, que não apenas se limitava à orientação e educação das crianças e adolescentes neste campo, mas tinha também como tarefa o atendimento de pequenos casos e encaminhamento dos mais complexos para os hospitais conveniados. Os profissionais desta unidade, preocupados com a saúde das crianças e adolescentes, fazem campanhas de sensibilização visando prevenir algumas doenças, sexualmente transmissíveis. Contrariamente a outras unidades, esta não tinham oficinas para crianças nem adolescentes, existiam profissionais da área da saúde voluntários. Nesta unidade os contatos limitaram-se aqueles feitos com os médicos e enfermeiros que descreveram suas principais tarefas e como fazem para que estes meninos e meninas, no futuro, possam se interessar pela medicina(nos contatos com os frequentadores do projeto os médicos procuram mostrar a importância da medicina e a responsabilidade exigida pela profissão no salvamento das vidas humanas) Na opinião destes profissionais, às crianças e adolescentes são dadas informações e possibilidades de conhecerem o funcionamento do setor e sua importância para a sociedade. O foco de informações para essas crianças e adolescentes tem sido sobre saúde pública conforme, ressalta o responsável pela Unidade.

Em busca de mais experiência ainda promovida na Bahia, a pesquisa se direcionou para um outro trabalho de educação não-formal, agora com as crianças e adolescentes da zona rural do Município de Feira da Santana, denominado “Capoeira de Angola”.

3.1.7-Um passado e um presente: a expressão da Capoeira de Angola

Uma outra atividade observada, de caráter “recreativo”, foi o jogo da Capoeira (tradicional e de Angola), um dos métodos utilizadas pelos educadores de rua. Uma equipe de alunos e educadores (mestres), desloca-se até as localidades de maior fluxo de crianças e adolescentes e apresentam esta atividade com o objetivo de sensibilizá-los para um futuro ingresso neste esporte. Destaca-se que os educadores do Axé também usam esse método para atrair novos membros ao Projeto na realidade urbana de Salvador.

Após a apresentação ou exibição, precedida de convite, segue-se o processo de enquadramento dos interessados nas oficinas de trabalhos, nestas oficinas são introduzidos dos conhecimentos básicos para os novos participantes. Assim sendo, quem adere ao jogo passa a conhecer as regras e isso implica necessariamente no conhecimento da história da capoeira, das suas raízes históricas e, concomitantemente, também parte da história do Brasil. O jogo da capoeira expressa um verdadeiro papel na educação dos jovens, uma educação que os pesquisadores chamam de não-formal, ele tem um caráter voluntário, aberto para todos.

Para as crianças e adolescentes, a capoeira é um jogo alegre, divertido, que apresenta uma ginga especial, isto serve de diferenciador em relação a outros jogos. Ouvindo isso das crianças e adolescentes, facilmente se compreende que o jogo aparece como prática social e que serve para propósitos distintos de outros jogos. Esta criança e adolescente acredita que esta prática ajuda na sua formação como cidadã.

É cativante ainda esta análise, pois trata-se de uma cultura herdada dos ancestrais dos afro-brasileiros e que hoje se generaliza e se difunde cada vez mais. Ao analisar a Oficina do Axé sobre capoeira, decidi aprofundar o estudo sobre a capoeira, principalmente, a “capoeira de Angola” A pesquisa decorreu no mesmo período em que acontecia o II Encontro de Angoleiros em Feira de Santana-BA. A escolha desta data foi proposital, pois se pretendia acompanhar também as discussões sobre a capoeira realizada pelos mestres vindos de varias áreas e locais do Brasil, deslocados para o evento. Os mestres discutiram aspectos ligados a origem e manutenção da capoeira Angola, a cultura

africana que se pretende transmitir às novas gerações a partir de práticas herdadas dos ancestrais (escravos).

Nestes debates os mestres foram unânimes em considerar que a capoeira é uma prática pedagógica(educação não-formal), sustentada por uma filosofia de vida pautada em princípios morais como o respeito mútuo, o auto-controle e a disciplina que sua prática exige. Isso mostra ser a capoeira não apenas um jogo que trabalha os movimentos do corpo, em ritmos cadenciados, integrando o indivíduo com o espaço que o rodeia, mas além disso, ainda permite aos praticantes refletir a sua relação com o mundo, criando e desenvolvendo princípios de solidariedade e de cooperativismo.

É nesse espírito que Mestre Cláudio trabalha com um grupo na zona rural, tendo como objetivo maior estimular as crianças e adolescentes a praticarem a capoeira sem abandonarem a escola formal. A equipe do Mestre Cláudio parte do princípio que “a capoeira é um instrumento estimulador para a criança exercer com prazer suas atividades nas escolas”. A capoeira é apresentada como educação não-formal, na qual a criança participa de forma voluntária, com um espírito coletivo, através da qual aprende a repartir sua alegria com outras crianças. Ressalta-se ainda que as crianças e adolescentes que participam do grupo de Mestre Cláudio têm ligação direta com seus familiares, não vivendo fora do lar.

O trabalho com crianças rurais despertou-me grande interesse, e condicionou a ida a Feira de Santana – Bahia. Durante as minhas pesquisas tinha observado práticas importantes de trabalhos realizados nas zonas urbanas e sentia que precisava de uma outra visão. Ao perceber a existência deste projeto o qual, além de trabalhar com crianças e adolescentes carentes de origem rural, também exercia uma educação considerando elementos culturais vindos de África, me dispus a conhecê-lo.

A importância deste contato com o trabalho com as crianças e adolescentes na zona rural, consiste no fato de que em Angola a maioria da população vive ou é oriunda do campo, com tradições e hábitos próprios das zonas rurais. Assim, qualquer proposta para um processo educacional em meu país deve levar em conta também esse fator. E a forma como os mestres transmitem as informações oralmente e feita através do próprio jogo de

capoeira, induz-nos sempre a buscar práticas nas quais, de preferência, o grupo envolvido com elas tenha conhecimento e aprecie realizá-las.

Com simplicidade, os mestres participantes do encontro levantaram questões relevantes ao processo educacional. A própria composição do grupo dos mestres já constituía uma experiência de vida, pois alguns deles nem sequer sabiam ler e outros possuíam maiores níveis educacionais, incluindo até pós-graduandos. Todos eram da seguinte opinião: não se fala de capoeira sem conhecer sua origem e isso passa por conhecer a vida dos povos que a praticavam. “nós sabemos aquilo que nossos pais ou avós nos transmitiam, nada está escrito, a escrita se omitiu de parte da nossa riqueza cultural”(Panzo, 2000, entrevistado angolano). A capoeira é um exemplo claro da riqueza da cultura dos povos africanos conservada aqui no Brasil através da transmissão, de geração a geração, cultura essa não conservada no interior do continente africano (Angola no período colonial).

Embora a capoeira desempenhe hoje um papel importante na conservação e no respeito à diversidade cultural, para os mestres da capoeira Angola, os conhecimentos que se têm sobre o jogo ainda são insuficientes. Há muito ainda que se aprender tanto como a se realizar, como a sua difusão em todos os segmentos da sociedade assim como sua expansão pelo mundo. Na opinião destes mestres, a tarefa de cada um consiste em ensinar o que sabe e aprendeu, pois embora a capoeira seja um jogo com regras próprias, não impossibilita a existência de opiniões e visões diversas sobre ela, aliás, isso, a enriquece.

Esta idéia foi reforçada ao observar a discussão de dois mestres de níveis acadêmico e econômico diferentes. Os dois são defensores da capoeira Angola embora com visão e discursos diferentes. O Mestre (2) que representou a capoeira de Angola fora do Brasil dá destaque a um grupo considerado como dos fundadores, dizendo que as novas gerações devem seguir seus exemplos e mostrando ser alguns deles hoje, empresários e doutores, o que deveria servir de orgulho para os participantes da capoeira Angola.

Já o Mestre (1)⁷⁴ ao rebater essa opinião ressaltou que se valorizar simplesmente um grupo que em um dado momento se destacou em determinado meio social constituía um grande erro, pois muitos mestres que não faziam parte daquele grupo lutaram e contribuíram para a difusão da cultura da capoeira em locais onde o grupo referenciado não esteve. Para ele, reduzir a história da capoeira com méritos de poucos mestres seria como omitir parte importante da cultura. Não se ignora a atuação do grupo que um dia representou a capoeira “Angola” no exterior, mas também não se deve esquecer os muitos componentes deste grupo que abandonaram a atividade de capoeira por longo tempo e foram outros a dar continuidade a essa prática, resalta o mestre (1). Por um lado e por outro, ainda na opinião do mestre (1), os exemplos dos empresários e doutores não deixam de ser importantes, mas existe hoje um número considerável de mestres analfabetos ou semi-analfabetos que também podem ser exemplos na divulgação e conservação da “capoeira Angola”. O importante é unir os esforços, sem discriminação, para se desenvolver a capoeira como cultura nacional.

Desenvolver uma cultura nacional tem sido um desafio para Angola, em virtude da diversidade cultural existente no país. Isto orientou a pesquisa em questão, pois enquanto os grupos étnicos têm conservado parte de suas culturas, estas não chegam a ser estudadas nas escolas formais, não só pela falta de profissionais habilitados como também pela própria complexidade das estruturas destes grupos.

Hoje, encontramos nas grandes cidades de Angola cidadãos de quase todos os grupos étnicos a dividir, nos mesmos espaços, hábitos, tradições e costumes distintos. Perante esta situação, a questão que se coloca é: qual cultura deve uma escola seguir? A resposta a essa questão não é fácil para um povo que durante séculos foi ensinado a desprezar seus compatriotas. É uma resposta que os próprios angolanos construirão em reflexões permanentes, e isso passará também por compreender como outros povos convivem e lidam com as diferenças. Seguindo este pensamento, fui pesquisar as instituições acima referidas.

⁷⁴ Passarei a chamar um (1) o mestre analfabeto e com situação econômica mais baixa que o outro e dois (2) será aquele com nível de escolaridade e situação econômica altas.

As reflexões sobre o funcionamento dessas entidades permitem-nos elaborar propostas de como é possível um trabalho educativo entre as populações onde se respeitem as diferenças; permitem também estudar formas de intercâmbio, não só institucional como das próprias crianças que freqüentam estes projetos; permitem fazer-se uma relação no que dizem sobre cidadania estes Projetos no Brasil e o que se fala a respeito do “homem novo” em Angola; permitem pensar na formação dos angolanos não simplesmente em instituições formais como escolas, mas também em não formais, em não criar instituições simplesmente para apoio assistencialista ; permitem pensar em coordenar as atividades entre órgãos públicos e não-governamentais; permite pensar em aproveitar os idosos para a transmissão de conhecimentos nas oficinas de educação não-formal; em suma permitem concluir, só se criará um “homem novo” se as responsabilidades deste processo não se limitarem ao governo. As experiências observadas nesta pesquisa são reforçadas com as falas de outros angolanos formados aqui no Brasil.

3.2 O A opinião de ex-estudantes angolanos sobre o Brasil

O objetivo desta parte da pesquisa consistiu em analisar as falas dos técnicos angolanos que tiveram sua formação no Brasil e hoje atuam em Angola. Já ressaltamos também ter um número considerado de técnicos angolanos com a formação superior fora do País. Esta, como já vimos, foi uma política adotada pelo então governo de orientação marxista, como recurso para a constituição do seu capital intelectual. Embora se saiba que nem todos regressaram ao país, uma grande parte destes angolanos regressou e trabalha em Angola, nas mais diversas áreas. Esses técnicos entrevistados formaram-se em Estados⁷⁵ e cursos⁷⁶ diferentes. A maioria dos entrevistados fez a pós-graduação: mestrado e doutorado.

As principais colocações a estes técnicos consistia em pedir que descrevessem suas experiências no Brasil e as possíveis conexões entre os aspetos culturais adquiridos

⁷⁵ Rio de Janeiro. Brasília. Espírito Santo. São Paulo e Minas Gerais.

⁷⁶ Medicina, Economia, Direito, Educação. Administração e Construção Civil

neste país e os do seu cotidiano em Angola; a compreensão que têm a respeito do sistema educacional no Brasil e até que ponto se podem aproveitar algumas ações educacionais para a realidade angolana; os efeitos positivos e negativos de efetuar um curso fora do país, segundo seus próprios referenciais.

Para Paulo (42 anos, professor universitário), é necessário o estudo das experiências de outros povos e países, mesmo porque nós estudamos fora de Angola e, durante este período, aprendemos muita coisa que pode ser útil, não apenas para nossa atividade profissional, como também para o país. Mas, o que torna mais fascinante é o papel de quem leva esta experiência para o país, e a capacidade, que o mesmo deve ter de diferenciar o que é possível e o que é impossível de ser aproveitado ou seja, a capacidade de poder analisar as conseqüências futuras de se procurar materializar uma política aplicada em um país diferente das características específicas daquele país. Chama ainda atenção para o fato do Brasil, por si só, ser considerado um grande continente, com especificidades regionais.

“Se procuramos estudar o Brasil para tirarmos experiências que possam ser utilizadas aqui no nosso país ou então ensinamentos do que não devemos fazer, temos que compreender primeiro que o Brasil é um país muito complexo, com realidades muito diferentes de estado a estado e mesmo dentro do mesmo Estado...Então, nosso foco deve se direcionar para aquilo que, a princípio, julgamos ter uma aproximação com a realidade de Angola. Assim é possível ver o Brasil como espelho” (Paulo, 42 anos, professor universitário).

Esta fala de Paulo ajudou a direcionar também minha visão sobre onde aprofundar; de tudo que estive ao meu alcance buscar pesquisar nos grupos que realizavam atividades com populações semelhantes às populações, cujas preocupações deram origem a essa pesquisa: populações excluídas, populações pobres, populações rurais. Isso esteve presente em minha preocupação de conhecer nos Projetos Axé e Sol, Capoeira Angola e as Cooperativas de Economia Solidária. É obvio que mesmo sendo populações aparentemente semelhantes, não se pretende com isso realizar uma cópia ou uma reprodução taxativa destas ações. Mas, seguramente, poderão servir de referencial para políticas semelhantes

ou mesmo diferentes, dependendo também de resultados de estudos internos do que é possível ser feito, de acordo com nossa realidade, como aliás nos chama atenção Alfe (43 anos, professor universitário);

“As realidades são diferentes, de país a país, este é um fato e ninguém pode negar, como também é real que a miséria não tem local, você é miserável aqui, no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, desde que realmente seu modo de vida esteja abaixo dos níveis da pobreza. Nós chamamos de menino de rua aqueles que vivem ou passam pelas ruas em busca de sobrevivência, então este conceito será utilizado aqui, em Angola ou no Brasil. As políticas adotadas no Brasil para a solução, de alguns problemas relacionados à pobreza, aos excluídos, pode sim ser aproveitada para se pensar na nossa realidade... não precisamos cometer os mesmos erros, desde que tratem de segmentos semelhantes como os que acabo de referenciar.”

Alfe coloca ainda que a vinda ao Brasil constituiu um passo extraordinário para a formação dos angolanos,

“Nós fomos ao Brasil à busca de conhecimento e desde já estávamos consciente de que encontraríamos realidades diferentes, mesmo porque muitos de nós não sabíamos quase nada sobre o Brasil. Tínhamos poucas informações a respeito daquele país, a respeito do convívio do dia a dia, aquelas informações que a rádio ou a televisão não fornecem, mas partimos sabendo que aprenderíamos alguma coisa e isso aconteceu. Aprendemos nas universidades os conhecimentos científicos, aqueles que apreenderíamos em qualquer outra universidade de Angola, Portugal ou Alemanha, mas aprendemos muito com o povo brasileiro, conhecimentos não comparáveis e essa bagagem cultural hoje tem contribuído para nossas ações aqui no país”.

Esta idéia de Alfe é compartilhada por todos os entrevistados. Para os sujeitos desta pesquisa, o Brasil tem contribuído e contribuirá mais ainda do que os conhecimentos adquiridos apenas na formação profissional. Porque, como país, forma os angolanos que, por sua vez, estão agora exercendo funções importantes para a reconstrução de seu país. Este pensamento, compartilhado pelos entrevistados, torna-se claro na fala de Pedro (diretor nacional) quando ressalta,

“Esta questão colocada sobre o apoio do Brasil, me leva a uma idéia muito básica utilizada pelos nossos velhos e que tem sua relevância aqui, embora muitos possam considerar senso comum. Os velhos partem sempre do ponto de vista que você não está a contribuir dando comida ao indivíduo que esteja com fome e sem recursos, porque essa comida o vai satisfazer naquele momento e depois? ... mas se lhe

oferecer um instrumento de trabalho, a exemplo do campo, que tem sido a referência dos velhos, se lhe der uma enxada e um pedaço de terra, seguramente estaria a resolver o problema para que ele não dependesse de mais uma doação de um prato de comida. Em resposta a sua pergunta diria que o Brasil, ao formar os angolanos, está a dar instrumentos para que os mesmos possam desenvolver este país e isso não se limitará só ao domínio da educação”.

Seguindo o pensamento de Pedro, é necessário que esse instrumento fornecido pelas instituições brasileiras seja bem utilizado, isto é, de acordo com a nossa realidade e para isso, quanto mais experiências pudermos observar, maiores articulações poderão ser feitas, embora Angola seja um país com apenas 1.246.700km², é um território com forte diversidade, não só cultural, como geográfica, o que necessita ser levado em conta na aplicação das políticas. Por exemplo, é cultural em algumas Províncias que os filhos acompanhem seus pais nas lavouras, principalmente em momentos de colheita e isso é sagrado para esses povos. O tempo de colheita diverge de área para área ou de produto para produto, um desafio às políticas de educação que tenham como objetivo atingir essas crianças ou adolescentes, sendo necessário ter se em conta este fato. São realidades específicas, possíveis de serem resolvidas, se a intenção de se adotar uma política de educação não surgir como meio de sufocar ou desrespeitar as culturas locais. Cabem às políticas procurarem, cada vez mais, fazer com que as pessoas possam viver com as suas diferenças. Brasil e Angola são dois países com enormes diferenças, tanto culturais como econômicas, mas mesmo assim os estudantes que aqui se formaram são de opinião que os conhecimentos adquiridos no Brasil, em contexto e realidade distintos, são válidos, não só na materialização das suas atividades, como também para pensar-se na questão cultural dos povos banto, os ancestrais da maioria dos grupos étnicos no território de Angola. Esta opinião prevalece nas falas dos entrevistados, sempre preocupados na forma como essas experiências possam ser levadas a Angola.

“Nós temos muito a aprender com o Brasil, isto ninguém questiona, é uma verdade, somente temos que saber o que escolher para que dê certo em Angola. Muita coisa pode nos parecer como boas práticas lá e não serem boas para nossa realidade. E isso falo mesmo também no campo educacional, o nível de educação no Brasil é acompanhado de mudanças que em Angola não se pensa ainda. O Brasil tem recursos neste nível e pode realizá-las. Falo como exemplo, da liberdade que o aluno tem na escola ou na sala de aula. Aqui coloca-se o problema, até de material

didático para o professor, questão que não se coloca mais no Brasil”(Netto, 43 anos, diretor nacional).

Netto nos faz pensar constantemente, não basta a boa vontade de fazer ou de levar novas idéias. É sempre importante que essas idéias estejam de acordo com a situação vigente, para ela não virem a entrar em conflito e possam ser mal entendidas. Aqui se coloca outra questão: embora a maioria dos técnicos angolanos tenha se formado no exterior, existe um número considerável que se formou no país. As visões destes são diferentes, é obvio, daquelas dos formados fora do país. Eles têm outras visões, diferentes daquelas simplesmente vividas em Angola, como ressalta Fortunato (diretor nacional),

“Não é possível viver o tempo (5 anos) que vivi naquele país sem ter herdado alguma coisa. Aprendi muito, não só pelo curso que fiz, mas o convívio com aquela gente levou-me a mudar muito: o povo é muito humilde, os seus problemas são encarados com alegria (carnaval, música e futebol), nem parece um povo sacrificado, uma população sempre pronta para ajudar”.

Isso faz a diferença em relação aos que se formaram no país e que não viveram outras realidades. Por essa razão, não só se deve ter muita atenção na abordagem das questões para elas não serem interpretadas erroneamente; por exemplo: há os seguintes discursos: nós nos formamos aqui, conhecemos melhor a nossa realidade, agora vem um indivíduo que se formou fora, sem conhecer a realidade a nos impor suas idéias malucas. Esta é uma questão importante a se observar, porque durante a pesquisa pude observar pequenos conflitos entre técnicos formados no país e técnicos formados fora do país e, entre estes últimos, ainda outro conflito, os formados no bloco socialista e aqueles do bloco capitalista. Existe uma luta por competência e *status* de quem é melhor se, os formados em Angola, no mundo capitalista ou no mundo socialista e esses conflitos nem sempre se restringem à demonstração de conhecimentos, esta também é uma questão a ser ponderada e trabalhada.

Dos ex-estudantes entrevistados no Brasil que atuam hoje em Angola observamos que procuram sempre não chocar as realidades. Por essa razão julgam perigoso comparar:

“Não podemos comparar o ensino brasileiro com o de Angola, mesmo porque o desenvolvimento destes países se diferencia muito. O Brasil tem um sistema de

ensino organizado e estruturado, e Angola está longe de atingir tal organização. No Brasil a pesquisa funciona, aqui são dados os primeiros passos, mas nem sabemos se o segundo passo surgirá e quando surgirá. Precisamos aprender muito com os brasileiros e procurarmos, dentro do possível, aproveitar suas experiências” (Maria, 39 anos, Diretora Nacional do Ministério da Reinserção Social).

Como se vê, na fala de Maria, ela destaca que a intenção de observar a experiências de outros povos não é sinônimo de levar essas experiências como um pacote fechado e as introduzirem no país. Ela nos deixa claro que precisamos conhecer outras realidades, outros projetos existentes, com conhecimentos indispensáveis para o desenvolvimento das sociedades e esses conhecimentos devem sim ser compartilhados, acompanhados do velho ditado “não é necessário inventar a roda duas vezes”. Por que não aperfeiçoar, partindo do que já foi inventado? Por que cometer os mesmos erros para situações e realidades semelhantes? Por que não procurar entender estas questões como na seguinte fala:

Existem localidades no Brasil que me permitem pensar as situações aqui do nosso país, localidades onde o desenvolvimento não se faz sentir, tal como aqui. Lugares onde o sistema de ensino ainda tem várias lacunas. Os esforços que seus dirigentes têm dedicado para solução dos referidos problemas, podem ser seguidos em Angola. O que pude compreender é que as pesquisas realizadas nas grandes universidades daquele país reportam em grande parte à realidade destas cidades, ou de pequenos grupos que fazem aquele país e isso obviamente ajuda a encontrar saída para o problema e nós podemos seguir este caminho, a “pesquisa”(Alfe, 43 anos, professor universitário).

Alfe é de opinião que todo trabalho deve basear-se em grandes pesquisas, assim como a implementação de propostas ou de projetos apresentará bons resultados se for efetuada a priori uma pesquisa e essa mostrar possibilidades de sua concretização. Para esse entrevistado, todo o processo desta natureza passa também pela reflexão de experiências em outros contextos, diferentes dos de Angola. Para ele, as mudanças são difíceis e se tornam ainda mais complexas quando as pretendemos realizar sem conhecimento, tanto da realidade interna quanto de uma experiência que tenha dado certo em um dado momento ou local. Para os povos de Angola, nos quais a colonização deixou fortes marcas é preciso ter muita atenção ao se formularem propostas com fundamento

num outro país, pois poderá parecer, aos olhos de uns, um outro passo, via nova colonização. Mas também acreditamos que nada sai do nada, o que interessa neste caso é sabermos conciliar estas vertentes. É o que temos procurado fazer em nosso país, a partir dos conhecimentos adquiridos no Brasil. Eles servem-nos de suporte teórico, conclui Alfe.

Pude compreender certas preocupações nas colocações feitas por Alfe e por outros entrevistados quando falam das experiências do Brasil, pois o trabalho é muito mais conflituoso do que nos parece. Para os entrevistados que se formam no Brasil e já trazem opiniões diversas, cada um tem seu modo de analisar e compreender as coisas o que por um lado demonstra a enorme riqueza, se partirmos da diversidade, mas por outro lado, conflitos podem ainda vir a prejudicar, se não se encontrar um consenso.

Uma outra questão que preocupa os entrevistados consiste na realidade por eles vivenciada e aquela mostrada constantemente pela televisão (Globo e Record) atuando em Angola, 24 horas por dia. Os trabalhos com os meninos e meninas de rua que são realizados no Brasil por várias instituições, não aparecem com tanta ênfase como aparecem os realizados pelos traficantes, e isso leva ao questionamento: Se lá existem trabalhos que possam servir de referências para outros povos, como justificar a existência da “guerra civil”, embora não declarada? Como justificar o número crescente de crianças nas ruas? Até que ponto estas políticas são eficazes para serem seguidas como exemplo? Para os ex-estudantes angolanos no Brasil, além de encararem a tarefa de estudar e fazer propostas viáveis, ainda têm que contornar ou refutar as informações da mídia brasileira.

O Brasil é visto por um bom número de angolanos, principalmente das classes média e alta (os assinantes dos canais estrangeiros), como o país das novelas e aí interioriza-se que tudo nelas mostradas, constituem de fato a imagem do Brasil. São poucos os que vêm as novelas com olhar crítico. O Brasil do carnaval, com toda fantasia que o mesmo oferece ou então o Brasil do futebol. Este é o Brasil apresentado e essa é também a bagagem que se julga fazer parte da formação dos ex-estudantes aqui formados, outros conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e/ou sociais presumem-se que não fazem parte desta bagagem, pois o Brasil não é mostrado com essas riquezas. Para os entrevistados, apresentar o Brasil a partir das experiências adquiridas durante o período de

formação, é um desafio e por si só já constitui um campo de educação, que confronta as informações da mídia e dá fundamentos para os demais cidadãos poderem conhecer realidades brasileiras diferentes daquelas já conhecidas. Torna ainda mais interessante quando não só mostramos que existem trabalhos bons, como apresentamos propostas para as quais esses trabalhos sirvam de referência.

Pode-se facilmente compreender esta idéia quando um dos entrevistados parte de um exemplo a relacionar a vivência em dois países com realidades diferentes, tanto quanto de regime político, como de nível de desenvolvimento econômico,

“Tive oportunidade de estudar num país de orientação política socialista. fiz a minha graduação em Economia em Berlim (Ex-República Democrática da Alemanha), e fiz o mestrado em Administração de Empresas no Rio de Janeiro, no Brasil, um país de orientação capitalista. Foram realidades diferentes e exemplos também diferentes. Embora o Brasil faça parte do mundo capitalista, muita coisa se pode aproveitar. Trabalhos voltados ao campo social, como trabalham as diferenças, como são tratados os desequilíbrios econômicos entre regiões. O nível do desenvolvimento brasileiro varia de região a região e mesmo no Rio de Janeiro, onde estudei, não existe uma paridade de desenvolvimento, ainda é uma cidade onde podemos aprender e ela se parece muito com Luanda”(Netto, 43, Diretor Nacional).

Para Netto, sempre que nos encontramos em um outro país, principalmente, na condição de estudante, devemos procurar nele o que possa ser importante para nossa realidade, mesmo acreditando que nem tudo proveniente de outras experiências será interiorizado, por conta de sua própria história. Ainda, de acordo com esse entrevistado, os conhecimentos giram como um processo, sendo num país como o Brasil, com um nível de desenvolvimento econômico e social mais elevado que o de Angola, a circulação deles ocorre com uma velocidade não comparada à nossa, e isso contribuiu para que os estudantes angolanos no Brasil tivessem acesso à estes conhecimentos, os quais podem enriquecer o desempenho profissional dos técnicos, conclui Netto.

Nesta última parte, houve uma preocupação de se coletar dados a levar em conta a realidade angolana, tendo como objetivo, também, um aprofundamento da contribuição do Brasil no processo de formação dos angolanos. Com relação aos conhecimentos técnicos-científicos oferecidos pelas universidades brasileiras aos estudantes angolanos,

facilmente podemos observar que um número considerável destes não só regressaram ao país como, também, ocupam altos cargos na direção da nação, quer em setores públicos e privados, explicitando assim resultados da contribuição brasileira na formação do povo de Angola.

CAPITULO IV

UM OLHAR SOBRE OS DIVERSOS CAMINHOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CIDADÃO ANGOLANO

4.1 - A educação informal: o papel do adulto na formação da nova geração

“A Educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado”(Afonso 1992:86)

O caminho da infância à adolescência deve ser de aprendizagem, liberdade, e de criatividade, o mais importante nesta situação constitui a relação com o meio ambiente. Aquilo que o indivíduo vê a sua volta tem grande significado na sua formação: na família, na comunidade, na escola, em centros recreativos, na oficina ou em qualquer outra localidade. O ambiente onde a criança se encontra deve estimulá-la, ensinar-lhe alguma coisa. Deve-se procurar em, cada objeto que a criança ou o indivíduo veja, cada palavra lida desperte nele, idéias acerca de si mesmo e de outras pessoas do seu convívio. O mundo circundante e a natureza alimentam constantemente a consciência das pessoas com imagens vivas, visões, impressões e idéias. Como destaca Linton (1961: 98), *“os membros de cada geração adquirem hábitos dos genitores e os transmitem a seus próprios descendentes, com os acréscimos ou modificações que tiverem resultado de suas próprias experiências”*.

Não se pode instruir e educar sem pensar antes na nossa própria fisionomia moral. A condição primária e indispensável para a educação é a existência de um bom ambiente familiar⁷⁷. As crianças que se desenvolvem em meio ambiente que fornece apenas

⁷⁷ Não se refere apenas ao modelo de família nuclear e tradicional mas, pensa-se aqui em todas as configurações que essa instituição adquire hoje, mesmo porque as famílias em Angola são extensas e em muitos casos, são considerados os vizinhos e amigos como parte do grupo familiar.

oportunidades mínimas à aprendizagem das habilidades que normalmente são incluídas sob o termo “inteligência” (cognitiva e emocional), recebem uma educação com lacunas.

Os pais desempenham um papel fundamental na educação dos filhos, na medida em que o comportamento daqueles repercutirá nestes. Ao abordar-se a questão de educação no âmbito familiar, pode-se dizer o comportamento e atuação do filho tem muita relação com o comportamento de seus pais, como dizia *Tolstoi*, (1985: 43),

“Os pais são os primeiros professores das crianças, pois da força da sua influência depende em grande medida o que será o filho no futuro [...] a criança ao observar os atos positivos e negativos dos adultos contamina-se de uns e de outros, uma força cem mil vezes maior que as lições mais expressivas e racionais”.

Em Angola, no desenrolar desta tarefa ainda se ressalta a tendência de alguns pais ou algumas famílias a educarem conforme os costumes e conhecimentos tradicionais, procurando transmiti-los em ambientes com grandes reuniões ou acontecimentos das tribos ou de grupos étnicos, conforme abaixo mencionados:

a) Casa das tintas: em algumas regiões do Norte de Angola, as meninas atingem a maturidade geralmente aos 15 anos e a família realiza uma festa tradicional para dar-lhes permissão para a vida sexual. A menina fica isolada durante uns dias num local de difícil acesso, sob a responsabilidade de um adulto, geralmente a tia mais velha, de preferência irmã da mãe, local onde é preparada para o ato. Ela é pintada e só aparecerá quando todos os convidados estiverem presentes. A menina não pode ter relações sexuais antes deste ato e, caso isso aconteça, estará sujeita à represálias que poderá ser o seu abandono por parte da família e, em casos mais rígidos, a mãe que sofre as sanções, podendo perder o casamento. Neste ato os familiares procuram educar a jovem nas regras da comunidade; esse ritual é considerado uma grande escola de vida, pois nessa ocasião são fornecidos conhecimentos e informações não circulantes em outros momentos, informações essas reservadas somente para estas ocasiões. Ressalta, sobre isso, um entrevistado:

“Existe até hoje na região de Cabinda as Casas de tintas, um ato de grande importância para a família e toda comunidade local, é um ritual onde todos se reúnem para transmitirem conhecimentos de como cuidar um lar, numa menina que atinge seus 15 anos, constitui um momento de festa, um momento em que a jovem sairá desta festa com permissão de poder realizar um matrimônio. Nesta

cerimônia têm papel determinante as tias, por parte da mãe. É um momento rico e importante para a jovem, é o momento em que as adultas transmitem a ela todas as experiências”(Carlos, 47 anos, Professor do Ensino Médio).

De igual modo, encontramos outra colocação que destaca o seguinte:

“... sabe-se que nós os angolanos temos particularidades, e ainda o papel da mulher está direcionado a tipos de atividades. É uma realidade que não se pode negar, temos que procurar ultrapassar mas também temos que ver o lado positivo das coisas tradicionais, as Casas das tintas representam uma escola para se ser uma boa dona de casa e também educam como uma menina poderá agir perante amigos do futuro esposo e pessoas que nunca havia conhecido, é uma questão de relações sociais e vejo (a casa como) positiva neste sentido, mesmo porque tive a oportunidade de frequentar esta escola”(Rosa, 42 anos, Professora do Ensino Médio).

Ou então, em uma outra colocação:

“... Casa de tintas é igual a uma escola de arte, de culinária ou ainda de relações públicas. Nós aprendemos muito neste local, aprendemos por exemplo, que o filho do vizinho deve ser tratado como se fosse nosso e que devemos sempre ajudar os vizinhos, aprendemos que as relações entre as pessoas estão acima de tudo, eis a razão da festa que significa que a vida ou o nosso dia-a-dia deve ser uma grande festa” (Catarina, 46 anos, Professora do Ensino Fundamental).

b) Alembamento: é o nome que se dá ao consentimento para o casamento. Os métodos e formas variam de localidade a localidade. Em geral, tratam-se de dotes que a família do noivo oferece à família da noiva. Nos povos kimbundo, este dote varia, para uns pode constituir-se num valor financeiro acompanhado de bens materiais; para outros, ao invés de dinheiro substitui-se por outros bens, como gado (normalmente bois) ou por um grande terreno agrícola. A entrega é feita num dia combinado antecipadamente, através da carta de *pedido* que vai acompanhada de uma importância simbólica, coberta por um lenço branco de bolso. Neste ato, que geralmente se transforma numa festa, se acertam os detalhes para o casamento.

É seguido aqui, o respeito à hierarquia familiar que, neste caso, tem o poder recaído sobre os tios, irmãos da mãe. Este acontecimento também surge como julgamento aos hábitos e costumes da tribo, além de se constituir também em um grande palco de encontro entre as famílias, no qual as mesmas trocam informações a respeito dos seus grupos.

“É uma honra participar num ato de consentimento para um casamento, você aí aprende a respeitar os hábitos e os costumes dos outros. Geralmente na festa só fazem pratos típicos como o **funji**, **mucunsa**, **cachupa**, **canjica**, **muamba de peixe**, são comidas que representam as tradições familiares, as conversas todas vão no sentido de como o futuro lar poderá ser. Este ato é uma lição de vida”(Teresa, 38 anos, Técnica Administrativa do Ministério da Educação).

Compartilhando desta idéia, um dos sujeitos da pesquisa ressalta o seguinte:

“Nunca ninguém disse o que devíamos aprender no ato da celebração de um noivado tradicional, o próprio ambiente já é uma lição de vida, como as pessoas conduzem os diálogos, o respeito e a atenção que se presta quando alguém está a falar, a preocupação pelo outro, aquele espírito coletivo diz muita coisa” (Carlos, 47 anos, Professor do Ensino Médio).

Podemos também observar o seguinte:

“Este ato é uma concentração de pessoas, todos os vizinhos aparecem porque fazem parte de uma única família e isso se torna importante,(revelando) a unidade que um coletivo do bairro tem para com os problemas do seu meio. Essa ação passa a ser uma responsabilidade dos componentes desta festa e é uma lição para os demais jovens do bairro. Se torna uma prática com grande significado para a família e todos os vizinhos que pelo sinal são considerados da família” (Esperança, 39 anos, Professora do Ensino Fundamental).

Estas falas constituem algumas das colhidas durante as entrevistas e diálogos com os angolanos a respeito de elementos culturais tradicionais. Suas falas recaíram sobre o “alembamento” enquanto outros partiram de outras práticas tradicionais como a circuncisão.

c) Circuncisão: tal como vimos, existe para as meninas a Casa das tintas; os meninos, entre os oito e dezessete anos, sujeitam-se ao processo de circuncisão que ocorre no período de inverno. Por falta de chuvas nesta época do ano em Angola, está parada quase toda a atividade agrícola e há mais tempo seco; isso favorece a cicatrização das feridas. Este é um processo que tradicionalmente permite a passagem dos meninos ao estado de homens e, é assinalada por uma alegre e ruidosa festa. Durante a noite inteira, há fartura de comidas e bebidas. Os iniciantes, ainda mal refeitos do esforço despendido nas demoradas e cansativas danças da noite anterior, assistem às preces para que tudo ocorra da melhor forma e, recebem na testa, símbolos feitos pelo “soba” (chefe da tribo), para se precaverem contra as doenças. Guiados pelos “maculos” (monitores da escola da circuncisão), encaminham-se para o local onde são esperados pelo “operador” (cirurgião).

Os rapazes deslocam-se pela mata, uns com conhecimento do que irá acontecer, outros não, (recorde-se que tudo é feito de forma tradicional). Uma vez chegado à mata o numeroso grupo, depara-se com o chamado mestre, o velho, que alguns chamam de **nganga-mucanda**, que toma o papel de cirurgião, o homem que procederá a circuncisão destes meninos.

Não é permitido ouvir a gritaria dos que estão sendo sujeitados à circuncisão e, para isso faz-se um enorme barulho, provocado pelos tambores, que chega aos ouvidos de quem se encontra a uma grande distância. Durante o funcionamento da escola de circuncisão, as mulheres não podem aparecer diante dos operados, nem no local onde se realiza o corte do prepúcio. Se o operado precisar se ausentar do local para caçar, pescar ou para tomar banho, leva uma máscara e enquanto caminha apressado, assobia de forma a serem ouvidos sons agudos e desagradáveis ou, então, canta, modificando a voz, prometendo castigos e malefícios para quem se deparar com ele. Faz tudo isso com o único propósito de evitar um desagradável e perigoso encontro com uma pessoa do sexo feminino, o que o obrigará a uma fuga inoportuna, pois receia que a proximidade feminina, por qualquer arte ou engenho, lhe provoque a ereção do pênis o que lhe atrasaria a cicatrização.

Para cuidarem do seu sustento, aprendem a caçar e a escolher os produtos, vegetais ou animais, que servem de alimento, e por isso é que se chama *escola*, um local onde também o indivíduo aprende a viver no coletivo, a repartir o que têm com todos; nestes atos socializa-se muito o lema “*um por todos e todos por um*”; todo o comportamento e atitude do líder são acompanhados e seguidos pelos integrantes. Algumas falas remetem-nos a esse ritual:

“Toda criança do bairro esperava com ansiedade o dia de ir para a circuncisão, um dos maiores acontecimentos na vida dos rapazes. Era uma escola onde se ensinavam noções elementares de caça, pesca, era estimulado o espírito de grupo, a criança aprendia a dividir as coisas com os componentes do grupo, muitos dos quais nunca havia conhecido antes. Aí aprendia-se a cantar e dançar, canções e danças representando as tribos. Os escalões eram por idade. Embora constituía um processo tradicional, tanto o ato de circuncisão, como sua cura que era na base de medicamentos caseiros (plantas e raízes), os meninos preferiam freqüentar estes lugares e não tinham cultura para irem aos hospitais”(Gomes, 48 anos, Professor Universitário).

Ou então,

“... o fato de ter freqüentado esta que hoje chamamos de escola de circuncisão, que talvez não tenha sido criada com esse propósito, constitui uma grande honra para os que lá passassem. O respeito aumentava no meio da população, principalmente pela camada juvenil feminina, era como se tivesse obtido o certificado de um curso. Várias coisas se aprendiam neste local, umas porque éramos obrigados a fazer porque não tinha ninguém para fazer por nós, e depois de iniciar a fazer ganhávamos o gosto e outra éramos obrigados a aprender às canções, por exemplo, porque teríamos que cantar no dia da nossa festa final e canções, todas em línguas nacionais (tribais)” (Henrique, Professor do Ensino Médio).

Outro entrevistado diz-nos o seguinte:

“... foi tão bom mas temos perdido estes momentos, não me refiro aquela tortura de ter sido com instrumentos rudimentais, poderia se superar este pequeno detalhe, refiro-me ao ambiente, à coletividade entre pessoas que fizeram grandes amizades lá no sítio, aquela liberdade de experimentar viver fora do controle dos pais e a fazermos tudo sem o olhar crítico de um pai ou irmão mais velho, ir atrás dos animais, tomar banho nas cascatas, naquelas águas correntes, isso dá saudades” (Gaspar, 45 anos, Professor do Ensino Médio).

Esta prática tem, em certo ponto, uma ligação com o **chingange**.

c) **Chingange ou mascarado:** normalmente aparece em atividades culturais em danças organizadas pela comunidade, em carnavais nos quais um homem é preparado pelos velhos com o objetivo de pregar sustos. Ele é considerado a alma do além, ninguém o conhece, é o espírito que surgiu do universo. A comunidade não poderá reconhecer a personagem, são os velhos que tratam de tudo, em segredo; nem as esposas é permitido perguntarem sobre a verdadeira identidade do mascarado. As crianças, ao acompanharem, criam curiosidade e buscam seguir isso no futuro; é uma forma de estimular o gosto pela dança, pela escultura dos povos; é uma lição dada através dos gestos, da forma como a figura se apresenta na comunidade, seus trajes. Dessa forma, os indivíduos tendem a imitar aquela ação.

“O mascarado não surgia só no período de carnaval, ele surgia em todas as ocasiões em que os adultos quisessem transmitir uma mensagem em silêncio, os adultos sabiam a linguagem desta figura e as crianças procuravam entender seus trajes, suas canções e sua dança. Sempre se desconfiava que algo acontecia, mas o que estava acontecendo só os adultos podiam decifrar o enigma” (Pedro, 54 anos, Diretor Nacional).

Podem-se também encontrar opiniões como a seguinte:

“O **chingage** era o homem mascarado que aparecia dançando, com trajes típicos da região, ele não pode ser reconhecido. As crianças seguem sua marcha mas com receio de serem agarradas, uma vez que o lema é: se você é um rapaz mau, o **chingage** vai te levar, só os bons não são levados. É uma lição que essa personagem passa através das suas canções e danças” (Francisco, 50 anos, Professor do Ensino Fundamental).

Todas estas atividades levantadas têm interligações porque são realizadas no meio das populações e, muitas vezes, acontecem simultaneamente. A este conjunto de ações tradicionais encontramos também a música em cerimônia de velórios, uma característica não abrangente a toda população angolana, mas que se pode encontrar em fragmentos desta população, a exemplo os povos kimbundo.

d) A música e a dança em cerimônias como velórios: pode-se encontrar essa prática em algumas comunidades independentemente da localização, norte ou sul. Para os do norte, a música tradicional é cantada em coro com instrumentos como bатуке, **kissange**, marimba, **sacai**, todos feitos de forma artesanal. A dança, conhecida como **semba**, geralmente é uma roda ou círculo acompanhando a canção; os pares dançam e vão traçando uns com outros companheiros, numa roda sai um par que se dirige ao centro da roda dançando e finalizam num soque frontal (umbigada). O sentimento de perda é manifestado em forma de canto, também são utilizadas bebidas alcoólicas tradicionais como o “**caporroto**” que é uma aguardente muito forte, feita de banana ou cana de açúcar; o “**maruvo**” e/ou “**malavo**”, bebidas ligeiramente suaves extraídas das palmeiras ou do bordão. Além das bebidas são oferecidos, também, vários pratos típicos, por exemplo: *canjica*, feita de milho e feijão e todos os componentes da feijoada, **funji**, **muamba**, **pirão**, etc.

“Neste ato além de ser um momento difícil para as famílias ele ainda constitui um ato de ensinamento (para) as crianças que acompanham todos os detalhes com objetivo de manter a tradição, as crianças têm neste momento como uma lição de vida”(Gaspar, 45 anos, Professor do Ensino Médio).

Para outro entrevistado, este ato é educativo porque,

“Não são somente as lágrimas que expressam o sentimento de dor, as canções desempenham um papel extraordinário neste sentido, principalmente quando você o faz com aquilo que pertence a vocês, quer dizer, do indivíduo que morreu e das pessoas que estão vivas, ao se cantar e dançar de acordo com as nossas tradições, isso representa que essa perda nos vai fortalecer cada vez mais e essa maneira era usada também no período colonial, quando as pessoas choravam a morte, com um lamento da situação acompanhada” (Esperança, 39 anos, Professora do Ensino Fundamental).

Os povos oferecem todo o ritual aos mais jovens da comunidade, encarregados de manterem tais práticas e de a transmitirem às gerações vindouras. Uma outra manifestação que surgiu nos nossos diálogos foi o carnaval.

e) Carnaval: as manifestações culturais populares não eram permitidas em palcos considerados públicos; as populações angolanas buscavam recursos, geralmente junto às

áreas residenciais, quer dizer, nos bairros negros, aldeias, conhecidos em língua nacional kimbundo como “**Kimbos**”, onde predominantemente viviam as populações negras, salvo uma ou outra família de origem europeia, geralmente comerciantes, donos de pequenas lojas. Nestas localidades sob comando dos velhos, respeitando-se a hierarquia no seu meio, era comum a prática de fogueira, feita com lenhas, criando uma chama que iluminava os grandes encontros, reuniões e/ou os grandes manifestações culturais, local onde se concebiam as canções para o carnaval e onde acontecia o respectivo ensaio, como destaca Macedo (1996:10),

“O carnaval em Angola é tônico de polivalência. reaviva, reanima as forças a caminho da certeza de vitória sobre as agressões. O carnaval é também um código de significações multidimensionais sobre o dinamismo da cultura, quando, sobretudo, está em causa afirmar a liberdade do homem e não transacioná-la a nenhum preço que não seja a liberdade mesmo incondicional, plena e coerente consigo mesma. A cultura, neste caso, dinamiza a tomada de posição em que o sujeito dessa liberdade condensa com ela a armadura científica-ideológica e se coloca na zona libertadora da humanidade como pessoa, inalienável assente em fundamentos e trações comuns universais e inerentes a toda pessoa humana”.

Partindo do pressuposto de que em nem todas as localidades de Angola a cultura se manifestava ou se manifesta de forma idêntica, o carnaval era apresentado de acordo com as tradições de cada grupo étnico. A forma de dançar, canções e o traje variavam muito, as cidades tinham um estilo de apresentar diferente do das aldeias. Na região étnica kimbundo, nas aldeias, os carnavalescos circulavam em todo o bairro dançando e cantando e no percurso várias pessoas enquadravam-se no ritmo e acompanhavam fazendo parte do elenco. Os ensaios eram feitos em local público (como já referido) possibilitando que qualquer membro da Comunidade pudesse acompanhar.

É importante destacar que os angolanos considerados “assimilados”, viam o carnaval como atividade cultural de pobres e de negros, fora dos seus níveis e padrões de vida; quando muito, procuravam europeizar as manifestações (refiro aos “assimilados passivos”, considerados, pelos portugueses, como *negros de cor e brancos de alma*). Este comportamento se refletia diretamente nos seus filhos.

Hoje o carnaval tem sido uma escola na qual as manifestações culturais são representadas, apesar de uma parte da população julgar que o mesmo tenha perdido o verdadeiro caráter de transmissor da cultura popular,

“Já era o tempo em que nós aprendíamos com o carnaval, aquele tempo se passou. Hoje o carnaval não é mais senão momentos de diversão para uns, melhor (dizendo, ocasião) em que as massas dançam para os políticos apreciarem. Cultura como tal! Aquela que bastava observar e ouvir as canções, com que as pessoas já se identificavam, isso acabou faz tempo” (Gaspar, 45 anos, Professor do Ensino Médio).

Ou então, outra afirmação do seguinte caráter,

“Tenho certeza que hoje nossos filhos não encontram no carnaval instrumentos educativos, o carnaval já não apresenta aquela união, encontramos com maior rigor aquela disputa entre grupos, entre bairros, refletindo em questões étnicas, divisão dos povos. São poucas as canções com línguas de outras tribos aqui em Luanda, a capital do país, onde varias tribos convivem. Será que os filhos destas tribos são obrigados a aprenderem o kimbundu, já que só se canta nesta língua?. Os próprios uniformes não representam a diversidade cultural. Podia se aproveitar mais deste ato que foi sempre chamado como carnaval da Vitória”(Victor, 39 anos, Técnico Administrativo do Ministério de Educação).

É importante ressaltar que posições desse gênero constituem uma minoria pois, para a grande maioria dos entrevistados, o carnaval constitui um palco de ensinamento, onde as pessoas vão aprendendo com a que vêem. Para estes, as informações passadas no período de carnaval constituem uma grande riqueza porque fazem parte de uma cultura herdada dos antepassados, com algumas manifestações ainda mostrando como foi a resistência contra o colonialismo. O fator paz tem sido constantemente ressaltado nestes últimos anos, e isso educa os cidadãos na busca de uma reconciliação. Esse fator também é destacado pelos entrevistados como um dos pontos de maior significado que o carnaval oferece aos angolanos.

“Durante o período colonial, o carnaval serviu de uma arma poderosa para mobilizar o nosso povo na luta contra o colonialismo. Durante o carnaval se apresentava as coisas nossas e isso contribuiu não só para o combate contra os portugueses como também para manter nossa cultura. Hoje o caráter de manifestação mudou, reforça-se a educação cultural, os povos vão apresentando no carnaval as culturas por regiões e isso é educativo” (Nsango, 46 anos, Professor Universitário).

“O carnaval é alegria, e felicidade, mesmo quando certos blocos apresentam a realidade vivida, este bloco torna viva a realidade que muitas crianças de hoje não acompanharam e isso é importante, assim como são importantes as representações de culturas distintas, para não falar na apresentação de suas canções com prioridade em línguas nacionais(tribais). Este conjunto de ações traz nos indivíduos momentos de reflexões do passado, do presente” (Deolinda, 40 anos, Professora Universitária).

“Carnaval é sinônimo de vitória, hoje se pode expressar os elementos culturais sem precisar usar código, com medo de ser descoberto e sofrer sanções, como cadeias e outros maus tratos. Hoje os povos cantam, saltam e dizem o que querem neste dia e isso é bom para os mais jovens porque eles vão sempre se questionarem de algo que observarem ou ouvirem durante a realização desta festa, sem receio de levarem tais dúvidas até ao seu professor” (Isabel, 27 anos, Técnica da Cultura).

Os elementos levantados, como a Casa das tintas; Alembamento; Circuncisão; **Chingange** – mascarado; Velório e o Carnaval, não constituem os únicos repertórios culturais a mostrarem o papel da educação informal; foram levantados como amostra, dentro de tantos outros elementos tradicionais a constituírem a *educação informal*, aquela educação a que somos submetidos desde o nascimento, como dizia Linton,

“Os indivíduos se beneficiavam das experiências de seus ancestrais, sem perder sua própria flexibilidade. Com esse arranjo, não só podia o indivíduo variar seu comportamento para enfrentar as emergências, mas os próprios padrões transmitidos podiam modificar-se fácil e rapidamente, para enfrentar condições do ambiente” (Linton, 1961: 94).

No domínio de transmissão de conhecimentos por parte dos pais, é comum que esses pais ou demais adultos digam à criança que deva ser honrada e sincera, mas se eles são mentirosos e não-sinceros, nenhuma lição servirá para nada. Aquele ditado popular que diz: *“faz o que eu digo e não o que eu faço”* não funciona quando se trata da educação das crianças, ressalta Pedro (54 anos, Diretor Nacional). Há casos concretos que ocorrem com frequência, por exemplo: certos pais, quando, por um motivo qualquer, não querem atender ou falar com um amigo, seu companheiro ou seu colega, dizem em à criança o seguinte: *“Se me perguntarem diga que não estou ou diga que estou doente e não posso atender”*(Pedro).

Na segunda exposição de Pedro pode-se concluir que a criança, ao ter em conta essa atitude, amanhã também recorrerá ao engano, à mentira. Constitui um péssimo comportamento dos adultos, porque está ensinando a criança a ser mentirosa. E de outro modo, a educação através dos bons costumes será mais eficaz quando os próprios pais derem bons exemplos.

A criança deve ver nos adultos, ou nos seus pais, bons modelos, sujeitos respeitosos e guias para outros indivíduos. É assim que a formação dos hábitos de urbanidade podem ocorrer com êxito. Se os pais se limitam a exigir dos seus filhos uma boa educação, sem serem eles mesmos o espelho, a formação dos hábitos tropeçará em dificuldades. Quando um filho vai, pela primeira vez, à escola, a tendência é sair dela, porque a nossa educação parte principalmente de casa e a forma como ela foi encaminhada, determinará a atitude inicial da criança frente à escola.

Isso remete-nos a uma outra visão sobre a educação informal e sobre o papel do adulto este na sociedade angolana se traduz no papel do velho. É extraordinária a forma como o velho na sociedade angolana conseguiu conservar uma estrutura de poder **consuetudinário**⁷⁸ e paralelo ao poder oficial, na qual o chefe era o chamado de “**Soba**” ou também chamado de “**Soba Grande**” ou de “**Soba Principal**”.

O Soba tinha o apoio dos “**Macotas**”⁷⁹, seus coadjuvantes que possuíam a função de velar pela conservação e integridade dos usos e costumes da região, administrar a justiça, julgar os pleitos entre os indivíduos, bem como o tratamento de outros problemas do grupo, tenham eles surgido no seu meio ou vindos de comunidades vizinhas. A tarefa dos **macotas** consistia em dar soluções a todos os diversos casos de interesse geral da tribo, ou dos grupos e cuidar da sua execução.

⁷⁸ Poder consuetudinário ou costumeiro, é um poder tradicional baseado nas regras e normas das populações de uma determinada tribo.

⁷⁹ Macotas para a língua nacional kimbundu significam os mais velhos, no plural para o singular seria Dicota.

A todos que desrespeitassem as normas e/ou regras tradicionais da comunidade era aplicada uma sanção de cumprimento obrigatório e sem objeção, respeitada pelos membros da sua jurisdição.

O velho dominava o saber das matas e podia diferenciar as plantas venenosas das medicamentosas. Os papéis desempenhados pelo velho representavam, na maioria dos casos, o orgulho dos seus netos e da família em geral. É comum ouvir-se dizer “**mucano ya muadaquime mutunda dizzo yabolo, kutunda maka yabolo**”, expressões em língua nacional **kimbundu** que significam “*na boca do mais velho é possível saírem dentes podres, mas não palavras infundadas*”, o que é uma demonstração do reconhecimento do povo em relação ao papel influente e positivo do velho na educação das novas gerações.

O velho, quando desempenhando o papel de avô, não perde uma ocasião favorável para aumentar e/ou transmitir os conhecimentos aos seus netos. Nas suas caminhadas em busca de caça ou nas proximidades da corrente de água doce, de onde retira o peixe ambicionado, o avô sempre aproveita para passar ensinamentos ao seu neto: como distinguir os animais pelos seus cantos, vozes, rastos e os lugares nos quais, normalmente, se recolhem; como preparar e conhecer a melhor hora para a colocação das armadilhas destinadas a apanhar mamíferos, aves, assim como os melhores momentos para a pesca; como guiar-se, pois facilmente poderá perder-se em terrenos de difícil orientação, pelas elevações, curvas de águas, vegetação de grande porte e pelos terrenos que, por mais calcados, se distinguem dos que não tenham sofrido o peso de quem quer que fosse, assim como criar, nos netos, as faculdades de distinguir os frutos que são ou não comestíveis.

Da mesma forma, as meninas eram educadas pelas avós, nas diversas tarefas domésticas, cozinhar, transportar água e lenha; lavar e passar a roupa; cuidar da casa; etc.

Quanto às boas maneiras e bons costumes, a necessidade de resistir à avareza e de não ser glutão, de respeitar os velhos e a habitação alheia, as crianças aprendem na suas permanentes convivências, não só com os avós, mas também com os pais, familiares e com os homens que encontravam nas suas visitas a **tchota** e/ou *fogueiras* (local onde, ao

entardecer, se reuniam os habitantes da aldeia para recordar o passado e comentar os acontecimentos do dia-a-dia).

Embora atualmente a situação de Angola provoque grandes transtornos na vida e no cotidiano dos povos, o papel do velho na família continua sendo de grande relevo; os avós são chamados de pai ou mãe, a diferença é que são chamados de pai grande ou mãe grande e, em outros casos, são chamados de mãe acrescido do seu respectivo nome, por exemplo: “*mãe Teresa*”, isso significa que não é a mãe biológica, mas pode ser a avó e, em determinados casos, a tia mais velha ou a vizinha.

4.2 - A educação não-formal sob a ótica da diversidade cultural em angola

“Educação não formal embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto”(Afonso 1992:86)

A formação dos agrupamentos de tribos e o conseqüente estreitamento dos laços econômicos e culturais entre os povos, os conflitos armados e as migrações provocadas pelo aumento no número de homens e mulheres, bem como pelo aparecimento da propriedade privada e das classes, levaram a uma mistura progressiva dos seres humanos, baseando-se não simplesmente nos laços sangüíneos originais, mas também no laço territorial, dando passos ao surgimento de uma nova forma de comunidade histórica. Em Angola, podemos registrar grandes grupos étnicos como: **Bacongos, Quimbundos, Ovimbundos, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ambos, Hereros, Xindongas**, entre outros que, num mesmo território, se assemelham em diversas características. Mesmo sendo quase todos oriundos do grande povo **Banto**, simultaneamente é possível encontrar-se nestes povos grandes diferenças culturais, hábitos, costumes e tradições caracterizando-os como pertencentes a esta ou àquela região.

Temos presente também, particularidades do passado histórico, da formação e do desenvolvimento deste país, hoje Angola. A originalidade da sua estrutura econômica, cultural, histórico, meio geográfico, modo de vida e das tradições deixaram marcas na construção da nação. Os povos de Angola viviam sob a estrutura de reinos até a presença de Diogo Cão, o português que “descobriu” Angola; a partir desse momento, iniciaram-se as mudanças no modo de vida das populações. Novas opiniões e novas idéias apareceram e entraram em conflito com as velhas opiniões e as velhas idéias que fizeram o seu tempo.

Com certeza as velhas opiniões e os hábitos foram desaparecendo aos poucos, dando lugar a novos hábitos e novas opiniões - quer sejam favoráveis ou não para o seu povo, (população nativa) – essa ação não ocorreu espontaneamente, produzida principalmente pela educação feita nos moldes da colonização, cuja função era de os eliminar. Isso se deu por um lado; por outro, os povos divididos em grandes ou pequenos grupos étnicos procuraram, cada um, resistir conservando os seus valores culturais e transmitindo-os de geração a geração.

Procurando compreender que cada pessoa está vinculada à sociedade por um conjunto de leis ou normas, e que suas condições de vida dependem integralmente do nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade numa determinada época, assim como seus interesses espirituais, a maneira de pensar, seus princípios morais, tudo é resultado da influência social; isso mostra os sinais do bem-estar das tradições nacionais e universais, formadas por uma longa série de gerações, permitindo-nos concluir que o grau de cultura e desenvolvimento da pessoa dependem também do seu poder criador e da influência cultural, o que nos remete a considerar a extrema importância de outro tipo de educação, a não-formal, para a realidade hoje em Angola, isso porque, de acordo com von Simson (2001:11),

“A Educação não formal considera e reativa a cultura dos indivíduos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural de cada um seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todas as atividades”.

Em nenhum momento pretende-se dizer com isso, a educação não formal constitui a salvação para os povos de Angola, ainda mais se tivermos em conta que, até a Independência (1975), cerca de 80% desta população era analfabeta e devemos considerar um indivíduo alfabetizado sob dois ângulos: na dimensão individual, aquela capaz de compreender, e de pensar sobre o que lê e escreve e, na dimensão social, ser sujeito de um conjunto de práticas sociais vivenciadas pelo indivíduo na sua leitura e escrita. Levando em consideração esses dois ângulos, podemos afirmar como o processo de alfabetização possibilita uma maior interação do sujeito com a sociedade, podendo ter uma participação mais ativa no seu contexto social, onde realmente a população angolana era alienada.

Neste âmbito também propomos a contribuição do papel da educação não-formal, segundo von Simson (2001:10),

“A princípio, é importante que essa proposta de educação não-formal funcione como espaço e prática de vivência social, que reforce o contato com o coletivo e estabeleça laços de afetividade com esses sujeitos. Para tanto, necessita-se de um local onde todos tenham espaços suficientes para experimentar atividades lúdicas, estas entendidas como tudo aquilo que provoque e seja envolvente e vá ao encontro de interesses, vontades e necessidades de adultos e crianças. As atividades de educação não-formal precisam ser vivenciadas com prazer em um local agradável, que permita movimentar-se, expandir-se e improvisar, possibilitando oportunidades de troca de experiências, de formação de grupos (de proximidade, de brincadeiras e de jogos, no caso das crianças e jovens), de contato e mistura de diferentes idades e gerações”.

Crianças, adolescentes, jovens e adultos encontram-se perante circunstâncias da vida, grandes desafios na sociedade, e para a superação destes fenômenos uma gama de conhecimentos é necessária e esta não surge simplesmente com uma educação formal. Em Angola, onde até hoje (2002) parte da população não domina a língua portuguesa, indicando o reflexo do domínio português que não possibilitou acesso à escola, dos povos angolanos, outros centros possibilitaram a aquisição de informações e conhecimentos, sobretudo da sua realidade e das gerações anteriores. Estes Centros operam sob diversas formas, desde casas dos Chefes tribais, fogueiras, embaixo de árvores etc., locais onde eram discutidos aspectos do cotidiano e onde eram transmitidas as informações julgadas necessárias às novas gerações, atos que considero hoje como uma educação não-formal, na

forma que destaca Gohn (1999:103): *“Um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social”*.

Não se deve restringir à criança a oferta de tais experiências mas, ampliá-las para os adultos também e para todos os cidadãos de modo a tomarem contato e conhecimento com o mundo envolvente, com as suas leis, regras, hábitos e costumes. Porém, será um equívoco considerar que o mundo envolvente, por si só, ensinará aos indivíduos a pensar. As imagens vivas da realidade são necessárias para que se aprenda a tomar conhecimento da interação como traço importantíssimo do mundo que existe à nossa volta. O homem é e será sempre filho da natureza, e o que o liga à natureza deve ser empregado com vista à sua comunicação com as riquezas da cultura espiritual. Como nos dizia Linton, (1961:103): *“É a posse de uma cultura comum que dá à sociedade sua unidade psicológica e permite aos seus membros viverem e trabalharem em conjunto, com um mínimo de confusão e de interferência”*. Concordando com a passagem de Linton a respeito de uma cultura comum, ao analisar-se a realidade de Angola, onde predominam diversas culturas e não uma única, uma questão se coloca: como ter e estabelecer uma convivência nessas condições?

Perante uma querela que exige intervenção imediata da educação, é preciso que todos os membros da sociedade angolana compreendam primeiro o significado dessa cultura local, ou regional, para depois seguir-se um outro passo, que seja a contribuição das diversas culturas locais para o componente geral, compreendendo para falarmos de cultura de Angola devemos ter presentes os diversos segmentos que fazem parte da mesma, os hábitos, costumes, tradições, dos povos de Cunene a Cabinda, do sul ao norte; porque não seria possível falar-se de cultura nacional sem ter uma base, como nos fala Lenin (1985:211), *“a cultura socialista não surge do nada, que o seu aparecimento e desenvolvimento foram preparados pela história multissecular da civilização humana”*. Para a realidade de Angola, assume a educação um papel extraordinário, no sentido de fornecer a todos os membros, dos diversos grupos étnicos, a cultura vinda dos seus ancestrais. Esta educação há muito vigorando no território angolano não obedece padrões institucionalizados, refiro-me a uma educação no sentido mais amplo, uma educação onde

seus membros participavam de forma voluntária, com objetivos de socialização das informações.

Parto do princípio que a educação do homem, pressupõe, necessariamente, a sua atividade, a assimilação das formas de trabalho e dos métodos de conhecimento prático e espiritual do mundo, típicos de cada sociedade, mas sobretudo de sua cultura, em suma, a formação do indivíduo é inseparável da vida, e isso os povos puderam conservar durante muito tempo, mesmo durante o período de ocupação, prática essa que hoje educa como uma forma de educação não-formal.

Pela educação não-formal a participação ativa na criação de valores materiais e culturais ajudaria o indivíduo a alcançar a harmonia, a elevar a sua maestria profissional e a aumentar a sua bagagem intelectual. Na educação não-formal ao se falar no desenvolvimento do indivíduo, tem-se presente o seu modo de vida e as condições sociais em que é educado.

A afirmação das normas e valores do modo de vida da sociedade e a sua transformação em convicções que determinem os atos e conduta do indivíduo, os quais claramente encontramos na proposta da educação não-formal, apresenta-se como um caminho prático para se pensar a formação do homem novo em Angola. O homem não nasce dotado de dignidade pessoal que só lhe advém da triplice riqueza: espiritualidade, liberdade, responsabilidade. Para o indivíduo se integrar na sociedade, é necessário que ele esteja em relação com outros, com os determinados símbolos do comportamento (crenças, valores culturais, costumes, etc...) e com características próprias da socialização do indivíduo esse fator presente em diferentes sociedades, tem contribuído a chamar a atenção para a importância de se analisar o desenvolvimento sob diferentes ângulos e para o impacto das variáveis histórico-sócio-culturais e biológicas no desenvolvimento do homem.

É visível em várias literaturas a expressão de que *o comportamento humano se distingue daquele apresentado por outros animais no grau em que é influenciado pela cultura, ou seja, pelas crenças, sentimentos, costumes, valores, compartilhados pelos membros de um coletivo e que são transmitidos de uma geração à seguinte através de aprendizagem (oral ou escrita)*. É neste sentido que a educação não-formal aparece como

uma experiência de suma importância para os cidadãos angolanos, se se tiver em conta, conforme Gohn (1999:103/4), que

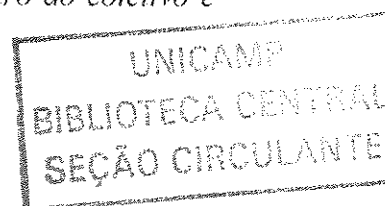
“É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser aprendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problemas. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral carregando de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contém”.

Para os povos de Angola, nos quais a escrita durante séculos constituiu privilégio de uma minoria, os costumes, valores, tradições etc... constituem aspectos da cultura transmitida de uma geração a outra pelos agentes socializados, e esse processo geralmente ocorreu em arenas públicas, denominadas para este fim, com a participação de forma voluntária. Conforme destaca Afonso (1992), uma das características da educação não-formal é ela se apresentar sob a forma de *caráter voluntário*.

A influência das várias culturas se mostra ainda patente no fato de que uma pessoa criada numa sociedade aprende a se tornar, em alguns aspectos, igual a todos da mesma sociedade e diferente dos indivíduos de outra sociedade. O reconhecimento de valores culturais na formação do indivíduo é uma prática remota, da mesma forma como a interação entre os membros da sociedade ou da comunidade. A esse respeito, Philippe Áries (1985:13) ao falar sobre a sociedade tradicional do Ocidente, da Idade Média do século XVIII, antes da Idade das Luzes e da Revolução Industrial, dizia;

"Cada um nascia numa comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, inimigos, pessoas que mantinham entre si relações que exigiam solidariedade. A comunidade, mais que a família determinava o destino do indivíduo”.

Portanto, o papel da comunidade desempenha extraordinária ação na criação da personalidade do homem mas, para tal, devemos compreender também que no processo de socialização, o desenvolvimento da iniciativa pessoal, a independência e a inovação, permitem ao sujeito ser bem sucedido nas suas atitudes, devem ser estimulados pelo coletivo, como nos diz Marx (1985: 28): *"só dentro do coletivo o indivíduo tem os meios necessários para desenvolver os seus dotes em todos os sentidos, só dentro do coletivo é*



possível a liberdade pessoal", buscando na proposta da educação não-formal para a realidade angolana.

Um outro problema que se coloca, nos países subdesenvolvidos dos quais Angola faz parte, diz respeito às péssimas condições de vida de boa parte de indivíduos, causando-lhes seqüelas significativas, aprofundando a pobreza, acrescidas das restrições de ordem econômica, as restrições de ordens físicas e mentais nas populações em situação de pobreza. Situação que contribui enormemente para os desníveis educacionais. Refiro-me concretamente às propostas curriculares vigentes nos sistemas de educação e ensino formais nas quais as posições econômica e social perante a sociedade dos indivíduos, não são levadas em consideração no processo de elaboração dos referidos currículos. Segundo Afonso (1992:90), "*visam a manutenção do status quo*", e desse modo, a educação se torna ferramenta de um grupo privilegiado ao oferecer um sistema o qual, segundo o autor, "*dificulta a participação*" de todos os cidadãos, no processo educacional.

A participação dos cidadãos angolanos na vida da sociedade é acompanhada por enormes valores distorcidos a partir da presença dos portugueses e, como nos dizia Gramsci (1989:131), "*a consciência da criança é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa*". A sociedade não é senão uma florescência do indivíduo. Ao estudar o homem, necessário se tornam:

- 1º- os estudos sobre suas características;
- 2º- os estudos sobre a própria atividade humana em diferentes épocas históricas;
- 3º- compreender as leis objetivas da mudança da atitude do homem perante o meio ambiente, revelando, de igual modo, a base material da formação e do desenvolvimento do mundo espiritual deste.

Sem dúvida, a formação de um homem novo é um requisito importante para a (re)construção de Angola. Portanto, toda a sociedade que pretende desenvolver e explorar os seus recursos naturais tem que priorizar a formação do homem, isso se o analisarmos no

domínio econômico, como dizia Santos⁸⁰ (1995) *"para valorizar os enormes recursos naturais de Angola, é preciso valorizar primeiro o homem"*. É deste homem valorizado que Angola necessita, mas o homem angolano não será valorizado se a situação de concentração das pessoas nas cidades permanecer como se registra, o que permite formular o seguinte: uma das maiores riquezas, *a cultura local e/ou regional*, perde-se em consequência de mudanças constantes de local de residência, perdendo também a possibilidade de colocar o filho, na escola em condições iguais aos demais cidadãos e/ou patriotas e, assim, aumentando o registro do número de crianças nas ruas em busca de sobrevivência pessoal ou familiar.

Em suma, do homem novo e/ou do homem valorizado de que se fala em Angola, subentende-se tratar de um indivíduo dotado de capacidade para avaliar criticamente, independente do sistema existente de relações sociais, indivíduo com capacidade para pensar, para tomar decisões e para atuar. Ao homem novo lhe é inerente o conjunto das relações sociais existentes, tanto mais plenamente quanto maior for a sua capacidade de sair do meio que o rodeia, de comparar os regimes econômicos e políticos existentes e de criar a sua atitude independente para com eles. Através destas pequenas conclusões é possível dizer, este homem a que se pretende não será possível se concretizar se sua formação basear-se, simplesmente, na educação formal, necessitando também de uma educação não-formal. Ao dizer isso, não significa que necessariamente uma seja complemento da outra, e sim que são duas formas de educação distintas, mas necessárias para o desenvolvimento do cidadão.

4.3 A voz dos angolanos sobre proposta de educação não formal

Antes de formular as opiniões dos técnicos angolanos a respeito da compreensão da educação não formal, gostaria de salientar que o governo de Angola, através do Ministério da Educação, define a educação não-formal como: *"Toda a atividade educativa*

⁸⁰ Presidente de Angola.

organizada que é realizada fora dos parâmetros formais, mas dirigida a certos tipos de instrução e a certos grupos particulares da população” (MED, 2001). Concordo parcialmente com esta definição, pois acredito que a educação não formal possa ser direcionada a tipos de instrução, pois ela procura descobrir meios e vias adequados para uma educação na qual sejam ressaltados aspectos que têm a ver com todos tipos de educação e todos os componentes sujeitos ao processo de educação (educando e educador), mas também não devemos perder de vista ter a educação um conceito amplo e como tal salienta Afonso (2001:29),

A emergência relativamente recente e a crescente centralidade social do campo da educação não formal podem ser relacionadas com fatores muitos diversos, dentre os quais se pode salientar a crise da escola pública derivada não apenas de causas conhecidas e há muito diagnosticadas, mas, também, consequência das pressões competitivas e liberalizantes dirigidas nas duas últimas décadas sobre os sistemas educativos diretamente administrados e financiados pelo Estado”.

Visto sob essa ótica, sublinho torna-se difícil traçarmos, desde já, tipos fixos e com fronteiras limitadas de educação não-formal; existem sim, padrões característicos, quando falamos de uma educação não-formal como a que podemos ver em Afonso (1999:) em seu quadro comparativo onde organiza alguns tipo de aprendizagem: a) São Associações Democráticas para o desenvolvimento; b) Apresentam um caráter voluntário; c) Promovem sobretudo a socialização; d) Promovem a solidariedade; e) Visam o desenvolvimento; f) Preocupam-se essencialmente com a mudança social; g) São pouco formalizadas e pouco ou incipientemente hierarquizadas; h) Favorecem a participação; j) Proporcionam a investigação e projetos de desenvolvimento e l) São por natureza formas de participação descentralizada. Ao procurar concordar com Afonso, isso me leva a discordar com a definição levantada pelo MED, que restringe os tipos de educação considerados não formais.

Discordo, ainda, pelo fato de se destacar que a educação não formal é direcionada a certos grupos particulares da população. Embora possa estar mais adequada a utilização da educação não formal quando trabalhamos com pessoas consideradas de alto risco⁸¹, ou

⁸¹ São geralmente considerados de alto riscos os meninos e meninas de rua.

em circunstâncias extremamente difíceis como por exemplo: famílias com baixo rendimento ou então sem qualquer renda mensal, os chamados “*excluídos*”, isso não significa que sua jurisdição deva resumir-se a estes segmentos. Ao prestarmos melhor atenção na descrição de Afonso, veremos que a educação não-formal é e deve ser destinada a todos os cidadãos do território.

A solidariedade, o humanismo, a socialização, o espírito de ajuda mútua, são requisitos que facilitam o pleno exercício de cidadania e isso, seguramente, a educação não-formal trabalha com seriedade e não considera como simples temas transversais; é o foco da questão, é a essência, é o cérebro e ela deve estar acessível a todos os membros da sociedade. *A educação não formal se caracteriza por possibilitar a transformação social, dando condições aos sujeitos que participam desse processo, de interferirem na história por meio de reflexão e de transformação” (von Simson et alli, 2001:11).* Esta perspectiva da educação não-formal a caracteriza como uma educação com proposta mais geral e não destinada, simplesmente, para um grupo particular da população; é importante ressaltar que não pretendo negar a possibilidade de se iniciar o estudo ou a atividade da educação não-formal em um determinado grupo da sociedade, mesmo porque meu interesse no estudo da educação não-formal partiu da pesquisa por mim realizada sobre meninos de rua em Angola, e ele se reforça, cada vez mais, com o conhecimento das experiências adquirido através de organismos que trabalham com as chamadas “*minorias*”.

Acredito ser importante ressaltar e dar meu ponto de vista a respeito da definição de educação não-formal, dada pelo ministério da educação de Angola, pois minhas conversas com os técnicos tiveram como base essa compreensão deste tipo de educação no país.

“Educação não-formal, entendo como se fosse toda aquela que não segue formalidade, uma educação da vida, uma educação perpassada por outros membros da nossa sociedade e isso passa também por se educar os aspectos de nossa cultura. Não se fala muito aqui sobre esse tipo de educação nem de quem possa ser o responsável de sua materialização. Gostaria que fosse uma realidade, porque, temos muito a aprender, principalmente ensinamentos que não os teremos nas escolas”(Imaculada, 39 anos, Professora do Ensino Médio).

Pensamento semelhante compartilha Paulo, que parte da segunda questão:

“... a educação não formal embora não sendo um fato em Angola, compreendo ser um tipo de educação onde são ressaltados aspetos do dia-a-dia dos membros da sociedade. O nosso dia-a-dia é resumido nas condições económicas, nossas vidas são faladas quando falamos do que comer hoje, mas nunca nos preocupamos tão seriamente com a nossa cultura, com os nossos costumes, o outro só existe porque com ele eu farei uma dupla onde poderemos conseguir o económico, só estou preocupado com os membros da minha classe e/ou posição social, os demais não... neste caminho levamos a perder o humanismo, a solidariedade, e a nossa escola contribui a isso” (43 anos, Professor do Ensino Médio).

Sujeitos como Imaculada, Paulo e outros, partem da necessidade da reconstrução cultural como forma a possibilitar o enfoque da educação não-formal. Para eles, o importante neste momento é que o diferente seja respeitado, a diferença é a maior herança do colono português. Trabalhar com ela não é fácil, também reconhecem ser o país tão complexo que a aplicação de uma proposta neste sentido nos currículos educacionais não seria a coisa acertada, afundaria ainda mais o sistema de educação, já débil. São do ponto de vista de que esta educação, não-formal, funcionasse paralelamente com a formal. Vejamos o que dizem:

“Estudar aspectos da cultura na escola é importante mas o problema estaria na escolha de que cultura a se introduzir nas escolas de Luanda, do Huambo ou mesmo do Uíge? Para não falarmos de que, mesmo dentro destas Províncias, os elementos culturais são diferentes de localidade a localidade. Também, como trabalhar com a realidade das crianças cujo dia-a-dia é a rua? Seu universo constitui um dos grandes problemas que norteiam este belo e pobre país. Cultura não é aquela somente herdada através da origem bantu, é também o que aprendemos no cotidiano e isso depende muito do nosso bairro, aldeia. Podemos sim trabalhar estes elementos fora da escola, mas com apoio dela” (Imaculada, 39 anos, Professora do Ensino Médio).

Em seguida, podemos acompanhar um outro pensamento a reforçar esta ideia de se analisar a educação não somente sob a ótica da educação escolar, reconhecendo a necessidade de se recorrer a outras formas para possibilitar a educação dos cidadãos angolanos:

“A necessidade é extraordinária para a educação dos angolanos, e isso, logicamente não encontramos simplesmente como gostaríamos nas escolas formais. As escolas estão limitadas, fazerem aquilo que venha proporcionar um título, uma profissão ou um reconhecimento académico. Isso nos leva a não nos importarmos com outros elementos da vida, como exemplo as línguas nacionais. O

que muda na nossa vida, ter o domínio ou o conhecimento delas, uma vez que tudo se faz em português, as músicas, os noticiários são predominantemente em português e outras línguas internacionais. Muda sim saber o inglês, espanhol, francês, porque com elas nós nos firmamos, ganhamos reconhecimento o que não se verifica com as línguas nacionais. Tudo tem que ter um estímulo e enquanto não resgatarmos a nossa identidade alienada no decorrer da colonização, nada poderemos fazer, e uma proposta como a que sei da educação não formal facilitaria sim” (Carlos, 47 anos, Professor do Ensino Médio).

A educação não-formal não é ainda muito familiar no meio da população angolana, como pude perceber no processo da pesquisa. Os poucos que respondiam à pergunta sobre a importância da educação não-formal, eram os técnicos superiores principalmente formados no exterior e, mais concretamente, em países capitalistas. Os outros técnicos a ela se referiam, mas suas abordagens sublinhavam a importância de uma educação não fechada aos programas estabelecidos pelo governo. Tratavam da necessidade de se falar de cultura, necessidade de se trabalhar a diferença e de se efetuar uma educação de acordo a realidade histórica da sociedade angolana, ressaltando o seguinte:

“Os grupos devem encontrarem-se para discutirem aspetos de suas vidas, do seu cotidiano, para discutirem os problemas recentes da sociedade... e por que não, recordarem os antigos encontros em revelia ao português, onde se traçavam grandes estratégias para a resistência ao domínio?. Neste momento poderia se rever e servir como palco de discussão e de educação, por que não recordar das práticas de encontros dos sobas com seus macotas?. Nestes encontros produziam grandes conhecimentos que levaram à liberdade deste país. Sabemos que muitos dos participantes nem a língua portuguesa conheciam, mas lutavam pela solidariedade e coletividade, por que não aproveitarmos estes ensinamentos hoje, que o número de angolanos letrados aumentou?” (Panzo, 46 anos, Professor Universitário).

Alguns questionamentos foram surgindo nas falas dos próprios sujeitos, questionando-se a si mesmo sobre vários aspectos julgados importantes na abordagem sobre a educação dos angolanos:

“Falamos do resgate cultural, mas como fazê-lo, nas escolas? Em centros culturais? Nos bairros ou aldeias? Em que locais e sob que domínio? Ao aparecer uma proposta como a de educação não-formal, a idéia que me surge é que a sociedade civil deve se pronunciar, é uma tarefa na qual os próprios angolanos devem se mobilizar para poderem construir o país. São necessários muitos recursos e um deles é precisamente o homem, refiro o homem com uma mentalidade de ajudar os outros, um homem que aposta na causa, precisa-se um trabalho militante, aquele

que só viamos nas propostas dos partidos de esquerda” (José, 38 anos, Técnico do Ministério de Educação).

Todas estas falas se identificavam ao levantar o fator cultura como elemento fundamental no processo educativo; todos partiam da idéia de que, falar de educação implica falar de cultura e a cultura angolana por si só é fragmentada, do mesmo jeito que falar de cultura implica falar das línguas nacionais, como lembra Linton (1961:101),

“É como instrumento de comunicação que a linguagem tem desempenhado seu mais importante papel na construção da herança social humana. Sem a transmissão fácil e exata de idéias que ela permite, a cultura tal como a conhecemos nunca teria nascido... graças à posse da linguagem, os homens podem transmitir, uns aos outros, uma idéia clara das situações não atuais e do comportamento adequado a essas situações, o que torna possível um enorme acréscimo ao conteúdo da herança social. Ao mesmo tempo que a cultura humana deve à linguagem a riqueza de conteúdo que a distingue da herança social dos animais, a própria linguagem é parte integrante da cultura”.

Na fala dos entrevistados compreende-se que a educação, a cultura e a linguagem devem ser elementos fundamentais na abordagem geral sobre a educação dos angolanos; os homens vivem numa sociedade, sujeitos a normas, leis, que por sua vez estão sujeitas a alterações de acordo com o momento e as circunstâncias, de acordo com as variações decorrentes da própria sociedade, quer sejam políticas, econômicas ou sociais.

“A cultura e o homem estão ligados, mas em determinado momento uns são alienados das suas culturas e introduzidas outras que não fazem parte ao seu povo. Isso aconteceu com os povos de Angola. Hoje a questão é, como resgatar esses elementos culturais, e como aproveitar outros elementos introduzidos, que, não faziam parte do seu grupo étnico. Ou então como viver com a disparidade, herança da colonização e reforçada pelos conflitos armados, a guerra civil. Como trabalhar a cultura na escola onde o rico quer exibir seu poder econômico e o pobre doido para escapar desta humilhação, pela única saída que é o abandono às escolas e o seu enquadramento automático no mercado informal ou nas ruas como menino (a) de rua. Poderemos atribuir este papel a educação escolar? No meu ponto de vista não, prefiro falar noutras formas de educação que possa ter presente outros elementos e fatores no processo de aprendizagem, e porque não a educação não-formal é uma boa via” (Jesus, 39 anos, Técnico do Ministério de Educação).

Todos estão certos de uma coisa, a educação formal não dará conta da formação integral dos angolanos, principalmente, conforme ressaltam os técnicos, neste momento

quando o país declara seguir a via capitalista, ou melhor a *economia de mercado*. Para os técnicos, outros caminhos têm de ser descobertos e para tal não se deve perder de vista a própria realidade de Angola.

“Você tem hoje uma sociedade onde as pessoas que viveram a opressão colonial ainda fazem o grosso desta população, as feridas ainda não cicatrizaram e isso podia ser um elemento positivo para educar a nova geração, o espírito de solidariedade, do humanismo, de coletividade e não do individualismo. Poderia-se aproveitar como lição de vida, buscando os erros do passado, para evitar as mesmas falhas no presente e futuro. Muitos destes nem sequer passaram por escolas, mas não podemos negar, os ricos conhecimentos que possuem e que poderão ser perfeitos educadores, numa educação de massas, uma educação de e para todos. A cultura é sofrimento, a cultura é virtudes é necessário a dose certa para a melhor convivência e nisso falo da educação não-formal que lamentavelmente não se fala muito dela aqui no nosso país”(Henrique, 29 anos, Técnico do Ministério da Educação).

Outras opiniões surgiram acompanhando o mesmo pensamento e dando importância ao campo cultural, à transmissão de conhecimentos de outras gerações e, para tal, destaca-se mais uma vez o uso das línguas nacionais, como podemos ver:

“Quando se fala de educação, o que procuramos desde já é a educação oferecida nas escolas. Noutros países se estimulam muito outras formas de educação. Países que não têm os problemas étnicos tão complexos quanto os nossos, países que pelo menos têm uma língua dominada pela população em geral, o que não é nosso caso. Por que não procurarmos outras alternativas para a formação dos angolanos?. A formação não deve resumir-se aos ensinamentos da literatura escrita, mesmo porque a oralidade é o forte desta população, os povos que podem contribuir mal falam o português. E precisamos aprender com eles suas formas de organização, seus poderes de unir suas tribos e seus povos, seus métodos de considerar o filho do vizinho como seu, atributos que perdemos em grandes cidades, buscar neles aquela garra de todos por um e um por todos”(Paulo, 43 anos, Professor Universitário).

As opiniões não foram uniformes, apareceram várias outras que ressaltavam a importância do papel dos angolanos no processo de formação, mesmo sem negar o papel do Estado para com a educação dos cidadãos. Alguns partem da idéia de que as críticas levantadas contra o Estado devem ser acompanhadas de propostas e iniciativas práticas no domínio da educação:

“Estamos habituados a ouvir as atribuições do Estado a respeito da educação dos cidadãos angolanos, mas e quanto a nós? O que fizemos para com a nossa

educação? Penso que é o momento de se aproveitar as demais formas de transmissão e aquisição de conhecimentos, para passarmos da crítica à ação e neste sentido, parece-me importante salientar o papel da educação não-formal. É importante reconhecer que durante séculos esta prática já tinha sido utilizada pelos nossos antepassados, mesmo sem o presente conceito. É patente nos encontros coletivos que organizavam onde participavam indivíduos da comunidade de forma voluntária e com propósito de discussão dos mais diversos problemas que diziam respeito à sua comunidade e nisso estava presente a educação dos mais jovens”(Gaspar, 45 anos, Professor do Ensino Médio).

Na opinião de alguns técnicos, a sociedade civil deveria se mobilizar para a ardente tarefa da educação, o que ajudaria o Estado, não para cobrir suas lacunas, mas fazer o Estado sentir que, juntos, poder-se-ia formar indivíduos para o exercício de sua cidadania.

“As Organizações-não-governamentais deveriam contribuir neste tipo de educação, já que muitas delas trabalham com as comunidades. Refiro-me assim porque esta educação me parece muito com as atividades que eram acompanhadas e organizadas pelas organizações de massas, anexos ao MPLA no período de Orientação Socialista. Onde a OPA se encarregava em organizar as crianças para diversas atividades recreativas, fazendo uso da nossa cultura. Assim como as trocas de experiências organizadas pela JMPLA, OMA e tantas outras. Esta atividade deve voltar, ajudará o Estado no resgate de nossa identidade”(Alfe, 43 anos, Professor Universitário).

Até o momento, foram apresentadas as colocações dos técnicos os quais de um jeito ou de outro, compartilham com a ideia da educação não-formal e concordam que este tipo de educação não deve ser confundida com a educação formal, mas durante a pesquisa, houve sujeitos que partiram de pontos de vista diferentes; para eles a educação não-formal deveria ser encarada como complemento da formal e que bastariam acertos nos currículos.

“... respeito todo tipo de colocação a respeito de novas formas de educação. Ao meu ver isso não leva a nada, o que acontece é o surgimento de várias maneiras de se falar sobre a educação e nenhuma delas possibilita realmente a educação dos angolanos. Precisamos que os angolanos se formem e isso passa necessariamente pelo sistema de educação e ensino. As escolas têm a responsabilidade de formar, qualquer proposta deve ser compreendida no meio da escola. Basta a educação dos pais ou dos familiares que não obedece uma instrumentalização, que não segue regulamentação, do resto a escola tem a plena responsabilidade”(Adão, 38 anos, Técnico Administrativo).

Para este entrevistado a responsabilidade de educar o cidadão cabe as escolas formais, estas devem adequar seus programas no sentido de poderem dar conta aos diversos problemas dos seus educandos, aqui se ressalta a questão da revisão dos currículos escolares. Pois para ele as mudanças nos currículos, facilitaria o processo de educação e não se necessitaria de outras formas de educação que para Gabriel,

“Esta proposta me parece vir a tirar o papel da escola, por que a escola não trabalha a diferença? Por que se falar numa educação fora da escola? Sabemos que temos uma realidade diferente tendo em conta a nossa história, então as diferenças podem ser trabalhadas na escola, não me parece justo tirar do Estado esta responsabilidade, neste caminhar, amanhã seremos nós próprios os responsáveis por não estarmos formados já que estamos falando de uma educação fora da escola”(30 anos, Funcionário Público).

Estes entrevistados reforçam a idéia da responsabilidade do Estado para com o processo de formação e para eles, o Estado devem estar consciente que em Angola existem várias etnias e assim sendo, nos programas de ação deve estar patente a necessidade de se valorizar as culturas regionais e incluir nos programas escolares.

“O Estado é responsável pela educação dos cidadãos e isso é que é a realidade, do resto podem ser idéias que possam favorecer as estruturas da educação escolar, os professores devem ser capazes de trabalharem toda a diferença que lhe aparece na sua sala de aula, o professor deve estar capacitado para que possa suprimir as divergências no meio dos seus alunos e estimular os alunos ao mesmo nível sem distinção de sua origem. As escolas têm que aprender a trabalhar com isso, as escolas terão que se adaptar e não nós” (Joana, 36 anos, Funcionária Pública).

É pioneira ainda a discussão sobre educação não-formal em Angola, embora as práticas das populações se caracterizem por serem de educação não-formal, isto há séculos. A política que dominava este país até 1975, nunca havia considerado como práticas educativas estas ações das populações angolanas. Assim sendo, não se procurava enquadramento na ideologia dominante como um processo educativo, o objetivo era, por outro lado, cada vez mais, destruir tais práticas. O sistema de orientação socialista, que vigorou de 1975 até 1991, não reprimia tais práticas, também não as conceituava como educação não-formal mesmo porque, estas atividades decorriam, por um lado, do sistema

de educação escolar⁸² na tentativa da construção de uma escola nova, e por outro lado, eram realizadas nas organizações de massas (JMPLA-Juventude do Partido, OMA-Organização da Mulher Angolana, OPA-Organização de Pioneiros de Angola, UNTA-União Nacional dos Trabalhadores Angolanos). Na atualidade, com algumas pesquisas de angolanos, que cursam o mestrado ou o doutorado, esta discussão tende a progredir, por esta razão foi possível notar nas falas dos depoentes a necessidade deste tipo de educação para os angolanos.

A educação não-formal em Angola, é um elemento importante para as populações deste país, mas para que ela consiga os efeitos de acordo com sua proposta é necessário que seja vista tendo em conta a educação formal, recordando que cerca de 70% da população é ainda analfabeta. Ao se pensar em continuidade da política de formação do “homem novo”, os conhecimentos fornecidos por outras vias, como a educação não-formal, se tornam importante mesmo porque a grande maioria de informações sobre a realidade dos povos angolanos, e dos seus ancestrais é transmitida via oral.

⁸² Todas as escolas eram públicas. não existia nenhuma escola privada em todos os níveis.

CONCLUSÕES

Constituiu objetivo desta pesquisa compreender a visão dos técnicos angolanos que estudaram no Brasil nas mais diversas áreas de conhecimento, sobre o processo de *formação do homem novo* em Angola. O “homem novo” é uma “palavra de ordem” que o Partido marxista (MPLA-Partido do Trabalho) lançou logo após a independência do país em 1975, como forma de mobilizar a população a participar da reconstrução nacional. O intuito dessa reconstrução era formar em todos os níveis (básico médio e superior) os angolanos, para que eles pudessem participar de forma consciente em todas esferas do desenvolvimento do país. Para esse processo de formação acontecer estabeleceram-se campanhas de alfabetização de adultos; aberturas de novas escolas do IIº e IIIº níveis (5ª a 8ª séries); abertura de institutos de ensino médio em aldeias e municípios para cobrir a demanda por educação da população; divulgação da cultura nacional através dos meios de informação⁸³ e envio de angolanos para estudarem no exterior.

Dadas as circunstâncias herdadas do período colonial se colocava perante aos angolanos o desafio de reconstruir o país com a visão de que pertencendo ao mesmo aos angolanos “cabe a nós o reconstruirmos”. Sendo assim, como encarar este desafio com uma população que, há séculos vivia dividida entre Kimbundo e Ovimbundo, entre Tchokué e Fioth e cuja riqueza cultural foi utilizada como instrumento de discórdia, mostrando serem umas etnias hierarquicamente superiores às outras?. O primeiro passo encontrado foi a busca da unidade nacional; conscientes de que essa unidade nacional não surgiria através de um toque mágico, estabeleceu-se a política de formação do “homem novo”, implicando em formar os indivíduos para que fossem capazes de refletir sobre a realidade angolana da forma que ela se apresentava, considerando a diversidade cultural herdada dos ancestrais, nesse caso africanos, e também advinda da própria colonização portuguesa, pois desde aquele momento Angola passou a não ser a mesma. Com a chegada dos portugueses, sua divisão administrativa deixou de ser separada em reinos, passou se organizar por

⁸³ A Rede de televisão e a rádio do país apresentam programas em línguas nacionais.

Províncias, havendo uma nítida política de miscigenação. Hoje, os angolanos são: negros, brancos e mestiços; cada grupo com suas raízes culturais devendo assim, serem considerados. É nesse sentido que se lançou o lema que diz que *de Cabinda ao Cunene*⁸⁴, *um só povo uma só nação, abaixo o racismo abaixo o tribalismo*⁸⁵.

Embora essa pesquisa não se propusesse a estudar a origem da expressão “homem novo”, estamos conscientes de que ela teve sua origem com os jesuítas, e foi utilizada também pela teoria marxista-leninista⁸⁶, ideologia seguida, então, pelo MPLA-Partido do Trabalho. O homem novo é compreendido como:

“Aquele que possui qualidades de idealismo, de bondade, de altruísmo, de solidariedade, e que seja simultaneamente forte, enérgico, disciplinado, trabalhador, patriota ... um cidadão, que verdadeiramente o seja, que trabalhe pelo seu país, que ame a sua pátria, que represente e que constitua uma força de ação, de pensamento, de dedicação – é um produto complexo, resultante de mil esforços e de mil influências benéficas” (Araújo, 1997:134)

O país como vimos, passou por várias mudanças a partir de 1975, incluindo transformações ideológicas, o que implicou em revisão de projetos e planos de ação. A educação foi e continua sendo prioridade (pelo menos nos documentos oficiais), e assim sendo, surgiu o interesse em compreender o que os técnicos julgavam ser o processo de “formação do homem novo”. E, por outro lado, quais experiências observadas fora de Angola por eles têm contribuído de fato para o processo de formação dos cidadãos angolanos.

A primeira discussão realizada com os técnicos foi sobre o conceito de “homem novo” e como ele se aplica em Angola. Foi quase unânime entre os sujeitos a afirmação de que o conceito “homem novo” não tem uma definição concreta, que ele deve ser analisado de acordo com a circunstância, o momento e os objetivos a que uma determinada sociedade

⁸⁴ Pontos extremos do território angolano, ao Norte e ao Sul da Costa Atlântica.

⁸⁵ O tribalismo aqui é colocado para os grupos étnicos que valorizam suas culturas, desrespeitando a dos outros.

⁸⁶ A educação no período de orientação socialista teve influência de Cuba e pode-se compreender a influência indirecta dos cubanos na base jesuíta. Pois como se sabe Fidel foi educado por Jesuítas.

se propõe. Na realidade angolana, “homem novo” deve ser analisado em três grandes momentos: o colonial, o de orientação socialista e o atual.

a) O que significou “homem novo” no período colonial? É obvio que em Angola este conceito não se estendia a todos os cidadãos, e prova disso são os resultados no campo educacional: dos cerca de 15% da população alfabetizada após a independência, a maior percentagem era de angolanos de origem europeia (brancos e mestiços), o número de angolanos negros com nível de escolaridade alta era extremamente reduzido, mostrando a impossibilidade dos próprios angolanos dirigirem as tarefas de reconstrução, sem contarem com assessoria externa, pois os técnicos que exerciam o poder no período colonial abandonaram o país (1974-1975), regressando a Portugal e outros países.

Os portugueses formavam cidadãos angolanos, essencialmente nos níveis básicos, com objetivo de adaptá-los à consolidação do seu domínio. Assim sendo, os conhecimentos oferecidos eram limitados, mas mesmo assim, serviam como elemento diferenciador, pois estes angolanos eram chamados de “civilizados” ou “assimilados” como fala Futini já os demais angolanos eram considerados indígenas. O “civilizado”, na ótica colonialista podia ser considerado como um “homem novo”, como aquele que servia aos interesses da metrópole, indo contra sua própria cultura e a do seu povo.

Seríamos ingênuos se afirmássemos que todos os considerados civilizados estavam a serviço do governo português. Alguns desses cidadãos aproveitaram os conhecimentos adquiridos e organizaram as lutas de libertação nacional, dentro dos movimentos de libertação também ocorreu um processo de formação. Vários angolanos foram alfabetizados e muitos fizeram cursos de nível superior. Para essa missão os movimentos contavam com o apoio de países aliados ideologicamente (o MPLA contava o bloco socialista). Criava-se assim no seu meio um homem diferente, patriota, um cidadão com ideal nacionalista, aquele que lutava pela sua liberdade e a de seu povo. Ao se falar deste tipo de homem novo recordamos o que Paulo Freire ressaltava:

A libertação, por isto, é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o

parto que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se, "... esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos" (1987: 30 - 35).

Os angolanos ao organizarem as lutas de libertação nacional sabiam que os resultados de suas ações dependiam da compreensão dos cidadãos da necessidade de se lutar e de se reconstruir o país posteriormente, e esta tarefa dependia da educação.

b) Uma proposta diferente foi apresentada pelo período de orientação socialista. O país precisava avançar. Além da infra-estrutura defasada, não existiam técnicos capazes para ocuparem cargos na gestão do país. No campo da educação, existiam professores cubanos até para as séries básicas, como o ensino do IIº e IIIº níveis (5ª a 8ª séries), ensinando em espanhol. O país precisava contornar, o mais rápido possível, esta realidade. Sob o lema "quem sabe ensina e quem não sabe aprende", iniciou-se uma vasta campanha de alfabetização. A questão não residia simplesmente em níveis de escolaridade. O país, tendo vivido cerca de 500 anos de colonização portuguesa, para os negros, a razão da destruição de parte de sua cultura e as dificuldades encaradas durante todo o tempo de colonização foram resultados da ação dos brancos, assim sendo, o branco aparece como o principal inimigo. Este fato tinha que ser esclarecido, a cor da pele não podia continuar sendo confundida com a ambição imperialista, que indiferencia branco ou negro. Uma outra questão relevante constitui a existência dos diversos grupos étnicos compondo hábitos, costumes e tradições diferentes de localidade a localidade ou de região a região. Não existe em Angola uma cultura única, e nem se pretende criá-la, o que se intenta, é o reconhecimento, por parte dos angolanos, desta diversidade cultural e a percepção de que ela não é instrumento de divisão, como acontecia no período colonial. Para a política governamental só um "homem novo" daria conta de tudo isso, pois não basta se libertar da colonização, é preciso dar continuidade ao processo de reconstrução.

c) Para os técnicos angolanos é importante que se fale de formação de "homem novo" na atualidade, acima de tudo realça-se o compromisso que se deve ter para com a

formação dos angolanos. O país sofreu influências fortes do capitalismo e do socialismo, tanto um quanto o outro não estavam preocupados com a realidade interna dos angolanos, mas sim com suas “guerras frias”. Pretendiam (Russos e Americanos) que pensássemos (os angolanos) como eles: por um lado a construção de um socialismo sem bases, por outro a construção de um capitalismo selvagem. Mas, como pensar como eles se nossa realidade é completamente diferente? Nosso país é subdesenvolvido, com o setor econômico destruído, cidades, aldeias e bairros em escombros, frutos de uma guerra civil patrocinada pelas potências (EUA, RÚSSIA); pertencemos a um território com uma cultura secular rica e transmitida oralmente pelos nossos antepassados. Isso nos leva a concluir que angolano deve ser outro na sua maneira de pensar e agir, baseando-se na sua realidade e isso pode ser expresso na necessidade de formação de um “homem novo”.

Angola precisa de indivíduos que possam defender o país, patriotas e nacionalistas, capazes de refletir e transformar, capazes de contribuir no e para o desenvolvimento; tanto faz eles sejam chamados de, “novos”, “revolucionários” ou “ricos”. O importante é que esses indivíduos devem ser resultado de um processo permanente de educação, uma educação no verdadeiro sentido da palavra. Não se pretende um cidadão somente instruído formalmente, mas, principalmente, educado sobre o princípio de respeito à diversidade cultural, um cidadão que aproveita as experiências individuais, coletivas, nacionais ou internacionais, para reconstruir Angola.

O momento já não é aquele em que dizíamos “não temos técnicos porque os portugueses não formaram”, nem tão pouco “a nossa cultura não tem expressão, porque os portugueses a sufocaram”, ou ainda “o país é rico em recursos naturais, mas a guerra não nos deixa usufruí-los da melhor maneira”. O momento é de parar e refletir como está Angola hoje e em que e como podemos contribuir para o seu desenvolvimento! Esta reflexão e questionamento exige uma preparação dos cidadãos angolanos adequada às diversas situações. Temos uma Angola destruída, com número elevado de refugiados, de famílias desestruturadas, de meninos e meninas de rua e, paralelamente a isso, uma proposta de formação nova dos cidadãos. A educação é o caminho certo e isso não constitui

dúvida, mas representa um desafio. Precisamos do “conhecimento produzido por sujeitos, por meio de investigação [ciência] ou pela ideologia” (Gusmão, 2003), de igual modo necessitamos daquele “processo dinâmico das operações, em que a mente humana resolve uma questão cada vez que uma problemática se coloca” (Gusmão, 2003), a conciliação desses dois pontos requer uma nova forma de pensar e agir, ou melhor de um “homem novo” e, como formar esse homem novo em Angola? Os caminhos podem ser os mais diversos possíveis.

Uma atuação conjunta entre governo, através do Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Instituto Nacional da Criança e o Ministério da Juventude e Desporto (Esporte), com Organizações Não-Governamentais (ONGs), Paróquias, Centros Culturais, Organizações de Massas (aproveitando as experiências das Organizações da Organização de Pioneiros Agostinho Neto (OPA), Organização da Mulher Angolana (OMA), Juventude do Partido (JMPLA), União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), poderá proporcionar uma educação dos angolanos, principalmente aos excluídos, não somente através dos conteúdos oferecidos através da educação formal, como também pela via da educação não-formal. Sabemos que existem várias outras possíveis fontes e vias de construção de conhecimento (formal, não-formal, informal, incidental), o importante é que estes meios se tornem acessíveis aos indivíduos e, um trabalho conjunto pode representar um caminho neste sentido.

Não é recente a prática da educação não-formal no meio da população angolana; ela percorreu séculos, de geração a geração. Foram transmitidos elementos culturais à coletividade como, a solidariedade, ajuda mútua, em reuniões em volta de *fogueiras* para discussão de problemas relacionados aos membros do grupo. O importante a ser ressaltado é que essas práticas nem sempre eram feitas de forma livre, nem tão pouco eram consideradas como formas de educação, pelo poder político vigente. Hoje, a realidade é outra e a liberdade de expressão permite reativar todas essas práticas culturais, as quais nem sempre podem ser realizadas nas escolas formais, precisando-se encontrar outros

lugares e mecanismos, para a sua ocorrência. Neste sentido há que se destacar dois aspectos:

1º) Será preciso reconstruir da História de Angola, aqueles elementos culturais destruídos pelo longo período de guerra civil e pela instalação do regime capitalista e

2º) Valorizar a cultura existente e que os povos conservaram, ou melhor, aquela que sobreviveu e hoje os povos ainda praticam, mas sem grandes processos de difusão ou massificação desses elementos culturais.

As experiências do Brasil mostraram-nos além da valorização de espaços culturais diferenciados, que o maior desafio consiste na formação dos técnicos para que exerçam esse tipo de educação. Essa é uma das tarefas que destacamos aqui, após as análises das falas dos técnicos entrevistados para esta pesquisa. Ao pensarmos na formação do “homem novo” é preciso contar com técnicos que possam trabalhar com a diversidade cultural, técnicos falando a mesma língua daqueles sujeitos em processo de formação, e isso já destacava Lenin (1981:34) ao se referir à cultura internacional: *“as idéias internacionalistas não se podem tornar familiares à classe operária a não ser que sejam adaptadas à língua que fala o operário, assim como às condições nacionais concretas em que vive”*; é preciso que existam educadores capazes de trabalhar de forma diferenciada daquela praticada nas escolas formais (e é preciso mudar as dinâmicas e relações na escola). É preciso que o educador reconheça que seu educando tem uma cultura, uma história de vida, tem opiniões e idéias diferentes os quais podem e devem ser compartilhadas nesse processo de formação.

Tanto a realidade angolana como a experiência brasileira, mostram que existem lacunas no que diz respeito à formação de técnicos que exerçam a educação não-formal. A maioria dos profissionais, senão todos aqueles que atuam nessa área são formados na intenção de trabalharem na e com a educação formal. As experiências brasileiras mostram as dificuldades que esses educadores têm para trabalhar com outro tipo de educação diferenciada daquela educação para a qual são preparados. Nestas condições já é difícil

funcionar, mesmo com a flexibilidade oferecida pela própria educação não-formal. Sendo que o mesmo corpo docente, para os dois tipos de educação (formal e não-formal), tornaria infrutífera a proposta de formação do “novo homem”, tendo em conta a cultura individual do grupo de educandos e limites de sua formação.

A guerra civil (1975-2001) destruiu infra-estruturas físicas (escolas e centros culturais). Assim sendo, não é possível efetuarmos uma proposta de trabalho em instituições como a observada nos Projetos: SOL de Paulínia, CECOIA de Sousas, PROGEN Campinas e do Axé de Salvador, que apresentam estrutura própria, mas é possível se estudar a proposta da experiência do grupo de Capoeira de Angola do mestre Cláudio de Feira de Santana-BA que além de usar a casa do líder para discussão, aproveita-se de espaços livres para apresentar suas oficinas. Esta proposta também vai de acordo com a da educação não formal que não exige lugares fixos, isto nos recorda as práticas anteriormente utilizadas pelas velhas gerações de Angola, as *fogueiras*.

A utilização do mesmo espaço (escolas) por ambas, educação formal e não-formal, , pode ser também uma opção desde que exercida por profissionais diferentes, ou seja, os educadores não devem ser os mesmos para a educação formal e a educação não-formal, (exige-se uma formação diferenciada). Embora desde já e através das experiências brasileiras se exigirá mudanças na organização dos espaços. A educação não formal, por exemplo: trabalha geralmente em círculo, diferente da educação formal. Uma proposta desta natureza deve ser bem analisada e estudada para se evitar erros e falhas como aconteceram nas experiências brasileiras dos CIEPs no Rio de Janeiro (Educação em tempo integral)

Toda e qualquer proposta para a formação do “homem novo” hoje em Angola depende principalmente de uma política pública de educação. Esta política devera procurar salvaguardar principalmente a cultura dos grupos étnicos; garantindo a educação para os angolanos em todos os níveis (do básico ao superior). A independência política obtida em 1975 não constitui por si só a resolução dos problemas angolanos, a guerra civil de 1975-2001 foi a mostra disso. Angola continua dependendo das grandes potências,

principalmente no campo econômico, sendo que essa dependência influencia as relações sociais. Nesse sentido, é preciso formar os indivíduos que possam defender o país das intervenções capazes de originar a destruição dos valores culturais angolanos. Um homem dotado de conhecimentos oferecidos através de experiências locais, quer dizer de Angola, não só com um horizonte mais vasto, mas sendo um conhecedor das transformações que ocorrem hoje no mundo, o chamado “mundo globalizado”, é o que se pretende formar.

Além de uma política interna de formação contando com conhecimentos de conteúdos convencionais das escolas formais, os oferecidos pela educação informal e não-formal, para a formação do “homem novo”. Compreende-se pelas falas dos técnicos a necessidade de considerar-se também para esse processo a troca de experiências com outros países.

Vários povos hoje discutem a reconstrução cultural e é importante observar como eles trabalham as diferenças (étnica, gênero, racial, social, econômica e política).

As experiências dos técnicos que se formaram no Brasil e foram sujeitos dessa pesquisa mostram o quanto foi importante, sua permanência no Brasil, lhes permitindo observar a realidade e agir de forma diferente, na transformação de Angola. As instituições observadas no Brasil que trabalham com crianças e adolescentes carentes apresentam como uma das metas a busca da construção da noção de cidadania para esses freqüentadores dos referidos projetos. Cidadania aqui é apresentada como a luta pelos direitos dos cidadãos, (uma educação melhor, um modo de vida aceitável, um reconhecimento de sua cultura, tudo para que os indivíduos exerçam seus deveres de forma conscientes). Exercer a cidadania significa não ser marginalizado na sociedade, ser respeitado e compreendido independentemente da cor, etnia, crença religiosa, formação acadêmica. Essa busca do exercício de cidadania das instituições brasileiras analisadas remete-nos a análise do “homem novo”, em Angola.

A idéia inicial da formação do “homem novo” consistia precisamente na busca de indivíduos que pudessem compreender as diversas particularidades no meio da população e conviver com a diversidade cultural e racial. Um homem diferente do colonizador,

independentemente da sua cor ou etnia. Esse pensamento hoje, segundo os técnicos, é alargado, precisa-se de um patriota dotado de tudo o que se previa, mas também conhecedor das realidades diferentes de Angola. Um “homem novo” com formação permanente que não só defenda seus interesses, como os interesses do país, e para tal ele deve estar preparado também com conhecimentos científicos.

Uma outra questão que serve de exemplo obtido em instituições brasileiras é a idéia de profissionalização encontrada nos Projetos como CECOIA e PROGEN. Tirar as crianças e adolescentes das ruas ou de convívios e comprometer o futuro deles implica encontrar recursos, mostrar a eles outros caminhos e um destes caminhos encontrados é a profissionalização. Para que isso possa se materializar exige-se um trabalho conjunto com outros órgãos (empresas, escolas, etc.), vejo que essa união entre instituições pode demonstrar um caminho de solidariedade para com os grupos considerados excluídos. A lição tirada nas observações e contatos tidos em instituições brasileiras a esse respeito é que para que o processo de formação do “homem novo” possa incluir todos os segmentos da sociedade angolana, o princípio de solidariedade deve voltar a renascer, aquela solidariedade que ainda hoje encontramos no meio das famílias rurais, onde o filho do vizinho é respeitado e aceito como sendo seu, deve se estender às áreas urbanas, a grandes cidades onde predominam os meninos e meninas de rua.

Todas essas questões levantadas, na opinião dos técnicos exige um projeto político pedagógico pois falar-se de formação do “homem novo” é sobretudo falar de uma política de Estado, uma das suas obrigações para com a população. Mas, acima de tudo, não esquecer nunca que o ato de aprender pressupõe uma relação daquele que aprende com a outra pessoa que ensina; aprender supõe um diálogo e esse diálogo pode ser na base de reflexões sobre o cotidiano das pessoas. Assim sendo, se exige para esse processo, indivíduos preparados, sujeitos que conheçam a política do Estado, a cultura dos indivíduos ou do grupo em formação que tenham métodos de construção de conhecimentos no sentido de respeitar a diversidade cultural.

A formação do “homem novo” é um desafio para todos os angolanos e toda a contribuição resultante da análise histórica deste processo deve ser encarada como o início de uma nova etapa.

O propósito desta pesquisa, que consistiu em compreender o que os técnicos angolanos pensavam a respeito da política de formação do “homem novo”, foi atingido, evidenciando também novas questões que puderam ser aprofundadas neste estudo, pela observação e análise de aspectos educacionais da realidade brasileira mas há ainda aspectos que sugerem possíveis e necessárias futuras pesquisas nessa área.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Henriques. *A Konkhava de Teti. Luanda*. Ed. UEA, Volumes I, II. III. 1981.
- _____ *Identidade e patrimônio cultural*. Luanda UEA, Estudos, 1984.
- _____ *O Diálogo*. Ed. União dos Escritórios Angolanos (UEA), 1980.
- _____ *O Clã de Novembro: os primeiros passas I*. Luanda Ed. UEA, 1989.
- ABRANDES, José Mena. *Ana; Ze: e os escravos teatro*. Luanda, Ed. UEA, 1988.
- _____ *A orfã do rei Elinga teatro*. Ed. UEA S/data.
- _____ *Caminhos des-encontrados: estórias Luanda*. Ed.UEA, 1996
- AFANASIEV. *Fundamentos da Filosofia*. Moscovo, Ed. Progresso, 1985
- AFONSO, Almerindo Janela. *Sociologia da educação não escolar- reactualizar um objeto ou construir uma nova problemática?* In: ESTEVES, A. J. A sociologia na escola – professores, educação e desenvolvimento. Porto, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, 1992.
- ALAIN, 6E. CH. *Reflexões sobre a educação*. São Paulo, Saraiva, 1978.
- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, 1996 Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.
- AMARO, João. *Retrato do Colonialismo*. Benguela, Ed. INALD.
- ANDRADE, Costa. *Estórias de contratados*. Luanda Ed. UEA,1988.
- _____ *Lenha Seca*. Luanda Ed. UEA 1989.
- _____ *No velho ninguém toca*. Luanda, Ed. UEA, 1985.
- _____ *Os sentidos da pedra*. Poesia. Luanda, Ed. UEA, 1989.
- ANDRÉ, António Miguel. *O menino de rua: suas particularidades em Angola*. 1997 Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, PPGE-UFES,
- AQUINO, Júlio (org). *Diferenças e preconceitos na escola alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Smmus Editorial, 1998.

- ARAÚJO, A. C. *Aspeto do desenvolvimento econômico e social de Angola*. Centro de Estudos de Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário, Lisboa, 1964.
- ARAÚJO, Alberto Filipe. *O “homem novo” no Discurso Pedagógico de João de Barros*. Braga, Instituto de Educação e Psicologia-Uminho, 1997.
- AREND, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo Ed. Perspetiva, 1992.
- ARISTIDE, Jean-Bertrand. *Todo Homem é um Homem*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1995.
- ÁRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- ARROYO, Miguel. *O significado da infância*. In: SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO.
- ASSEMBLÉIA do Povo. *Legislação Constitucional*, Ed. DIP, 1981.
- ASSEMBLÉIA do Povo. *Lei Constitucional e Outras leis Complementares*, Luanda, Ed. DIP, 1991.
- APPLE, Michael. *Ideologia e Currículo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- BALANDIER. G. *La vie quotidienne au royaume de Kongo du XVI au XVIII siècle*. Paris, Hachette, 1965.
- BÁRCENA, Fernando. *El Oficio de la ciudadanía: Introducción a la educación política*. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1997.
- BARREITO, Arlindo. *O rio-estória de regresso*. Luanda, Ed. UEA. 1988.
- BENDER, Cerald J. *Angola sob o domínio Português, realidade*. Terceiro Mundo Lisboa Ed. Livraria sã da Costa, 1976.
- BERGER, P. & LUCKMAN, T. *A construção social da realidade; tratado de Sociologia do conhecimento*. Petrópoles, Vozes, 1970.
- BRANDÃO, C. R. *A educação como cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Identidade e Etnia*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. *A Cultura na Rua*. Campinas, Papirus, 1989.
- _____. *Educação Popular*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é educação, primeiros passos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1995.
- BRITO, Marilza. *Memória e Cultura*. Caderno Memória da Eletricidade. RJ 1989.

- BOBERA, António. *Motta- não adiante chorar (cantos colonial)*. Luanda, Ed. UEA, 1974.
- BOTO, Carlota. *A escola do homem novo*. São Paulo, ed. Unesp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo Ed. Perspectiva S.A, 1979.
- CAETANO, M. *Lendas e mitos bantos – reflexões sobre o conceito banto de fitogénese*. O apostolado, 13 de Fevereiro, Luanda, 1973.
- CALDAT, Roseli. *Educação em Movimento*: MST. Vozes, 1997.
- CAMPOS, M.M. , HADDAD, L. *Educação infantil: crescendo e aprendendo*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.
- CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo ed. Brasiliense 1983.
- CANIVEZ, P. *Educar o cidadão, ensaio e textos Campinas*. São Paulo Ed. Papirus, 1990.
- CARVALHO, H. A. D. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua – Etnografia e história tradicional dos povos de Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- CARDOSO, R. *Identidade, etnia e estrutura social São Paulo*. B. Pioneiros de C.S. 1976.
- CAETANO, Mauricio. *O menino Luís irmão de João Cassabalo*. Luanda Ed. INALD, S/data.
- CARDOSO, António. *Baixa & Musseques. Luanda*. Ed. UEA, 1980.
- _____ *Nunca é velha a esperança*. Luanda, Ed. EUROPA/INALD, 1980.
- CARDOSO, Boaventura. *A morte do velho Kipacaça*. Luanda, Ed. UEA, 1987.
- _____ *O Fogo da Fala. Luanda*, Ed. UEA, 1980.
- CARDOSO, Ruth (org) *Estratégia as inovadoras de parceria no combate a exclusão social*. Avaliação, dialogo e perspectivas- comunidade solidariedade, Brasília, jan. 2000.
- CARNOY, Martins. *Educação, economia e estado, base e superestrutura. Relação e mediação*. São Paulo, Ed. Cortez, 1990.
- CARVALHO, Roberto. *Com a força do tempo*. Luanda, Ed. INALD s/d.
- CARVALHO, Rui Duarte. *Como se o mundo não tivesse Leste*. Luanda, Ed. UEA, 1980.
- CARVALHO, H. A. D. *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua – Etnografia e história tradicional dos povos de Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- CASTRO. Soromenho – *Singularida do mundo africano: os deseus dos Lundas*. A esfera,

46. Pp. 20-21. Lisboa: 1942.

CORRÊA, Marisa. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CHATELAIN, E. *Contos populares de Angola*. Agência geral do Ultramar. Lisboa: 1964.

CRAIDY, C. M. *A política de educação no Brasil*. In: Simpósio nacional de educação infantil, Brasília 1994, p. 18-2.

CUNHA, A. L. *Educação brasileira: projeto em disputa*. São Paulo, Ed. Cortez, 1995.

CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo, Cortez Moraes, 1978.

DAYRELL, J. *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte. UFMG, 1996.

DAVID, Rui. *Cantares do nosso Povo*. Luanda, Ed. UEA Dez. 1987.

_____. *Narrativas ao Acaso*. Luanda, Ed. UEA 1981.

_____. *Contos Tradicionais 5 estórias da Lebre*. cadernos 26-31 Lavra & Oficina, Luanda, Ed. UEA, 1973.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. *A escolaridade da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século*. ANDE. São Paulo: n.14, p.51-60, 1998.

_____. *História Oral na abordagem de problemas educacionais*. Apud von Simson, Olga R. M.(org) introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 1996.

_____. *Relatos orais e educação: o curso Normal na década de 10 no interior do Estado de São Paulo*. Apud SIMSON, Olga R. M.(org) Os desafios contemporâneos da História Oral: Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

_____. *Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa*. Apud LANG, Alice B. S. G (org) Reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo: CERU, 1992 (coleção Textos Série 2,3).

DIONIZIA, Portella Ghiggi. *A rua, um lugar de formação, trabalho articulado*. A linha de pesquisa formação e cidadania ligado ao mestrado, serviço social da PUCRS, 1995.

- DINIZ, J. *Populações indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa de Universidade, 1918.
- DOWBOR, Ladislau. *Aspectos econômicos da educação*. São Paulo, Ed. Ótica, 1986.
- DUBY, George & PERROT, Michelle (dir. geral). *História das mulheres no ocidente*. Porto, Ed. Afrontamento, v.1-5, 1990/1991.
- ESTERMANN, C. *O que é um feiticeiro?* Portugal em Africa 19, 114. Pp. 324-334, Lisboa, 1962.
- _____. *Ovi-kavyala – apontamentos sobre um rito singular existente no centro de Angola*. Boletim do Instituto de investigação científica de Angola, 41, pp. 105-115, Luanda, 1967.
- _____. *A possessão espírita entre os bantos, fatos e reflexões*. in: Estados Humanidades, pp. 25-61, Sá da Bandeira, Angola, 1970.
- _____. *Etnografia de Angola (sudeste e centro), coletânea de artigos dispersos*. volume 1, Lisboa. Instituto de Investigação Científica, 1983.
- ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda, Ed. UEA, 1985.
- FAZENDA, Ivani C. Arantes. *Integração e Interdisciplinariedade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia*. São Paulo, Ed. Loyola, 1979.
- FERNANDES, Angela Viana Machado. *O papel da prática administrativa na implementação da proposta pedagógica não autoritária na escola pública em relevância a proposta de Celestin Freinet*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP, 1993.
- FERNANDES, F. *O homem e a sociedade*. São Paulo, ed. São Paulo, 1984.
- FERNANDES, Florestan. *O Desafio educacional*. São Paulo, Ed. Cortez, 1989.
- FERNANDES, Renata S. *Entre nós, o Sol : Relações entre infância, imaginário e lúdico na educação não-formal*. Campinas SP, Ed. Mercado Letras, 2001.
- FERREIRA, Carlos. *Sabor a Sal “crônica de dias cinzentos”*. Luanda, Ed. INALD, s/d.
- FERREIRA, Eugénio. *Construtos Inacabados “prosa”*. Luanda, UEA, 1989.
- FERREIRA, Emilia. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo, 24 Cortez, 1988.
- _____. *Alfabetização em Processo*- São Paulo, 10 ed. Cortez 1994.
- FONSECA, António. *Crônica-Dum Tempo de Silêncio*. Luanda, Ed. UEA, 1988.

- FORQUIM, J. CH. *A escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do Conhecimento escolar*. Porto Alegre, Artes médicas 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____. *A Arqueologia das ciências humanas*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1972.
- _____. *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- _____. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.
- _____. *As palavras e as coisas*. Uma Arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- _____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1972.
- _____. *A Ordem dos discursos*. São Paulo. Ed. Loyola, 1996.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.
- _____. *História da sexualidade*-Uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização teoria e pratica da libertação*: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, Ed. Moraes, 1980.
- _____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo, 8 ed. Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da autonomia-saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.
- _____. (org) *Fazer escola conhecendo a vida*. São Paulo 5 ed. Papirus, 1990.
- _____. *Educação e mudanças*. São Paulo, 15 ed. Paz e Terra, 1993.
- _____. *Cartas à Guiné Bissau*: Registros de uma experiência em processo. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, Paulo. GUIMARÃES, Sérgio. *A África Ensinando a Gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2003.
- FITUNI, L. L. *Angola natureza, população, economia*. Moscovo: Ed. Progresso, 1985
- GADOTTI, M. *Escola vivida, escola projetada*, , São Paulo Ed. Papirus 1992.
- GADOTTI, Moacir. *Escola vivida, escola projetada*. São Paulo, 2ed. Papirus, 1995.

- GHIGGI, D. P. , *A rua: um lugar de formação*. PUCRS GEERTZ, C. A Interpretação das culturais. Rio de Janeiro Zahar, 1978.
- GÍROUX, H. *A escola crítica e política cultural*. São Paulo, Cortez, RJ 1987.
- GOMES, Nilma L. *A mulher que vi de perto: o processo de construção racial de professoras negras*. Belo Horizonte, Mazda, 1995.
- GOHN, M. G. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo Ed. Cortez 1999.
- _____. *Educação não formal no Brasil: anos 90; Cidadania*. Texto 10, 1997.
- _____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo. Cortez, 1994.
- _____. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. *Educação Não Forma. Cidadania* Textos. No 10. 1997.
- _____. *Educação Não Formal: um novo campo de atuação*. Revista Ensaio. Rio de Janeiro, Fun. Cesgranrio, 1999.
- GONÇALVES, Paulo. F. F. *Considerações sobre o ensino primário em Portugal e no Ultramar durante o século XIX até à proclamação da República. O caso de Angola*, Porto, 1995.
- GONZALEZ, Lélia, & HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. São Paulo, Ed. C. Brasileira S. A. 1991.
- GUERRA, Henrique. *Três histórias populares*. Luanda, Ed. UEA. 1980.
- GUERRA, Alex. *A Cruz que rompe as trevas. Uma terra sem anos*. Lisboa Ed. Caminhos, 1979.
- GUSMÃO, Neusa M.M. *Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de São Paulo*. Cadernos Cedes. Campinas (SP), ano XVIII, n.42, out/97.
- _____. *Antropologia, processo educativo e oralidade: um ensaio reflexivo*. In Pro-posições, revista quadrimestral. Faculdade de Educação-Unicamp. Vol 14, N 1 (40) – Jan./abr. 2003.
- GUTIERREZ, Rachel. *Feminismo é um humanismo: o sentido libertário da luta da mulher*. São Paulo, Nobel, 1985.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse* Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro, DPM, 1998.
- HAHNER, June E. *Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- HURTADO, C. N. *Comunicação e educação popular, educar para transformar/transformar para educar*. Rio de Janeiro Ed. Vozes, 1993.
- YVES, B. *Ideologia das independências africanas*. Luanda, Ed. Inald, 1989.
- JACINTO, António. *Vôô Bartolomeu*. Lisboa Ed. 70, Fev. 1979.
- JESUS, A T. *Educação e hegemonia, no pensamento de Gramsci*. São Paulo Ed. Cortez , 1989.
- JUNIOR, António de Assis. *Relato dos acontecimentos de Ndalatando e Lucala, Luanda*. Ed. UEA, 1985.
- JÚNIOR, Paulo M. *Lembranças da vida*. Luanda Ed. 1998.
- WERLHEIN, J. e ARGUMEDO, M. *Educação e participação*, Rio Janeiro Ed. Philobiblion 1994.
- LANNI, Otávio. *A Idéia de Brasil moderno*. São Paulo Ed. Brasileira, 1992.
- LARA, Lúcio. *Itinerário do MPLA através de documentos e anotações: um amplo movimento*. Luanda, 1997.
- LARROSA, Jorge e PÉREZ de Lara, N. (orgs). *Imagens do outro*; tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis/Rio de Janeiro, 1998.
- LEFEVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro, Ed. Civil. Brasileira. 1991.
- LEMLE, Miriam. *Guia teorico do alfabetizador*. São Paulo, Ed. Ótica, 1995.
- LENINE, V. I. *Obras escolhidas Moscovo*. Ed. Progresso, 1981.
- LENINE, V. I. *A cultura e a revolução cultural*. Moscovo, Ed. Progresso, 1981.
- LINTON, Ralph. *O Homem. Uma Introdução à Antropologia*. São Paulo, Ed. Livraria Martins, 1961/1971.
- LOGO, C. S. *Modos de vida e identidade*. Tese de doutorado 1991. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas.
- LUCKESI, C. C. *Democratização da educação ensino à distância como alternativa, tec.*

Edu. v. (89/90/91): jul./dez. 1989.

LUDHE, e ANDRÉ, M. *A pesquisa em Educação, abordagem qualitativa*. São Paulo, EPU, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. *Memória e Prática Docente*. Apud, Carlos R. Brandão (org). *As Faces da Memória*. Coleções Seminários 2, CMU, SP, 1994.

KIRILENKO, G. *Que é a personalidade? ABC dos conhecimentos sociais e políticos*. Moscovo: Ed. Progresso, 1989

KOSIK, Krel. *Dialética do concreto*, Rio de Janeiro Ed Paz e Terra 1995.

KUNSCH, Margarida M. K. (org). *Comunicação e educação, caminhos cruzados*. São Paulo, Ed. Loyola, 1986.

MACEDO, Jorge. *Gente de meu bairro*. Lisboa Ed. 70, 1977.

MACHADO, I. L. , *Educação Montessori: de um homem novo para um mundo Novo*. São Paulo Ed. Enio Matheus Guazzelli, 1980.

MAKARENKO, A. *Problemas da educação escolar*. . Moscovo Ed. Progresso, 1986.

_____ *Livro para os pais*. Moscovo, Ed. Progresso 1979.

_____ *Poemas pedagógicos*. Ed. Progresso, Moscovo, 1984.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Ser ou estar, eis a questão. Compreendendo o déficit intelectual*. Rio de Janeiro: WVA Editores, 1998.

MARX e ENGELS, *Obras escolhidas*. Moscovo, Ed. Progresso 1985.

MARTINS, J. V. *Contos dos Quiocos, Museu do Dundo, Susídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos de Lunda*. Publicações culturais, 83. Lisboa, 1971.

MATOS, M. P. *Etnografia dos Quicos da circunscrição administrativa do Chitato*. I.S.C.S.P.U. Lisboa, 1959.

MED. *Reformulação do sistema de educação e ensino*. Luanda: Ed. Gabinete de Estudo, Plano e Projeto, 1990

MERSENAS, P. *Sociologia da educação*. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.

MILHEIROS, M. *Notas de etnografia angolana*. Instituto de investigação científica de Angola. Luanda, 1967.

MICELLI, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*, São Paulo, DIFEL ed., 1984.

MPLA *A Importância do Marxismo-Leninismo na Educação Ideológica do Povo*, Luanda, DIP, 1978.

MPLA. *Constitucional moderna para um Estado Democrático de Direito*. Luanda, DIP, 1998.

MPLA. *Estatutos*, Execução Gráfica Lito-Tipo, Lda. Luanda, 1991.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude Afro-brasileira: perspectivas e dificuldades*. Revista de Antropologia. São Paulo, n.33, 1990.

NETO, António Agostinho. *textos escolhidos*. Luanda, Ed. DIP1985.

_____. *Ainda o meu sonho (discurso sobre a cultura nacional)*. Luanda, Ed. UEA, 1985.

_____. *Náusea/ o artista conto/ desenho*. Lisboa Ed. 70, 1970.

_____. *Sagrada Esperanças(poesias)* Luanda, Ed. DIP, 1981.

NETO, Teresa J. A. S. *Experiência do Reino de Deus Através do Lúdico*. Dissertação de Mestrado, Defendido na UMESP, São Bernardo do Campo SP, 1999.

NERRY, I. & PANINI, J. *Passaporte para cidadania* IN: Revista Família Cristã n/746, 1.

NEVES, Lúcia. *Educação política no Brasil*. São Paulo, Ed. Cortez, 1994.

NEVES, M. G. R. & COSTA, D. M. (org). *Mulheres e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF. 2000.

NGONGO, João Paulo. *Preto no Branco - a regra e a exceção*. Benguela, Ed. 1996.

NOT, Louis. *As pedagogias do conhecimento*. São Paulo DIFEL Difusão editorial S.A, 1981.

OLIVEIRA, Malu. *Homem e mulher a caminho do século XXI*. São Paulo, Ática, 1997.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Vida na escola e a escola da vida*. Petropolis, 15 ed, Vozes, 1986.

OLIVEN, Ruben,. A Parte e o Todo. *A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato – *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo Ed. Brasiliense, 1985.

_____. *“Cultura Popular e Memória Nacional”*in Cadernos CERU, no 13, 1980.

- PACAVIRA, Manuel P. *Gente do mato*. Luanda, Ed. UEA 1985.
- PÁDUA, Mário M. *Guerra em Angola; diário de um médico de campanha*. Lisboa Edf. 70, 1985.
- PARK, Margareth B. *Histórias e Leitura de Almanques no Brasil*, Campinas, SP Ed. Mercado Letras, 1999.
- _____ (org). *Memória, Formação de Patrimônio e educadores meio ambiente*. Campinas SP. Ed. Mercado Letras, 2003.
- PAZ, S. *O lobo, o bosque e o homem novo*. Rio de Janeiro, Ed. L.F.Alves, 1994.
- PIMENTA, Eduardo Fernandes. *Dipanda "Independência"*. Luanda, Ed. UEA Nov. 1987.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. Luanda, Ed. UEA, 1992.
- _____ *Parábola do cagado velho*. Portugal Ed. Círculo leitores, 1997.
- _____ *As aventuras de Ngunga*. Luanda, UEA 1985.
- _____ *A Gloriosa Família*. Lisboa, Ed. Don Quixote, 1997.
- _____ *A revolta da casa dos idosos*. Lisboa, Ed. 70, 1980.
- PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. São Paulo, 15 ed. Cortez, 1996.
- RAMOS, Francisco Pinto(Administrador do Conselho). *Resumo Sinóptico de Legislação da Província de Angola*. Publicado no boletim oficial, nos últimos setenta anos-1900/1963. Lisboa, tipo grafica Guerra, 1970.
- REDINHA, J. *Costumes religiosos e feiticistas dos kiokos de Angola*. Mensário administrativo, 20-21, pp. 27-43, Luanda; 1949.
- _____ *Lendas dos lagos do nordeste (estrutura e interpretações)*. Centro de Informação e turismo de Angola. Luanda, 1964.
- _____ *Etnossociologia do nordeste de Angola*. Pax, Braga 1966.
- _____ *Distribuição Étnica de Angola*. Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda, 1970.
- _____ *Sincretismo religiosos dos povos de Angola*. Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1970.
- _____ *Etnias e Culturas de Angola*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 1975.

- RENÍDIA. *Nossa vida nossas lutas*. Luanda, Ed. UEA, 1985.
- ROSALDO, Michelle. *O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural*. Horizontes Antropológicos - Gênero, Porto Alegre (RS), Ano 1, n. 1, 1995.
- RIBAS, O. *O Hundo, ritos e diversidades angolanas*. Luanda, 1958.
- _____. *Uanga "Feitiço" romance floclórico angolano*. Luanda, Ed. 70 UEA, 1985.
- _____. *Tudo isto aconteceu; romance autobiográfico*. Luanda, Ed. 1975.
- _____. *Missosso. Literatura tradicional angolana*. Luanda, Ed. UEA, 1979.
- _____. *Ecos da minha Terra*. Luanda, Ed. 1988.
- RIBEIRO D. C. J. *Notas de etnografia angolana*. Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa, 1940.
- RIBEIRO, Darcy, *O Povo Brasileiro*. São Paulo, 1998.
- _____. *Os Brasileiros*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1987.
- _____. *Os Brasileiros*. Rio de Janeiro Ed. Vozes 1978.
- RIBEIRO, Vera M. *Ensinar ou aprender Emilia Ferreira e a Alfabetização*. Campinas SP, Ed. Papyrus, 1993.
- SABÍROV, Kh. *Fundamentos dos conhecimentos sócio-políticos*. Moscovo, Ed. Pro. 1985.
- SANTOS, E. *Sobre a religião dos quicos*. Junta de investigação do Ultramar, Estudos, Ensaio e Documentos, 96. Lisboa, 1962.
- _____. *Religiões arcaicas africanas*. Ultramar, 6, 3, 23 pp. 25-87, Lisboa, 1966.
- _____. *Etnologia Africana*. Castelo Branco, Lisboa, 1969.
- SANTOS FILHO, José dos Reis. *O estigma da AIDS e os direitos, in Scavone. L. (org.), Saúde e Sociedade, Araraquara, Facile, 1992, pags. 74 - 84.*
- SALVADOR, Cesar C. *Aprendizagem escolar e construção do conhecimento*. Porto Alegre, Ed. Artes médica, 1994.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SCOTT, Joan, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*. Porto Alegre: v.16, n.2, p.5-22, jul./dez., 1990.

- SILVA, T. Tadeu e MOREIRA, António Flávio (orgs) *Territórios Contestados : O currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995.
- SILVEIRA, A. M. H. *Saúde escolar em Angola: do idealizado ao necessário e possível*. Dissertação de mestrado apresentado a faculdade de saúde pública da USP, São Paulo, 1995.
- SINGER, Helena. *Republica de Crianças: Sobre experiências escolares de resistências*. São Paulo Ed. Hucitec, 1997.
- SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- STOLCKE, Verena. *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Cadernos Cândido Mendes. Estudos Afro-Asiáticos, n.20, jun/91.
- SUÁREZ, Mireya. *As categorias “mulher” e “negro” no pensamento brasileiro*. (mimeo).
- SCHELLING, V. *A presença do povo na cultura Brasileira*. São Paulo, Unicamp 1991.
- TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e Diversidade*. Bauru, EDUSC, 1998.
- _____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*; Tradução Jaime Clasen e Ephraim F. Petrópolis Rio de Janeiro Ed. Vozes, 1998.
- TRILLA, Jaume. *La educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel, 1996.
- USHISNKA, *Ciência da Sociedade*. Moscovo: Ed. Progresso, 1983.
- VALENTE, J. F. *Feiticeiro ou Quimbanda*. Ultramar, 39, pp. 97-112..
- _____. *Paisagem africana – uma tribo angolana no seu fabulário*. Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 1973..
- VALENZUELA, M. E. *Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado do trabalho no Brasil*. In Posthume. (org). Abertura e Ajuste do Mercado de trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. São Paulo, OIT/TEM. Ed.34., p.-149-178, 1999.
- VAN-DUNEM, Domingos. *O Panfleto, teatro*. Luanda, Ed. EUA , 1988.
- VINCENT VALLA, Victor(org) *Educação e Favela Abrasco*. Petropolis, Ed. Vozes, 1986.
- VON SIMSON, Orga R. de Moraes – *Folguedo Carnavalesco, Memória e Identidade sociocultural*. In RESGATE, no 3, Campinas, Centro de Memória/Papirus ed., 1991.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes.& GUSMÃO, Neuza M. *A criação cultural na diáspora e o exercício da resistência inteligente*. In Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1989.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. *Transformação Culturais, Criatividade Popular e Comunicação de Massa: o carnaval brasileiro ao longo do tempo*. In CADERNOS CERU, no 14/1981.

_____. E equipe “*Reelaborando a tradição em busca das raízes perdidas o caso dos teutobrasileiros do bairro de Friburgo em Campinas. (1850-1993)*.” Relatório de pesquisa CERU/CMU-CNPQ, 1994.

_____. (org) *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP, 1997.

VON SIMSON, Olga. PRK, Margareth e FERNANDES, Renata (orgs). *A Educação Não Formal: Cenário da Criação*. Campinas SP, ed. Unicamp, 2001.

ANEXO

Alfabetização e Educação de Adultos

(1) PERÍODO	(2) ETAPA	(3) ALFABETIZANDOS		(4) ALFABETIZADOS (5) % 3/4			
		MF	M	MF	M	MF	M
NOV76 a ABR77	1ª	303,934	179,4	83,827	60,75	27,60	33,90
JUN77a NOV77	2ª	577,072	340,473	101,823	82,107	17,70	24,10
ABR78 a SET78	3ª	613,409	361,989	135,994	101,71	22,20	28,10
NOV78 a JUN79	4ª	732,846	199,032	176,047	81,669	24,10	41
AGO79 a FEV80	5ª	764,319	273,226	71,238	39,745	9,40	14,50
ABR80 a DEZ80	6ª	789,671	294,878	343,413	148,617	43,50	50,40
ABR81 a DEZ81	7ª	743,391	310,627	327,07	148,621	44,00	47,80
ABR82 a OUT82	8ª	671,438	282,458	261,944	121,442	39,10	43
JAN83 a OUT83	9ª	631,824	272,292	104,661	56,354	16,60	20,70
JAN84 a JUL84	10ª	413,794	187,575	122,339	67,604	29,60	36
NOV84 a JUL85	11ª	177,151	97,433	93,056	53,622	52,60	55
OUT85 a ABR86	12ª	128,273	62,224	72,061	43,1	56,20	69,30
JUL86 a DEZ86	13ª	123,853	65,145	87,277	50,573	70,50	77,60
ABR87 a OUT87	14ª	119,037	63,383	77,206	47,63	64,90	75,10
FEV88 a AGO88	15ª	126,922	72,818	81,271	51,339	64,10	70,50
JAN89 a AGO89	16ª	112,539	60,553	79,683	50,951	70,80	84,10
NOV89 a JUL90	17ª	97,1	51,771	61,971	42,225	63,90	81,60
SET90 a MAI91	18ª	75,842	40,665	46,002	36,4	60,70	89,50
NOV91 a JUN92	19ª	47,279	26,569	44,515	25,094	94,20	94,50
FEV93 a AGO93	20ª	7,214	5,473	6,944	4,097	96,30	74,90
1994	21ª	8,982	6,197	7,809	4,607	86,90	74,30
1995	22ª	10,917	6,844	9,406	5,55	86,20	81,10
1996	23ª	12,369	8,467	11,764	6,941	94,10	82
1997	24ª	10,996	7,468	9,773	5,766	88,90	77,20
1998	25ª	17,705	10,914	4,182	2,132	23,62	19,43
TOTAL		7.317.877	3.287.874	2.421.276	1338,646	33,08	40,71

